

ODEMAR LEOTTI

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO - IHGMT:
relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense
moderno 1895 a 1934.

ASSIS

2013

ODEMAR LEOTTI

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO - IHGMT:
relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense
moderno - 1895 a 1934.**

Tese apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras de Assis – UNESP –
Universidade Estadual Paulista para a
obtenção do título de Doutor em História
(Área de Conhecimento: História e
Sociedade)

Orientador: José Carlos Barreiro

ASSIS

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L588i

Leotti, Odemar.

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT :
relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do
mato-grossense moderno (1895 a 1934) / Odemar Leotti. –
Lessa, SP : UNESP, 2013.

261 f.

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis –
Universidade Estadual Paulista – UNESP na área de Conhecimento:
História e Sociedade , como requisito para obtenção do título de
Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Barreiro

1. História de Mato Grosso. 2. Instituto Histórico e Geográfico de
Mato Grosso - IHGMT. 3. História política - Mato Grosso. 4.
Identidade – Mato Grosso. 5. Historiografia – Mato Grosso.
I. Barreiro, José Carlos, orient. II. Título.

CDU 94(817.2)

ODEMAR LEOTTI

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO - IHGMT:

relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense
moderno - 1895 a 1934.

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente e orientador: _____

Prof. Dr. José Carlos Barreiro - UNESP

2º Examinador: _____

Dr. Claudinei Magno Magre Mendes - UNESP

3ª Examinadora: _____

Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior - UNESP

4ª Examinadora: _____

Profª. Dra. Ludmila de Lima Brandão – UFMT

5º Examinador: _____

Prof. Dr. Valmir Batista Corrêa UFMS

Ao meu pai e à minha mãe pelas suas lutas,
as quais os filhos foram coadjuvantes.
Lutaram muito, por crerem sempre na lisura
da partilha entre todos e da parte que lhes
caberiam!

Nunca, quando é a própria vida que nos foge, se falou tanto em civilização e cultura. E existe um estranho paralelismo entre esse esboroamento generalizado da vida que está na base da desmoralização atual e a preocupação com uma cultura que nunca coincidiu com a vida e que é feita para dirigir a vida. Antes de retornar à cultura, constato que o mundo tem fome e que não se preocupa com a cultura, e que apenas de um modo artificial é que se pretende dirigir para a cultura pensamentos que se voltam unicamente para a fome. Mais urgente não me parece tanto defender uma cultura cuja existência nunca salvou uma pessoa de ter fome e da preocupação de viver melhor, quanto extrair daquilo que se chama cultura, idéias cuja força viva é idêntica à da fome. Acima de tudo precisamos viver e acreditar no que nos faz viver e que algo nos faz viver – e aquilo que sai do interior misterioso de nós mesmos não deve perpetuamente voltar sobre nós mesmos numa preocupação grosseiramente digestiva.

Antonin Artaud, O teatro e seus duplos (1930).

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração de forma direta ou indireta de muitas pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas:

Ao Prof. Dr. José Carlos Barreiro, pela orientação, disposição para me atender e pela confiança depositada em minha pessoa e por ter contribuído para o andamento e término dessa tese.

Ao CNPq pelo suporte financeiro imprescindível;

Ao Programa de Pós-Graduação de História da UNESP/ Assis que, através do seu corpo docente, discente e funcionários propiciou um ambiente de estímulo e apoio à produção acadêmica e aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação pelo apoio técnico;

À Universidade Federal de Mato Grosso, por haver concedido minha saída para Pós-Graduação;

Aos colegas professores e funcionários do Departamento de História por terem compreendido e incentivado minha saída para a realização deste trabalho;

Aos funcionários da biblioteca da UNESP de Assis, da biblioteca da UFMT-CUR, do APEMT (Arquivo Público do Estado de Mato Grosso) da CBM (Casa Barão de Melgaço) e do (NDHIR) Núcleo de Documentação Histórica e Informação Regional;

Aos professores Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior e Dr. Claudinei Magno Magre Mendes, pela forma respeitosa com que teceram suas críticas e a forma séria com que me sugeriram melhorar a qualidade deste trabalho;

Aos professores Dr^a. Ludmila de Lima Brandão e Dr. Valmir Batista Correa por terem aceitado o convite para participar da banca examinadora. Sei que muito aprenderei com suas análises;

Ao professor Dr. Osvaldo Machado Filho por ter lido meu relatório de qualificação e ter acompanhado meus estudos desde a graduação;

Aos professores do programa de Pós-Graduação, pelas aulas esclarecedoras, Prof. Dr. Milton Carlos Costa, Prof. Dr. Carlos Alberto Sampaio Barbosa, Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Junior e o Prof. Dr. Eduardo Romero;

Aos colegas do Departamento de História da UFMT e da UNEMAT pelo incentivo;

A Ramisés Agameton, pela paciência e profissionalismo ao fazer a correção do texto;

Ao Edson que se tornou meu grande amigo e me recebeu em sua casa com muito carinho juntamente com sua maravilhosa família;

Aos colegas de horas gostosas, entre eles o Thiago, o Cássio, o Carlos Barros, Lucas, Arthur, Barthon, entre outros;

A grande companheira, minha querida Adinha por toda sua presença carinhosa e minha queridinha Nandinha que tornou mais poética minha tese com sua presença, nas suas entradas e saídas do escritório e na compreensão de esperar eu escrever;

As minhas filhas Ariana e Maira, meus genros Lenildo e Gustavo, Maria José e meus netos Lucas, Camila e Leticia que em meus trajetos por Brasília sempre me recebem com afeto.

Aos meus irmãos, principalmente o Ado, pelos bons momentos de convivência, nas idas e vindas dos contínuos vôos passando por Cuiabá sempre a minha espera comemorando nosso reencontro regado a uma geladinha;

Aos meus amigos pessoais como o Cipó, que em sua simplicidade soube me mostrar que solidariedade é um aprendizado da vida;

Aos amigos do Jardim Atlântico, bairro que escolhi para viver em Rondonópolis, que sempre estiveram comigo entre um copo e uma troca de conversa;

Aos moradores de Assis que foram nossos vizinhos, pelo carinho com que me receberam.

Por tudo isso é que vale a pena continuar tocando em frente. Seja lá como for, sei que valeu a experiência e é sempre nela que se dá a essência pela qual saímos transformados.

LEOTTI, Odemar. *O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IGHMT. Relações de poder, Escrita, política, cientificidade e a invenção do matogrossense moderno (1895-1934)*. 2013. 261 f. Tese Doutorado em História. – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

RESUMO

Objetivando contribuir com a produção de uma análise sobre o passado, temos como proposta de trabalho estudar as políticas administrativas que emergiram, visando alçar Mato Grosso ao nível dos estados considerados mais modernos do sul do país, e por outro lado, o surgimento da necessidade de produção de um relato fundador, com o intuito da reorganização do passado de Mato Grosso. Aborda-se nesta tese, na primeira parte, entre 1895 e 1919, o processo de implantação de uma economia moderna paradoxalmente em convívio com a violência política, na disputa do mando político do Estado. E na segunda parte discute-se o período, entre 1919, ano de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e 1934, data em que foi publicado um dossiê em homenagem ao centenário da Rebelião Cuiabana (Rusga). E ainda se reflete sobre como a fundação do IHGMT vai possibilitar a invenção da origem de Mato Grosso (1719-1919) e instituir a história dos seus heróis. Além disso, há um segundo momento de como a Rebelião Cuiabana de 1834 é retomada em seu centenário e revalidada a partir de valores posteriores ao seu tempo. Esses acontecimentos são requalificados se utilizando de formas de abordagens estranhas ao tempo do acontecido. Com isso o objetivo é entender como operam essas ações de requalificação ou mesmo supressão de valores do passado na redistribuição no contínuo da história, com fins de legitimação de uma política no presente e projeção para um futuro.

Palavras-chave: Identidade – Nação – Historiografia – Mato Grosso.

LEOTTI, Odemar. The Historical and Geographical Institute of Mato Grosso - IHGMT. Relations of Power, Writing, Political, scientificity and the invention of modern Mato Grosso (1895-1934). 2013. 261 f. Doctorate in History – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

ABSTRACT

With the objective of contributing to the production of analysis about the past, the purpose of this paper is to study administrative policies that emerged aiming to raise the state of Mato Grosso to the level of those states considered more modern in the south of the country and moreover the emergence of the necessity of producing an established report with intention of reorganizing Mato Grosso's past. This dissertation addresses, in the first part, between 1995 and 1919, the process of implantation of a modern economy paradoxically in dealing with the political violence, in the dispute of the political mandate of the state. In the second part it addresses the period between 1919, year of establishment of the Historical and Geographical Institute of Mato Grosso (IHGMT) and 1934, date in which was published a dossier in the honor of the 100th anniversary of the Cuiabana Rebellion (Rusga), that addresses how the establishment of the IHGMT, will allow the invention of the origin of Mato Grosso (1719-1919) and form the history of its heroes and secondly how the Cuiabana Rebellion of 1834, is recovered in its 100th anniversary and revalidated from values previous to its time. These events are requalified of using forms of approach that are strange to the time of the occurrence. With that the objective is to understand how these actions operate with the objective of requalification or even suppression of values from the past with the intention of its redistribution of continuous history, with the focus on legitimization of a policy in the present and a projection for a future.

Key-words: Identity – Nation – Historiography – Mato Grosso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PARTE 1	27
VIOLENCIA, ILEGALISMO E PROGRESSO.....	27
CAPÍTULO 1	28
O IHGMT E A REVALIDAÇÃO DO PASSADO	28
1.1 Da fundação do Liceu Cuiabano à educação como necessidade de civilização: a inserção na língua nacional	36
1.2 A educação e a presença salesiana	39
CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA E PROGRESSO.	44
2.1. Verdades e silenciamentos nas redistribuições da memória e dos papéis sociais no espaço da luta política.....	44
2.2. A briga dos coronéis e a violência partidária em Mato Grosso	48
2.3. Da violência do lugar ao lugar da violência: deslocamentos dos sujeitos e os novos conceitos de violência. 1892: a Revolução em Cuiabá e a chacina do Rosário.....	52
2.4. O movimento de 1892 e sua relação com a questão nacional	63
Capítulo 3. O ESTADO CHEGA A GALOPE: Mato Grosso 1906 a 1913.....	68
3.1. A ferrovia Noroeste do Brasil e a aceleração do progresso	78
3.2. O trem está chegando a Mato Grosso.	92
CAPÍTULO 4	97
DE EXPROPRIADOS A DEGENERADOS E PERIGOSOS: 1913 a 1919	97
4.1. Estado e Controle dos corpos: excluídos e rebelados como alvo do poder.	97
4.2. Modernidade e a hierarquia do espaço: A cidade como o belo e a natureza como primitiva.	101
4.3. Segurança e população: meretrizes e criminosos sob o olhar do poder	103
4.4. Progresso, filantropia e assistência pública aos deserdados da terra: corpos rejeitados e indesejados, desvalidos, doentes e infectados.	107
4.5. A tentativa de inserção no mercado externo: o Album gráfico de Matto-Grosso.....	116
PARTE 2. IHGMT: SENTIDO, VERDADE E HISTÓRIA	132

Introdução	133
CAPÍTULO V	141
O RELATO FUNDADOR DO TEMPO HISTÓRICO MODERNO	141
A história evolutiva como invenção de mato grosso e da figura do mato-grossense	141
5.1. O bandeirantismo como mito fundador da memória mato-grossense, a festa do bicentenário de Cuiabá e a fundação do IHGMT	141
5.2. Rondon e o mito do modelo do homem mato-grossense: racismo e eugenia na construção de uma história dos heróis predecessores.....	155
5.3 A construção de uma ancestralidade heróica: O contexto discursivo do espaço temporal em que opera o IHGMT para produzir os sentidos da segunda metade do século XVIII até meados do século XIX.	167
5.4 Rondon e seus predecessores na escrita de Virgílio Corrêa Filho.....	171
CAPÍTULO 6. IHGMT: ARTE E ESCRITA NA NARRATIVA DO PASSADO.....	178
6.1 A Rusga e a reinvenção de um acontecimento: arte e escrita na produção da narrativa do passado	178
6.2. O Centenário da Rusga e a produção de um dossiê em 1934.	191
6.3. Virgilio Corrêa Filho e o discurso da “exaltação na leitura da ocupação do espaço político pelo “populacho”	196
6.4. Firmo Rodrigues e o elemento português na capitania de Matto Grosso.....	203
6.5. Linhagens cuiabanas realçadas: psicologismo, eugenia hereditária e racismo na construção do passado.....	217
6.6 Os outros da genealogia: hierarquia das linhagens: a sociedade fragmentada	219
6.7. Do domínio da psicologia ao esteio da ordem.....	229
6.8 Da psicologia ao estudo do temperamento como produção de formas subjetivadas na revalidação do passado.....	230
6.9. Patrício Manso no discurso de Mesquita	240
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	246
8. Fontes documentais	251
9. Bibliografia	252

INTRODUÇÃO

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) foi fundado no início do século XX, momento de grande crise do pensamento europeu. Esse contexto exercerá efeitos no movimento intelectual no Brasil, o qual estava ligado a um ceticismo em relação ao modelo construído pela história moderna ocidental. À época, havia um sentimento de frustração que resulta em produções literárias e movimentos culturais de repúdio ao modelo liberal. Com isso, a Europa passa a ser rejeitada como modelo político a ser seguido. Esses acontecimentos ressoaram no Brasil e seus efeitos aparecem junto a esse movimento e desembocam em movimentos de reerguimento da nação, a partir das primeiras décadas do século XX no Brasil.

Havia nesse momento um discurso que buscava a construção de uma brasilidade mestiça e com isso uma necessidade de busca do conhecimento plural das diferentes formas culturais regionais. Entre elas subdividiam os movimentos, principalmente entre Rio de Janeiro e São Paulo. Ambos caminhavam em busca de um projeto de modernização do Brasil, ligado a um movimento futurista muito próximo do discurso da engenharia, do direito e da medicina, principalmente em torno do Clube de Engenharia, Escola Politécnica e Escola Militar do Exército, todos no Rio de Janeiro. Paralelo a eles, o movimento literário em São Paulo e a famosa Semana de 22.

É sob essas condições que foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) em 1919, com o objetivo de construir uma história do passado de forma a reinserir a multiplicidade cultural em uma continuidade. Sua função seria, portanto, de inserir ao objetivo de busca de uma brasilidade mestiça, uma narrativa que fundamentasse a constituição do mato-grossense como produto da mistura de raças. Esse acontecimento fez parte das práticas dos sócios do IHGMT no intuito de colocar Mato Grosso como parte do projeto de modernização da nação.

Operando com três momentos, o do nosso tempo, o do tempo dos sócios do IHGMT e o tempo abordado por eles, podemos dizer que nosso trabalho se localiza em um momento que há um questionamento da identidade mato-grossense perante o avanço capitalista sobre Mato Grosso e o forte êxodo rural das últimas décadas. Quanto à espacialidade temporal que recortamos para o estudo do IHGMT, 1919 a 1934, é uma das tantas opções de estudo sobre o longo tempo das produções desse instituto que está em atividade até nossos dias.

A razão da escolha de 1919 se deu pelo fato óbvio de sua fundação, pois até esse momento Cuiabá, ou mesmo Mato Grosso, não tinha uma certidão de nascimento e, portanto, não tinha uma memória em que se referenciasse. Daí com o uso da documentação denominada *Annais do Senado da Câmara*, foi possível o uso dos documentos do passado para dar uma certidão de nascimento a Cuiabá.

Esse acontecimento foi engrandecido com uma festa para comemorar o bicentenário de Cuiabá, oportunidade em que o novo presidente do Estado, com seu papel de governo de conciliação entre as facções partidárias que já se digladiavam há mais de duas décadas, constituíam uma solenidade de recomeço a se contrapor o ceticismo que grassava sobre o momento político local.

Entre todo o ruído com que se deu esse evento, houve fatos que marcaram essa data do dia 8 de abril de 1919: essa data foi escolhida, pois há duzentos anos antes, em 8 de abril de 1719, o sertanista Paschoal Moreira Cabral lavrava uma certidão de posse da mina de ouro encontrada na localidade chamada de Forquilha. Ao apoderar de documentos que mostravam entre eles essa certidão, num lance metafórico, decidiu-se pela apropriação desse documento para servir de certidão de nascimento de Cuiabá. Num segundo lance metafórico estendeu-se essa certidão para servir de data de nascimento de Mato Grosso.

O outro aspecto importante da festa do bicentenário de Cuiabá foi a fundação do IHGMT, que teve como incumbência a função de tentar reconstituir o passado desse espaço fronteiro da nação, demarcando como baliza a origem a partir da certidão deixada pelos sertanistas em 1719. Portanto, o recorte dessa pesquisa está delimitado entre 1919 e 1934, espaço de tempo de maior fertilidade do IHGMT e é a partir daí que iremos estudar suas produções sobre o passado.

Esse trabalho foi definido em duas partes: de um lado historicamente podemos ver que a construção de uma nação independente não levou em sua proposta de democracia a ascensão partilhada de todos que compunham seu corpo populacional. Para tanto uma série de leis e decretos levou à necessidade de fundação de um conjunto institucional que teve como objetivo a implantação de um espaço local em consonância com o espaço nacional. Este, por sua vez, estava voltado para o modelo liberal e, assim, em sintonia com uma economia de mercado.

A proposta deste trabalho é destacar o papel do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, a partir de sua fundação em 8 de abril de 1919, dada a importância de sua função na construção de um modelo de rememoração do passado. Nesse aspecto, o objeto da pesquisa trata do estudo das revistas produzidas pelo IHGMT, desde sua fundação seguindo suas publicações até o ano de 1934. Neste ano, há a publicação de um dossiê sobre a Rebelião Cuiabana (Rusga), datada de 1834.

Esse período foi escolhido por ser considerado o de produção mais efetiva da rememoração do passado enquanto revalidação e requalificação do lugar da ancestralidade na construção imagética que se materializasse na figura do mato-grossense. Comungando o discurso eugênico que grassava no país, a sua figura passa a ser construída como fruto da mistura das raças, ou como produto do *caldeamento das raças*, segundo o discurso deles, e que tinha (e ainda tem) como referencial dessa mistura a figura de Candido Rondon.

Tal personagem passa a figurar como exemplo, devido ao sucesso do seu ato de abertura e construção da linha telegráfica, ligando a comunicação do litoral com o interior, através da Comissão Rondon. Além disso, ele foi presidente do Serviço de Proteção ao Índio e participou da comissão exploradora realizada em 1913, uma expedição de pesquisa científica conhecida como Roosevelt-Rondon, a pedido do ex-presidente norte-americano.

Educado por seu tio, ele, que era filho de branco com índia, acaba por estudar na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde foi um dos discípulos do positivista Benjamin Constant. Dessa forma, quando sua imagem torna-se alçada à condição de modelo de mato-grossense, deve-se compreender sua adesão ao discurso positivista e sua função de concretizar a implantação do projeto de modernização na fronteira oeste como o referencial maior de sua imagem positivada.

Assim, podemos sugerir que sua imagem como modelo atende ao discurso dessa brasilidade daquele momento. Uma mestiçagem carregada do discurso eugênico que era comum à época e exposto abertamente. Segundo D'Ávila, “os brasileiros brancos podiam celebrar a salvo a mistura racial porque a viam como um passo inevitável na evolução da nação. A brancura encarnava as virtudes desejadas de saúde, cultura, ciência e modernidade.” (2006, p. 25). A negritude, ao contrário, era encarnada e por sua vez referencial na partilha do sensível “em uma linguagem freudiana como

primitiva, pré-lógica e infantil. Mais amplamente, as elites brancas equiparavam negritude à falta de saúde, à preguiça e à criminalidade.” (ibid. p. 25).

Quanto ao indígena, os valores não fugiam às regras, pois a figura do mestiço era vista de forma pejorativa como indolente traiçoeira e que, por ser nômade, era tratado como levando uma vida errante. É importante atentarmos para esse detalhe, pois é daí que ficou marcado o sentido de progresso, de evolução e serviu para justificar a forma perversa na construção da hierarquia social no Brasil. O conceito de classes como é explicado no sexto capítulo, traz em seu interior todos esses estigmas e é nesse racismo que irá se constituir os pilares de nossa sociedade. Daí nasce duas raças que se configurarão como herança das raças: A super-raça e a sub-raça, ou seja, ricos e pobres. Então caminhamos na forma de pensar o tema com D’Ávila, quando ele afirma sobre o que permeia o conceito de evolução e o discurso dessa brasilidade mestiça: “A mistura racial simboliza o processo histórico, visualizando uma trajetória da negritude à brancura e do passado ao futuro.

Assim compreendido, podemos imaginar que a construção da identidade mato-grossense pelo cruzamento do índio, do negro e do branco visava muito mais eliminar a cor negra ou amarela na busca do branqueamento, que se confundia com a evolução e humanização do ser. Portanto, seja a ciência, a política ou a religião, o discurso que as produzem sempre iria contribuir para que de algum modo, se apague a identidade do índio, enquanto cultura, ou do escravo como possibilidade de retomar sua ancestralidade cultural.

O que vemos nos dias atuais é algo que depõe contra todo esse discurso laudatório em torno de Rondon e da política voltada para a evolução brasileira. Se a imagem que ficou de Rondon como exemplo do projeto de constituição de uma imagem mato-grossense e de sua marca como gerenciador dos conflitos entre índios e brancos, jamais resultaria a algo que não fosse a dizimação cultural ou o destroçamento de suas antigas formas de vida.

Isso se deu e ainda se dá com uma gravidade sem limites, porque sempre foi dado “ao branco o poder de controle tanto em sua dimensão efetiva quanto retórica, ou seja, a função de dar o sentido aos conflitos, ao contato etc. Isto é: o branco é que possui esse saber e esse discurso. É ele que diz o que é o conflito e como resolvê-lo.” (ORLANDI, 1990, p. 63).

É a partir desse sentido construído que irá se desenhar no cenário brasileiro, vários projetos de nação. Desde o final do século XIX aparecem ensejos de reorganizar ou requalificar o que foi feito no passado. Quando tratamos do nosso objeto de estudo buscamos seus prenúncios desde o final do século XIX. Fazemos isso entendendo que essa trajetória faz parte do entrelaçamento em que se deu a rememoração, e das condições de sua produção e que podemos ver sinais da sua necessidade quando voltamos para o final desse século.

O evento do bicentenário de Cuiabá foi constituído como tentativa de superação da crise política local pela qual passava os meios políticos partidários e sua disputa pelo mando do Estado de Mato Grosso, na recém fundada república brasileira. O bicentenário pode ser entendido como o ponto de chegada de toda movimentação no sentido de implantação e consolidação da nação republicana em Mato Grosso, em sua tentativa de inserção no projeto de reerguimento da nação pela via da modernização do interior.

A fundação do IHGMT, em 1919, foi com o intuito de eleger heróis e acontecimentos do passado, como forma modelar para a construção de um futuro de progresso. Veja uma parte do discurso de Philogonio Correa, orador substituto do IHGMT no ato de fundação.

“Agora que Mato-Grosso comemora o bi-centenário do início da colonização, sente percorrer por toda a vastidão do seu território, a mesma febre de progredir, o mesmo ensaio de energias novas que parece conduzir o Brazil todo a uma era de completo ressurgimento: nenhuma iniciativa pode haver mais digna da ocasião, nenhuma comemoração mais nobre e mais útil, nenhum presente mais oportuno, do que a instalação d’esta patriótica associação que há de fazer sempre lembrado os feitos dos gloriosos dos dous primeiros séculos da nossa vida política, que há de perpetuar nas páginas da história imparcial, para immorredouro exemplo dos que hão de vir, os nomes e as vidas dos nossos maiores. (...) Installa-se hoje o novo Instituto Histórico. Sua missão é nobre. É tornar bem conhecidas a nossa grandeza e a nossa raça. É imortalizar os feitos dos que se foram, é imortalizar os heróes, é escolher modelos para o futuro. (RIHGMT, 1919. p. 1)”¹

O discurso fala em progresso, nova energia, ressurgimento, como um ato patriótico associado à lembrança dos acontecimentos glorificados dos dois primeiros séculos: uma demarcação temporal determina quando há história e quando só há cultura. Uma história exemplar marcada pela figura dos grandes feitos e que tornam heróicos

¹Trecho do discurso proferido durante a Festa do Bicentenário de Cuiabá, numa de suas programações, que foi a solenidade de fundação do IHGMT, por seu secretário geral Philogonio de Paula Corrêa em 8 de abril de 1919. Fonte: RIHGMT, 1919, APEMT, Cuiabá, MT.

osatos, militares, que foram, em grande parte, genocídio. Com essa operação acabam criando mitos para configurar os referências morais do presente. Se ligarmos ao conceito de hereditariedade como forma de definir uma boa origem, então teremos esses “maiores” que são incluídos como “nossos” que são definidos em sua moral pela metáfora biológica que lhe dá a qualidade pela origem sanguínea.

É já dessa presença do branco e seu modelo de vida que se dá a requalificação do passado. Somente torna-se válida a história quando há o sertanista presente e que funda a história da hereditariedade sanguínea que daria a qualidade na miscigenação das raças. Essa descendência européia completa esse “outro” eleito como a matriz de nossa história, que é o europeu como nosso antepassado e que tem seu sangue herdado pelos sertanistas.

Há aí uma operação narrativa que constrói um silenciamento sobre a diversidade indígena que é considerada sem história por não deter a escrita. A partir dessa construção as culturas indígenas, as culturas afro-descendentes e as suas transfigurações em segmentos sociais entram para a história do Mato Grosso através de cortes históricos que os fazem falar calando-os. A partir de modelos, muitas vezes tomando emprestado de discursos como da biologia e do darwinismo eugênico para citar um exemplo, ou da psicologia ou ainda como faz uso José Barnabé de Mesquita que faz uso da metapsicologia para requalificar o episódio da Rebelião Cuiabana. (ver capítulo 6).

Assim a história muito mais que outras instituições são determinantes na construção do lugar de cada ser na partilha do sensível. Por uma atualização que a revalida, a requalifica ou exclui é constituído o espaço da cidade e nela o destino das ações humanas. É por essa grade que re-emergem como o outro da história, vão se deslocando como um objeto-obstáculo para a necessidade de tornarem-se braços úteis e que necessitavam integrarem-se ao mundo civilizado.

Aí a ciência, a política social e a religião se apresentam como três modos de domesticar a diferença. Em uma história que ultrapassa os limites que segmentam o passado: seja o período colonial, monarquia ou república, podemos ver a continuidade do projeto redistribuidor do espaço e de transformação do que poderia ser a sociedade republicana.

Ao ser tratada como raças inferiores a camada popular da sociedade é rechaçada quando ousa ocupar o espaço público em busca de participação na partilha do sensível.

Todas as tentativas regionais de ocupação do espaço político da independência foram a partir do período regencial sufocadas, principalmente quando houve a presença

das camadas populares. Ao serem chamadas de “populacho” aparecem na história sempre como o outro, o fora do social. O governo regencial não vacilou em rechaçar aqueles que queriam a partilha do mundo que se dizia independente.

Isso aparece na ordem dada pelo regente Feijó e enaltecida nas palavras de Oliveira Vianna, para que tratasse as revoltas locais com o rigor da morte. A diferença deveria ser tratada a ferro e a fogo. É assim na atitude de Feijó que pode ser encarnada a implantação da unidade nacional e a integração do sertão. Para Vianna “era a violência concentrada, fecunda, eficiente dos resolutos orgânicos, dos intrépidos, dos voluntariosos seguros de si mesmos”. Mostra a figura imperativa do Regente Feijó, resolutivo ao ordenar a Caxias que sufocasse a qualquer preço os movimentos regionais. – “Senhor major – ordenava elle a Caxias – vá debellar os rebeldes: leve tudo a ferro e a fogo”.(VIANNA, 1920).

Assim, desde o início do segundo reinado, terras indígenas tornam-se devolutas, no conjunto de ações de implantação da nação a partir do período regencial. Os movimentos de resistência quando partiram do seio das camadas populares no interior da nação, que imaginavam conquistar uma independência onde seus direitos fossem conquistados passaram pelo contrário a serem rechaçados e sufocados em nome da pacificação do espaço nacional.

Logo que entre o período regencial, a partir de 1831, muitos movimentos se formaram para garantir uma liberdade que todos pudessem usufruir. Muitos deles nasceram da camada mais empobrecida. Porém, nesse momento as classes eram uma categoria difícil de ser vista como no tempo posterior. Elas carregavam o estigma do discurso das raças como herança do período colonial e que ficará marcado na hora de relacionar-se com as camadas populares.

Daí surge várias lutas regionais em que essas camadas marcadas pela discriminação racial entram em luta por sua participação no espaço de um Brasil independente, no ensejo de que possam participar da partilha que definiria o lugar de cada um nessa nova modalidade política. Assim se deram vários episódios por todo espaço nacional e na Província de Mato Grosso tivemos o acontecimento que ficou conhecido como a Rebelião Cuiabana em 1834.

Juntamente com o sufocamento das resistências locais, houve várias instituições fundadas, como a Casa da Moeda, a Guarda Nacional, a Lei das Terras, o próprio Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, criado em 1838, em assembléia da Sociedade

Auxiliadora da Indústria Nacional. Foi fundada, a Diretoria Geral dos Índios, em 1845, como projeto de aldeamento indígena e da transformação de seus territórios em terras devolutas para serem vendidas e o dinheiro seria revertido em sua educação.

Essa situação ultrapassa o período monárquico e vai encontrar no início do século XX as formas republicanas de redistribuir essa memória da usurpação dos territórios indígenas em um relato-discurso que silencia esse acontecimento, mostrando-o inserido numa historiografia que o refaz calando-o em sua gravidade.

Por isso, mais que voltar ao passado é importante voltarmos a atenção aos mecanismos operatórios que produzem esses lugares do passado. A proposta deste estudo desloca o foco da leitura: não mais o objeto como verdade, mas as práticas de sua produção. Ir a esse lugar das inventividades, desvendando ali, práticas políticas ao *“recuperar as amplas articulações e as infinitas possibilidades da trama histórica que constrói”* (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003, p. XIII). Assim, podemos elencar a produção historiográfica do IHGMT sobre o passado de Mato Grosso e apresentar alguns momentos da produção histórica sobre o Mato Grosso.

Ao colocarmos como objeto de estudo as práticas discursivas que emergiram na primeira metade do século XX, entre as quais as produzidas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e os enunciados que atualizavam a leitura sobre o passado, queremos entender as relações de forças que regulamentaram as práticas discursivas da sua produção. A questão que se coloca nesse caso é a seguinte: Como a identidade é colocada pelo IHGMT, e como essa instituição a inventa na tentativa de ordenação histórica para reinscrever o passado?

Para isso, procuro trabalhar a partir de entendimento de que o relato faz passar a fala dos seus personagens de um regime de sentido a outro, para tanto “subtrai as falas às vozes da mimesis para lhe dar outra voz. Ele coloca seu sentido no desvio, (...) ele dá corpo a este lugar para que a voz deste corpo pacifique seu tumulto” (RANCIÈRE, 1994, p. 59). Aquele em que a voz não é mais o de suas fábulas, de suas memórias, das ancestralidades que lhes serviam e os identificava a uma cultura, um saber local que passa a ser subjetivado por outra forma discursiva. Entra para o outro relato, devendo obedecer ao discurso que lhe daria forma nova. Sua voz seria liberada em um não-lugar, silenciando seus sentidos anteriores e distribuindo-o em outra espacialidade de saber, reconstituindo com isso nova inteligibilidade de poder, daí nova partilha do sensível, por nova conexão sensorial.

Por outro lado, emerge a figura dos heróis: não mais dizimadores, mas “pacificadores” e dos seus feitos não aparecerão como de chacinadores, genocidas, mas tornados heróis e seus atos abomináveis passam a ser uma necessidade histórica. Daí as guerras como marcas do passado são colocadas como um mal necessário à inexorabilidade do conceito de progresso materializado e da conquista da emancipação libertadora que se daria na construção do Estado Liberal. Sua superação passa a ser um discurso legitimado como inevitável implantação de uma paz perpétua que justificaria a redistribuição dos corpos pelos dispositivos disciplinares colocados em funcionamento por uma política no presente. Esses dispositivos cumpririam a função de apagar o sentido de conquista, porém suas relações de forças continuariam a exercer suas tensões no interior da sociedade, contra seus próprios membros.

A questão da nova imagem passa a ser operada numa busca de sua retomada sem se libertar da necessidade de uma origem, através de um corte abrupto no passado, dando-lhe uma história. No caso do Brasil e de Mato Grosso, a essa questão pode ser anexada o problema de identidade nacional e da regionalização constituída como forma de inserção dessa região como fazendo parte do Estado Nação.

Ao mesmo tempo a necessidade de produção de tal identidade, obriga a um relacionamento como um “outro” do discurso. “outra época ou a sociedade que o determina hoje. [...] o relato dessa relação de exclusão e de atração, de dominação ou de comunicação com o outro. [...] relatos de lutas [...], confrontando um presente a uma origem” (CERTEAU, 1982, p. 11). Portanto, podemos entender a identidade como algo que não consegue se separar de uma necessidade de se relacionar com um mito de origem. Uma relação “da qual uma sociedade ao tentar se livrar dela o faz atraindo-a, por seu papel de lugar de origem, assim “faz dela o lugar da sua ciência”. Em um texto que guarda ainda a forma de relato, ele articula a prática de uma nova inteligibilidade e a remanescência de passados diferentes (ibid. p.5).

À historiografia cumpre o papel de ligar “história” e “escrita” e, traz inscrita em si mesma o paradoxo, ao tentar inscrever o real e ao mesmo tempo submetê-lo ao relato produzido. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer *como se* os articulasse. Da relação que o *discurso* mantém com o *real*, do qual trata, nasce a análise proposta por essa pesquisa. Porém o que importa e que difere a proposta metodológica que ora proponho, é focalizar a leitura das práticas que operaram com esse discurso. Não perguntar ao documento o porquê do passado, mas o *como* desse relato e do passado produzido, quais foram suas condições regimentares de construção.

Flora Sussekind levanta um problema: “A obsessão pela origem – entendida como começo histórico – o que poderia trazer consigo?” (1990, p. 15). Traria essa busca e superação de um vazio que existiria dentro de si mesmo, como frustrações, “em vez de reafirmação de essências e atemporalidades. Pois demarcar de forma concreta origens é simultaneamente historicizá-las e descartar possíveis solenidades.” (ibid. p. 15).

Quais e como funcionaram as relações de força que constituíram regras de emergência para a aparição dos saberes que determinaram as práticas dos relatos dos membros do IHGMT, em detrimento de outras subjetividades que foram sujeitadas ao seu discurso? Queremos acrescentar aí a questão da inclusão excludente, ou seja, a inserção do saber local e como ele nos chega inserido nas crônicas e delas em outro discurso que lhe garante a fala, porém destituída dos poderes que exercia quando funcionando em sua sintaxe própria. Como ele é introduzido em outra escrita que só opera redistribuindo-o em uma continuidade que lhe tira o tumulto, lhe recorta no que tem de perigoso e empecilho a uma continuidade. Sofrem uma revalidação ou requalificação ou mesmo são expelidos em nome de uma continuidade que não pode ser perturbada.

A identidade mato-grossense se produziria a partir do recorte que anularia toda história anterior à chegada dos sertanistas e às manifestações que contrariavam e depunham contra uma história contínua e absolutizante. É na tentativa de sujeição desses saberes que se deram as operações narrativas “coerentes”. São os discursos civilizados que chegam para dar a essa região uma “evolução” e com ela sua “identidade”. Elas foram produzidas tendo como começo a presença dos bandeirantes, e sua continuidade se daria no cruzamento com os nativos na invenção do mato-grossense? Nasceria daí um sujeito que se completava na busca de uma identidade nacional?²

² A primeira metade do século XX foi palco na região sudeste de fortes incentivos a estudos sobre o sertão e a alimentação do discurso sertanista. Um “paulistismo” é produzido a partir daí na invenção do sertão como esquecido, solitário, selvagem, carente, sensual, entre outros estereótipos, que exerce influência até hoje, principalmente nos momentos eleitorais. Essa formação discursiva tem sua emergência nessas primeiras décadas, principalmente a década de 20 onde há grande movimentação de eventos políticos onde o sertão é produzido. Podemos observar que no início do século XX, mais precisamente em 1914, foi mandado imprimir por Washington Luis, então presidente do Estado de São Paulo, a *Atas* e os *Registro Geral* da Câmara Municipal de S. Paulo. A partir daí foram publicadas obras caracterizadas como bandeirantistas, como *História Geral das Bandeiras*, chegando a 10 volumes; Alfredo Ellis Júnior *Recuo do Meridiano, Meio Século de Bandeirismo*, e Alcântara Machado *Vida e Morte do Bandeirante*, que deveriam segundo W. Luis, sofrer retificações por suas falhas, como forma de mostrar a face verdadeira do bandeirantismo, como forma “mostrar a contribuição dos habitantes de S. Paulo na história brasileira, na parte referenciada à definição territorial e à formação do Brasil...” Cf.

Quando nos afirmamos a partir de conceitos já prontos como matriz de nossa própria atualização sobre as coisas, surge a consequência do passarmos por baixo de um discurso, até certo ponto de críticas à desigualdade entre regiões. Porém, essa forma acaba por solidificar esses conceitos, quando pleiteamos a existência de uma verdade para a região que não existe por si mesmo e sim por invenções. Fazemos isso quando esquecemos muito mais que ser apenas um olhar ou uma fala mentirosa “é um olhar e uma fala produtiva, ele tem uma dimensão concreta, porque, [...] ele se materializa ao ser subjetivado por quem é estereotipado ao criar uma realidade para o que toma como objeto” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003, p. 23). Portanto, é preciso romper com as transparências dos espaços e das linguagens. Para Albuquerque Junior é importante pensarmos “as espacialidades como acúmulo de camadas discursivas e de práticas sociais”. (ibid. p. 23).

Segundo ele:

Importa, à leitura historiográfica, as formas conceituais e não seus produtos como evidências. Queremos entender com ele que o espaço que tomamos como tema de estudos é uma região regida por práticas onde “linguagem (discurso) e espaço (objeto histórico) se encontram e que a história destrói as determinações naturais, em que o tempo dá ao espaço sua maleabilidade, sua variabilidade, seu valor explicativo e, mais ainda, seu calor e efeitos de verdade humanos. (ibid. p. 23).

Para tanto queremos pensar Mato Grosso com a perspectiva de que a região “não é recortada só como unidade econômica, política ou geográfica, mas, primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural, geográfica e étnica” (ibid. p. 23). A região nasce onde se encontram poder e linguagem, onde se dá a produção imagética e textual da espacialização das relações de poder. Entendamos por espacialidade as percepções espaciais que habitam o campo da linguagem e se relacionam diretamente com um campo de forças que as institui. (cf. ibid. p. 23)

Deslocaremos nossos instrumentais teórico-metodológicos de pensar o poder e a política para que possamos vê-los como formas funcionais do exercício das formas de saber sobre as coisas. Queremos contribuir com do debate sobre o passado oferecendo novos parâmetros à pesquisa sobre o que se ficou entendido como a inserção do homem constituído como imagem do ser *mato-grossense* à identidade nacional pretendida. Mato Grosso parecia necessitar de se adequar a esse discurso e o IHGMT foi fundado como a missão de reorganizar o espaço no presente, bem como sua representação do passado.

Neste sentido, colocar em suspensão uma identidade construída necessita antes sua (des) identificação, sua destruição como lugar funcional da verdade como lugar da subjetividade. Com isso queremos colocar em suspeição um discurso que constrói uma assimetria com relação ao espaço ao hierarquizá-lo, ao construir sobre ele algo que só existe na linguagem de sua constituição e no feixe de relações de poder que o produz e que cria mais diferenças hierarquizadas que igualdades. Para tanto é importante entender que é fruto de uma política disciplinadora e redistribuidora que tenta apagar os sinais da violência da origem. Ao exercer uma redistribuição da subjetividade a uma nova escrita e uma nova espacialização hierarquizada, o faz deslocando a guerra de sua forma explícita das conquistas para uma política alimentada pelo discurso da pacificação, que é a guerra continuada por outros meios.

Ao tratarmos da metodologia adotada para explorar as fontes, será proposta de forma que possamos entender os materiais encontrados como sendo monumentos, sendo em si mesmos acontecimentos discursivos. Para sua execução, não procuraremos neles a transparência que nos aponte a evidência do fato histórico, mas como uma opacidade própria que garante a instituição das formas imagéticas que inventam um tempo contingencial histórico e o carrega de atualizações singulares ao tempo e espaço de sua produção.

Ao entendermos o documento como monumento, a proposta arquivista desse projeto é considerá-lo como um valor material em si. E ao contrário de ser tratado como uma transparência, entender que ele traz em seu interior a produção discursiva como acontecimento. Deve ser abordado como um acontecimento preso a uma origem que se dá em seus termos, porém reinserido a uma continuidade que lhe destitui a sua singularidade.

Tendo em vista os objetivos desta tese e a riqueza documental encontrada, achamos importantes dividir o texto em duas partes, sendo a primeira parte em quatro capítulos e a segunda parte está dividida em dois capítulos.

Na primeira parte tratamos das condições de produção do discurso do IHGMT e na segunda tratamos mais diretamente das produções do IHGMT publicadas em sua revista e através dos livros publicados pelos seus sócios.

A primeira parte dedicada ao estudo das práticas políticas administrativas ligadas ao poder do Estado que compõe os momentos que antecedem a fundação do IHGMT: na oportunidade trata de um estudo de Mato Grosso entre 1895 e 1920. Tem como início o capítulo *As práticas reorganizadoras do passado e a fundação do*

instituto histórico e geográfico de Mato Grosso, onde mostramos o quadro político. O quadro político em Mato Grosso era marcado por ilegalismos, como o trabalho escravo. Formas ilegais das soluções dos problemas políticos e econômicos, principalmente das relações de trabalho, e de definição do mando político do Estado de forma que não cabia em uma grade liberal que ora se davam como pretensão nacional.

Entretanto, havia um esforço de introdução de uma cultura que se ligasse ao discurso predominante no país, que estava centrado em uma verdade que se baseava em uma economia onde a produção estava voltada para o mercado.. A título de ilustração do espírito que marcava com alguma força os enunciados de pensadores brasileiros, temos na epígrafe que abre o livro de Sílvio Romero *Apontamentos para a História da Litteratura Brasileira no Século XIX. A Philosophia no Brasil*, publicado em 1878: “o homem vale pelo que produz”³ (Romero, 1878, p. 8). Essa marcha marcada pelo lema de transformar a natureza em espaço que seria determinada temporalmente por uma *mimesis* produtiva. Essa concepção de tempo aparecia como o caminho de saída da nação para o progresso e pela sua sobrevivência.

Para efeito de mostragem panorâmica do contexto discursivo e não discursivo que antecedeu a fundação do IHGMT, dividimos o tese em duas partes, sendo a primeira organizada em quatro capítulos.

O primeiro capítulo *O IHGMT e a revalidação do passado, o trata* da última metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Nela procuramos mostrar como se dá a preocupação com a modernização do papel do Estado e sua relação com a população composta por uma heterogeneidade cultural e política. Essa preocupação materializa-se na necessidade de dar maior evidência à implantação de escolas, como foi o caso da fundação do Liceu Cuiabano e que tinha como objetivo infundir técnicas comportamentais visando a constituição de uma legitimidade política e administrativa ligada aos anseios de modernização da região mato-grossense.

O capítulo II, intitulado *Violência e Progresso: Verdades e silenciamentos nas redistribuições da memória e dos papéis sociais no espaço da luta política*, procura mostrar um dilema na consecução da inserção de Mato Grosso nesse rol da produção. E

³Sílvio Romero (1851-1914) foi escritor e político brasileiro. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº17. Foi também folclorista, poeta, jornalista, crítico literário e professor. Era sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa.

ele está ligado à marca da violência em que se deu a constituição da figura do Estado. Sendo calcado na violência, para pensar a história de Mato Grosso é necessário o estranhamento da palavra violência. E é isso propomos de início para que não caiamos na armadilha das palavras.

Ao questionarmos no início desse capítulo o que é a violência, propomos levantar essa questão entendendo sua importância para que possamos repensar o passado. Se nos ativermos a noções já cristalizadas e não estranhá-las, acabamos por partir de conceitos prontos, mantendo os valores sobre o passado e, com isso, uma forma de dominação que já está entronizada no interior da linguagem. Deste modo, ao voltarmos ao passado, talvez estejamos na verdade nos localizando no interior dos próprios instrumentos de dominação.

É partindo desse questionamento que vamos preparando a leitura para que possa ser feita uma interface entre a violência da luta contra as culturas locais, e posteriormente com a herança cultural mantida, mostrar como uma forma de violência criou uma muralha social segregadora proporcionando uma difícil mobilidade social. É que o discurso das raças translada-se para o interior da sociedade que se pretendia ser formada por brasileiros, mas que recortou no seu interior uma fragmentação criando, a partir do discurso racista duas raças: uma super-raça e outra como sub-raça. Isso vai emergir após a independência quando da Rebelião Cuiabana, em 1834, quando as camadas populares, ou *populacho*, como eram tratados, foram preteridas em favor dos portugueses e de seus iguais pertencentes à super-raça, ou seja, os proprietários de latifúndios e comerciantes. Isso vai desembocar em outra forma de violência, a partir do final do século XIX, quando um novo quadro de conflitos bélicos acontece, porém já sob o comando das oligarquias locais pelo mando do Estado.

No terceiro capítulo, *O Estado chega a galope: Da necessidade de corpos úteis às tentativas de regulação da população. Mato Grosso 1906 a 1913* tratamos das relações de forças marcadas por assimetrias perversas e a preocupação com a ordem social para cuidar das vítimas da expropriação das pequenas propriedades que vão se acumulando na esteira do avanço capitalista para o Oeste paulista ultrapassando as fronteiras de Mato Grosso. Nesse bojo aparecem as grandes corporações internacionais e proprietários nacionais que conseguem terra através de métodos ilegais. Todavia, a maior preocupação por parte do Estado se limita ao perigo de revolta popular ou de

derramamento de sangue e não com o que venha acontecer com a família dos expropriados ou obrigados a vender suas terras sob diferentes formas de coação, violência e fraudes cartoriais.

No quarto capítulo *De expropriados e deserdados a degenerados e perigosos*, delimitado entre 1913 e 1919, colocamos como foco o tema da marcha do progresso, e as expropriações de pequenos proprietários e como eles são convocados para atender a necessidade de braços úteis juntamente com as migrações em busca de sobrevivência. Daí mostramos o trabalho de instituições que funcionam para cuidar dos corpos excluídos e rebelados.

Na segunda parte tratamos diretamente da fundação do IHGMT e de sua produção composta de dois capítulos que tratam da construção da memória mato-grossense. Capítulo V, *Rondon e o mito do modelo do homem mato-grossense: racismo e eugenia na construção de uma história dos heróis predecessores* dão relevo à figura de Rondon, como um personagem destacado pelos sócios do IHGMT como uma espécie rara da tão almejada figura do mato-grossense, construído do cruzamento da cultura nativa com o homem branco. Era, portanto, uma conjugação da pureza racial e do saber nativo aprimorado pela “cultura maior”, ou seja, com o saber racional. “Bem que esteja ainda em fecunda actividade, cruzando as regiões fronteiriças a serviço da Pátria, os seus feitos fixaram-lhe o perfil e as linhas vivas, com que passará à posteridade, como o expoente racial da gente cuyabana” (RIHGMT, 1928, p. 2). É a partir da imagética construída sobre sua pessoa que irá desenrolar o enredo da construção das figuras dos heróis desde os sertanistas até o tempo presente da fundação do IHGMT.

O capítulo VI, *O IHGMT e a continuidade ameaçada: A Rusga e a reinvenção de um acontecimento: arte e escrita na produção da narrativa do passado*, trata da produção do IHGMT que recupera o conflito ligado à independência no período regencial, acontecimento que ficou marcado como Rebelião Cuiabana ou a Rusga. Ela foi caracterizada pela revolta contra a presença portuguesa em 1834, tendo sido revisitada historiograficamente pelos sócios do IHGMT, no ano do seu centenário, em 1934, com a publicação de um dossiê. Procuramos mostrar como as palavras, com seus efeitos e poder, produzem conceitos instaurados pelo esquecimento de seu teor conceitual, positivando em outro tempo como efeitos de verdade, redistribuindo um

acontecimento em seu não-lugar garantindo uma continuidade histórica revalidada e requalificada a serviço de uma plenitude do presente do historiador.



Sede do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, MT. Fonte: Álbum Gráfico de Mato Grosso. APEMT, Cuiabá, MT.

PARTE 1

VIOLENCIA, ILEGALISMO E PROGRESSO

CAPÍTULO 1

O IHGMT E AREVALIDAÇÃO DO PASSADO

“o homem vale pelo que produz”⁴

O quadro político em Mato Grosso era marcado pelo ilegalismo político, tendo como um dos exemplos, a prática do trabalho escravo. Formas ilegais das soluções dos problemas políticos e econômicos, principalmente das relações de trabalho, e de definição do mando político do Estado de forma que não cabia em uma grade liberal que ora se dava como pretensão nacional. Porém, havia um esforço de introdução de uma cultura que se ligasse ao discurso predominante no país, que era o da produção. O fim do século XIX marcava as práticas intelectuais com formações discursivas que determinavam as ações das múltiplas formas culturais. Ela tinha como característica o tempo e espaço ligado ao conceito de realidade por uma *mimesis* da produção. Essa forma de abordagem da natureza apareceu no livro de Sílvio Romero *Apontamentos para a História da Literatura Brasileira no Século XIX. A Philosophia no Brasil*, publicado em 1878. Essa obra tem logo na sua epigrafe a afirmação de que “o homem vale pelo que produz” (Romero, 1878, p. 8).

Essa marcha marcada pelo lema de transformar a natureza em espaço produtivo aparecia como o caminho de saída da nação para o progresso e pela sua sobrevivência. Como era forte o discurso darwinista da seleção natural, a possibilidade do interior ser sucumbido pelo avanço civilizatório parecia ter um tom forte nesse momento. Essa onda produtiva fazia com que aqueles que aderiam ao seu lema tivessem um sentimento um tanto frustrante, pois de nada adiantava as práticas desse tipo, quando no seu topo os gestores se perdiam em lutas fratricidas, ilegalismos políticos e armavam parte dessa mesma população para garantir os poderes de cada caudilho.

Portanto, podemos ver pelos documentos estudados que não havia separação da figura dos coronéis como aqueles que eram contra a modernização e os que lutavam para se desvencilharem dessas figuras que representavam o empecilho à modernização.

⁴Sílvio Romero (1851-1914) foi escritor e político brasileiro. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº17. Foi também folclorista, poeta, jornalista, crítico literário e professor. Era sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa.

Viviam a ambigüidade entre práticas políticas belicistas e projetos modernos a ser implantados. Esse fato contribuía para que na prática, esses mesmos personagens fizessem uso das “Revoluções” para refazer o poder após derrotas eleitorais ou para derrubar grupos rivais. Esse quadro torna-se um empecilho às iniciativas de promover mudanças com fins de busca do progresso tal qual era representado pelos avanços econômicos que já invadiam as fronteiras do sul de Mato Grosso. Já se fazia notar no início do século XX, principalmente na região do oeste paulista no sentido de avanço da expansão agrícola rumo à região sul do Estado de Mato Grosso. Para efeito do estudo dessa contextualização procuramos mostrar essas duas facetas dos empreendimentos políticos desse Estado.

Em Mato Grosso, a partir das últimas décadas do século XIX, entre as demonstrações belicistas e recomeços dos governos vitoriosos, seja pelo voto ou pelo golpe armado, inicia-se uma movimentação no sentido de implantação de uma política administrativa em Mato Grosso. Ela visava sua ascensão econômica e política com relação ao espaço econômico e político nacional, que por sua vez mirava-se no modelo de desenvolvimento europeu, que vivia o deslumbramento da, assim chamada, Segunda Revolução Industrial. Nesse sentido, podemos dizer que houve tentativas no sentido de racionalização administrativa, que já deixava suas marcas no último quarto do século XIX.

Uma delas foi a construção do Liceu Cuiabano em 1875. A busca de segurança e tranqüilidade incluía a construção de estabelecimentos escolares e técnico profissionais que constituíssem cidadãos úteis ao projeto de modernização do Estado. Essas instituições tinham como objetivo a inserção da população ou a exclusão dos seus corpos, que não se adequassem aos quadros do projeto de expansão econômica à qual, segundo os discursos proferidos, Mato Grosso necessitava se integrar. Daí a constituição de diferentes mecanismos de sua regulamentação. No entremeio dessas duas formas: a primeira tendo como alvo o corpo individual e a outra com lances maiores de forma a atingir a população surgia o projeto de uma sociedade como produto da normalização.

Esse objetivo se dava na prática através do serviço de policiamento coercitivo e da prisão e através de políticas saneadoras das ameaças de ordens patológicas que emergiam nas políticas de controle das endemias, epidemias que

caracterizaram como políticas de higienização voltadas para a população. Além disso, havia a preocupação com a instrução pública e com os cursos de profissionalização no sentido de dar positividade a esses corpos para torná-los úteis à sociedade.

Quando aparecem as palavras *segurança* e *tranqüilidade* compoendo as mensagens dos presidentes de Estados, elas se apresentam situadas no interior de conceitos ligados menos a crimes contra a pessoa e muito mais tendo como alvo o crime contra a propriedade particular e o patrimônio público. É nesses termos que o relatório do Presidente de Província Barão de Diamantino, em 1875, assegura aos membros da Assembléia Legislativa quanto aos quesitos *segurança* e *tranqüilidade* e afirma que “continua sobre modo satisfatório o estado de segurança e tranquillidade publica” (Mensagem do Presidente de Província Barão de Diamantino, 1875). Segundo ele:

“A segurança individual e de propriedade, de que gosão os habitantes d’esta província, é devido principalmente à boa índole dos Matto-grossenses e aos cuidados das autoridades, cuja acção benéfica exerceria mais forçoso influxo se não fossem a deficiência de fáceis communicações, insufficiencia de força publica e de meios coercitivos de que podem ellas dispor” (ibid. 1875, p. 2).

Ao colocar em funcionamento os serviços de segurança, estava atrelado à necessidade de disciplinarização do corpo social. Para ele, o sucesso do governo atendia à demanda da preocupação com a desordem, pois esta impedia os projetos e interesses de uma minoria. Havia ainda a necessidade de fortalecimento do Estado e integração da sua população para a consecução do projeto de modernização.

É nesse cenário que a vida aparece como uma natureza modelada em um processo econômico produtivo e que avançava rumo à fronteira oeste, de forma a garantir sua ampliação. À necessidade de ampliação juntava-se a preocupação com a infra-estrutura política e econômica para viabilizar a implantação do modelo econômico moderno. Vejamos como no interior de um discurso laudatório está incrustado poder e que farão funcionar relações entre pessoas. Esses elogios, como verão a seguir, são determinantes da ação de corpos, já subjetivados. Ao partir das subjetivações produzidas, torna possível a ação de Firmo, como chefe de polícia, cumprir seu papel na tentativa de inserção de uma população em uma sociedade que precisa produzir para alcançar sua natureza econômica perfeita. Essa seria uma forma única de aperfeiçoamento moral e civilizadora de uma região carregada de múltiplas maneiras de ser. Ao mesmo tempo em que se preocupa com o bom funcionamento das instituições

cuida de sua implantação em cada lugar. Sua ação era no intuito de atender a uma tecnologia comportamental. Isso conduz a sua ação de cuidar daqueles que não atendiam às demandas do mercado de trabalho: caberia os agentes do Estado, reinseri-los ou puni-los com a exclusão do meio social. Agia, quase sempre, atendendo aos apelos da coletividade dos corpos inseridos na produção. Com isso torna-se possível as honrarias recebidas pelo Chefe de Polícia. Funcionário cumpridor de seu dever onde zelo e dedicação revelam nele as garantias de uma boa administração, fator decisivo para a consolidação de um projeto econômico.

“Os precedentes honrosos deste distinto funcionário no desempenho de não menos importante cargo de Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda que já ocupou nesta Província, e o zelo, intelligencia e inteira dedicação que vai revelando no de Chefe de Polícia, são garantias de uma boa administração” (ibid. 1875. p, 3).

A viabilização do projeto modernizador esbarrava-se na multiculturalidade com que se compunha a população. Esta se tornava alvo de discursos de eugenia em um país multicolorido, onde políticas de higienização passam a ser uma das preocupações da prática governamental, criando-se, inclusive, uma instituição para esse tipo de serviço. De forma que em todos os relatórios oficiais encontram-se atividades voltadas à higienização. Nesse sentido, a vacina passa a ser importante como mecanismo preventivo quanto às doenças endêmicas. Quando fala da “salubridade pública”, o presidente da Província afirma que, graças ao Dr. José Antonio Murtinho, que exercia o cargo de comissário vacinador:

...não consta que em nenhum ponto da Província apparecesse moléstia de character epidêmico, e n’aquelles lugares em que mesmo reinão enfermidades indemicas não se mostrarão com o character maligno. No mez de Agosto do anno passado, manifestou-se a diarrhéa com mais ou menos intensidade; porém foi de character benigno, cedendo logo a qualquer tratamento regular (ibid. p. p. 6- 7).

Cuidar de enfermos exigia construção de instituições que cuidassem dos doentes, tendo sido construídos mapas de acompanhamento de enfermos dos hospitais, em estabelecimentos de saúde como Santa Casa de Misericórdia e do Lazareto. Sobre isso, esclarece o governador que os “mappas que acompanhão o relatório mostram a estatística dos enfermos dos respectivos hospitaes”. (ibid., 1875, p.7).

Para que possamos compreender a relação entre instrução pública e políticas de saneamento, é importante atentarmos que ambas fazem parte de um conjunto de instituições que compunham nesse momento e que cumpriam o papel de tornar possível

o projeto modernizador do espaço político voltado para a regulamentação da população ou como no caso de escassez de contingente populacional (ou número de “braços úteis”, como era costume denominar os corpos). Para esse objetivo, lançavam-se mãos de vários mecanismos disciplinadores desses corpos e ao mesmo tempo havia de constituírem-se através de leis, portarias, decretos, mandatos, entre outros, compunham um regime de controle e organização da população para que fosse útil ao trabalho e com isso colocar em funcionamento uma economia cuja verdade é o mercado. A integração ao espaço nacional passava pela necessidade de constituição de um corpo adestrado e domesticado para que se tornasse dócil e sentisse como parte desse projeto: aí podemos dizer alguns traços de uma tecnologia que pode ter produzido o caráter do mato-grossense, sem negar suas táticas de resistência.

Paralelo ao discurso que o destaca como um sujeito juridicamente com todos seus direitos garantidos, emerge uma tecnologia de sua inserção como uma função no interior de um organismo voltado para a produção. A Instrução Pública passa a ser um dos espaços institucionais que, juntamente com outras instituições, terão como função preparar esses corpos para integrá-los ao projeto econômico almejado pelo Estado.

É daí que em 1875, para o entendimento do presidente da Província de Mato Grosso, Barão Diamantino, deveria ser envidado o maior esforço e sacrifício para educar essas crianças, pois notava que o funcionamento dessas instituições educacionais não estava atendendo aos objetivos de tornar a população melhor governável. A instrução pública deveria, segundo ele, ser tratada com rigor, porque “a lentidão que infelizmente se observa no desenvolvimento da instrução pública na Província, o nenhum concurso dos particulares para este importantíssimo ramo da administração, e ainda mais a pouca dedicação da maior parte dos professores” (ibid. p. 7). A necessidade de aceleração do investimento nesse campo parecia ter como objetivo formar homens dedicados ao mundo do trabalho. Preocupado com isso, chama a atenção dos deputados para que não vacilassem em promover a conquista desses corpos para que estabelecessem neles *hábitos ordeiros e o amor ao trabalho*. Em tom afirmativo relata em sua mensagem:

Não vacilareis em promovê-la, por isso que compreendeis perfeitamente a alta conveniência social de distribuir o pão do espírito a esses que para o futuro têm de exercer seus direitos de cidadãos e cumprir os deveres impostos pela sociedade e não ignoreis quanto à instrução concorre para suavizar os costumes e estabelecer no povo hábitos ordeiros e o amor ao trabalho (ibid. p. 7).

Segundo Borges (1991, p. 111), no final do século XIX, recaía sobre a economia o impacto da abolição dos escravos em 1888. Possivelmente, não deve ter sido forte sobre a economia de Mato Grosso, pois o número de escravos já era bastante limitado. Porém, havia a preocupação com a circulação destes “homens libertos” que engrossavam o conjunto dos livres pobres, tornando-se eles alvos das políticas disciplinares do governo. Não significava, todavia, haver um avanço nas relações de trabalho em Mato Grosso. Segundo ele, as condições de trabalho eram, como no caso da extração da borracha, “o regime de trabalho estabelecido foi o do ‘endividamento’, resultando em grande número de compromisso do trabalhador para com o patrão”. (ibid. p. 112). Se não pagasse sua conta não podia largar o trabalho, se fugisse era caçado como um animal e trazido de volta para trabalhar até saldar suas dívidas. Segundo Marques:

O seringueiro é um producto essencial do meio. é quase um escravo pela fôrma por que é exercido este mister. O commerciante adianta-lhe o vestuário e os viveres para determinado período de tempo, findo o qual o seringueiro volta a entregar-lhe o resultado de seu trabalho. Balançam-se o custo da mercadoria pelo estado do mercado, ao arbítrio do patrão, e o preço do fornecimento, preço este que chega à exorbitância. Nove vezes contra uma o sertanejo fica ainda a dever. Volta ao sertão com novo adiantamento, embrenha-se na floresta, curte toda a espécie de privações, é molestado pelo selvagem, atacado pelos insectos, pelos reptis, pelos aracnídios, pelos vermes, e ulcerosos e corroídos pela malaria e a verminose, esgotam as forças ainda vivas no trabalho áspero, na faina do dever a cumprir. (1923, pp.87-88, apud, ibid, p. 112).

Situações como estas se repetem nos ervais, na coleta de poaia, nas fazendas de gado e usinas de açúcar. Porém, com exceção de testemunhos locais, essas relações passam de formas silenciadas: sejam pela exclusão de seu acontecimento, seja pela sua inserção no interior do um discurso que o justifica, em nome de uma evolução, do desenvolvimento, da civilização e do progresso. Essas noções que compuseram a escrita moderna passam a garantir a dissimulação da gravidade desses acontecimentos, de forma a não causar impacto aos que estudarem a história inventada sobre o passado. A totalização, como é constituída a escrita da história, faz com que isso passe como uma necessidade histórica. Ela é submersa pelo discurso da necessidade de crescimento e do sacrifício de cada corpo em nome da finalidade que justificaria os meios empregados para garantir o progresso da pátria.

Outro aspecto que aparece como obstáculo à modernização é a localização distante e falta de estrada ou qualquer outra via de comunicação. Esse tema é recorrente a todos os relatórios oficiais. O mundo do trabalho, para poder ter uma população

ordeira e apta, precisava estar em funcionamento, de forma que a obediência viabilizasse o projeto moderno. Nesse projeto, destacava-se a urgência da construção de vias da circulação do que seria produzido ou extraído. Por esse motivo, se justificava a fala do presidente de que não “existem na Província estradas de rodagem capazes que facilitem o transporte dos produtos, o que indubitavelmente concorre, em grande parte, para o estado pouco lisonjeiro da lavoura”. (ibid. p. 12).

Os índios foram também outro fator de constante preocupação dos governantes, existindo dois empecilhos a serem resolvidos: era preciso ou inseri-los no processo de produção ou acabar com o obstáculo que representavam à sua consecução. Para isso, foi criada, em Mato Grosso, uma política indigenista, chamada de SPI, Serviço de Proteção ao Índio, que era mais uma entre as várias formas de tentativas de resolver esse impasse e que tão caro custou às culturas indígenas. Antes do SPI, diferentes políticas foram criadas com o intuito de superar os problemas que apareciam com a presença indígena e sua relação com os diferentes projetos para a exploração das riquezas: sejam na época colonial, imperial ou republicana. Tivemos no período colonial, na segunda metade do século XVIII, o Diretório dos Índios, no período imperial a Diretoria Geral dos Índios (DGI), que foi fundada em 1841, pelo regulamento 426.

Essa política de constituição da DGI foi objeto de pesquisa que resultou na minha dissertação de mestrado, sendo esta uma entre outras instituições que se propuseram a resolver as questões indígenas. Porém, a função que cumpriu no século XIX foi a de redução por aldeamentos das culturas indígenas, como meio de destituí-los de suas formas territoriais, pois nunca usufruíram da terra de forma sedentária e sim de territórios como espaço de sua cultura nômade. Terra como propriedade é característica de culturas sedentárias, como a ocidental européia, que serviu de modelo de povoamento, mantendo relações tensas e violentas no contato com múltiplas culturas indígenas no Brasil.

O saldo dessa relação entre os projetos de interiorização do espaço nacional foi a violentação das demarcações territoriais e formas de lidar com a natureza de cada cultura local. Essas relações branco/índio desde 1500 tiveram uma história muito mais de destruição física e cultural dos índios, muito mais do que se prometia no discurso que apontava para a sua civilização. Entretanto, até nossos dias, o que se vê é um persistência na política de redução dos índios e de uma forma mais agressiva são as

constantes invasões e usurpações de suas reservas. Todo esse processo terminou por cumprir seu objetivo maior que era tornar as terras voltadas para a produção para atender a demanda econômica de cada época. As terras foram usurpadas, os índios que sobraram sobrevivem sob constante humilhação e ameaças de expulsão de suas reservas, as quais não são respeitadas em suas divisas. Tudo isso foi viabilizando o espaço fronteiriço a oeste do país e tornando cada corpo redistribuído ou a possibilidade de ser reinserido no discurso da nação ou ser excluído de seu meio.

Lembrado isso, voltamos para as décadas finais do século XIX, retomando a mensagem do Barão de Diamantino, quando ele afirmava que havia a necessidade de civilizar os índios, pois, para ele, seria útil, mas, além disso, seria um ato humanitário essa ação, pois colaborariam com seus conhecimentos da floresta para com sua própria transformação e implantação de núcleos urbanos. Essas eram as formas de instituir em um espaço uma população, única maneira considerada para levar a efeito o processo econômico sonhado. Para tanto, se tornava necessário reordenar os corpos. Para o presidente:

Não há quem conteste a necessidade de catechese e civilização dos Índios, por isso que, além de ser útil, e humanitária a sua acção [...]. Os índios catechizados serão, sem dúvida, os melhores roteadores de nossas immensas florestas, que um dia poderão ainda converter em cidades populosas (ibid. p. 13).

Assim, quando é realizada a Exposição Universal na Filadélfia, por ocasião do centésimo aniversário da Independência da República dos Estados Unidos da América do Norte, o governador do estado busca conjurar a produção de Mato Grosso ao projeto da nação imperial brasileira, convidando os produtores locais a compor o espaço de produtos brasileiros que lá se apresentariam. O presidente declara em circular, recomendando

“que fossem convidados os productores d’esta Província a prepararem-se para a aquella Exposição, a fim de que os importantes productos de nossa lavoura e de outras indústrias exercidas no Paiz podessem figurar n’esse grande Jury de todos os Povos Civilizados” (ibid. p. 16).

A busca de inserção do Estado no circuito econômico leva aos apelos para a constituição de uma população apta a produzir. Nisto residem as justificativas à necessidade de fundação do Liceu Cuiabano. A educação era o caminho para a inserção de tantas etnias, tantas linguagens que constituíam formas de relação com a natureza, para que esta se tornasse produtiva, inserindo Mato Grosso como parte importante da

unidade da nação. A construção do Liceu Cuiabano constituiria o espaço onde os corpos se fariam aptos ao trabalho e à direção política da máquina administrativa. Uma população disciplinada, ordeira e útil contribuiria com a ordem, no interior da forma universal da racionalidade, levando cada um dos seus sujeitos a lutar pela concretização do projeto de modernização do espaço regional.

1.1 Da fundação do Liceu Cuiabano à educação como necessidade de civilização: a inserção na língua nacional

O início do século XX, segundo estudos de Amâncio (2008, p. 15), foi um período “extremamente efervescente e rico no que tange à instrução pública, com grandes esforços na organização do aparelho escolar e do ensino mato-grossense, caracterizados por mudanças significativas”⁵. O projeto de modernização mantinha sua presença na construção da brasilidade, de forma que cada um se auto-reconhecesse como membro da sociedade mato-grossense.

Para Amâncio, havia “abundante material de cunho oficial que apontava para a constituição de um discurso. Forma discursiva que se iniciava em 1910, mais precisamente no segundo semestre desse ano, e se estendia ao longo das duas décadas seguintes, rumo a uma aparente consolidação marcada pela oficialização de um método de ensino de leitura, em 1927” (Ibid. PP 16 e 17). Segundo Reis, (2006, p. 02) constituiu-se nesse momento uma hierarquia do saber no interior do estabelecimento escolar, instituindo grupos por séries, com a “organização das escolas em grupos, constituídas de acordo com a racionalidade científica”. Para Reis:

“A moderna escola estatal mato-grossense, representada pelo Grupo Escolar, surgiu com a tarefa primeira de, por meio do ensino, garantir que a população em seu conjunto fosse homogeneizada, e, para tanto, o conhecimento das primeiras letras e das noções de coisas era [...] Os grupos escolares passaram a ter, antes de tudo, uma força moral, cívica e educativa, sendo responsáveis pela ordem temporal da vida social dos alunos, com

⁵ O que justifica essa afirmativa, dentre outros argumentos, são: a organização do *Regulamento da Instrução Pública Primária*, em 1910; a criação de grupos escolares, em 1910 e 1911; a fundação da Escola Normal do Estado de Mato Grosso e Escola Modelo, em 1911; a elaboração e implantação do *Regimento interno dos Grupos Escolares*, em 1916; a elaboração do *Programa de Ensino* dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas em 1910; a elaboração do *Programa de Ensino* dos Grupos Escolares, em 1924; a elaboração do *Regulamento da Instrução Pública Primárias do Estado de Mato Grosso* em 1927. (Cf. Amâncio, 2008, p. 16).

horários determinados de entrada e de saída da instituição, bem como de descanso” (ibid. p. 02).

Amâncio vê o período entre 1910 a 1924 aproximadamente como de implantação e após 1924, especialmente, a partir de 1927, como de sua consolidação (cf. Ibid. p. 17). A importância dada à implantação de um modelo de modernização do Estado contava, portanto, com o apoio da instituição pedagógica. Um dos aspectos que mostra essa preocupação foi a vinda de Leowigildo Martins de Mello, normalista paulista contratado em 1910 para reorganizar o ensino mato-grossense. Ele produziu o *Relatório da Escola Normal do estado de Mato Grosso e Modelo Anexa – 1911*, além do conteúdo da *Ata do Conselho Superior da Instrução Pública* (Amâncio, op. cit. p. 17).

Porém, no final do século já havia o objetivo da instrução da população segundo um modelo nacional. Ele se efetivava através da preocupação com o ensino da disciplina Gramática Nacional, como previa o *Regulamento da Instrução Pública* de 1889. Contudo, a distância entre o desejo de sua consecução e o objetivo alcançado cria certa distancia. No relatório do Diretor Geral da Instrução Pública de Mato Grosso, João Pedro Gardés afirma que “porém o que se ensina realmente é leitura e escripta; número bem limitado de meninos recebe leves noções de arithmetica e de Grammatica Nacional”. (Gardés, 1892, p. 2, Ibid p. 69).

Para Di Renzo (2005, p. 14), em sua tese *A constituição do estado brasileiro e a imposição do português como língua nacional: uma história em Mato Grosso*, um dos fatores que levam à exigência de uma posição histórica, em que tenha se dado a produção e o resultado do conhecimento, é o fato de que “um saber não só constitui o homem, mas constitui a sua própria história”. (2005, p. 14).

A necessidade de disseminação do ensino de uma língua pátria levou ao estabelecimento do espaço da Escola. A proliferação dessa instituição, enquanto espaço responsável pela aquisição do conhecimento que ligaria o ser individual ou os grupos multiculturais locais a uma unidade totalizante retiraria o homem de sua obscuridade intelectual e reergueria seu instinto à verdade que o salvaria.

Há, dessa maneira, a criação dos grandes Colégios do país, com vistas à formação do cidadão brasileiro. Di Renzo destaca a fundação desses estabelecimentos como produto da relação entre Estado, língua e sujeito, surgindo daí a produção de

tentativas da configuração do sujeito mato-grossense ligado a uma economia. Assim, esse homem, transformado pelo saber, refaz sua relação com a natureza na perspectiva da modernidade, fortalecendo o mercado e a figura do Estado.

Dessa forma, várias instituições serviram como suporte ao projeto da adequação ao processo econômico, determinando a definição do social e político. Em seus interiores, efeitos de verdades colocavam em funcionamento sujeitos produzidos pelo domínio dos saberes positivados que lhes garantiam uma forma de escrita em detrimento de outras. O silenciamento e ou redistribuição das múltiplas formas ancestrais se dariam com um projeto de escolarização da sociedade, onde o discurso do analfabetismo fazia silenciar e redirecionar esses saberes múltiplos.

Alfabetizar significava a inserção numa nova linguagem ordenadora da multiplicidade cultural e tudo que não servisse esse propósito de reordenamento era compreendido como um desvio do meio social. Assim, a educação era uma forma de estancar os “desvios”, devendo, portanto, pregar o “amor ao trabalho e à honestidade pública e particular, a altivez política, o respeito às autoridades” (Souza, 1998, p. 175).

Segundo Di Renzo, o imaginário da escola a colocava como sinônimo de progresso, “lugar de disciplinar o homem, lugar de formação de valores como verdade e fidelidade à pátria”. (2005, p, 72). Em seguida, a autora cita uma fala que dá essa conotação. É interessante pensar sobre o imaginário que se formava da escola que funcionava na época. Vejamos o que disse o Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, quando da criação do Liceu:

A instrução, Senhores, é a base da ilustração de um país, ela é a alavanca poderosa do progresso das Nações, porque obriga o homem ao cumprimento do dever, e o dever fielmente cumprido abre o espírito à verdade, visto como ambos são da mesma família, imutáveis, universais, eternos (ibid. p. 73).

A escola, ao contrário de ser uma instituição de aquisição de competências, funciona “como um lugar de controle político na medida em que a Escola é um dos mais complexos aparelhos políticos” (ibid. p. 73). Vários nomes que passaram pela política mato-grossense também passaram antes pelos bancos escolares de Liceu Cuiabano. Ali não se aprendia somente enfileirar-se nos ritos ordenadores, mas conviver com regularidade, sentimento de amor à pátria e a Deus. Mato Grosso desenvolveu uma forma de educação com nítida presença religiosa, imiscuindo o sentido de evangelização e civilização e ações heróicas.

1.2 A educação e a presença salesiana

A instituição pedagógica se completava com a presença da educação Salesiana. Surgida na Itália em 1859 como sociedades *São Francisco de Sales*, teve como mentor Giovanni Bosco. Naquela época, havia em curso um processo industrial, promovendo grande êxodo rural e a vida miserável das hordas sem lugar e em sua andança sem destino, sem perspectiva e sofrendo o escárnio público e punições perversas nas aglomerações das cidades industriais. Já nas cidades aparelhadas de suas culturas rurais, estas feitas para uma situação contingente e singular, não ofereciam a essas ondas migratórias mecanismos de sobrevivência como arma de defesa nos espaços urbanos. Uma vez que estes espaços estavam sendo guiados por outros valores ou por uma população que ainda tentava engendrar um mínimo de partilha de tantos sentidos fragmentados pela transformação forçada.

Além do Arsenal de Guerra, tivemos o exemplo do Asilo São Francisco, que cuidava da internação de órfãos e filhas rebeldes. Além dele a Missão Salesiana dedicou-se à implantação de diversos estabelecimentos voltados para a disciplinarização dos filhos da população.

Para se adaptarem ao regime da exploração nas fábricas, os expropriados passaram por um processo de disciplinarização que contou com o funcionamento de diferentes instituições. Entre elas estava a instituição salesiana, atuando com a função de reduzir e corrigir os desvios. Essa disciplinarização era copiada do modelo judiciário e nela se instauram a reordenação do corpo para se adaptar às regras do trabalho e da produção.

Neles os desvios eram punidos com novos exercícios e novos exames para que os expropriados pudessem ascender a um lugar de destaque nesse modelo social ligado à ordem e à organicidade de natureza moderna, que em sua “teoria da evolução” termina por ser cooptada e voltada para o mercado industrial.

O saber salesiano espelhava com propriedade esse modelo. A escola era instituidora de oficinas de aprendizado industrial ou propedêutico, equiparando-se, em suas dependências, a outras instituições que exerciam funções de integração social dos menores infratores ou “órfãos desvalidos da sorte”. Para eles só havia um caminho: a escola ou a cadeia. A disciplina na oficina, na escola, funciona como repressora e coloca em funcionamento micro penalidades que apareciam em portarias que punia o atraso, a desatenção, a negligência. Toda forma consideradas como incorretas. Se antes as propriedades que não se adequavam aos interesses de uma economia macro iram sendo descartadas, nesse mesmo rolo compressor necessitava de reorganizar o uso do tempo e para tanto dotar uma população de comportamentos que se adequassem à presença de grandes propriedades. A população passa cada vez mais a ser composta por segmentos provindos do êxodo rural produzidos pela penetração de uma economia ligada aos grandes projetos agropecuários, únicos adequados à economia moderna.

Surge toda uma série de punições das frações mais tênues da conduta humana, colocando cada indivíduo à mercê dessas ameaças que passam a fazer parte de seus sentimentos. O indivíduo fica, assim, preso nessa forma que se torna universal: de que tudo é punível e toda instituição, da mais ínfima admoestação paterna, passando por portarias, de relações no trabalho, na escola, na igreja até aparelhos explicitamente punitivos. Para cuidar desse aparato tecnológico, surgem no início do século XX em Mato Grosso, diversas instituições para inserção em nova concepção de espaço e tempo.

Adilson Francisco, em seu livro *Educação & Modernidade: os salesianos em Mato Grosso, 1894-1919*, ao tratar da presença salesiana em Mato Grosso, procura mostrar em que base disciplinar essa instituição se coloca para exercer sua função na construção do projeto liberal nesse Estado. Num de seus opúsculos de 1877, Dom Bosco mostra que é preciso tornar “conhecidas as prescrições e as regras de uma constituição e depois assistir de tal modo que os alunos estejam sempre sob os olhos atentos do diretor ou dos assistentes” (2010, p. 95). Dessa forma, na “Carta sobre os Castigos, ele explicita que a finalidade de seu sistema é ‘dispor de tal maneira o ânimo dos alunos que, sem nenhuma violência externa, se sintam inclinados a obedecer-nos’ (Ibid. p. 95).

O objetivo era dispor de um corpo de trabalhadores que servissem a necessidade de braços úteis à implantação moderna. Para tanto a inserção de um Estado forte.

Assim, por uma leitura etnológica, o saber ocidental parte para sua leitura no ultramar e a cada momento do passado esse confronto de culturas se dá de forma assimétrica. Com isso encontrariam uma maneira de introdução da população mato-grossense a serviço do progresso econômico. Para esse intento haveria a necessidade de fundação de instituições que colocassem suas formas singulares herdadas de múltiplas formas culturais. Nesse caso, as diferenças passam a ser consideradas como não condizente e opostas aos limites de um saber, que se queria universal.

Em Mato Grosso essa forma de lidar com a natureza múltipla contou com o apoio da instituição Salesiana. Em carta, o governador do Estado, Manoel José Murinho, escreve ao arcebispo Dom Carlos D'Amour, solicitando a vinda de religiosos para o trabalho nas colônias agrícolas voltada para a disciplinarização dos índios. Nela ele justifica a vinda dos salesianos como um serviço que “atende de perto com a segurança e tranquilidade da indústria agrícola entre nós, a qual não poderá medrar, enquanto vive sobressaltada pelas correrias e ataques dos silvícolas” (FRANCISCO, op. cit., 2010, p. 106). Em um trabalho conjugado entre Estado e Igreja, os Salesianos atendiam aos pedidos do governo e participavam intensamente da tentativa de integração das culturas indígenas ao processo econômico ao qual Mato Grosso procura se inserir.

A catechese e civilização dos nossos indígenas continuam a ser uma das mais sérias preocupações do governo, interessado como este deve ser no aproveitamento de tantos braços ora ociosos, e que, bem empregados, poderão concorrer para a produção da riqueza econômica do Estado. Si o estabelecimento das colônias de índios denominadas – Theresa Cristina e Izabel, tem contribuído para a manutenção da paz e tranquilidade de nossa lavoura, antes frequentemente perturbadas pelas correrias dos silvícolas, todavia é força confessar que o resultado colhido nas mesmas colônias, quanto à cultura dos indígenas, está longe de corresponder aos sacrifícios pecuniários despendidos no respectivo custeio (RPEMT, 1893, P. 19).

A intenção do governo era de expandir o número de reduções catequizadoras por todo estado de Mato Grosso. Para tanto, pedia ao bispo diocesano “superior dos padres salesianos a vinda de alguns missionários d'aquela ordem religiosa” e que faria ele “nutrir a esperança de que conseguiria a “fundação de uma ou mais missões no território do Estado”. (ibid. p. 20). Além disso, a ordem religiosa agia no meio urbano fazendo a inserção no mundo do trabalho das crianças filhas da população empobrecida ou de

“órfãs desvalidas”. Havia uma política de recolhimento das órfãs e pensionistas e semipensionistas e externas gratuitas. Segundo Lopes (2006, p. 21):

No dia da instalação deste estabelecimento achavam-se recolhidas 23 orphãs, sem fallar nas collegiais pensionistas e semi-pensionista e externas gratuitas, cujo número destas sobe a 80 e o das e desvalidas a 34. Todas, neste anno lectivo, continuam a ser bem succedidas nos seus estudos, e não poucas, recentemente matriculadas, já lêem e rascunham admiravelmente, dando assim provas de habilidade para o tirocínio litterário (LUZ, 1983, apud, Lopes, 2006, p. 21).

A Missão Salesiana dirigiu o Asilo Santa Rita de Cássia, em outro exemplo de como a educação salesiana exercia o papel de disciplinarização dos corpos para disponibilizá-los ao funcionamento do projeto modernizador da sociedade mato-grossense. Lopes, em seu livro *Asilo Santa Rita*, mostra que, desde 1850, já havia a presença da religião na ajuda ao projeto civilizador. Segundo a autora: “Novos hábitos e novos parâmetros de civilidade e progresso já eram visíveis em 1860, em Cuiabá: o Seminário da Conceição, a nova Cadeia, o Cemitério da Piedade e a preocupação com a higiene e a disciplinarização”. (2006, p. 15). Desde aproximadamente 1890, foi fundado o Asilo Santa Rita, em terreno doado pelo comendador Manoel Nunes Ribeiro, e teve como objetivo

...a construção e organização de um ‘asilo’ para acolher meninas desprovidas de um lar, podendo receber ao mesmo tempo internas e pagantes, que ajudassem na manutenção da obra [...] a escritura lavrada pelo escrivão Manoel Bodstein, em 18 de novembro de 1890, diz ‘que a doação ao mesmo outorgado, para o fim de na dita casa, fundar-se-á um asilo e colégio para meninas desvalidas, sob a invocação de Santa Rita (ibid. p. 15)

Vemos nessa construção o papel da sociedade civil que, de forma ascendente, contribui para o funcionamento de instituições voltadas para recuperar as vítimas de um modelo que pervertiam a organização familiar, ao ponto de surgirem os efeitos de uma política que produzia rejeitos humanos, como o caso das “meninas desvalidas”. Essa sociedade é que de alguma forma contribuía com a fundação dessa instituição para que formasse corpos docilizados: sejam eles de origem pobre, como no caso de órfãs desvalidas, ou meninas de “famílias de bens”, mas que eram “rebeldes”. Assim rezava o testamento de doação de terreno para construção do Asilo Santa Rita:

O Azilo, sendo doado, para nelle serem educadas meninas desvalidas de Cuiabá, sob a direção das Santas Irmãs da Caridade, e sendo estas todas, pela Santíssima odebiência conforme em todo com o amar servir e glorificar a Deos (Ata da solene inauguração do Asilo Santa Rita, 1892, APMC – Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, Caixa 96, ibid. p. 16).

Com isso, vemos uma sociedade onde seus membros participam da tentativa de amenizar os efeitos de um modelo sócio-econômico-político e, ao mesmo tempo, contribui com a disciplinarização dos corpos como formas de torná-los úteis a essa sociedade. Sendo a mulher uma coadjuvante nas lides domésticas, mas, direta ou indiretamente, servindo a uma função, como um corpo que cede à coextensividade, conforme os ritos das ciências sociais da época. Essa forma ascendente de funcionamento do poder aparece segundo Lopes, no demonstrativo da receita e despesa do Asilo. Segundo Lopes cita em documento: “o Monsenhor Bento Severino considerou que outras pessoas colaboraram para erigir o Asilo, que contou também com auxílio do governo”. (2006, p. 16).

Há, ainda, outro viés desse acontecimento: o discurso higienista segregador. Cuiabá, ao sofrer com epidemias, principalmente de cólera, tinha a população como culpada da proliferação das doenças. Em 1892, é criada a Inspetoria de Higiene:

O serviço sanitário passou a ser estadual desde o princípio do corrente anno. Em execução da lei n. 18 de 1892 expediu por decreto n. 39 de 18 de Março ultimo novo regulamento organizando as repartições de saúde e dando normas para o cabal desempenho de suas importantes funcções. Acha-se apenas preenchido o lugar de inspector geral de hygiene, não se tendo podido prover definitivamente os cargos de delegado de hygiene, que por em quanto só existem nas cidades de Corumbá e Cáceres (RPEMT, 1893, p, 19).

Além de todos esses esforços disciplinadores, os salesianos fundaram a Escola Patronato do Coxipó, que mantinha o ensino profissionalizante para crianças órfãs, filhos de pobres livres, escravos mortos ou presos ou de origem indígena, seqüestrados pelas bandeiras (LEOTTI, 2001). Mantiveram ainda sua política de aldeamentos, sendo mantenedora das Aldeias Thereza Cristina e de Sangradouro, ambas no vale do Araguaia. Cada uma das instituições que depositavam em Mato Grosso passava a fazer parte do esforço de conjunto para fazer desse espaço o lugar de aceitação por uma economia política que se expandia de forma inexorável pelo espaço do Brasil. Mato Grosso precisava expor a sua produção para o mundo, para que a industrialização lhe voltasse os olhos.

CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA E PROGRESSO.

Quando nos utilizamos de noções como violência para retratar um momento no passado, nos deparamos com o uso desse conceito. Nesse capítulo propomos mostrar a situação política do Mato Grosso no final do século XIX até as vésperas de fundação do IHGMT. Esse clima beligerante com toda a gravidade como aconteceu era considerado como um entrave à implantação de um modelo moderno de economia. Havia certa coação no sentido de sua superação exigência mínima para absorção do avanço da fronteira agrícola que invadia desde o século XIX a região oeste de São Paulo. Quando tratamos de todos os acontecimentos que aparecem nos documentos oficiais e no uso deles feitos pelos sócios do instituto podemos aquilatar a assimetria com que eles são classificados e escandalizados.

Essas manifestações emergentes nas escritas sobre o passado passam para o tempo presente definindo em cada um a noção que ele deverá ter do que entenderá como o que é violento e o que não é. Portanto a importância dessa problematização está no entendimento que muito mais que o jurídico, o histórica acaba por demarcar uma moral determinante no comportamento de cada um com relação ao Estado e aos que dele se apossam politicamente.

Eis uma questão importante para que possamos repensar o passado. Se nos ativermos a noções prontas e não estranhá-las, acabamos por partir de conceitos prontos, mantendo os valores sobre o passado e, com isso, uma forma de dominação que já está entronizada no interior da linguagem. Deste modo, ao lidarmos com as operações de construção de narrativas que são tidas como acontecimentos históricos sobre o passado talvez estejamos na verdade nos subjetivando a partir dessa discursividade que tomam forma de verdade sobre os acontecimentos.

2.1. Verdades e silenciamentos nas redistribuições da memória e dos papéis sociais no espaço da luta política

Nesse capítulo apresentamos como em Mato Grosso a política era definida por formas que se distanciavam do modelo de democracia que marcava o regime

republicano. Um agravante para a constituição e ampliação dos conflitos foi o contexto do pós-guerra do Brasil contra o Paraguai. Uma vez que muitos dos que compuseram os efetivos dos bandos que protagonizaram o quadro de violência a partir das três últimas décadas, eram provindos ou tiveram como causa direta ou indireta o fim desse conflito. Armados os ex-soldados de ambos os lados, os desertores e aqueles que foram expropriados de suas terras, todos tiveram sua possibilidade de sobrevivência deteriorada com o conflito e o rescaldo dele. No que dizem respeito aos soldados, muitos após a guerra desertaram ou não se reintegraram às suas funções anteriores e acabaram por compor bandos de jagunços, mantendo uma relação de antagonismo e cumplicidade com o caudilhismo que se tornou forte e passou a decidir o mando político em Mato Grosso.

Para melhor entender esse aspecto da violência, recorreremos ao livro de Valmir Batista Corrêa, *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso*, que se tornou um clássico sobre o tema. Foi a partir dele e de documentos históricos (sejam eles livros, revistas, relatórios, dentre outros), pudemos vislumbrar as características belicistas tais quais se deram nas relações políticas em Mato Grosso nas últimas décadas do século XIX e adentrando o século. Para Corrêa:

O estudo do *coronelismo* em Mato Grosso reveste-se de grande significado para a compreensão deste fenômeno político que tipificou a história brasileira em dado momento, e pelo conhecimento (desconhecimento) da história da região e das formas peculiares que assumiu a evolução da sociedade e da política mato-grossense. O aparecimento de *coronéis*, de chefes políticos locais e das oligarquias estaduais enquadrou-se numa situação singular da região do extremo oeste, caracterizada pela imensa fronteira e por um processo de devassamento e ocupação que se prolongou ainda pelo primeiro quartel do nosso século (Corrêa, 1995, p. 15).

Antecedendo-se no tempo, podemos ver que a violência foi uma marca da conquista do espaço nacional, desde a chegada da primeira expedição sertanista até a presença da economia do século XXI. Desde os sertanistas do século XVIII até os bugreiros do século XX, chegamos aos dias de hoje com marcas profundas do teor violento com que foi implantada a colonização da fronteira oeste da nação.

Há resquício dessa forma de ocupação, com relação às reservas indígenas invadidas e após isso em cada momento histórico uma forma de ocupação da terra era soterrada pelos aprimoramentos da economia neoliberal mundial⁶. Desses episódios

⁶ Quanto ao conceito de neoliberalismo, seguimos o estudo de Foucault, que detecta dois tipos de liberalismos na primeira metade do século XX: os alemães que se reuniram em torno da revista *Ordo*, e

que podem ser contados como de teor violento, houve os deslocamentos causados pela desterritorialização indígena e da forma trágica em que resultaram essas experiências, como podemos ver com as reduções indígenas instaladas principalmente durante o governo de Augusto Leverger e de outros menos conhecidos pela memória. Há também a violência causada de forma direta e indireta principalmente pelos efeitos da Guerra contra o Paraguai, que foi considerada a mais sangrenta. Porém, o acontecimento que apareceu de forma mais escandalizada foi a Rusga, com foco nas 14 mortes praticadas por populares e soldados revoltados. Ficou mais marcada não pela quantidade de mortes, mas pelo lugar de sua luta.

Deste modo, podemos observar que o teor de mais ou menos violência dependeu muito mais do relato do que da quantidade de mortos. Porque, para além da Rusga, houve conflitos promovidos pelos bandos de jagunços; e também o para-militarismo constituído a partir de ilegalismos; e ainda, verdadeiros Estados dentro do Estado. Nesse ínterim, poderíamos fazer uma genealogia da constituição dessas dinastias produzidas, as quais marcaram a história do passado e ficaram lembradas em ações monumentais.

É a existência desse conceito de violência mais dissimulado por uma operação de reversão que produz requalificações e desqualificações a partir da construção de uma hierarquia social com heranças racistas coloniais, que pretendemos observar na operação da escrita produzida pelo IHGMT. Em especial, nos detemos no estudo da memória sobre o bandeirantismo, no que diz respeito ao início da experiência emancipatória nos moldes imperiais e a necessidade de constituir a unidade nacional, em específico, a situação de Mato Grosso neste contexto. Examinamos ainda as dissidências populares e a forma como elas chegaram até novos olhares de leitores do passado. Por fim, o terceiro problema que pretendemos dar ênfase é o conceito de violência empregado nos embates da virada do século XIX para o momento de fundação

daí que surgiu o ordoliberalismo (Escola de Friburgo) e com eles os “dois grandes eixos sobre os quais os ordoliberais instituíram. De um lado a formalização da sociedade com base na noção de empresa” (FOUCAULT, 2008, p. 222). Seria preciso, segundo ele, “fazer dessa noção toda uma história, ao mesmo tempo econômica, histórica, social, do empresário e da empresa, com toda a derivação de um ao outro desde o fim do século XIX até o meado do século XX; [...] E o segundo aspecto “a redefinição da instituição jurídica e das regras de direito necessárias numa sociedade regulada a partir e em função da economia concorrencial de mercado; ou seja, *grosso modo*, o problema do direito. Por outro lado o modelo neoliberal marcado pela intervenção do Estado na economia de forma a regular o papel social do liberalismo, como foi o caso do modelo de Keynes e implementado nos E.U.A na primeira metade do século XX, depois da crise da Bolsa de Valores de Nova York. Cf. FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo; Martins Fontes, 2008.

do IHGMT e de fundação da história de Mato Grosso que tendeu mais como sua reconstrução, cujo mecanismo operatório coube aos sócios do IHGMT.

Enquanto uma política disciplinadora se ampliava com uma tentativa de regulação da população no início do século XX, e executado pelos dirigentes políticos, cabia aos sócios do IHGMT a função de reorganizar o sentido com relação ao passado como forma de silenciamento da violência empregada pela colonização e do saldo trágico dessa aventura. A continuidade histórica e seus nexos lógicos, já justificavam por si as violências praticadas por seus ancestrais ou como gostavam de nomeá-los como grandes vultos do passado. Muitas vezes as conseqüências de cada momento no passado nem ao menos era lembrado. Esses silenciamentos caso não se operassem quebrariam a escrita e a forma continua que se mantinha por uma sucessão de fatos ligados a um fio condutor. Com o olhar no presente, procuramos problematizar esses revolvimentos da memória e a forma de seu preenchimento com uma história que chega aos nossos dias. Muito mais que o mecanismo jurídico a história contribui enormemente com a inserção dos corpos em um espaço disciplinador, mesmo resguardando a precariedade com que se deram essas tentativas.

Os litígios que veremos a seguir tomaram tonalidades, que apesar de haver uma ressonância às exigências de modernização política e econômica provindas dos estados do sudeste do país, receberam um status de referenciais históricos justificador, haja vista, os seus protagonistas serem membros das oligarquias locais. Para isso foram contrastados com um protagonismo considerado como sem referencial pela presença das camadas populares no movimento de 1834. O dossiê, apesar da data centenária, ultrapassa os acontecimentos recentes e vai buscar em algo centenário o exemplo de um desvio de uma continuidade, um acidente histórico tal a forma como se configura como memória esse evento em que uma parcela menor da população almeja uma ocupação do espaço público nesse evento do período regencial.

Portanto, é importante nessa leitura que fiquemos atentos ao que movimentava a política no país em 1934, quando uma nova forma política nacional que quebrava uma hegemonia do berço do bandeirantismo paulista, que é ocupado por uma nova força política onde a figura do Estado é mais presencial no controle político coronelístico. Cem anos se passaram e uma nova forma de apaziguamento acontece: uma resistência como fruto da exclusão das camadas populares com partilha própria política e apenas

como soldados dos coronéis de um lado e de outro um centralismo que parece buscar recuperar uma situação política construída nesses cem anos e que fortaleceram o mando dos coronéis.

Por isso entendemos que houve uma marca maior assinalada sobre o grau de violência oligárquica e o combate cerrado promovido pelo governo Vargas. É nesse momento que surge o perigo e dele a necessidade de por em ação os operadores do passado. A violência que aparece é a do passado distante e que nela há o silenciamento sobre as consequências dessa política oligárquica e a retomada do passado justificador da história como da genealogia dessa dinastia latifundiária e seu belicismo.

2.2. A briga dos coronéis e a violência partidária em Mato Grosso

Houve um importante episódio do passado de Mato Grosso, quando da morte do então Presidente de Estado Antonio Paes de Barros, proprietário da Usina de Itaici, a maior e mais moderna usina de produção de açúcar de Mato Grosso na virada do século XIX para o século XX. Figura influente na política exerceu o cargo de Presidente de Estado de 1902 a 1906. Totó Paes foi assassinado em 1906, de forma fria, por execução sumária, pelos militares que o encontraram no seu esconderijo na Fábrica de Pólvora na região do ribeirão Coxipó do Ouro, afluente do rio Cuiabá e que recebeu esse nome por ser a primeira mina de ouro do início do século XVIII.

Em 2006 completaram 100 anos desse acontecimento, provocando ruídos no presente. O fato foi motivo de uma reportagem do *Diário de Cuiabá*, que narra o evento a partir de dados relatados pelo organizador Paulo Pitaluga da Costa e Silva, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT. Ele organiza o evento para rememorar o acontecimento que tinha como tema o papel de Totó Paes no passado e a imagem negativa que, segundo Pitaluga, construíram para destruir sua biografia. Isso o leva a provocar um debate, com vistas a recuperar outro lugar da memória que restabelecesse uma imagem considerada como manchada por seus inimigos políticos, os quais, de acordo com Pitaluga, assim o fizeram por serem contra a modernização da máquina do Estado que o personagem estava empreendendo.

Essa reportagem saiu estampada no *Jornal Diário de Cuiabá* do dia 6 de julho de 2006, assinada pelo repórter Rodrigo Vargas. Segundo Pitaluga, esse personagem da história de

Mato Grosso teve seu nome ligado “a fatos e crimes dos quais não se tem evidência alguma”. Com a finalidade

...de eliminá-lo da história de Mato Grosso. Essa é a crença do historiador Paulo Pitaluga Costa e Silva, do Instituto Histórico e Geográfico. “Autor da pesquisa A Visão dos Vencidos: Cem Anos depois, Pitaluga é um dos organizadores da série de eventos” que em 2006 pretenderam “relembrar o centenário da morte do político e, principalmente, defender a revisão de seu legado. (Diário de Cuiabá, 07 de julho de 2006).

Mais uma vez a memória do passado é rebuscada para alimentar debates no tempo presente. A cada acontecimento no presente, o passado é acionado e, se preciso reorganizado ou colocado em questão, porque alguma coisa está sendo afetada no presente. A reportagem restitui o acontecimento e a forma como ele foi interpretado é colocado novamente em debate. Eis mais uma parte da reportagem:

...”grande pecuarista e maior industrial do Estado”, segue a reportagem afirmando que “o então presidente de Mato Grosso foi assassinado há exatamente um século, no Coxipó do Ouro. Já haviam se passado seis dias desde que o então presidente do Estado de Mato Grosso, Antônio Paes de Barros, o Totó Paes, decidira deixar a zona urbana de Cuiabá em busca de esconderijo em uma fábrica de pólvora na região do Coxipó do Ouro. Com a Capital inteiramente cercada por tropas sob o comando do senador Generoso Ponce, sua única esperança de retornar ao poder era a chegada de uma expedição militar trazendo os reforços prometidos pelo governo federal. O destino, porém, não permitiria tal reviravolta. Traído por um partidário, o fugitivo teve seu paradeiro descoberto por uma guarnição comandada pelo coronel Joaquim Suplício de Cerqueira Caldas. “E, imediatamente após a captura, foi assassinado com dois tiros à queima-roupa” (ibid. 2006).

Totó Paes de Barros foi considerado o fundador da industrialização moderna em Mato Grosso, por ter construído e colocado em funcionamento a Usina de Itaici. Para o discurso posterior enunciado por Pitaluga: Totó Paes sai do silenciamento para sua biografia política e de industrial para ser defendida por seus partidários ou atacada por seus desafetos.

Político habilidoso, grande pecuarista e maior industrial do Estado proprietário da então moderna Usina de Itaici. Totó Paes saiu da vida para protagonizar em um dos mais controvertidos episódios da história e também da historiografia de Mato Grosso. Depois do assassinato, veio uma campanha de difamação que se estendeu por décadas. [...] Descrito por muitos como um déspota, responsável direto por barbaridades como o massacre de 17 opositores na Baía do Garcez e pela manutenção de um regime de terror entre os funcionários de sua usina, Paes seria, a partir desta ótica, um empresário moderno e dinâmico, que acabou por se tornar um político incômodo às antigas oligarquias (Ibid. 2006).

Para seus correligionários, conforme a interpretação de Pitaluga, Totó Paes representava o projeto modernizador do país e estaria na prática implantando essa possibilidade em Mato Grosso. Por esse motivo, para seus inimigos políticos:

Totó Paes representaria o acontecimento da modernidade e para seus desafetos era um líder que, continuando na vida política e na liderança econômico-industrial, por certo impediria, tempos depois, a continuidade do poder de Generoso Ponce e seus correligionários, aponta o historiador, em seu estudo. Empossado presidente do Estado em 15 de agosto de 1903, Totó Paes vinha obtendo bons resultados com uma administração baseada na austeridade. Com isso, aponta Pitaluga, iniciou um governo de moralização, a iniciar pela normalização das alquebradas finanças do Estado. Era uma mentalidade nova, que afetavam muitos interesses (ibid. 2006).

Segundo Pitaluga relata ao jornal Diário de Cuiabá, a partir desse acontecimento, os algozes de Totó Paes teriam emperrado a continuidade do projeto modernizador, pois, com o golpe dado por Generoso Ponce, teria caído por terra a continuidade do tal como se imaginava que ele representava pelo espírito industrial das ações governamentais.

A derrota para as forças de Generoso Ponce, que conseguiu arregimentar quase quatro mil homens para a chamada revolução de 1906, significaria também o início da campanha contra sua memória. Não queremos colocá-lo em um pedestal, acima do chão, como fizeram com aqueles que o assassinaram. Existem idéias e idéias, teorias e teorias. Nosso objetivo é apenas que a verdade seja esclarecida. (ibid., 2006).

Vemos aí como a luta pela memória é tão forte quanto às lutas explicitamente bélicas no passado. Porém, apesar do objetivo da busca da verdade que norteia essas preocupações com o passado, há zonas de silêncios as quais não aparecem nessas análises. Essas zonas de silêncios trabalham com a noção de sujeito jurídico e podem estar deixando escapar um aspecto importante. Ambos os lados do embate não podem mais ser marcados dentro de análises como *Coronéis*, haja vista ser um conceito que englobaria todos que se apresentassem como obstáculos à modernidade. Por outro lado, uma onda chamada economia de mercado invadia o espaço e precisava varrer esse “coronelismo atrasado”.

Ao acompanharmos as causas históricas se prendendo aos acontecimentos empíricos, podemos ver que ambos os lados, mesmo opostos uns aos outros em suas relações políticas em busca do mando político do Estado, tinham algo em comum. Em suas mensagens anuais à Assembléia Legislativa, ou estampados nos jornais, revistas e nos seus relatórios, o que havia de recorrente era a necessidade de adequação de Mato Grosso aos estados do sudeste do país. A necessidade desse apelo de adequação ao

projeto de desenvolvimento aparecia não só no discurso, mas materializado no avanço das propriedades rurais no sentido sul-norte, por meio da Ferrovia Noroeste do Brasil. Tal avanço das comunicações trazia consigo uma heterogeneidade de ações, acontecimentos que obrigavam a adequação do espaço da fronteira oeste, para torná-lo apto a absorver essa avalanche e seus efeitos - com vantagens para uns e tragédias para muitos.

Os documentos que aparecerão daqui em diante mostram que há, por sob a epiderme da superfície desse corpo nacional e regional, os avanços dos interesses macroeconômicos de um liberalismo voraz, causando brilho nos olhos, espanto e alegria, como veremos na inauguração da Usina de Itaipu. O papel de empresário moderno representado por Totó Paes e o aspecto tecnológico e arquitetônico de sua usina depõem contra a imagem homogeneizada do *coronelismo*.

Para que possamos mapear os momentos do passado como experiências com alguma forma de violência, é preciso, antes de tudo, superar conceitos já cristalizados sobre o tema violência. Dessa maneira, ao invés de falarmos em violência como algo idealizado que tomaria formas diferentes em cada momento histórico e pela forma e o lugar da fala sobre ela, deslocaremos o sentido da leitura para nos fazer entender que o grau maior ou menor do sentido de violência, tal qual aparece em narrativas e análises do passado, ocorre, em outros casos, sob forma de supressão.

Por isso, é necessária uma atenção mais minuciosa na maneira como a violência é redistribuída em outros códigos gramaticais, por meio de escritas marcadas por uma linguagem que não coincide com a forma como era vista por seus personagens reais. Isso nos leva a entender que o conceito de violência é produzido no decorrer do acontecimento e pode tomar conotação de gravidade ou, ao contrário, pode ser silenciado, suprimido ou dissimulado.

Assim, entendemos que muitos acontecimentos sofreram dupla violência: a violência radicalmente física e a violência tal como esses registros foram sendo interpretados e transfigurados. Para isso, mantinha-se a fala fora do contexto discursivo em que se deram as ações, fazendo com que os fatos fossem destituídos de seus tumultos, de suas potências, sendo que essa potência somente teria sentido no espaço cultural de sua imanência. Se ela servia como forma de partilhar o seu mundo sensível, seu exercício somente teria sentido na sua forma singular do acontecimento. Ao serem

suprimidos por silenciamentos, os acontecimentos se desfaziam, causando um grande trauma cultural, frágil e de fácil degradação.

Essas argumentações servem de preâmbulo para que possamos construir alguma hipótese quanto às operações que se propuseram a falar da violência, tal como apareceu no espaço colonial, imperial e republicano, podendo também ser relacionadas essas operações aos momentos do presente e a nossa lide com o passado. Tais hipóteses aparecerão no decorrer desse trabalho, quando do retrato que cada operação fará sobre a realidade de Mato Grosso.

2.3. Da violência do lugar ao lugar da violência: deslocamentos dos sujeitos e os novos conceitos de violência. 1892: a Revolução em Cuiabá e a chacina do Rosário.

Foi também um sol, pequeno sim, mas sempre foi um sol que descambou no ocidente e que não devia escapar ao apedrejamento dos abissínios de todos os tempos e de todas as condições Vital Batista Araújo, *Reflexões Críticas sobre a Revolução em Cuiabá*. 1892.

Se seguirmos um fio condutor da escrita que nos ficou como meio de conhecer o passado de Mato Grosso e que, como afirma Foucault, “permita decifrar tanto o passado como o presente, fio condutor que permitiria desqualificar, repelir, tornar politicamente desejável ou historicamente inválido certo número de acontecimentos, de personagens, de processo e, ao contrário, requalificar outros” (2001, p. 192), talvez observem que o passado nos chega marcado pelo lugar de sua escrita. Veremos no decorrer desse trabalho que a violência que é descrita por testemunhos oculares, não ficará na história como a mais aterradora. Será que se mede o teor de violência pelo saldo trágico dos embates bélicos ou pelo saldo dos embates historiográficos? É isso que tentaremos mostrar no decorrer da análise da produção do IHGMT.

O livro de Vital Batista de Araujo serve como depoimento do grau de violência tal a marca traumática que irá deixando em seu rastro de morte. Sua escrita registra o grau de periculosidade dessas relações guerreiras que se abateram sobre Mato Grosso. Araujo deixa uma descrição que é a marca da dor, da tragédia e que pode, com as

palavras de quem passou por todo esse cruel acontecimento, fazer saber ao tempo presente sobre o sangue que regou os códigos de leis do pretense apaziguamento político e que pesou com o botim exigido pela paz a ser implantada e que hoje pairam sobre nossos corpos. São ruídos que provoca um repensar do presente, fazendo com que os silenciamentos emitam sinais dos lugares em que possamos ao menos senti-los em sua latência.

Se lançarmos um olhar mais aguçado, podemos ver esses silenciamentos clamando para que mostremos as marcas que os reinstituem á escrita da história. Hoje esses acontecimentos aparecem em outra linguagem que os incluem no presente, porém destituídos das potências que lhes davam vida no momento de sua cintilação. Assim, perderam a potência e as centelhas da chama que provocavam no cruzar de suas palavras, o que conferia vitalidade na partilha em suas comunidades.

Segundo o que ficou constado no seu livro, se quisermos saber o teor de barbárie e violência que marcou o espaço mato-grossense a partir do ano de 1892, basta mostrarmos um dos inúmeros episódios sangrentos que marcaram esses tempos difíceis. Um episódio em que as disputas políticas eram decididas por um belicismo que transtornava constantemente o cotidiano da cidade e do campo no final do século XIX e que chegou ao início do século XX, marcando um exemplo do grau de violência com que se deu a construção do poder político em Mato Grosso.

A violência que se abateu sobre a cidade de Rosário Oeste, situada a 120 quilômetros de Cuiabá, é uma das inúmeras cenas da política belicista que fazia funcionar as questões de mando partidário nos destinos do Estado republicano. Naquela ocasião foi instituído um regime que causou muito derramamento de sangue e que se impôs de maneira implacável em Mato Grosso, no final do século XIX. O teor do sentimento de dor e horror aparece no relato de Araujo:

Foi uma verdadeira carnificina da qual escapou apenas o major comandante, o alferes Gomes da Silva, que perdeu uma das mãos decepadas a golpe de espada ou facões e uma quatro ou seis praças, que milagrosamente puderam fugir protegidas pela confusão e pelas trevas. A maior sanha do grupo revelava-se contra o alferes de polícia, Cunha e Cruz, que houvera há pouco tempo deixado o serviço do exercito, onde fora cadete sargento. Logo que os primeiros lampejos da alvorada permitiram divulgar as feições dos mortos e feridos, e sendo reconhecido no meio destes últimos, o alferes Cunha e Cruz, cujo estado de graves ferimentos o impossibilitava de mover-se do lugar onde se achava estendido, sobre ele se atiraram uns quantos indivíduos dos que compunham o grupo, e acompanhado de palavras as mais deprimentes, injuriosas e ofensivas – iam pouco a pouco retalhando-lhe o corpo todo, e

nesse corvejamento, acabando-o de matar lentamente, tendo ainda assim, esses *heróis do Rosário*, a cautela de o amarrarem. (2002, p. 22).

Testemunha ocular desse momento conturbado de Mato Grosso, na ainda nascente República, Araújo consegue constituir um relato onde mostra o quanto essa forma de disputa política gerou um sentimento de terror na população. Durante os primeiros governos militares da recém criada república houve, nos revezamentos de poder de mando, reflexos violentos em outros estados da nação. Em Mato Grosso, o nível de violência deixou sua marca de sangue e de ódio. Segundo o autor: “Desde a data em que entrou na capital a força do coronel Ponce, a população vivia em contínuo e desesperador sobressalto, atento a um sem número de notícias que se espalhavam diariamente”. (ibid. p. 40). E relata ainda:

indescritível aspecto de tristeza apresentava as ruas da cidade; todas as casas fechadas; ouvia-se só o sibilar das balas e o troar do canhão do quartel do 2º que era secundado pelos do Arsenal de Guerra que também arremessavam projéteis sobre a cidade, na direção em que se achavam as forças poncistas e nas quais abriam brechas (ibid., p. 44).

Sua escrita procura mostrar dois cenários da cidade. Uma Cuiabá, que parece em sua escrita ansiando pela volta ao seu momento de tranquilidade, onde a beleza da sua noite e de seu dia pudesse ser usufruída por todos os seus amantes. A outra imagem é do rio, que parecia solitário a esperar seus pescadores, suas lavadeiras e limpadores de vísceras dos peixes e de vísceras animais para serem colocados nos açougues. Sendo que estes também não abriam e nem recebia seus fregueses costumeiros: uns por estarem em guerra, outros fugindo de seus efeitos.

Os dias e as noites eram de uma admirável e encantadora beleza, como são em geral no mês de Maio; o horizonte completamente limpo de nuvens apresentava-se aos olhos dos mortais de um azul nunca imitado por Phidias nem Rafael; à noite – o luar mais poético – tão apreciado pelas imaginações cismadoras, como um extenso lençol prateado, projetava-se sobre a calçada das ruas e o telhado das casas (ibid., p. 44-45).

Porém, o relato parece sofrer um lapso de tristeza e dor, mostrando toda essa beleza cuiabana revirada e pisoteada pela violência daqueles que se sentiam reinando sobre o destino de toda a população. Era a Cuiabá triste onde “continuava incessante o tiroteio que durou todo o dia”. As palavras de Vital deixam à mostra duas situações que poderiam justificar o desejo de mudança desse momento político. Uma seria o que vinha do seio da população, a qual sofria com todos esses acontecimentos que lhe causavam insegurança, incerteza e a tornavam, por outro lado, vítima dessa situação aflitiva. Por conseguinte, essa situação empurraria a população com mais facilidade a aceitar outras

formas políticas que a livrassem do que ora lhe impunha um mal estar e que violentava seu cotidiano. Além disso, havia a crise de sobrevivência alimentar que se acirrava com tais perplexidades políticas, afetando o funcionamento socioeconômico.

Desta feita, não seria difícil convencer a população de que a sua inserção no processo produtivo moderno traria para ela a tranquilidade, tornando-se mais fácil aceitar novos dispositivos de implantação do regime produtivo. Acreditando buscar de volta o regime da lei dos códigos para suprimir a lei das armas, esses sujeitos mal imaginariam que o progresso livrar-lhes-ia da violência explícita para introduzi-los em um regime disciplinar e regulador.

É dessa maneira que gradativamente a partilha do espaço sensível vai se constituindo nas exigências de novas situações e que basta a emergência de um discurso apontando para mudanças para ganhar apoio e execução. Porém, entre os desejos e as artimanhas do poder existem forças invisíveis funcionando e produzindo nas superfícies armadilhas que tomam faces de modernização da vida.

Além disso, cada espaço político tem suas peculiaridades e faz com que se constitua gradativamente por toda sua história uma forma de relações que acaba por acumular poder político nas mãos daqueles que detinham cargos. Credibilidade que nascia das armas e se disseminava adaptada aos novos tempos. Tudo isso como fruto de um poder econômico que se acumulou em algumas mãos as terras e daí constituindo domínios políticos locais.

Ao se posicionar contra essa situação, a população estaria ajudando a abrir caminho para outra forma de dominação que entende ser o belicismo um obstáculo à implantação de uma economia de mercado e de possibilidade de seu pleno funcionamento. Para que houvesse efetivação da organicidade do espaço, seria preciso uma política de disciplinarização da população: ambos os grupos de personagens, tanto lideranças belicosas quanto uma população organizada nos moldes políticos coronelistas, acabavam representando empecilho à implantação liberal no Estado.

Portanto, se a população via no projeto de modernização a esperança de ser atendido em seus direitos, por meio de um sistema jurídico que substituísse as formas truculentas de se impor sobre a maioria, não se podia imaginar que o direito estaria a serviço da sua inserção no funcionamento do mercado. Diferente da continuidade

evolutiva imaginada, iria se transformar numa sensação de livrar-se de uma situação de violência, porém fazia emergir o sujeito econômico, ou melhor: inserido nos interesses ligados ao mercado. Assim, estaria muito mais no sentido de viabilização do funcionamento do mercado de que almejar soberania popular como sujeitos de direito.

Esse segundo gabarito na vida dos homens se daria com leis de trabalho funcionais e eficazes. Concretizar-se-ia através da inserção dos corpos na produção, por meio de uma linguagem que fizesse com que cada um sentisse com positividade todas as interiorizações. Porém, o discurso moderno apontava para uma linguagem que se constituía na busca da organização dos corpos da natureza, enquanto adequação à funcionalidade do corpo da nação, voltando-se, assim, para o fortalecimento da figura do Estado como um fim em si mesmo.

O tempo era de seguir em direção à marcha civilizatória que iria suprimir o cenário da herança de uma história calcada no autoritarismo, com suas raízes nas formas de relações coloniais. A busca pelo futuro faria, portanto, a vida se descortinar em sua perfeição e pureza. Para o discurso do momento, somente o progresso tiraria a população da situação de tirania e vileza. É o que a história irá nos contar.

Voltemos, todavia, à realidade violenta em que cada um vivia.

Nas primeiras décadas do século XX, Mato Grosso passava por uma crise ocasionada pela disputa do mando político, que se traduzia concretamente em uma feroz disputa entre os grupos oligárquicos pela hegemonia da direção do Estado. O espaço público, de forma intermitente, torna-se praça de guerra entre facções e deixa de ser seguro de se andar, pois o perigo e o terror pairavam sobre todos. Olhares se misturavam entre revoltados, estupefatos, chorosos, desesperados, curiosos, traiçoeiros. As conversas em público deveriam ser selecionadas e reprimidas em sussuros, pois o preço de um desentendimento poderia ser pago com uma vida.

Destarte, a cidade se deslocava dos folguedos, das festas, das algazarras para um ambiente de terror, de sangue, de guerra entre facções rivais e os demais pagavam o tributo de uma discórdia política herdada de longos tempos. Araujo trata em seu relato os detalhes dos personagens e de suas vidas em jogo. As instituições estavam ali representadas, cada qual cumpria sua função e em cada uma delas havia o esforço de alçar-se a uma situação de melhora econômica e política.

Era possível presumir que as crianças iam às escolas aprenderem o discurso que os ensinavam a serem mais números no grande apostolado da razão. Escola que criavam uma nova forma de vida civilizadora e que se sonhava invadir os corpos, colocando cada um na grande unidade serena e ampla da paz democrática. Esse lugar que se considerava o espaço onde todos se tornassem tudo um só corpo sadio e próspero.

As crianças deviam estar nesse momento tristonho, com saudades de seus pais, que nem sabiam se voltariam vivos, para ir de encontra a elas, para lhes afagar os corpos, provavelmente amedrontados e sem saber a razão daquela violência que lhes tolhiam o espaço lúdico. A dor da perda de entes queridos, a depender do grau na hierarquia social e militar, tornava-se cifras, porcentagens. Corpos que iam sendo enterrados às pencas pelos caminhos dos embates ferozes e implacáveis. Se fossem pessoas graduadas, talvez lhes restassem alguma homenagem, ou jaziam como os outros, estraçalhados por um ódio que alimentava ambos os lados. Talvez seus corpos já estivessem frios e cadavéricos em algum canto da cidade, talvez seus sangues escorrendo sarjetas abaixo já deixem as marcas de sua coagulação dando a cor da violência sobre as pedras cangas que calçavam as ruas.

Talvez vozes traiçoeiras que pareciam livrar alguém da morte fossem armadilhas de um tempo de traições em um momento que tudo valia para salvar a própria pele na hora do perigo. Talvez a voz chamasse para dar abrigo para livrarem-se da morte ou seria a voz da traição. Isso aconteceu com o capitão Leôncio que voltava para o Arsenal de Guerra onde já se encontrava sua família. Lá estava montado o quartel general da resistência à invasão do grupo de Generoso Ponce⁷. Era para lá que seguia quando foi convencido pelos rogos do Prelado. Porém por ato de uma traição é denunciada sua presença naquela casa considerada como ungida por Deus, mas que por uma delação uma vida era ceifada, impedindo sua volta ao lar onde a família aflita o aguardava ansiosamente. A poucos passos da chegada a ansiedade de abraçar a esposa que o aguardava assustada a cena perde sua poesia, quando Leoncio é agarrado por dois soldados que lhe dão ordem de prisão e o arrancam do impulso do abraço já quase acontecido. Sua esposa fica desesperada, implora clemência, mas nesses tempos de chumbo, da nada valiam as lágrimas.

⁷ “Em Mato Grosso, vamos encontrar duas oligarquias dominadas por coronéis: a oligarquia do norte composta por abastados senhores de engenho, mais tarde transformados em usineiros de açúcar. A oligarquia do sul composta pelos grandes pecuaristas, pelos comerciantes que lidavam com exportação e importação e pelos coronéis da erva-mate, atrelado ao capital estrangeiro” (SIQUEIRA, 1990, P. 139).

A tragédia aparece na escrita de Araujo, e rompe com um passado muitas vezes narrado por uma história onde prevalecem as grandes estruturas, onde não há corpos, lágrimas, gritos, desespero, corações acelerados. Nela só existe o lugar onde causas maiores tornam turvos os cotidianos e os gemidos dos feridos, os choros de filhos, irmãos, pais enfim, são corpos que se tornam cifras e é assim que chegam até os tempos presente. Porém, o seu relato faz esse dia a dia tornar a história, quando sua operação é o revolver do acontecimento para torná-lo fremente. Para ele: “É bastante ler-se o que se deu com o capitão Leôncio, nesse dia que marcou o término de sua passagem pela vida, para convencer-se o leitor do quanto de venal, calunioso e covarde, vai nessa aduladora asserção de sacristia”. (ibid. p. 44). A delação não continha assinatura, foi impressa na tipografia do “Apóstolo” “e que talvez por nímia modéstia oculta a sua assinatura, limitando-se a substituí-la por três *estrelinhas*” (ibid. p. 44). Nela alguém o delatava dizendo: “o Capitão Leôncio *se refugiara na residência Episcopal*”. (ibid., p. 44). Continuando seu relato, detém cada pequeno espaço dos trajetos de vida desse episódio em que a respiração era curta para que o corpo se camuflasse e a vida não fosse abreviada.

Esse episódio desaparece com a nova história, que se silencia aos soluços de mães, de esposas, de maridos, de filhos que não compreendem os sentidos desses acontecimentos. É nessa escrita que Araujo descreve as traições por parte de representantes da igreja: “Mas tem razão o Sr. *Estrelinhas*, em escrever isso hoje; o capitão Leôncio já não existe, jamais ocupará o cargo de Diretor do Arsenal para serem os seus serviços aproveitados e para mandar bandas de música saudar alvoradas de aniversários”. (ibid. p. 44).

Deslocando mais uma vez nosso olhar, observamos que o início do regime republicano em Mato Grosso foi muito conturbado e instável. O deslocamento de militares para exercer o governo no seu início pode parecer uma preocupação com a viabilidade governamental. Entretanto, para, além disso, a instauração republicana não significaria uma ruptura nas formas de governar. A diferença maior passa a ser a necessidade de passar pelo crivo do voto, porém os nomes e grupos políticos não se deslocaram com tal intensidade.

Quanto à participação popular, nada ultrapassou algum idealismo que tivesse semelhança com sonhos revolucionários. Segundo Fanaia, o primeiro presidente de

Estado republicano Antonio Maria Coelho, militar e ex-combatente da Guerra do Paraguai, mesmo aclamado por seu passado de combatente de guerra, foi uma indicação com fins de favorecer o mando político de Joaquim Murinho (um nome conhecido nacionalmente, mas que mantinha seu jogo de domínio político em Mato Grosso). Nas palavras de Fanaia: “o deslocamento para Mato Grosso dos dois últimos militares, tinha por objetivo fortalecer o grupo político capitaneado pela família Murinho apoiada por Generoso Ponce”. (2006, p. 82).

Tais desmandos do poder de personagens políticos da capital federal no cenário mato-grossense são verificados desde o início do período republicano, até a intervenção em 1917, quando ocorre o processo de tentativa de conciliação partidária e a eleição de Francisco de Aquino Correa, arcebispo de Cuiabá e, com ele, a fundação do IHGMT.

Segundo Fanaia, a indicação de Camilo Soares de Moura Filho no ano de 1917, feita por “Wenceslau Brás em virtude do *impeachment* do general Caetano de Albuquerque, neste caso deu-se a consolidação do grupo político dirigido por Antonio Azeredo e do Partido Republicano Conservador” (ibid. p. 82). Porém, as decisões políticas não perderam seus elos com as brigas de grupos políticos ligados às oligarquias locais.

Predominou a manutenção de governantes locais daí em diante, principalmente de políticos nascidos em Cuiabá, que chegou a 65% do total. E os demais, em sua maioria, estavam afinados com o lugar “por terem construído suas carreiras políticas a partir da relação com os membros da elite política da sede administrativa” (ibid. p. 83). É importante lembrar que o que caracteriza o perfil de um pleiteante a cargo Executivo, além da posse patrimonial e de sua formação, “isso por si só não garantiam o sucesso de uma carreira política” (ibid. p.94). Para Fanaia, a luta armada era uma dos mecanismos que mais pesava na bagagem política de um candidato:

...entendemos que para ser eleito o pretendente devia reunir antes de tudo e de modo concomitante, a capacidade de estabelecer alianças e arregimentar homens em armas, ou acionar os recursos necessários, tanto do ponto de vista material, como humano para esse fim. Enquanto uma das características, o uso da força indiscutivelmente alicerçou-se de modo permanente ao exercício do regime e predominou especialmente em suas três primeiras décadas. (ibid. p. 94).

Esse aspecto é importante ser frisado, pois suas relações com o projeto modernizador do espaço nacional e seu forte teor de um liberalismo faziam com que se necessitasse uma lei natural que congregasse e colocasse em funcionamento o político e o econômico sendo regido por leis próprias, o que era um grande obstáculo à realidade da região. Uma vez que a composição, a partir do sul continha características que colidiam com essas práticas belicistas, as exigências das leis econômicas de fora, como a necessidade de comunicação e o forte conflito entre esses grupos faziam com que se aprofundassem as crises, afetando o consenso político no interior.

Em se tratando de Mato Grosso, a existência de um leque abarcando os principais problemas do Estado como a necessidade do incremento da colonização e a melhoria das vias de comunicação, enquanto questões capitais para as elites, não tiveram força suficiente para aplinar as rupturas internas em torno de um objetivo comum. O resultado foi o aprofundamento da fragmentação no interior das elites no Estado, com fortes ressonâncias entre a sua bancada no Parlamento Federal, assoberbada pela necessidade de “justificar” e “esclarecer” a partir do *lôcus* de onde estavam situadas, os frequentes *acontecimentos de Mato Grosso*. (ibid. p. 82).

Correa Filho no livro de memórias *Recordações inéditas de Virgílio Corrêa Filho em seu centenário* afirmou que “no findar do século, tumultuou o cenário político, desde a Revolução de 1899, em que Totó Paes (Coronel Antonio Paes de Barros) começou a demolir o prestígio do senador Generoso Ponce, até o aniquilar de todo em 1901”. (1987, p. 33).

A violência era o que imperava. O clima de beligerância era de tal magnitude que Totó Paes reuniu grupo armado para invadir Cuiabá. A situação se tornou tão grave que Ponce de Arruda é agredido em plena via pública. Quando ia descendo a rua Voluntários da Pátria foi agredido pelo polonês, Ramon Jacobsky, tendo esse sofrido um linchamento por "gentes" de Generoso Ponce. Estes foram prestar solidariedade ao seu chefe agredido e foram cercados pelas tropas a mando do governo Paes de Barros. A violência deixava suas marcas no cotidiano de Cuiabá, de tal maneira que os entes solidários a Generoso Ponce foram cercados pelas forças federais que “sitiaram o quarteirão residencial, donde saíram prisioneiros todos os que lá se achavam, tivessem, ou não, assistido ao crime. Era a represália, tão violenta quanto o ato de que resultara”. (Ibid. p. 34).

Pela tarde seguinte, das janelas do Ateneu, vi, com meus colegas, o cortejo formado por presos, entre quadrados de soldados de baioneta calada, transferidos da rua de baixo para o Arsenal de Guerra, onde ficaram detidos até a condução ao porto de embarque a mercê do Supremo Tribunal Federal, a que recorreram. (...). Implanta-se o terror na Capital. (Ibid. p. 34).

No dia 4 de julho de 1899, sob a pressão de um movimento armado, comandado pelo Coronel Antônio Paes de Barros, é derrubado o governo que pertencia ao grupo de Generoso Ponce, presidente Antônio Cesário de Figueiredo. O mando político de Paes Barros dura até 1906, quando de sua deposição e morte. Porém, sua vida passaria para a história como mais um personagem encaixado na noção demarcadora dos governantes desse período.

Esses personagens, tidos como *coronéis* da política, acabam tendo seus perfis limitados a um conceito generalizado, em que cabiam todos os integrantes do mando político de Mato Grosso. O termo coronelismo acaba por suprimir as diferenças de cada um. Portanto, vamos fazer uma descrição de como Totó Paes, como era conhecido, se dedicou à vida econômica e política.

Segundo o relato de Antonio Fernandes de Souza, seu contemporâneo e pessoa envolvida desde sua juventude como funcionário de sua empresa, Totó Paes se notabilizou por ser proprietário da Usina de Itaici em Santo Antonio de Leverger, município que fica às margens do rio Cuiabá, a pouco mais de 20 quilômetros da capital do Estado.

Para que possamos notar traços da vontade de modernização industrial, basta atentar para o que afirma Souza:

Não ficou somente no aperfeiçoamento técnico o acentuado cunho progressista que imprimiu à sua obra. Dotou-a também de todos os requisitos compatíveis com os recursos disponíveis, para dar aos seus empregados e operários o conforto necessário, e aos filhos destes a educação e instrução convenientes, visando à formação de uma geração sadia e útil. (ibid., p. 17).

Souza procura mostrar que a atitude calcada em uma vontade modernizadora, foi colocada em prática no interior da Usina Itaici. Segundo ele:

Neste particular adiantou de muito os hábitos da época e do meio, criando no Itaici um verdadeiro serviço de assistência social, com farmácia de emergência, padaria, biblioteca e escola onde, além do ensino primário eram ministrados aos alunos, exercícios físicos, noções de educação moral e cívica e aulas de música. (ibid., p. 17).

Quanto ao aspecto administrativo, seja ele no espaço público e privado, para Souza, Totó Paes se utilizou de métodos humanizados tanto no trato da direção da sua propriedade quanto na direção do executivo estadual. Assim caracteriza seu antigo patrão e líder:

Espírito humanitário, observador, experimentado e prático, dotado de raro tino administrativo e arguto senso, que lhe supriam a deficiências de instrução, resolviam os problemas de ordem econômica e demais caos da vida comum, submetidos ao seu exame, com critério seguro e de modo a satisfazer os interesses da coletividade. (ibid., p. 17).

A prova da característica moderna da Usina Itaiçi, a forma humanizada com que tratava seus funcionários estão presentes, não só no relato de Souza, mas, segundo ele, e que fez questão de publicar no seu livro, o relato que descreve os detalhes do funcionamento da fábrica feito por jornalistas do jornal *O Paiz* do Rio de Janeiro. Eles estiveram nas dependências da usina em 1906 e deixam à mostra, não um discurso laudatório, mas do funcionamento das máquinas totalmente mecanizado, da banda de música composto por crianças filhos de funcionários, dos shows dados no pátio para o deleite dos funcionários, a escola, a biblioteca entre outros aspectos. Tudo isso demonstrava a preocupação de Totó Paes com a modernização da economia.

Deslocando essa descrição do interior do discurso do seu tempo, podemos notar o quanto essa fábrica já se dava nos moldes da disciplinarização dos corpos, de forma que corpos e mentes se constituíssem não em um espaço de repressão para o trabalho, mas de forma com que um saber e conseqüentemente do poder constituído pelos corpos, ao serem atravessados por esse saber, tornassem eficientes operários. Ou como nos afirma Souza: “para dar aos seus empregados e operários o conforto necessário, e aos filhos destes a educação e instrução convenientes, visando a formação de uma geração sadia e útil”. (ibid., p. 17). O aspecto modernizante desse empreendimento causa espanto aos jornalistas visitantes que fica registrado no início do artigo:

À chegada fomos impressionados por um rumor confuso proveniente de sons diversos que indicavam um centro de trabalho em febril atividade. Eram pesados vagões que redava sobre os trilhos, transportando para os grandes depósitos o açúcar saído das turbinas; [...] eram ruídos secos das polias e correias transmitindo a força do vapor às engrenagens da serraria, das máquinas de beneficiamento de arroz, tudo movido a um só tempo e por um mesmo propulsor; eram apitos, sirenes e sons diversos que se misturavam às vozes dos operários “(ibid., p. 18)

Totó Paes resistiu a entrar para o embate político. Somente o fez por insistência de terceiros, para intervir na crise política do final do século XIX, como forma de colocar limites à política bélica de Generoso Ponce. Porém, sua imagem foi construída de diferentes formas e teve seus ângulos desenhados por diferentes imagens por seus desafetos ou mesmo por cortes historiográficos que se utilizam de conceitos generalizadores e que limitam a diferença.

Em seu livro *Antonio Paes de Barros e a Política de Mato Grosso*, Souza constrói uma imagem de Paes de Barros pela convivência próxima proporcionada por ser seu funcionário na Usina Itaici e durante seu governo. Podemos observar uma trajetória curta, tanto como proprietário da Usina Itaici⁸, quanto de seu investimento na política mato-grossense. Apesar de ser considerada á época como um exemplo de modernização, a Usina com o tempo sofreu com a concorrência de usinas de outros centros industriais.

Foi a Usina Itaici em 1896, que contou com viagem de pesquisa de Paes de Barros à Argentina e que contou com o financiamento de Otto Franke, proprietário de importante firma comercial de Buenos Aires. Segundo Souza, foi “a maior e mais aperfeiçoada usina de fabricação de açúcar de Mato Grosso”. (2001, p. 16). Oferecendo um espetáculo inédito aos convidados para a inauguração que contou com a presença de Otto Franke:

Ao desembarque, foram os convivas tomados por vibração patriótica e de alegria, deslumbrando com um espetáculo inédito na terra: as trevas desapareceram subitamente e como por encanto, banidas por ofuscante claridade que se irradiava de grandes lâmpadas pendentes de fios estendidos até o porto. Era a iluminação elétrica que desse modo se inaugurava em Mato Grosso (ibid. p. 16).

2.4. O movimento de 1892 e sua relação com a questão nacional

Na esfera política em nível nacional havia à época um cenário de instabilidade. A nascente república tornou-se palco de disputa entre deodoristas e florianistas. O primeiro movimento armado do período da república eclode e seus reflexos em Mato

⁸Histórico: A Usina de Itaici que tinha por modo de produção a industrialização da cana-de-açúcar, não se caracteriza por um único e belo prédio, mas, principalmente, por ser o embrião de um processo de industrialização e de um modo de produção característico e novo para Mato Grosso. Está localizada à margem direita do Rio Cuiabá. O Prédio constitui-se de um sólido volume em três pisos tendo os fundos um alpendre onde se localiza o maquinário de limpeza e separação da matéria-prima. Em Itaici, o modelo de indústria construiu uma vila para abrigar os próprios operários, com igreja, escola, farmácia, padaria, etc. um verdadeiro conjunto habitacional. O empreendimento de Totó Paes dispunha de tamanha estrutura social que chegou até criar uma banda de música que executava retretas, aos domingos, para entreter seus moradores. Em determinado período, a Usina de Itaici chegou a cunhar sua própria moeda que, com moldes provenientes da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, passou a imprimir-la adaptando-se uma velha prensa de papel. À Itaici deve também ser creditada o uso primeiro da energia elétrica em Mato Grosso. Entrou em decadência, principalmente pelo fato da competitividade de seu preço com as usinas mais modernas dos estados do do nordeste e de São Paulo. Construída em 1898. Desativada foi tombada como patrimônio histórico em 1985 e está em processo de restauração. (fonte: Blog da família Paes de Barros. SOUZA, Antonio Fernandes de. (1879-1959) *Antonio Paes de Barros e a Política de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 2001.

Grosso trazem situações conflituosas e que terminam em confrontos sangrentos. Neste estado, o marco mais trágico dessa violência foi o episódio que ficou conhecido como “A chacina da Baía do Garcez”, em que foram executados 17 opositores ao governo de Totó Paes.

Após a proclamação da República, Deodoro escolhe Antonio Maria para governar o Estado de Mato Grosso. Com a queda do Marechal Deodoro, Manoel Murтинho e Generoso Paes Leme derrubam Antonio Maria e realizam eleições, pelas qual Murтинho torna-se governador. Entretanto, um grupo pertencente à oligarquia do sul do Estado, com sua base em Corumbá, derruba Murтинho do governo.

O governo federal de Floriano Peixoto não aceita o golpe e recoloca Murтинho no poder. O grupo de Generoso Ponce vence as eleições, elegendo Peixoto de Azevedo. Porém, Murтинho inicia um movimento visando sua deposição. Forma-se um grupo armado liderado por Totó Paes, apoiado por Campos Salles e Joaquim Murтинho (à época Ministro da Fazenda). O ministro lança José Metelo para a sucessão de Manoel Murтинho e Ponce lança Peixoto de Azevedo, vencendo este a eleição.

Neste cenário, o grupo armado chefiado por Totó Paes de Barros sitia o centro de Cuiabá e pela força a Assembléia a anular as eleições, convocando um novo pleito. Vence o candidato de Murтинho: Antônio Pedro de Barros, que, para garantir seu governo, monta uma tropa armada (divisão patriótica) chefiada pelo coronel Totó Paes.

O objetivo desta tropa era evidente: acabar com quaisquer focos de oposição ao governo. Em 1901, é descoberto um reduto oposicionista na Usina Conceição (Propriedade de João Paes de Barros, irmão de Totó). Totó Paes cerca o local, prendendo os oposicionistas, sendo eles levados até o local chamado de Baía de Garcez, onde foram executados e jogados no rio (com o abdômen aberto em cruz para que não boiassem). Em 1902, devido uma grande seca, os corpos são descobertos, mas nada acontece com os culpados.

Com a proclamação da República e a constituição de 1891, houve a eleição de Manoel Murтинho, sendo formada a Assembléia Constituinte. Segundo Souza, tudo apontava para a normalização da situação do Estado. Tudo fazia crer, para os que nesse tempo viviam que estava “Normalizada a situação do Estado, assim integrado na nova forma de governo”. (ibid., p. 33). Segundo Souza, “inaugurou-se uma era de

prosperidade, infelizmente de breve duração, pois, foi logo interrompida pelos distúrbios que a repercussão do golpe de 23 de novembro em Mato Grosso”. (ibid. p. 33-34).

O presidente de Estado Pedro Alves de Barros, num dos contínuos momentos conturbados da política mato-grossense, faz alusão aos discursos pronunciados que une em seu conteúdo tradição e progresso, como forma de apontar a necessidade de recuperação de uma forma que configurasse a população com seus sentidos guiados por esse Estado. Falando de forma elogiosa ao referirem-se ao presidente Campos Salles em sua mensagem anual, mostra enunciado que apontam para a necessidade de criação de algo que proporcione a Mato Grosso uma organicidade, numa busca pela memória indentitária como forma de projeção de um futuro progressista. Para se fundamentar cita que:

Reunindo à sua alta inteligência e vasta cultura jurídica e philophofica o bom senso prático do homem que, sem voltar costas ao progresso, sabe, entretanto respeitar as tradições do passado, no direito em particular como na história em geral, o Dr. Clovis Bevilacqua chegou em pouco tempo à confecção de um Projecto que não desmentiu, antes fez honra aos seus créditos científicos” (RPEMT, 1901, p. 5).

O conflito entre tradição e progresso precisava ser resolvido para que finalmente Mato Grosso encontrasse seu lugar no projeto da nação. O sul do Estado já estava constituindo-se como um destaque econômico e político, deixando para trás o norte do Estado. Sendo que esta região, por questões históricas, teve a sua capital mais distanciada dos grandes centros e com dificuldade de uma comunicação e circulação da produção. Ainda como agravante havia a difícil conciliação das tradições ainda mal construídas, de forma que produzissem algum fundamento para resolver o impasse político. Tudo isso, conseqüentemente, afetava a economia no início do século XX, constituindo a necessidade do equilíbrio que aparece na fala do Presidente de Estado Pedro Alves de Barros:

Seguindo, como declarou, o conselho de Bluntschili, procurou collocar a sua obra ‘no ponto de confluência das duas forças de cujo equilíbrio depende a solidez das construções sociaes: a conservação e a inovação; as tradições nacionaes e a theoria das escolas; o elemento estável que já se adaptou ao caracter e ao modo de sentir de nosso povo, a maneira particular pela qual elle estabelece e procura resolver os agros problemas da vida, e o elemento progressivo insuflado pela doutrina científica. (RPEMT, 1901, p. 5).

Todo esse apelo à busca da conciliação entre progresso e tradição estaria provavelmente ligado à situação de crise política e dos problemas daí advindo:

paralisação da máquina fiscal ou ao menos sua deficiência, obstaculizada pelos conflitos; queda na produção, pela arregimentação das tropas com o recrutamento de trabalhadores das fazendas para atuarem nos conflitos liderados pelos caudilhos, os quais, por sua vez, se ausentavam da produção em seus estabelecimentos. Isso resultaria inevitavelmente em empréstimos para atender a demanda pública, pois os gastos com as constantes guerras regionais requeriam. Quando foi criticado pelo vice-presidente, João Paes de Barros, proprietário da Usina da Conceição e irmão desafeto de Antonio Paes de Barros, eis como o Jornal “O Estado”, órgão do partido situacionista, em editorial respondeu em defesa do presidente do Estado:

O pequeno empréstimo ora contrahido pelo governo tem o fim exclusivo de ocorrer ao pagamento das despesas extraordinárias com o esmagamento da criminosa sedição que lavra pelo Estado, mais parecendo banditismo que sedição pelos seus caracteres especiaes, já denunciados e analysados por esta folha, e à qual S. Exc. o Sr. Coronel 1º vice presidente do Estado não devêra animar nem mesmo *indirectamente*, si quizesse ficar com o direito de atacar tal empréstimo. (Jornal *O Estado*, 1901, p. 7).

Totó Paes ou Antonio Paes de Barros morre em 1906, quando era governador de Mato Grosso. Como já vimos, deixou a sua marca na história como o homem que trouxe para esse estado uma usina com padrões técnicos avançados para a região nessa época. Manteve contato em Buenos Aires em busca de financiamentos para essa obra, o que mostra sua característica de uma pessoa que buscava trazer a modernização para a sua região. Porém, as disputas políticas selariam o abreviamento de sua carreira e de sua vida. Engolidos pelas disputas partidárias, que se acirraram com a Proclamação da República.

O remanejamento do poder se dá com essa nova correlação de forças que resultou em três revoluções. O historiador Mota Menezes, em seu livro *A Morte de Totó Paes: política no Interior do Brasil*(2007) constrói uma narrativa descrevendo a luta dos grupos e partidos políticos que procuravam preencher os espaços surgidos com o novo regime no país. Esse acontecimento em nível nacional, ao provocar uma luta intensa nos espaços regionais, faz com que em Mato Grosso haja três “Revoluções”, como era chamado naquele tempo esses embates. Uma em 1892, outra em 1889 e a última em 1906, que resultou na morte de Totó Paes. Esse acontecimento marca um novo momento em Mato Grosso, em que tudo parecia crer que a paz e a prosperidade iria finalmente acontecer. Dava-se início a uma vontade de modernização e com isso vem também uma onda disciplinadora que tenta fazer esquecer as guerras e imaginar a possibilidade de Mato Grosso sair da situação de um estado beligerante e que esbarrava no discurso que constituía no interior de cada indivíduo a vontade de progresso.

A partir de 1906, há a ascensão do grupo ligado a Generoso Ponce e que vai se constituir por um discurso voltado para a ascensão de Mato Grosso ao rol das regiões mais desenvolvidas em seus aspectos econômicos. Para tanto estará sempre ligado à participação em eventos ligados à industrialização e modernização da agricultura. Paralelo a isso passará a conviver com o avanço da expansão agrícola para o oeste. Com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que se dá a partir da década de 1910 até sua inauguração em 1914 nota-se um fervor em torno da rápida ocupação do sul de Mato Grosso com chegada da ferrovia até Corumbá, MT. Junto com essa expansão vieram também os interesses nacionais e internacionais e com eles a expropriação de propriedades rurais que não se adequavam ao modelo moderno de produção agrícola e que se tornaram alvos dessas empresas empreendedoras. Como consequência haverá mais uma fase de destruição da cadeia alimentar e cultural que a forma tradicional garantia e o reinício de problemas sociais daí advindos. Isso leva à necessidade da intervenção do Estado como forma de disciplinamento da população e da constituição de regulamentações do quadro populacional. Estas situações apareceram mais especificamente nos documentos que relatavam as viagens inspecionais do Presidente de Estado Costa Marques e do Chefe de Polícia Firmo Rodrigues pelo sul do Estado em 1913. É o que veremos no próximo capítulo.

Capítulo 3. O ESTADO CHEGA A GALOPE: Mato Grosso 1906 a 1913

Era sob o tropel de cavalos e estampidos de armas que, ainda no século XX, se decidia o comando do Estado. E foi sob as formas de um liberalismo que se reorganizava constantemente, que surgia a singularidade desse acontecimento. Foi nesse espaço produzido por uma discursividade imanente que tornou possível a ascensão de Totó Paes de Barros à condição de presidente do Estado de Mato Grosso em 1892. Foi também dessa maneira derrotado e assassinado em 1906, surgindo um novo ciclo de mando político em Mato Grosso. Tem-se início ao domínio do grupo político comandado por Generoso Ponce. Teve como “vice-presidentes Pedro Celestino Corrêa da Costa, Dr. Antonio Augusto da Costa Marques e Coronel João Batista da Almeida Filho”. (Relatório do Presidente de Estado de Mato Grosso, apresentado à Assembléia Legislativa. RPEMT, 1907, p. 4).

A retomada do domínio político pelo Grupo de Generoso Ponce configura a emergência de proprietários de terras e comerciantes em Cuiabá. Dentre eles estão Pedro Celestino e Costa Marques, que seriam futuros presidentes de Estado e que, na organização da entidade da classe de fazendeiros, ainda contariam com Virgílio Alves Corrêa (pai de Virgílio Correa Filho, que ainda estudava no Rio de Janeiro, e tornou-se, por sua vez, genro de Pedro Celestino, vindo a fazer parte de seu governo em 1910).

Recém saído do embate armado, o governo queria se precaver contra possíveis retaliações inimigas, por isso se preocupava com as condições das tropas. Esse momento é de preocupação com a formação de força militar, pois é observado que o atraso e as péssimas condições dos soldados levam ao desinteresse de servir a essa corporação. Tinha também o objetivo de tornar os corpos mais fiéis ao Estado, por outro lado, havia a preocupação em ocupar estes corpos de forma a torná-los nobres e aptos para o trabalho.

Esperando, entretanto que, melhoradas as condições do soldado como tem sido ultimamente, com o pagamento dos vencimentos em dia, não haverá mais razão para deixarem de servir ao Estado, na força policial, os indivíduos em condições de o fazerem, trocando pelo trabalho, que nobilita, a indolência em que geralmente passam todo o tempo inúteis para si e para a sociedade (ibid. RPEMT, 1907, p. 11).

O estado de instabilidade política refletia na crise de rentabilidade econômica e conseqüentemente, desembocaria na ineficácia da máquina estatal de atender a demanda

de constituição de uma sociedade apta ao funcionamento da produção. Há exemplos dessa situação aparecendo na carência em atender tanto a demanda de obras públicas quanto ao bom andamento da educação e o controle policial e judiciário da população. Segundo a mensagem governamental após uma das crises políticas e atitudes bélicas, há uma lamentação por parte do presidente de Estado quanto à qualidade das escolas públicas. Quando trata do tema relacionado à instrução pública, afirma que:

É este um dos ramos de serviço que mais estão reclamando a atenção do poder publico, para levantar-se do profundo abatimento em que há muito se acha; ou antes, é o que mais está exigindo os cuidados da administração superior, attenta a sua decisiva importância para o futuro do Estado, que está sendo compromettido pela deplorável decadência em que elle tem ido (ibid. RPEMT, 1907, p. 17).

Uma das razões dessa decadência era o excessivo atraso nos salários dos professores, chegando até a um ano sem pagamento e quando saía era apenas os numerários equivalentes a dois meses. Para ele, seria impossível qualquer reforma no ensino, pois não conseguiam “pessoal idôneo para regê-las, com os mesquinhos vencimentos actuaes, que se podem bastar para uma senhora [...] casada, são manifestamente insufficientes para um homem viver com elles, ainda mesmo no estado de solteiro”. (ibid. RPEMT, 1907, p. 18).

Essa falta de infra-estrutura de Estado preocupava os dirigentes, pois causava instabilidade e refletia no andamento administrativo. Possivelmente a forma autoritária com que exercia seu poder, repercutisse na má administração da renda do Estado, até do pouco arrecadado. Para o presidente:

Continua a ser ainda sobremaneira difficil a situação financeira do Estado, se bem que menos grave do que quando assumi a administração, em Julho do anno passado, por já ter o Thesouro pago, com os recursos ordinários do orçamento, uma boa parte da divida fulctuante legada pelo governo do meu antecessor. (ibid. RPEMT, 1907, p. 19).

Há uma recorrência de reclamações da administração anterior sob a direção de Totó Paes. Todos os problemas são creditados às lutas e à má gestão anterior. Para o presidente do Estado:

Já vem de longe essa decadência, que accentuou-se mais nos últimos tempos da passada administração, pela falta de pagamento dos professores, como aliás acontecia com os outros funcionários do Estado, em geral que não recebiam seus vencimentos durante longos mezes, e até um anno a mais, sendo pagos, ao fim desse tempo, apenas de um ou dois mezes” (ibid. RPEMT, 1907, p. 17).

Além da questão do atraso, havia o problema do baixo salário o qual, mesmo recebido em dia, tornava impossível a sobrevivência. Passado o período de violência política, repercutia em Mato Grosso o discurso de reerguimento econômico da nação. No âmbito do espaço público, havia uma crise administrativa com carência de verba e problemas na área de políticas públicas. Por outro lado, no meio da elite econômica havia um espaço político onde a fronteira entre o público e o privado se tornava confuso. E apesar de todas as suas reclamações, esses dirigentes oriundos da oligarquia tinham seus interesses particulares acima da questão dos problemas sociais.

Em 1907, é lançada a revista da Sociedade Mato-Grossense de Agricultura, a qual tinha como presidente Virgílio Corrêa Alves. Durante a reunião da entidade da classe de fazendeiros, o presidente Corrêa Alves faz um discurso em que se evidencia como a elite de Mato Grosso se alternava no poder entre o público e o privado, exercendo uma direção priorizadora dos seus negócios. Quando falavam em progresso agrícola, por exemplo, apontavam para a grande propriedade, num discurso de inserção do Estado no projeto de reerguimento da Nação. Segundo ele:

a iniciativa desta revistacorresponde que em todo o país se levanta, para dar novo impulso à lavoura e à indústria pastoril. Matto-Grosso não podia ficar indiferente a esse movimento de progresso; e a recente criação, de nossa promissora sociedade de agricultura, é uma prova do que afirmamos. Em todos os Estados da União, o nosso, mais do que qualquer outro, ressentia-se dessa inércia e estagnação que não é um syntoma de vida, mas de morte. (Revista da Sociedade Mato-grossense de Agricultura. Ano 1 n. 1, 1907, p. 3. Fonte APMT. Cuiabá, MT.).

Mato Grosso aparecia em seus discursos como a região que precisava estar à altura do progresso dos estados do sudeste do país. Para Correa Alves: “O Estado que não procurar acompanhar ao menos o progresso de outros, lavra a sua sentença, condenando-se pela incapacidade a ocupar lugar secundário”. (ibid. p. 4). Portanto, deveria haver esforços supremos para se alçar ao lugar competitivo nesse mercado, sacrificando-se o presente, pois era preciso valorizar as “dificuldades a superar, que servirão no presente de estímulo para nossa perseverança e garantia do futuro em que serão colhidos os fructos das sementes que deixamos plantadas” (ibid. p. 4). Assim, ele justifica as relações violentas com as quais a vitória deve ser conseguida, mesmo que custe o sacrifício de outros rivais políticos.

Tanto na guerra como na paz, quando se combate pela liberdade da Pátria, ou pelo desenvolvimento do seu progresso, cada um expõe-se a ser sacrificado em benefício geral: os que perecem lá nas primeiras colunas firmam a

garantia da vitória ás demais; aqui quantos não desaparecem antes de ver realizadas as idéias a que presta seu concurso! (ibid. RSMA, p. 5).

Porém, pode ser percebido que não basta a conquista do mando do Estado, se não houver uma população produtiva e apta a fazer funcionar uma economia à altura de competir com outros espaços produtivos da nação. A falta de braços aptos e úteis ao trabalho e meios de circulação da produção são uma constante no discurso, só comparada às lamentações e clamores tanto à Assembléia quanto ao governo federal. Para ele: “Ninguém contestará a nulidade dos nossos esforços em benefício da lavoura, enquanto não tivermos braços e viação fácil”. (ibid. p. 4).

Porém, Corrêa Alves acreditava estar Mato Grosso superando o momento de tumultos políticos, sendo chegado um tempo de estabilidade e desenvolvimento do Estado. Desejando não mais transgredir os sentimentos expostos na sua comunicação, ele clama a todos para superarem as dissensões e para a busca da comunhão, para que todos usufruam da riqueza do Estado:

Depois de uma luta incessante em que a política absorvia todas as nossas forças, causando um esmorecimento geral pela falta de garantia e estabilidade de todos os direitos, nos afagamos com o porvir que será a continuação do presente firmado em bases sólidas do restabelecimento de todas as garantias de que tanto precisamos para o desenvolvimento do Estado; e temos confiança que não seremos obrigados a transgredir os sentimentos que manifestamos. Desejamos, pois, que fiquem esquecidas as dissensões políticas, que atrofiam todo o esforço em benefício da comunhão, aproveitando-se de todos para concorrer pelo adiantamento e aproveitamento das riquezas do Estado. (Ibid. p. 6).

Nasce em seu discurso o desejo de renascimento econômico e a fundação de uma nova sociedade, pois segundo Costa Marques:

A fundação de uma sociedade nesse sentido impõe-se, porque só por meio della poderemos estabelecer o renascimento e desenvolvimento da indústria agrícola entre nós, agremiando os múltiplos elementos que acham-se dispersos, para que possamos obter com mais facilidade o beneficio dessa união, que será a expansão econômica nos moldes largos e progressistas, que constituirá a base necessária e suficiente do nosso desenvolvimento e riqueza. (João da Costa Marques, presidente da Sociedade Matogrossense da Agricultura, ibid. p. 8).

A fundação da revista da sociedade agrícola acontece como um brado à necessidade da modernização. Acredita que, por intermédio da organização da agremiação de proprietários agrícolas, juntamente com a revista, conseguirão fazer com que a “propaganda dos processos modernos do trabalho, empregando esforços junto aos poderes estaduais e federais.” (ibid. p. 8), contribuiria “para a fundação de postos e

campos de demonstração, onde os nossos conterrâneos possam observar as vantagens do emprego das machinas no trabalho agrícola”. (ibid. p. 8).

O sonho de emancipação econômica e política expressada nos discursos da revista, ao mesmo tempo em que almejavam a mecanização da agricultura, esbarravam na realidade apresentada pelos relatórios de governo. Esses obstáculos eram diversos: na educação, na higienização pública, controle policial como mantenedor da ordem pública, entre outros problemas. A modernização como vemos passaria pela necessidade de disciplinarização de sua população como forma de torná-los aptos e úteis aos objetivos da modernização.

Esse grupo de fazendeiros e comerciantes passava por uma situação peculiar que era o paradoxo que se criava entre seus dispositivos de conquista de poder e a forma de lidar com a população, pois seu remanejamento para fins bélicos exigia um tipo de camada subalterna que não condizia com as exigências para a realização do projeto de modernização tão esperado. A forma tal como ganharam o mando da máquina do Estado, a partir da morte de Totó Paes, fez-lhes sentir a possibilidade da arrancada para o desenvolvimento, porém a própria maneira que os levaram a essa condição de mando era constituída por lastros ramificados difíceis de superação. A via que os levaram ao poder político é a mesma que lhes opunham obstáculo, pois as ramificações políticas não haviam mudado, somente migrou de um grupo para outro.

No relatório de 1906, o então presidente de Estado Pedro, Leite Osório, dá uma demonstração dos meios usados para derrubar o governo de Totó Paes, e que, como poderemos ver, não foram seguidas regras democráticas e sim por golpe armado, denominado como “Revolução”⁹. Em seu relatório, Osório congratula com o plenário da Assembléia Legislativa de Mato Grosso pela derrocada de Totó Paes:

Pela brilhante vitória alcançada pela boa causa na ingente e cruenta luta armada em que achou-se empenhado, de um lado, o governo do Coronel Antonio Paes de Barros e de outro o povo em quase todos os municípios do

⁹ Conceito que marcou até 1964 a dissimulação do golpismo no Brasil. Se foi por ação de um golpe a ascensão do grupo ao qual pertencia a família Corrêa. Nesse mesmo sentido, Virgílio Correa Filho aderiu posteriormente aos que participaram do golpe de 1930, vindo a fazer parte como Secretário Geral do governo do interventor em Mato Grosso, Mena Barreto, inclusive integrando-se à comitiva interventora. Já na década de 1960 também veio a apoiar o golpe militar de 1964, conforme afirma em uma de suas cartas. Na introdução do seu livro *A História de Mato Grosso*, enaltece a presença do embaixador norte americano Lincoln Gordon a Mato Grosso logo depois do golpe militar que ele foi grande protagonista. A estratégia norte americana de esvaziar sedições de esquerda no Brasil leva à fundação da Aliança para o Progresso. Tendo sido essa entidade que conseguiu verbas para a construção da Usina Hidrelétrica do rio Casca.

Estado, não podendo suportar por mais tempo o mesmo governo que se constituíra verdadeiro fragelo público, além dos males enormes e de toda a espécie que estava causando a esta terra, digna, sem duvida, do amor e desvelo de seu filhos, não hesitou em levantar-se e tomar armas para reconquistar a sua liberdade e defender os seus legítimos direitos, criminosamente calculado pelo referido governo. (ibid., p. 3).

A forma de tomada de poder político fica explícita nessa mensagem, em que aparecem alguns dos personagens que irão compor o poder daí em diante. Entre eles está o então futuro sogro de Corrêa Filho, Pedro Celestino Corrêa Costa:

Assim é que vimos entrar nesta capital, no dia 21 do mez findo, uma força cívica, de infantaria e cavallaria, em numero de quatro mil homens, formando duas divisões sob o commando em chefe dos beneméritos Coronéis Generoso Paes Leme de Souza Ponce e Pedro Celestino Corrêa da Costa, que mais uma vez patentearam, por esse modo, o vivo interesse que tomam pela felicidade deste nosso caro torrão. (ibid., 1906, p. 4),

Os apelos à conciliação soavam no vazio, ou melhor, eram recodificados de forma a não surtirem efeitos, pois as marcas deixadas pela ação de retomada de poder seriam de difícil cicatrização. Podemos vislumbrar alguns desses aspectos da realidade pelo relatório do presidente de Estado, em 1909. Este apontava problemas que precisavam retirar do caminho, para que se viabilizasse o espaço ao tão almejado progresso. Um dos aspectos que apontava eram as ingerências na fronteira oeste, com invasões de bandos do Paraguai e seus reflexos políticos com relação à confiança dos investidores e dos investimentos federais na região. Havia atuando nessa fronteira o bando sob o comando do caudilho Bento Xavier, que fazia constantes incursões nessa região fronteira.

Apesar desses obstáculos herdados de uma cultura difícil de serem superadas, as tentativas de construção de um espaço político viável à emancipação para uma economia condizente com os estados do sudeste do país não cessavam de emergir nos relatórios. O progresso necessitava de corpos produtivos e pacificados para que se consolidasse uma situação democrática. Entretanto, passava pela produção desses braços úteis e daí a necessidade de educação das crianças para formar seus futuros membros.

E foi nesse governo que se fundaram as duas escolas marcadas na história da educação de Mato Grosso: Escola Modelo e Escola Normal, para as quais foram trazidos de São Paulo dois professores: Lowegildo e Gustavo Kulmann em 1911, mesma época da vinda de Virgílio Corrêa de volta de seus estudos no Rio de Janeiro. A iniciativa para essa construção aparece nesse relatório de 1909:

Em synthese, ficam apontadas as causas do seu entorpecimento anterior. Para que, porém, a instrução progrida, se dissemine por todas as camadas, habilitando o povo para a escolha intelligente dos seus governos no regimen democrático, para o conhecimento e a defeza dos seus direitos e para a luta pela vida, é preciso proporcionar-lhes mestres e educadores. Pende de vossa deliberação o projecto que cria uma escola nesta capital. A sua conversão em lei habilitará o governo a installar no próximo anno vindouro essa base da instrucção primaria. (RPEMT Pedro Celestino. 1909 p. 12).

Outra forma dessa vontade de modernização do Estado foi a presença de representantes de Mato Grosso na Exposição nacional organizada no Rio de Janeiro. Segundo Pedro Celestino:

Heste certamente fez-se o Estado representar, exhibindo alguns dos seus productos naturaes e amostras de suas indústrias incipientes, os quaes despertaram geral attenção dos visitantes, merecendo muitos delles grandes prêmios e medalhas de ouro. As despesas feitas com esta Exposição, embora grandes, não deixaram de ser profícuas, podendo vir a attrahir capitães e trabalho para o nosso território, ainda tão mal conhecido dos próprios brasileiros; como dos estrangeiros. (Relatório do presidente de Estado de Mato Grosso Pedro Celestino. 1909 p. 13. APEMT – Cuiabá. MT).

Essa exposição viria para demonstrar a capacidade empreendedora do Brasil, com lindos pavilhões desmontáveis, dando a conotação do moderno ligado ao aspecto do efêmero: tudo se desmancha e nada se mantém intacto, como a velocidade da máquina de um “Brasil que não podia parar”. Milhares de produtos foram transportados sem custos para os expositores.

Esses ecos do progresso, mesmo injetando entusiasmo nos dirigentes do Estado, deixavam, todavia, uma frustração, pela impotência de vê-los repercutidos nos municípios:

O indiferentismo ou tibieza no exercicio desses cargos tem convertido alguns dos nossos municípios em entidades de existência mesquinha ou fictícia, embaraçando a administração geral do Estado e dificultando-lhe o desenvolvimento. Sem o esforço coletivos dessas autoridades e das influencias locaes pelo bem público, impossível se tornará a reacção contra o estado de abatimento em que jazem essas cicunscripções que são por isso levadas a solicitar constantemente recursos pecuniários para despesas que lhes são própria taes como construcção de paços munipaes, cadeas, pequenas pontes, tanques, etc. sem fallar da instrucção publica, abandonada por completo desses poderes. (RPEMT, 1909 p. 13. APEMT – Cuiabá. MT).

Para haver a marcha progressiva da economia, havia a necessidade de funcionamento das instituições a serviço de sua eficiência. O discurso da presidência do Estado procura mostrar que a culpa é do governo passado, seu inimigo político. Para ele o saldo de um “mau governo passado” resultou no seguinte: nem “um município do Sul, à excepção de Corumbá, possui cadêa, nem custeia uma só escola”. (ibid. RPEMT,

1909). Segundo o relatório, havia problemas na arrecadação que traziam resultados baixos e que mal dava para sanar as dívidas com o salário do funcionalismo. Problemas nas decretações das receitas, mal arrecadadas e consumidas com a folha de pagamento dos funcionários públicos.

As suas receitas parcamente decretadas, mal arrecadadas, não alcançam em geral uma dezena de contos, cuja maior parte é consumida com o funcionalismo, restando ao benefício commum mínima parte. É de esperar, porém, que os impulsionem novas energias após o desaparecimento de commoções como as que abalaram a vida normal de alguns deles, ora assegurada pela confiança na estabilidade da ordem e garantias individuais e de propriedade (ibid., 1909, p. 14).

As tentativas de colocar a administração em funcionamento passavam também pela forma como a terra era apropriada. Uma lógica do ilegalismo constituía comportamentos sintonizados na sensação de impunidade. Isso levava a uma dificuldade de controle do uso da terra e da forma de sua aquisição. Havia fraudes na medição, efetuadas por agrimensores que praticavam distorções nas medidas para favorecer os que pleiteavam áreas devolutas. Isso aparecia no relatório do presidente como mais um dos obstáculos para colocar a máquina do Estado a serviço de crescimento econômico à altura de se situar no rol do projeto nacional, mesmo com todos os eventos descritos. Para esse relator:

A regulamentação da propriedade territorial e da aquisição de terras devolutas por particulares reclama vosso estudo e novas providencias, de modo a corrigir-lhes os defeitos prejudiciaes ao Estado e ao povo, dando origem a pleitos judiciais e questões dispendiosas e intermináveis. A faculdade conferida aos compradores de terras de fazel-as medir e emarcar por agrimensores designados pelo governo, sem responsabilidade immediata, é a principal fonte dos vícios e da confusão que se notam nesse serviço. (RPEMT. 1909 pag. 15)

Mesmo convivendo com a herança do ilegalismo político no trato com os bens públicos, a expansão agrícola para o oeste, proveniente da cultura agrícola cafeicultora, trazia consigo o projeto ferroviário do presidente Afonso Pena. Embora nesse tempo já falecido, recebe elogios do presidente de Mato Grosso, Pedro Celestino, pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Ela representava muito para o desenvolvimento econômico do Estado. Segundo ele:

O Estado, compartilhando o sentimento geral da Nação por esse infausto sucesso, que com razão muito a consternou, e cumprindo um dever de gratidão para com a memória do illustre morto, que por elle tanto se interessa, como não é desconhecido, e do que é prova cabal a construção da via-ferrea Baurú-Corumbá, prestou à sua veneranda memória as homenagens que lhe devia, fazendo celebrar uma solemne sessão cívica, que realizou-se, como sabeis, no salão principal do Thesouro do Estado. Graças, com effeito, à

vontade firme do governo do illustre finado, iniciou-se e prosseguiu-se a construção d'aquella importante estrada, que marcará, depois de concluída, o primeiro e sadio da nossa grandeza e prosperidade real, progressiva, acelerando o povoamento do solo e a expansão industrial de tal empreendimento e que eram o ideal do preclaro estadista que o mandou executar, por minha vez externo, nestas linhas, o meu profundo pezar pelo desaparecimento desse grande patriota e amigo de Matto-Grosso. (RPEMT Relatório do presidente de Estado de Mato Grosso Pedro Celestino. 1910 p. 1. Fonte. APEMT. Cuiabá. MT.).

Quando trata da instituição da Força Pública, vê com pessimismo a situação em que se encontra. Pelo seu relato há uma rejeição quando ao alistamento nela, mas que já estaria diminuindo. O presidente via duas coisas positivas no alistamento, pois daria ocupação aos corpos ociosos que colocavam em risco a sociedade e entende que o desenvolvimento das indústrias na região iria necessitar de manutenção da ordem pública, que atuaria como força coercitiva e repressiva. Veja seu relato:

...devido a uma pronunciada aversão, que, felizmente, já vae diminuindo, ao alistamento nessa milícia, por parte dos indivíduos em condições de nella servirem, e que ahi encontrariam ocupação decente e proveitosa para si e a sociedade, uma vez viverem na ociosidade, que é a fonte de todos os vícios. Entretanto é certo que o natural povoamento progressivo do solo, o desenvolvimento da industria extractiva e outras, alem de outras causas naturares, mais tarde ou mais cedo tem que reclamar novos e mais fortes elementos de manutenção da ordem publica e segurança individual, alem dos que hoje dispomos. (RPEMT, 1910, p. 7. Fonte. APEMT. Cuiabá. MT.).

Antecipando essa projeção de progresso econômico na região, bem como os seus efeitos colaterais que é a marginalidade que a acompanha, surge a necessidade de investir em instituições preventivas e punitivas. Quartéis, cadeias, aumento e treinamento de efetivos militares, constituição de inspetores de quarteirões: é o controle ostensivo para conter os efeitos colaterais. Na leitura do discurso do progresso, este controle é fruto da seleção natural, da evolução inevitável, na busca de um espaço civilizado.

Pedro Celestino: “Prevendo o concurso de taes fatores, que forçosamente modificando a presente actualidade” lembrava aos membros da Assembléia Legislativa “a conveniência de autorizardes o governo, na lei de fixação de força a elevar ao dobro o seu effectivo, quando necessário”. (RPEMT. 1910 p. 7. Fonte: APEMT. Cuiabá. MT.).

O recurso à ampliação das forças de controle do povo está relacionado também ao controle e ataque às culturas indígenas, quando essas entram em luta contra a usurpação dos seus territórios. É importante observar como muda o tom do discurso

quando a ação de violência parte do lado indígena. Integrar se possível integrar; e disciplinar ou eliminar todos os corpos que se mostrem como perigo à efetivação dos intentos do Estado, e com ela, a viabilização da economia. Veja como é expressa essa visão do outro da história na história do progresso:

Tendo-se dado o assassinado, bárbaro e traiçoeiro pelos índios Cajabis, do inditoso Manoel Felix Velho, que desde alguns annos e ainda ultimamente, como seu director, se esforçava por catechisar aquella tribu, auxiliado pelo governo, autorisei o subdelegado do Rio Novo, cidadão Joaquim Ferro, a contractar 20 homens, mediante a diária de 3\$000, para garantia e segurança dos seringueiros d'aquella zona, annualmente perseguidos pela referida tribu. (RPETM. 1910 p. 7. Cuiabá. MT.).

É numa esteira que parece contínua e que fazem acontecer as ações governamentais, chamando a atenção das instituições estatais: repressão, eliminação ou educação: o intuito é produzir essa população produtora.

Para que haja a produção dessa população, a reforma da instrução pública de Mato Grosso em 1910, durante o governo do presidente Pedro Celestino, inaugura um momento de grande impacto na educação, na tentativa de suprir a carência de profissionais nessa área. Foi uma reforma, segundo Amancio, “consubstanciada no *Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso*” (2008, p. 80).

Este regulamento foi instituído pelo decreto n. 68 de 1896 e somente em 1916 começa a ser concretizado. Segundo essa pesquisadora, não passa despercebido um discurso apontando para a necessidade de superação dos obstáculos no campo da educação. Ficou em mais de um relatório a forma negativa tal qual vinha sendo a realidade da educação em Mato Grosso:

Esse discurso constituiu-se, sobretudo, a partir de críticas e da depreciação de iniciativas anteriores, consideradas um legado ultrapassado e antiquado, do qual a escola mato-grossense republicana precisava livrar-se para garantir sua participação no projeto de democratização e expansão escolar. (ibid. p. 80).

Nos relatórios de presidentes de Estado, havia reclamações contínuas com a deficiência no serviço escolar. Seu governo estava: “Convencido da necessidade de todo o verdadeiro progresso social, que há de cuidarmos do futuro da instrução popular, base fundamental de todo verdadeiro progresso social, que é tanto mais solido quanto mais difundida ella se acha”; Pedro Celestino está “convencido também que o primeiro passo a dar para esse fim é a formação de bons professores”.

Segundo os conceitos que construíam, em seu tempo, valores ligados à necessidade de inserção dos corpos ao mundo do trabalho, essa era uma forma de

ocupação de cada indivíduo na produção. Essa vontade política estava ligada ao seu momento histórico, no interior do projeto de modernização da economia brasileira.

O Brasil passava nesse momento por uma grande animosidade no campo educacional, como forma de atender a demanda de produzir corpos para servir à construção do espaço administrativo. São Paulo era espaço referencial desse movimento educacional e por isso, o presidente de Estado, Pedro Celestino, “mandou “contractar dois normalista de S. Paulo, com o fim de crear aqui uma Escola Normal, de que havemos mister para a realização desse importante objectivo; esperando que me habilitareis para leval-o a effeito nas condições desejáveis”. (RPEMT. 1910. p. 7). A luta por criar ou incentivar a instituição de mecanismos pedagógicos, jurídicos, policiais e higienizadores tinha como objetivo a sintonia com o avanço da expansão agrícola, no sentido do extremo oeste do país, mais especificamente Mato Grosso, que representava uma das maiores extensões dessa fronteira.

3.1. A ferrovia Noroeste do Brasil e a aceleração do progresso

É nesse ponto que emerge a necessidade de desenvolvimento econômico de Mato Grosso. Como veremos mais à frente, essa onda desenvolvimentista dava seus sinais com a construção da *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*, que estava em andamento no início da década de 1910. Paralela à sua construção avançava a agricultura para o oeste paulista. Entretanto, esse avanço é considerado como verdadeiro genocídio dos índios Kaingang que viviam no oeste do Estado de São Paulo. Segundo Cruz, em *Historicidade do contato entre índios e não índios no oeste paulista*:

Os índios Kaingang paulistas, pertencentes à família linguística Jê, estão localizados nos Postos Indígenas Vanuíre, Icatu e Araribá, no oeste do Estado de São Paulo. A colonização desta região se deu com a frente do café. Com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, muitos foram os conflitos entre não índios e índios. Os nativos sofreram todo tipo de violência, e por fim foram reduzidos a menos de um terço da população original e aldeados a partir de 1915. (2006, p. 01).

Essa construção de vias ferroviárias atendia a demanda que estava nos relatórios de presidentes de Mato Grosso. Por outro lado, atendia ao projeto de avanço econômico de ampliação da fronteira agrícola, e com isso, invade o território mato-grossense, alcançando sobre a sua região sul na esteira das bitolas da ferrovia. Nesse avanço, chegava a cidades ainda não constituídas como tal e que, gradativamente, iam perdendo

a forma de vilas para receber um crescimento acelerado, chamando a atenção dos observadores. Formavam ou cresciam ainda mais, cidades como Três Lagoas, Campo Grande entre outras, que ficavam às margens do traçado das malhas da ferrovia.

Em 1912, o novo presidente de Estado de Mato Grosso, Joaquim da Costa Marques, em sua mensagem, “assegura o seu franco e leal concurso para que, de comum acordo, alcancemos o objetivo collimado-o progresso de Matto-Grosso e a felicidade dos seus habitantes” (Relatório do Presidente de Estado João da Costa Marques à Assembléia Legislativa ano de 1913, p. 3. Fonte: APMT – Cuiabá – MT). O sentimento de que é o momento de se fazer a virada de uma página de lutas bélicas, se fundamenta no avanço das grandes empresas rumo à fronteira oeste, ampliando o espaço de produção para o mercado. Parecia ser mesmo uma mudança da característica política, na fala de Costa Marques. Segundo ele:

...nota-se que no Estado tudo se agita, prenunciando uma época de franca prosperidade após um largo período de estagnação, de duvidas e incertezas decorrentes das luctas internas que tanto flagellaram e entorpeceram a sua marcha na conquista d’esse ideal, que se concretiza no aperfeiçoamento das condições da vida em seus vários aspectos e que constitui a mais nobre aspiração de todos os povos civilizados. E por irmos marchando ao alcance d’esse objectivo, pelo qual também vem se empenhando o povo matto-grossense, dupla e difficil, Senhores Deputados, é a nossa tarefa. (RPEMT, 1913, p. 4. Fonte: APMT – Cuiabá – MT).

A auto-retratação é uma constante no discurso dos dirigentes mato-grossenses. Paralelo a esse reconhecimento das formas consideradas como erradas estava a preocupação da modernização da máquina estatal. Veja como essa preocupação se materializa em sua mensagem:

Por um lado, corrigir e reparar os erros do passado e por outro, solucionar, dentro dos actuaes meios e recursos, os assumptos de mais palpitante necessidade e apparelhar os elementos para a execução de outros que hão de surgir com o progresso material, social e econômico do Estado. (RPEMT, 1913, p. 4. Fonte: APMT – Cuiabá – MT).

O conceito de violência sofre nesse momento um deslocamento: os pares sociais que antes se digladiavam agora têm em comum defender o mesmo lugar social, em detrimento dos que não possuíam o direito ao mando político e ao usufruto das riquezas que se conquistariam com a organização da economia. Para que essa diferença se mantenha e haja uma positivação dos setores despossuídos de posses, surgiria uma nova forma de violência: a luta disciplinar de ordenação dos corpos e a regulamentação da

população, para que seus direitos jurídicos adequassem o conceito de soberania jurídica aos interesses da economia liberal.

Dessa forma, se implantaria, em nome da pacificação da sociedade, uma universalidade a partir da produção de silenciamentos sobre a guerra. Todavia, a instituição de tal tentativa não vai extinguir a guerra das raças, conforme almejava a nova forma de reerguimento da nação. Isto porque a guerra é retomada ainda no início da independência.

Por meio da estatização do biológico, quando o homem passa a ser visto como espécie e que produz sua própria gênese, é engendrada a natureza produtiva na fundamentação dos conceitos que alimentarão a econômica de mercado. Esses conceitos dissolvem as noções que davam o caráter de cidadão, tal qual o iluminismo e a Revolução Francesa projetavam seu sujeito histórico. Com a emergência do modelo liberal, que se inicia na primeira metade do século XIX, o sujeito econômico vem não suprimir o sujeito do contrato social, porém re-configurar sua forma e constituir uma nova realidade para essa subjetividade, através de um complemento ao direito de soberania.¹⁰

Com a democracia, em que predominam os interesses de auto-afirmação burguesa, o direito sofre um deslocamento, sem, entretanto, apagar o direito soberano, mas vai penetrá-lo, modificá-lo, invertendo a forma de seu poder. É bom lembrar: o modelo se desloca com a força do mercantilismo e, conseqüentemente, com o avanço industrial e tecnológico da segunda Revolução Industrial.

Esse deslocamento ocorre no Brasil no início do século XX, com a implantação de instituições higienistas, de uma psiquiatria segregadora dos corpos perigosos, sempre balizados na eugenia que já mostrava seus sinais desde o início da construção do Estado Nação no Brasil. Isso aparece com a preocupação de José Bonifácio em 1813, quando pressentia a difícil amalgamação de uma brasilidade composta de índios, africanos escravizados e portugueses. O século XX torna-se, portanto, palco da ação desses mecanismos, sendo que a tentativa de reerguimento nacional, com o discurso de reconciliação das raças, aparece por um biopolítica, que se desdobrava em psicologia,

¹⁰ Um exemplo foi mostrado no capítulo I, quando é criado o Arsenal de Guerra e sua utilização para a internação de crianças como forma de retirar de seus corpos infantis as inutilidades herdadas da tradição do seu meio para que se tornassem produtivos.

sociologia e etnografia. Tal movimento fundamenta-se em um modelo emprestado do darwinismo social e seu mecanismo seletivo, o qual justifica na história do Brasil o desaparecimento dos seguimentos considerados como obstáculos há um tempo que produz a linearidade do progresso.

O tempo construído pela busca da autonomia do conhecimento reinaria, ao positivar-se produzindo a partilha à população do sentimento nacional e a luta pela pátria. Esse aspecto apareceria em 1913, na observação do Presidente de Estado Costa Marques, em viagem pelo sul do Estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Ao chegar a Campo Grande, se admira com o cenário de progresso da cidade e seus problemas no contrapelo da ordem. Esse discurso aparece no Relatório do Presidente do Estado de Mato Grosso, Costa Marques:

A Villa de Campo Grande, que de ano para ano toma um desenvolvimento notável, o que se observa facilmente pelo grande numero de novas edificações, uma já promptas e outras em via de terminação, e que tem uma população fluctuante de não pequena monta, recebe em seu seio, proveniente dos Estados vizinhos, entre outros de São Paulo e Minas, elementos diversos; uns trabalhadores e progressistas e outros turbulentos e criminosos, sendo em grande numero de jogadores e de viciosos de todas as espécies que, expulsos pelas policias dos referidos Estados, espalham-se pelo município como um vírus de pior espécie. (RPEMT, 1913. p. 33).

Da leitura da evolução das espécies, que acabará por pegar sua popularidade com o darwinismo social, aparece no início do século XX no discurso do Estado, na descrição da maneira como aqueles que não se coadunavam com a ordem seriam engolidos pela marcha civilizadora, como sentenciava Euclides da Cunha, ou seriam empurrados para outros lugares, conforme o cerco das instituições fosse sufocando seus espaços de circulação. Assim, a violência era justificada como a inevitável seleção natural, por meio da qual os mais fortes suprimiam e submetiam os seres menos adaptados. Nesse elenco dos submetidos à extinção estariam, portanto, as diferentes culturas indígenas, uma vez que não conseguiriam se adaptar às formas modernas de sociabilidades.

Assim, um continuum implacável implanta a perversa lógica da maioria sobre a minoria.¹¹ Isso aparece com o avanço das fazendas de criação de gado no sul do Estado, principalmente na região de Três Lagoas, como ficou registrado nos relatórios oficiais,

¹¹ Por maioria entendem-se quando uma verdade é manifestada como positivada e que com isso dá propriedade de verdade a um grupo, ou mesmo modelo de implantação espacial, em detrimento a modelos que não mais atenderiam à demanda econômica e, portanto, passariam a ser suprimidos

principalmente do Chefe de Polícia. Quando os grandes sindicatos de empresários estrangeiros e nacionais passam a ocupar o espaço agrícola, expulsam o pequeno proprietário com ameaças, usurpações, invasões, e a truculência física. Assim, em nome do progresso e da civilização, é disseminada a violência dissimulada.

Por outro lado, emerge com força o discurso da violência, agora não mais o da implantação perversa, mas no rebotalho rejeitado que se tornam aqueles “desocupados”, ou seja, muitas das vezes descendentes de famílias destroçadas em despejos forçados por pressões de grupos econômicos fortíssimos como o Sindicato de Percival Farquhar e a Shouthern Brazil Lumber & Colonization Company.

A presença desses grupos poderosos contou com a ajuda de parlamentares e com isso facilitava o ilegalismo político. Dessa maneira, expulsaram ou pressionaram pequenos proprietários de culturas tradicionais da região para a venda de pequenas propriedades rurais, nos municípios de Cáceres e Três Lagoas. Assim agindo, contribuíram para a desorganização das comunidades rurais e o desmantelamento da cadeia alimentar que aos poucos foi sendo destruída. Expulsos de suas propriedades passam a inchar as periferias das cidades que vão se formando e tornam-se alvo de nova violência, com a coação policial nas cidades.

A violência muda, portanto, de lugar e passa a ser vista nos corpos rebeldes, que não querem se sujeitar a uma nova forma de ocupação de suas vidas. Fora da ordem é o que passa a ser a denominação dos despejos do progresso. Passavam a figurar juntos como corpos da desordem, sendo alvos de todo tipo de ações políticas que estivessem a contrapelo dessas usurpações. Esse aspecto aparece na fala do presidente de Estado Costa Marques em 1913:

A transformação da actual cadeia em penitenciária é outro assunto que está a pedir solução e de que devemos ir cogitando, porque o systema das prisões em commum – alem de reprovado, não satisfaz as exigências do Codigo Penal e acarreta ao Estado despeza avultada, que no regimem penitenciário poderá ser sensivelmente reduzida com a produção de uma parte dos trabalhos dos sentenciados, que por sua vez encontrarão, ao lado de sua regeneração pelo trabalho e pelo isolamento, um meio de fazer alguma economia além de aprender algum officio, que lhes garanta a subsistência honesta e moralizadora, que a vida ociosa da prisão em commum não lhes proporciona. (RPEMT, 1913, p. 33. Fonte: APEMT – Cuiabá – MT).

Em seguida, vem o que é considerado como as dificuldades e os obstáculos no caminho do progresso. Nesses termos serão exercidas as operações que contarão com cada instituição, de forma a tornar a população em cidadãos atuantes, que se sentissem

no dever de ajudar na construção de um Estado forte. Criando, com isso, um poder ascendente, por meio da regulação da população e disciplinarização dos corpos individuais, para que se inserissem nessa nova ordenação. Por conseguinte, os obstáculos deveriam ir desaparecendo. Vejamos a continuação do seu discurso:

...as dificuldades e os obstáculos, que ora se nos deparam, hão de ir pouco a pouco desaparecendo, uma vez que perdue a paz de que temos gozado nestes últimos tempos e que se não interrompa a continuidade de acção dos poderes que tem a responsabilidade da direcção dos negócios públicos e que, de harmonia e inspirados pelos mesmos sentimentos de bem cumprirem os seus altos deveres, como são os que me animam e que, estou certo, são também os vossos, congreguem os seus esforços n'essa lucta patriótica e nobilitante de collocar o Estado de Matto-Grosso na altura do destino que lhe asseguram no seio da comunhão brasileira, as suas extraordinarias riquezas naturaes. (RPEMT, 1913, p. 4. Fonte: APEMT – Cuiabá – MT).

Como aparecem nesses acontecimentos, a paz e a harmonia mencionadas no trecho acima? Veremos em documentos mais à frente que a região mato-grossense foi sendo ocupada por modelos de empresas industriais ou agrícolas, que vão suprimindo as pequenas propriedades ou aquelas que não estavam conectadas nesse processo empreendedor. Seja inicialmente com a expulsão dos índios; ou por meio do genocídio que acompanhou a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil; sejam, ainda, na supressão dos modelos agrícolas exercidos de formas consideradas inadequadas e tornadas empecilhos ao avanço da economia moderna. Essas transformações fazem com quês surjam desintegrações familiares, marginalizações onde imperavam os jogos de azar, o alcoolismo, a loucura, entre outras formas pervertidas pelo modelo civilizador.

Onde crescia essa forma econômica, com ela vinha a política controladora dos seus dejetos. A bandidagem, a jogatina, a prostituição, o desemprego, entre outros males, necessitavam ser tratados pelas instituições que se imbuíam do dever de sanear o espaço, para que se ampliasse o progresso. Destarte, o olhar do poder configurado no Estado estava preocupado com o controle dos corpos inúteis ou o ócio do cotidiano, sendo a prisão parte dessa busca de harmonização. Para tanto, era tema da viagem do presidente de Estado Costa Marques a preocupação com o controle populacional, em defesa da sociedade e, com ela, da economia a ser modernizada. Para ele:

A cadeia pública da Aquidauana, conquanto uma das melhores que encontrei no Sul, não satisfaz e não tem compartimento para prisão das mulheres. Mandei melhorá-la e construir ao lado commodos para alojamento da força policial e murar o quintal. (RPEMT, 1913, p. 4. Fonte: APEMT – Cuiabá – MT).

A observação de Costa Marques aponta para uma população crescente, para o encarecimento do aluguel e ao aparecimento de novas indústrias, como de panificação e torrefação, consideradas por eles como superior em qualidade às da capital. Todavia, para ele o predomínio econômico desse município “como de todos os outros do Sul do Estado, é a pecuária e a sua população bovina foi ultimamente calculada pelos seus principais criadores e pelo Intendente em cerca de 126.000 cabeças;”. (RPEMT, Costa Marques, 1913, p. 11. Fonte: APEMT – Cuiabá – MT).

O processo econômico avançava para além das fronteiras de São Paulo e invadia Mato Grosso. Os bugreiros abriam caminhos, promovendo o genocídio dos índios Kaingang, e atrás vinha a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e com ela a expansão da fronteira agrícola, que avançava para o oeste, já atravessando a divisa de São Paulo e penetrando no espaço mato-grossense.

Esse processo de expansão econômica, que tinha como consequência o deslocamento de populações e a construção de novas cidades, estaria ligado à estratégia de crescimento para o interior, juntamente com a facilidade de circulação das mercadorias e a diminuição de custos. Mais viável do que levar a estrada de ferro até Cuiabá seria construir outra cidade que proporcionasse infra-estrutura à expansão econômica. Assim essa que hoje é a capital de Mato Grosso do Sul, era antevista pela imaginação do presidente Costa Marques como um aglomerado populacional que já pintava como tendo o papel de ser uma grande cidade. Segundo ele:

A povoação ainda é relativamente pequena, mas nota-se entre os seus habitantes, grande animação pelo seu prometedor e próximo futuro e não pequena affluencia de novos contingentes que de outras partes lhe vêm, atraídos pela mesma confiança de que essa Villa será brevemente pela sua situação e pelo seu clima, uma grande e importante cidade servida pela Noroeste, que logo lhe dará fácil communição com o Estado de S. Paulo e com a capital da Republica. As ruas estão bem traçadas e os lotes de terrenos urbanos quase todos vendidos. Bem maior já estaria si não fosse a difficuldade por tal motivo, a maior parte de suas casas feitas de madeira cobertas de zinco. Isto, porém, desaparecerá certamente, quando inaugurar-se a via férrea. (RPEMT, 1913, p. 11. Fonte: APEMT – Cuiabá – MT).

Além desses problemas, a cidade sofria também com a falta de professores. As escolas públicas não funcionavam, deixando entrever o destino dos filhos dos destituídos de poder econômico para dar estudos aos seus filhos. Por outro lado, não se completava a estratégia da expansão da economia de mercado, pois a disciplinarização e produção de corpos úteis passava pela educação. Era na escola que se construía a tradição, com uma memória que daria a esse corpo uma origem, a qual o fizesse

pertencer à sua realidade e desfizesse qualquer resquício contra o projeto modernizador do espaço.

Todavia, aos mais abastados estavam garantidos os estudos, pois, segundo informa: “O ensino primário era ministrado em duas escolas particulares” (ibid. 1913, p. 120). Para Costa Marques, havia a necessidade da construção dessas instituições, para conter os corpos insubmissos que não se inseriam no funcionamento do processo de implantação orgânica do lugar. Segundo sua mensagem:

A falta de professores para as escolas d’esta Villa e de outras do Sul do Estado se explica pela carestia da vida n’esses lugares, em desproporção com os vencimentos que percebem. O Governo já está tratando da construção de edifício para a cadeia e de outro para o quartel da força policial, e pretende também mandar construir uma casa com proporções convenientes para um grupo escolar. (ibidem. 1913, p. 12).

O crescimento econômico e a viabilização da circulação da mercadoria pertencente ao grupo social dos detentores de grandes fazendas, além de contribuir com o crescimento do Estado, garantiriam o sucesso dessa elite local, uma vez que a constituição das instituições estatais seria uma forma de garantir o avanço da economia. Para tanto, necessitavam da organização da máquina do Estado, com a qual se viabilizaria a construção do projeto de nação e de uma sociedade disciplinada. Logo, o bom funcionamento da sociedade tinha como principal objetivo a produção de riquezas. Para ele: “Pelo cálculo ultimamente feito avaliou-se o numero de gado em Campo-Grande em cerca de 500 mil bovinos; 100 mil equinos; 8 mil muares; 10 mil lanígeros e 5 mil caprinos” ((ibid. 1913, p. 12)). A emoção desses resultados aparecia na sua mensagem. Trazia dessa viagem

...excellentes impressões, que reafirmaram no meu espírito a convicção de ser este Estado, incontestavelmente, um dos mais ricos e futurosos da União Brasileira e cuja grandeza será fácil e brevemente conquistada com a melhoria da sua viação e dos seus meios de transporte. (ibid. 1913, p. 12).

Entretanto, o discurso do progresso sempre esbarrava na necessidade de retirar os obstáculos que se opunham ao avanço econômico. Era preciso retirar os índios do caminho, por serem empecilhos ao empreendimento almejado pela política governamental. Para Costa Marques, o progresso só seria possível:

Com a cessação definitiva das correrias e das perturbações da ordem publica, que o tem embaraçado na sua marcha ascendencial para o incalculável progresso que lhe garantem as suas múltiplas e inexgotáveis riquezas naturaes, e a vastidão do seu território e a variedade do seu clima. (ibid. 1913. P. 21).

Com a superação do obstáculo que os índios representavam, podiam enfim se apossar dos seus territórios e transformar em riquezas todos seus bens animais, vegetais e minerais:

Ao Norte, inúmeras e seculares florestas em que abundam vários specimens de excellentes madeiras, de fibras e castanhas preciosas, e principalmente o cacau, a hevia ou a seringueira e o cautchou de valor industrial e comercial inestimável, os quaes do homem só exige o trabalho methodico da colheita para serem transformados em moeda remuneradora do esforço empregado, pois agora tudo isso lhe offerece a nossa prodiga natureza sem os cuidados da cultura. (ibid. 1913, p. 12).

Toda essa política acaba por trazer conseqüências como desterritorializações dos membros de cada cultura indígena. Aliado a isso, ainda vem a supressão pelas grandes empresas agropecuárias e madeireiras dos posseiros que não possuem documentos de suas terras e são vitais aos interesses desse avanço. Como já vimos, as pequenas propriedades sofrem em momentos diferentes todo tipo de ameaças, fraudes cartoriais, pressões de pistoleiros a mando de empresas e fazendeiros, destruição moral como invasão, castração de bois para não contaminarem matrizes bovinas e equinas desses grandes empreendimentos capitalistas, tal qual se sucedeu no município de Três Lagoas, no sul de Mato Grosso. Sobraria daí os dejetos, os rebotalhos dessa implantação perversa. Assim, o mesmo Estado, em nome da seleção natural, justificaria que os projetos econômicos mais fortes causassem a destruição das propriedades menores e desconectadas da produção que ora se implantava. As formas socioeconômicas dessas cidades perdiam suas territorialidades anteriores, dando lugar à marcha conforme a sentença evolucionista que via isso como algo inexorável.

A marcha do progresso provável e inevitavelmente produziria a marginalização de alguns dos antigos moradores, com a total destituição dos seus meios de produção na cadeia alimentar anteriores ao avanço do processo capitalista. Esse avanço nos é contado pela escrita positivista como de grande desenvolvimento econômico, todavia, traz um silenciamento sobre as suas práticas destruidoras do convívio social, de forma que chega aos manuais escolares por uma história contada na linguagem do progresso. Assim, é destruída a partilha do sensível, para que haja um desmembramento e conseqüente esgarçamento do tecido social. Os excluídos passam a ser objetos de caridade por parte do governo e entidades filantrópicas. É por isso que, segundo a mensagem de Costa Marques:

D'entre algumas das modificações introduzidas, figuram como as mais importantes: de se não deixar ao desamparo da justiça aquelles que, por falta absoluta padecem. A concessão da Assistência Judiciaria aos indigentes, como um meio humanitário e de cultura social de recursos pecuniários, não podem fazer valer os seus direitos perante o poder competente, e a sociedade, que, por suas exigências e pela sua organização, aliás, consequência necessária de sua evolução, colloca muitas vezes alguns de seus membros n'aquella dolorosa eventualidade” (ibid. 1913, p. 26).

Seria a sentença euclidiana se realizando? Quem seriam essas vítimas da evolução? Seriam os que perderam suas terras para o grande fazendeiro? Outro alvo do controle, além dos que se tornam dignos de pena, são os que ameaçam com suas resistências e colocam em risco a propriedade privada dos empreendedores. Por isso, em sua mensagem, Costa Marques, fala como presidente, mas ao mesmo tempo reflete a classe de fazendeiros da qual ele faz parte. Ao criticar os procedimentos no judiciário pela falta de juízes, condescendência com réus acusados de roubo de gado, que entravaria e desanimaria a vinda de investidores à região mato-grossense. Vejamos:

...inclui entre os delitos que aos Juizes de Direito compete processar e julgar, os crimes de furto de gado vaccum e cavallar e de productos da lavoura, por entender que taes crimes pela facilidade com que são praticados, principalmente nas fazendas, cujos campos não são cercados e pelo aumento que teem tido, exigem um processo mais prompto e um julgamento que lhes dê mais segurança e certeza na punição dos seus autores, o que não se encontra no Tribunal do Jury, que, pelas suas frequentes absolvições, não oferece a mesma e tão efficaz garantia que o julgamento singular e por juízes diplomados, aos productos do trabalho honesto, máxime dos pequenos proprietários, que são os que mais soffrem os effeitos nocivos d'esses actos criminosos e da mal entendida condescendência dos jurados. (...). cercar essas indústrias, portanto, de todas as garantias, deve ser a constante preocupação dos Poderes Públicos, que assim procedendo, concorrerão para elevar o nível moral da sociedade e darão maior incentivo às classes laboriosas, quando estas virem que o fructo de seu trabalho não será mais partilhado com os ladrões. (ibid. 1913, p. 28).

Parece haver uma necessidade por parte do executivo estadual de readequar o dispositivo do artigo 33 da Constituição, por entender como inconveniente a lei que indica o procurador do Estado, a partir do critério de antiguidade do juiz. Segundo sua interpretação, isso seria “no sentido de dando-se maior amplitude ao direito de escolher, harmonizar o princípio da antiguidade com os requisitos da competência e idoneidade necessários a tão alto cargo da magistratura”. (ibid. 1913, p. 29). Notamos aí um desejo de um direito direcionado aos interesses de resguardo da propriedade privada. Uma legislação mais voltada para o econômico, com uma razão governamental ligada ao mercado. E ainda, o mercado caracterizado como espaço de mecanismo das trocas e a elaboração de poder público, que tem suas intervenções indexadas ao princípio de utilidade. Garantir o funcionamento dos mecanismos do mercado e sua ação é de

coadjuvante da consecução da economia. Costa Marques continua seu argumento de readaptação do direito às circunstâncias condizentes com a situação econômica:

...introduzindo, apenas as modificações que a prática e a experiência nos tem aconselhado como necessárias ou convenientes para dar à organização do Poder Judiciário uma feição mais consentânea às necessidades crescentes de um povo que evolue e que, cercado o mesmo Poder de todas as garantias compatíveis com a sua alta missão social. (...). Boa ou não, essa obra há de ao menos significar o meu empenho de bem cumprir os deveres da importante e árdua incumbência que me confiastes (...) de dotar o Estado de uma organização judicial digna do seu progresso e desde muito reclamada. (ibid. 1913, p. 30).

A expansão econômica e seus contrastes são dissimulados pelo discurso que aponta o seu objetivo no futuro de cumpridor de “sua alta missão social”. O governo atuava sobre os interesses complexos (num jogo entre os interesses individuais e os coletivos), manipulando a forma de agir sobre as riquezas e sobre o sucesso de sua adaptação ao processo econômico. Por outro lado, tinha que cuidar das vítimas desse processo, e, ao mesmo tempo, adaptar o direito aos interesses econômicos.

Atento a essa questão de adaptação do direito ao funcionamento da economia, o Estado afirma a noção de povo ligado à evolução. Portanto, precisa organizar sua função judicial de forma que garanta a efetividade do progresso, com fins a conduzir o povo à sua realização.

Nesse sentido, além de roubo de gado, persistia ainda uma herança do caudilhismo que assolava a fronteira. Por um lado, havia o desejo de inserir-se no projeto modernizador, seja ele no aspecto econômico e no judiciário, educacional e medicinal. Todas as instituições deveriam se imbuir do propósito de contribuir para a realização do progresso econômico, único caminho, segundo seu discurso de condução da população à evolução social e econômica. Por outro lado, esse discurso esbarrava na própria tradição caudilhista, que havia garantido o domínio do poder do Estado. Era a cumplicidade entre coronéis e bandidos que se mantinha e não mais poderia conviver com as tentativas de construção da modernidade em Mato Grosso.

Além dos factos que se deram em Bella-Vista e em Campo Grande, no começo do anno findo e que já vos referi na minha mensagem anterior e vêm detalhadamente escriptos no relatório do Sr. Doutor Chefe de Policia, em julho do mesmo anno foi a população de S. Luiz de Cáceres alarmada com a noticia de estar Américo Vieira, criminoso que pouco antes tinha se evadido da cadeia d'aquela cidade, à frente de numeroso bando armado com intuitos de atacar a Villa de S. Mathias, na Bolívia, e depois invadir a cidade de Cáceres. Tendo me sido communicadas estas occurrencias. (ibid. 1913, p. 32).

A preocupação com a extirpação das práticas anteriores estaria também ligada ao modelo do apelo às armas, que ainda parecia ser uma opção popular de saída de crises. Isso aparece na preocupação do presidente do Estado com o perigo na cumplicidade de membros da população com bandos armados, conforme constatado pela investigação feita por parte de instituições policiais. Segundo Costa Marques:

documentos e pelo inquérito policial a que se procedeu, ficou provado que Américo Vieira procurava manter correspondência com o caudilho Bento Xavier, que já tantas vezes tem perturbado a ordem pública no Sul do Estado e tinha auxiliares e cúmplices, poucos, é verdade, no próprio seio da sociedade ordeira de S. Luiz de Cáceres. (ibid. 1913, p. 32).

Esse problema era respaldado por práticas de coronelismo atreladas ao poder em um contexto nacional mais amplo. Sabemos que a independência do Brasil não primou pelo caminho popular e sim pelo interesse dos grandes proprietários rurais e comerciantes (em sua maioria compostos de portugueses). A partir disso, foi se consolidando o poder nas mãos desses setores da sociedade, fazendo com que a maioria não detivesse praticamente nenhum poder de determinação política.

Esses acontecimentos ficam marcados na memória. Tendo sido tais saberes, todavia, desclassificados pela memória, de forma que sua menção não oferecesse respaldo à luta praticada pelas camadas populares. Apesar de ser silenciados e reinseridos na história, de forma a dissuadir qualquer possibilidade da população mais pobre vir um dia a se organizar novamente, torna-se um trabalho constante das instituições o cuidado com a aparição dos sentidos dos acontecimentos. Caso o cuidado se esmoreça, as camadas populares podem reinserir-se em novas sedições e exigirem sua parte, seu quinhão e, com isso, uma democracia de fato. Mas sua possibilidade de reorganizar-se também sempre será uma constante na preocupação dos governos que são oriundos das categorias dos que se apoderaram da propriedade da terra.

A inclusão da maioria na democracia foi feita por uma leitura da ciência, a qual fez com que a arma que ameaçava o poder do império monárquico fosse desativada, para que não colocasse em risco a implantação de um modelo ligado ao liberalismo político e econômico. Os desejos dessa maioria não foram apagados ou suprimidos, mas redistribuídos num discurso por meio do qual a democracia colocava os semelhantes em concorrência entre si.

O sujeito do direito, ao ser indexado a um funcionamento do processo econômico, perde seu vínculo a uma sociedade onde a economia fosse vinculada à sua reprodução e desfaz seus laços que compunham cadeias alimentares e que davam sustentabilidade no campo. Com, por exemplo, o avanço da Estrada de Ferro, juntamente com a expansão agrícola, composta do capital estrangeiro, no caso do sul de Mato Grosso e da região de Cáceres, começa a haver êxodo para o espaço urbano. Viver em sociedade e achar que estaria vivendo a plena civilidade e que se livraria da barbárie impedia o sujeito de sentir que essa forma de pensar é que fazia da sociedade civil uma matriz permanente de poder político. Não se trata de um pacto de obediência de uns a outros, tampouco de vínculo. Quando se desenrola a relação entre dois indivíduos, constituem-se uma ligação entre eles onde as diferenças se traduzem nas funções de cada um na sociedade e nas tarefas que vão cada qual assumir. Para o presidente:

Essas diferenças espontâneas vão induzir imediatamente divisões do trabalho, e não apenas divisões do trabalho no processo pelo qual as decisões de conjunto são tomadas pelo grupo. Uns vão dar sua opinião. Outros vão dar ordens. Uns vão refletir, outros vão obedecer. (ibid. 1913, pp. 412-413).

E quando se instauram no interior desse discurso, seus corpos se tornam atravessados, garantindo o sentimento de estar como partícipe do discurso civilizatório e no sonho do progresso. Podemos, então, entender que o poder não está exclusivamente nas mãos do Estado, mas compostos de todos os segmentos detentores de um saber considerado dentro da verdade. Esta terá que ser afirmada por todos que queiram estar do lado da ordem e são eles que exigem do Estado os funcionamentos das instituições e clamam para que elas sejam instaladas nos lugares onde o presidente de Estado ou o Chefe de Polícia passam.

Pedem estabelecimentos e os saberes que ali serão ensinados, pedem cadeias, presenças da coerção policial, pedem a presença da higienização, etc.: é uma sociedade que clama pela civilidade e que incluem os corpos rebelados ou os excluem, pois suas presenças atrapalhariam o funcionamento ordenado.

Um passado produz os sujeitos nessa forma democrática e, para inseri-los de forma mais populacional, como sendo uma sociedade civil, é preciso ainda construir sentidos que mostrem a longa duração de seu presente até sua origem bicentenária. É por meio de uma narrativa que se sentirão ligados a acontecimentos passados e haverá aí a tentativa de fazê-los entender o que forma uma democracia: ela deve se valer do pertencimento e da partilha de vidas, no interior de uma racionalidade científica,

jurídica e médica. É preciso também que essa racionalidade esteja a serviço da implantação e funcionamento do projeto indexado a uma economia, o qual é efeito de sentido de uma verdade implantada e talvez positivada em toda a sua intensidade.

A partir dessa verdade, há uma única saída racional e que se realizaria com a ampliação do espaço de manejo do mercado. É assim que o caminho do progresso humano passaria primeiro pelo crivo e domínio do progresso econômico, nos moldes do capitalismo industrial e da necessidade de nele estar engajado. Qualquer um que queira escolher uma saída que não seja dentro do que está imposto, passa a ser considerado como um fora da lei e um proscrito.

É nesse sentido que, apesar do governo afirmar que esses casos são isolados, ele apela ao povo que não se envolvam com os grupos armados. Em tom que parece um misto de aconselhamento e de ameaça, afirma que estariam praticando “aventuras criminosas, nas quais seria “o próprio povo o mais prejudicado”. Por último, ele considera esses movimentos e os envolvimento de atos anarquistas como incompatíveis com a ordem.

Podemos notar que, apesar de haver a implantação de um único caminho a seguir, não se notava a unanimidade desejada. Não havia ainda a rejeição a outras possibilidades e com isso sempre apareciam segmentos sociais dando ouvidos aos chamados dos grupos armados. Ainda nota-se a preocupação com a possibilidade de haver levante armados e as tentativas de se alçar ao poder político do Estado por essa via. A cultura política de Mato Grosso só gradativamente iria se separar desses métodos. Essa constatação aparece no discurso do Estado ao povo naquele momento:

A não serem estes factos, em todos os outros pontos do Estado a ordem publica conservou-se inalterada e é de esperar que assim continue, pois o povo vai bem compreendendo que nessas aventuras criminosas é sempre elle o mais prejudicado e que o bem estar e felicidade da communhão social são incompatíveis com os actos de anarchia, assim como o progresso do Estado, que a todos interessa não se conquistará senão á sombra da paz. (ibid. 1913, p. 32).

Era uma economia que mudava de marcha e com ela uma política que iria transformar a territorialidade do local, deslocando todo funcionamento anterior por uma nova lógica processual, no que diz respeito aos conceitos de propriedade. Parecia até que a lógica darwinista da seleção previa a sequencia da supressão seletiva. Inicialmente foram os índios e depois as pequenas e médias propriedades passaram a ser alvos dos

grandes empreendimentos agrícolas de cunho nacional e internacional. Daí as sequencias de crimes, alcoolismo, prostituição, jogos de azar e todo esse lado considerado como degenerado passaria a ser alvo do poder e seria apresentado ao Chefe de Polícia em sua viagem para o interior.

3.2. O trem está chegando a Mato Grosso.

O Relatório do Chefe de Polícia nos mostra como uma política de controle disciplinar da sociedade ainda se dá de forma precária e como sua missão pelo interior do estado se transforma num espaço de denúncias e lamentações. Ele vai tentando exercer sua função de manutenção da ordem e com isso cumprir a justiça, num dilema com os problemas advindos da economia. Nesse relatório observamos a preocupação com vários aspectos ligados à modernização da sociedade e de como as instituições jurídicas, de saúde, educação, entre outras, estão a serviço da implantação de uma política que se adequasse à expansão econômica a qual estava simbolizada pelo apito do trem.

Dentre todas as necessidades institucionais de adequação à modernidade, estava a questão das posturas públicas, ligadas ao pudor moderno quanto à urbanização. Temos aqui, por exemplo, a preocupação com a qualidade do cemitério:

Acompanhamos o féretro em companhia de grande numero de amigos do defunto e de sua família e, no referido campo santo, tivemos a desagradável impressão de ver em cada sepultura, pelo menos, um buraco feito por tatu e roupas dos que jaziam na sua ultima morada, algumas já dilaceradas e pertencentes às praças de polícia victimas do conflito de 13 de Agosto, esparsas pelo solo arroxeadado e poeirento! (Relatório do Chefe de Polícia, 1913: Fonte: APEMT, Cuiabá, MT).

Há ainda no bojo desse anseio de modernização o controle dos corpos e de manutenção da lei através da necessidade de maior jugo sobre a população. A lentidão desse processo preocupa o Chefe de Polícia, quando, por exemplo, existe dificuldade de elucidação de um crime, do qual o relatório ainda “não constava ter sido passado atestado de óbito, não se podendo, sequer chegar á ellucidação da causa mortis”. (ibid. RCPMT, 1913, p. 4). Essa preocupação com o controle dos desvios e violências contra a pessoa, mas em maior peso de crimes contra o patrimônio público e a propriedade privada, estava nos motivos que o levava a reivindicar equipamentos eficazes para a

realização desses objetivos. Nesse momento, a medicina aparece como mecanismo de controle criminal. Vejamos:

Para obviar a repetição de factos análogos seria de alta conveniência, a bem dos interesses da justiça e da salubridade pública, fosse nomeado um Delegado de hygiene que, attendendo aos modernos preceitos da mesma scientificas adoptadas atualmente e fiscalizasse, com o Maximo cuidado, não só os trabalhos médicos ou cirúrgicos de curiosos arvorados como profissionaes, como também promovesse a punição de taes indivíduos nos casos idênticos ao que acima nos referimos. (Ibid. RCPMT, 1913, p. 6).

O banditismo ainda vigorava em Mato Grosso, porém era repellido em nome do progresso onde a única via era o trabalho. Esse tipo de violência parecia não convir com a paz, a qual, por sua vez, era o que poderia tornar possível o trabalho e a produção. Nesse aspecto, a instituição policial estava a serviço do controle dos que se impunham contra a ordem estabelecida. Veja como reage a isso o Chefe de Polícia em mensagem enviada ao grupo armado:

Chegando também a meu conhecimento que o cidadão João Ramos, cercado de bandidos e criminosos foragidos, promovia distúrbios em Santa Rita do Rio Pardo, procurando menos cabar da autoridade policial alli, dirigi-lhe em data de 27 de Setembro a carta do teor seguinte: 'Senhor João Ramos. Chegando a meu conhecimento que vos achaes nessa povoação cercado de bandidos e assassinos, com o fim de promover distúrbios e desautorar as autoridades legaes, attingindo já à ameaça e não convindo absolutamente a continuação de grupos armados, cuja existência constitui um crime previsto nas leis da Republica e é um attentado à tranquillidade publica, aconselho-vos a dissolver taes grupos, depois de desarmados, afim de que as pessoas que compõem se entreguem ao trabalho que é a base da prosperidade e da paz de nosso paíz. Desde este momento vos responsabilizo por qualquer facto que se der, não só contra a autoridade constituída, como também contra os cidadãos pacíficos dessa localidade. Certo de que meu appello será attendido, subscrevo-me, etc.(ibid. RCPMT, 1913, p 5).

Outro tipo de violência aparece no seu relato de viagem pelo sul do estado. Recebe queixa de pequenos proprietários de terras das ameaças de grandes empresas relacionado “á questões de terras, a autoridade competente, sobresahindo, porém, algumas que não posso deixar de mencionar”. Continua ele denunciando a empresa norte-americana Brazil Land.

Varias pessoas queixaram-se da imposição illegal e abusiva partida da gerência do Brazil Land (empreza Farquhar), a qual sendo condômino com outros nas terras do 'Campo Triste', por meio de cartas de intimação, (como algumas que se acham em meu poder) em termos descabidos e ameaçadores, procura expulsar, de seus domínios antigos e arraigados moradores, sendo, entretanto, até hoje indivisa a mesma fazenda; sendo de lamentar que a referida empreza, para intimidar os pequenos proprietários de terras, lance mão do nome do distincto tenente Raul Betim Deme, e assim levar a effeito suas descabidas imposições. (ibid. RCPMT, 1913, p. 7).

O avanço do processo de expansão da fronteira econômica sentido oeste paulista vai invadindo Mato Grosso e em sua implantação as pequenas propriedades vão sendo engolidas pelas grandes empresas nacionais e internacionais, com a conivência de membros da polícia e cobertura do Senador pelo Rio Grande do Sul Victorino Monteiro. Sendo que este também usava jagunços e mantinha relação de conluio com os cartórios e seus tabeliães, para produzir fraudes de escrituras e autorizações de venda, assinaturas falsas, matança de animais das pequenas propriedades, amedrontamentos e humilhações de todo tipo.

Conforme o relatório do Chefe de Polícia, em 1913, de sua passagem pelo município de Três Lagoas, esses atos eram passados para ele através de queixas dos moradores e pequenos proprietários do lugar. A impunidade surgia desse apoio, pois se “o despalante de taes senhores não teve ainda o devido correctivo, é porque o Senador Victorino Monteiro, usando e abusando de seu alto cargo, pratica toda sorte de arbitrariedades, dizendo-se amparado pela força federal estacionada em Tres Lagoas” (Ibid. RCPMT, 1913, p. 7).

Continuando uma série de denúncias é-lhes apresentada, entre elas, a matança de gado de uma pequena propriedade à bala, para alimentar os peões da fazenda do Senador Vitorino Monteiro. Ou mesmo por puro escárnio, desperdiçavam a carne, com a justificativa de que o Senador não queria que esses bois cruzassem com as vacas de raça da sua fazenda. Conforme o relatório atesta:

Entre outras queixas recebidas, mencionarei a de D. Anna Garcia de Freitas que disse-me que o pessoal do referido Senador, invadindo suas propriedades, matava o gado a ella pertencente, à bala, para alimentar-se, conduzindo em carroça o gado abatido para consumo da fazenda do seu patrão; outras vezes, depois de mortas as rezes, desperdiçavam-lhes as carnes! Esse mesmo pessoal, com ordem verbal do mencionado Senador, castrava os touros e cavallos pertencentes a referida viúva para, como dizia elle, não se cruzarem com os animais de propriedade do Sr. Senador Victorino Monteiro (ibid. RCPMT, 1913, p. 9).

Destarte, os depoimentos abaixo mostram a sanha violenta da tomada de terras que marcou a história de Mato Grosso, mas que ficam silenciadas da história do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Histórias tristes como de Protazio Garcia, vizinho das terras do dito senador, que sofreu ameaças de expulsão. E ainda de Manoel Garcia, cujas terras eram cobiçadas pelo senador, que as tomaram através de

esbulhos e do tabelião Augusto de Oliveira, por meio de escrituras com assinaturas falsas de cessão de terras. Segue o relato dos três casos:

O mesmo queria fazer com o cidadão Protazio Garcia, desenvolvendo contra elle terrível perseguição por não querer despojar a si e a sua família, por uma rediculariadas terras que possui no Campo Triste e as limitrophes às do Senador, sendo estes os únicos bens que constituem o futuro da sua prole. Para evidenciar ainda o que foram os negócios de terra naquelle futurozo torrão de Matto-Grosso, basta citar o seguinte factó, trazido ao meu conhecimento pela própria victima. O cidadão Manoel Garcia de Freitas, conhecido por Manequinho, possuidor de terras cultivadas no município de Santa Anna, terras essas cobiçadas pelo Sr. Senador Victorino, viu-se esbulhado as mesmas por um processo sui generis, e verdadeiramente criminoso. É o caso que o ex-tabellião de Santa Anna, Augusto de Oliveira, um dos bons servidores dos prepostos do Senador nas compras de terras, que trazia sempre nessas liquidações, como são designadas allí essas trampolinagens, o livro de notas de seu cartório na garupa de seu animal, fez uma escriptura de venda fantástica das terras de Manequinho, dando-o como vendedor e presente e mandando assignar dita escriptura, a seu rogo, por um indivíduo que havia oito mezes não via Manequinho e que nada sabia sobre as intenções d'elle, conforme elle próprio declarou diante de muitas pessoas fidedignas daquella locallidade! (ibid. RCPMT, 1913, p. 11).

Esses acontecimentos difficilmente são relatados nos artigos produzidos na revista do Instituto e, quando o são, vem de forma reelaborada, no sentido de dissimulação do acontecido. Justificam-se os desmandos como pertinentes ao avanço econômico e como parte de uma seleção natural onde o mais forte sobressai e o com menos propriedade produtiva é superado. Entretanto, o que se observa no final do seu relatório é a preocupação de que esses casos, se não debelados, poderiam levar a insatisfações e tumultos políticos, conforme afirma abaixo:

Esses e outros factos que me vieram aos ouvidos ou que me foram participados por carta, mostram a situação real em que se acham os habitantes daquella região sulista e, certamente, não teria eu tomado conhecimento dessas immensas reclamações, si não visse que ellas em futuro próximo teriam de trazer fatalmente uma perturbação de ordem, cujas consequências não se podem prever, não podendo, portanto, como preposto do Governo, silenciar sobre factos de natureza tão grave. (ibid. RCPMT, 1913).

Cartas lhes chegavam e entre leituras e mais leituras, o Chefe de Polícia fazia sua viagem de inspeção, como forma de saber o andamento do “desenvolvimento econômico e social e dos seus contrapontos”. Em outras palavras, poderíamos dizer que iria à região movida pelos problemas que lhe chegavam por cartas.

Com sua chegada à região conflituosa, vozes lhe clamavam por justiça. Porém pudemos perceber que a preocupação da instituição de polícia estava ligada mais à manutenção da ordem, por compreenderem que o acúmulo desses problemas poderia resultar em tumultos que poriam em risco o processo de expansão da região sul.

É importante ressaltar, ainda, como esses acontecimentos vão sendo silenciados e suas vítimas, alijadas a uma lembrança apagada, se reconstituem no seio social de forma excludente. Cada um dos corpos excluídos era um obstáculo à organicidade produtiva e ao desenvolvimento organizado da sociedade em seu anseio de modernização.

Todo esse movimento, todavia, acontecia numa invisibilidade instalada pela política econômica na região sul de Mato Grosso. Esses corpos perdiam suas identidades de comunidade e passavam a ser vistos como empecilhos. Dessa forma, compunha-se um espaço afetado por atos os quais, ao mesmo tempo em que reconfiguravam a estética de um lugar assolado pelo avanço dessa “marcha do progresso”, criavam novas configurações para novos modos de sentir, induzindo a novas formas da subjetividade política.

Esta região tornava-se, com tudo isso, um espaço social com problemas em relacionar bem comum e os lugares de cada corpo da comunidade. A repartição desse espaço trazia no interior da sua partilha traumas quanto à concepção da harmonia, haja vista que o comum partilhado era afetado por assimetrias produzidas no interior do sistema de evidências sensíveis.

Haveria, então, uma força atuando como um poder que atravessava os corpos e circulava de tal maneira constituindo uma normalidade? Essa forma que acaba por se tornar excludente traz em seu interior também mecanismos silenciadores, não como apagamento, mas como redistribuidores das relações de força no interior do lugar em que está se dando a concretização de sua implantação.

CAPÍTULO 4

DE EXPROPRIADOS A DEGENERADOS E PERIGOSOS: 1913 a 1919

Como vimos, as relações de forças são marcadas por assimetrias perversas. É notável como há preocupação com a ordem social e quanto à expropriação das pequenas propriedades pelas grandes corporações internacionais e proprietários nacionais que conseguem terra através de métodos ilegais. Todavia, essa preocupação se limita ao perigo de revolta popular ou de derramamento de sangue e não com o que venha acontecer com a família dos expropriados ou obrigados a vender suas terras sob diferentes formas de coação, violência e fraude.

Podemos constatar que a situação de expansão econômica vem sempre carregada de violência de todas as maneiras imaginadas, atingindo em cada momento um tipo de alvo: primeiro os índios são massacrados em toda época da história, conforme já discutido no capítulo inicial. Posteriormente, a matança ainda continua, e de forma mais acentuada, dos índios que se colocaram como obstáculo ao avanço econômico que se implantava durante a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil.

Outro personagem duramente atingido pela expansão econômica são os pequenos agricultores de culturas tradicionais. Estes foram os pioneiros que vieram atendendo a uma política migratória de outro contexto, marcados, muitas vezes por sofrimentos e sacrifícios característicos da agricultura familiar de subsistência. Agora, no ano de 1913, suas propriedades se viam cercadas em suas imediações por parte das empresas partícipes da expansão econômica.

4.1. Estado e Controle dos corpos: excluídos e rebelados como alvo do poder.

No início do século XX, o presidente do Estado de Mato Grosso viaja e envia seus inspetores policiais pelo interior, para medir o grau de controle que a maquinaria estatal estaria mantendo e onde deveria aperfeiçoar. Numa dessas tarefas o Chefe de Polícia faz uma viagem pelo sul do Estado, com fins de controle e policiamento da sociedade. Isso o faz notar que “em Campo Grande um facto que deve merecer a atenção dos poderes públicos do Estado, é elle a falta de policiamento suficiente”

(Relatório de Presidente de Estado, 1913. Fonte: APEMT, Cuiabá, MT). Essa região sul de Mato Grosso estava sofrendo um grande avanço econômico e com ele todos os efeitos de um modelo econômico que privilegia o lucro em detrimento do social. As villas estavam tornando-se cidades e com elas as marcas desse crescimento que vivia lado a lado com a degradação das sociabilidades:

A Villa de Campo Grande, que de ano para ano toma um desenvolvimento notável, o que se observa facilmente pelo grande numero de novas edificações, uma já promptas e outras em via de terminação, e que tem uma população fluctuante de não pequena monta, recebe em seu seio, proveniente dos Estados vizinhos, entre outros de São Paulo e Minas, elementos diversos; uns trabalhadores e progressistas e outrosturbulentos e criminosos, sendo em grande numero de jogadores e de viciosos de todas as espécies que, expulsos pelas policias dos referidos Estados, espalham-se pelo município como um vírus de peor espécie. (ibid. Relatório do Chefe de Polícia, 1913, p. 13).

A vigilância voltava seu alvo para os desocupados, jogadores e viciados, que, segundo o relato, já eram dejetos expulsos do interior de São Paulo.

É assim que nas redondezas d'aquella Villa, nos doze dias que da primeira vez lá estivemos, deram-se quatro assassinatos, tendo sido os moveis diversos, já tendo havido em dias anteriores duas mortes para roubar: uma do estafeta do correio, cuja ossada muitos dias depois foi encontrada junto à algumas cartas e outra de Vicente de Souza, cujos restos não foram descobertos. A estrada que vae da Campo Grande e Vaccaria é temida pelos viajantes: nenhum d'deles ousa emprehender viagem sem estar acompanhado de camarada. Acredito que a situação anormal d'aquella região tem como factor principal a jogatina desenfreiada que alli reina. (ibid. RCF, 1913).

Como forma de coibir os corpos que não se engajam no trabalho e se dão às contravenções, o Chefe de Polícia toma atitude no próprio momento de sua viagem, como forma de efetivar esse controle.

Por isso, logo depois da nossa chegada, mandei affixar nos logares públicos e na porta do edeficio da Camara Municipal o seguinte edital: 'O Dr. Deocleciano do Canto Menezes, Chefe de Polícia do Estado de Matto-Grosso, faz saber a quem interessar possa que ficam expressamente prohibidos os jogos de azar, sob as penas da lei e de accordo com os artigos 369 e seguintes do acordo penal: Ter casa de tavolagem, onde habitualmente se reúnam pessoas, embora não paguem entrada, para jogar jogos de azar, ou estabelecel-os em logar frenquentado pelo publico. Penas de prisão cellular por um a três meses; de perda para a fazenda pública de todos os aparelhos e instrumentos de jogos multa de 200\$000 a 500\$000. (relatório de chefe de polícia, 1913, p. 14).

As penas e multas tinham como finalidade o controle daqueles que não estavam inseridos em alguma função de produção. A regulamentação aparecia em diferentes instâncias que iam desde a esfera federal até portarias que eram colocadas em funcionamento, dependendo da situação encontrada. A paz ia sendo construída, porém

uma paz mantenedora de uma organicidade onde a população e seus corpos deveriam ser regulados por determinações funcionais locais.

Portanto, não era a paz que determinava a regra e sim a regra é que lutava para estabelecer uma paz funcionalmente produtiva. Ela deveria apascentar os tumultos e os corpos turbulentos, mas como uma continuidade da violência estatizada em seus aspectos jurídicos, médicos e fazendários, através das multas. Essas instituições permitem relançar ininterruptamente o jogo de dominação, encenando uma violência minuciosamente repetida.

Assim, uma moral vai dissolvendo as singularidades e estas vão se afastando para o interior, na procura de espaços mais abertos ao seu funcionamento, já em uma forma que aparece em gerações posteriores, as quais, ao perder seus espaços de imanências, são despejadas no espaço urbano. Os filhos por estes gerados são produzidos em um espaço onde não mais herdarão os valores de suas comunidades anteriores e não conseguirão, muito deles, se encaixar nas funções orgânicas que os querem adestrados para a produção. Por isso, muitos deles caem na delinquência, no alcoolismo, e como o próprio documento mostra, tornam-se jogadores de jogos de azar, como profissionais que saem pelo interior como forma de extração de rendimentos, coisas que quase não mais podem fazer nos espaços dos quais já foram expulsos.

Acuados quando são achados jogando, correm o risco de punição e multas. Os jogos também sofrem em suas classificações uma hierarquia e tornam-se crime aqueles praticados pelos setores mais pobres, enquanto jogos como que não “se compreende na proibição dos jogos de azar, as apostas de corridas a pé ou a Cavallo, ou outras semelhantes”, segundo o artigo 371 (Relatório de Chefe de Política, RCP, 1913).

O Chefe de Polícia deixa claro que foram “transcritos os artigos supra para que ninguém allegue ignorância d’elles, tornando-se efectiva a punição de todos aquelles que infringirem os artigos”. (RCPMT, 1913, p. 14). Para ele; o êxodo das turbulências dos desocupados “aumentarão sem dúvida com o desenvolvimento fatal que aquella região sulista terá com a estrada de ferro, cujos trabalhos de aterro e nivelamento estão feitos até a uma légua de distância da Villa de Campo Grande.

O documento mostra como o progresso vem aliado aos êxodos rurais e à transumância de pessoas, as quais se deslocam de acordo com a situação de

sobrevivência de cada momento e lugar. Essas regulações que proliferaram durante o século XIX são encontradas como fazendo parte do trabalho da polícia, servindo como uma instituição do Estado que ainda está agrupada à Secretaria da Agricultura, juntamente com a preocupação com as rendas fazendárias.

Era necessário para a implantação de uma economia nos moldes liberais dar visibilidade aos corpos, para que houvesse em cada um a sensação de estar sendo vigiado e, assim, pudessem sentir sempre a presença do Estado. Esta presença se dava por meio das inspeções, desde a mais tenra infância, com a presença do inspetor escolar, e também na maturidade, com a presença da inspetoria de polícia.

Dessa forma, era efetivado o controle policial, pelo uso de mecanismos disciplinares que sempre estão à espreita dos desvios do espaço de uma organicidade cuja função colocar os corpos em relação solidária. Pois, com isso, o Estado saía fortalecido pelas riquezas da natureza, seja ela dos corpos ou dos seus rios navegáveis (os quais deveriam ser estudados por expedições científicas, para que pudessem servir de espaço de circulação de mercadorias).

O progresso está ligado aos elementos da natureza necessários ao funcionamento da economia política. Assim, além da construção da estrada de ferro, as condições naturais dessa região também a tornavam apta a servir ao processo de implantação e ampliação da fronteira econômica. Sua terra era oferecida como espaço à expansão da produção agrícola do sul que avançava, sendo útil “pela sua situação pittoresca e por sua fertilidade, por possuir os melhores terrenos da zona”. (ibid. RCPMT, 1913, p. 14).

Todavia, para que a natureza se tornasse instrumento de viabilização do progresso, era preciso superar os obstáculos dos corpos rebeldes. Isso exige, segundo o Chefe de Polícia, “que o destacamento policial seja, pelo menos de trinta praças commandadas por um official calmo e criterioso e que a delegacia de polícia, depois de bem remunerada, seja exercida por pessoa enérgica, ponderada e instruída”. (ibid. RCPMT, 1913, p. 14).

Assim, ele cita várias povoações do rio Pardo, Santa Rita e Rio Verde as quais, por seu desenvolvimento econômico, deveriam fazer parte da rota ferroviária. Por conseguinte, toda natureza iria sendo remodelada, juntamente com os corpos que a

compunham. E o resultado disso é a configuração do mercado como lugar da produção de subjetividades ligadas a sua verdade.

Firmo Rodrigues, como chefe de polícia, fazia sua viagem para examinar como estava o andamento:

...seguiu acompanhado do Dr. Oscar Guimarães, fiscal da estrada e Dr. Francisco Vieira Leite, medico da empreza e conceituado clinico em Três 'Lagoas', sentado na frente do tender a machina acahava-se atraz delle; ao chegarmos junto a uma provisória, adiante da estação do 'Mutum', três cavallos espantados com o rolar da locomotiva, que veloz corria na escoridão de uma noite sem luar, atiram-se sob suas rodas; calmamente o Dr. Cangussú, senhor do pingo, fechou o regulador e parou a machina. Estávamos salvos, ficando apenas ligeiramente ferido, em um pé, o Dr. Guimarães; dous dos cavallos jaziam a pouca distancia, completamente esphacelados e o terceiro semi-morto? (ibid. R.C.P.1913).

4.2. Modernidade e a hierarquia do espaço: A cidade como o belo e a natureza como primitiva.

Na citação anterior vemos um episódio simbólico de uma natureza esfacelada pela máquina, sendo suas múltiplas formas agora tratadas, como meros acessórios e que, portanto, devem até mesmo serem sacrificados, para que a verdadeira natureza organizada seja implantada.

Exemplo desse movimento é um dos mais importantes trechos do relatório, em que o Chefe de Polícia se sente impressionado ao ver “os breves traços de Três Lagoas, que sobremodo” lhe impressionou “pelo desenvolvimento rápido que tem tido e a esthetica que presidiu a sua criação”. (ibid. 1913, p. 16).

Dessa maneira, é descrita uma paisagem em ascensão: do primitivo ao moderno; do fértil ao progressivo. Nos traços dessa paisagem constroem-se na folha de papel em branco os sentidos institucionalizados dos quais o senhor inspetor era porta voz. Neles a cidade era lembrada como tendo “aspecto rizonho e sympathico”. Ao mesmo tempo em que se envereda pela poesia na descrição das três lagoas que dão nome à cidade, volta para a racionalidade e o seu papel a cumprir na higienização dos corpos e da população, e sua descrição não se esquece de relatar que “as suas águas são potáveis” (ibid. 1913, p. 17).

As casas dos operários feitas de madeira e cobertas de zinco, as quais antes eram chamadas de primitivas, agora ganham o nome de singelas, ou seja, simples. Pela sua escrita vão se perfilando paisagens que são recompostas ao habitarem as folhas de seu caderno de campo, ganhando uma poética moderna e futurista quando são datilografadas.

Dessa maneira, os animais tornam-se tais como as plantas silvestres, os rios e a terra com seus minérios, meros acessórios de uma natureza que parecia estar se assentando sobre o caos, o caótico. Uma racionalidade ia sobrepujando aquilo que lhe era hostil ou inoperante. Cria-se uma tábua do tempo que dá nome a tudo que é superado e a tudo que lhe suprime: casas primitivas e casas modernas, umas de madeira e zinco, outras de “material” e telhas de cerâmica que já apareciam por essas bandas, haja vista a chegada de empresas comerciais e indústrias transportando mercadorias pelas vias de comunicação.

A estação da estrada de ferro que é de madeira e é bem construída e elegante, acha-se situada a frente de uma grande praça (...) onde ostentam alguma casas comerciais de maiores capitaes e um hotel bem montado. As suas avenidas e ruas cortam se em ângulos rectos, sendo o alinhamento perfeito: as avenidas principais tem 40 metros de largura e as ruas 20 metros. A alimentação é sadia e abundantes; vegetaes dos climas temperados são encontrados a preços relativamente baratos e são trazidos à porta dos consumidores em costado de luar. Em suma, a povoação de Tres Lagoas, por sua situação e por seu desenvolvimento rápido está chamada a representar preponderantemente papel entre as cidades de Matto-Grosso. (ibid. 1913, p, 17).

Firmo conforme seguia a viagem se deslumbrava ao descrever a paisagem e a presença de paisagem marcadas pela presença de tecnologias modernas. Da Europa vinham embarcações e profissionais, como vieram o vapor Conde de Frontin, “bela embarcação construída em Argenteuil (porto de Paris) pelo constructor Claparède; é a embarcação de grande força, pois na viagem que conosco fez levava a reboque, em dous grandes pranchões, quatro vagões com a carga de 20:000 kilos e a tara de 9:300” (ibid. 1913). Havia baianos e portugueses plantando café; médicos franceses, como o “Dr. Emile Brumpte, aggrégê da escola de Medicina de Paris e professor de S. Paulo, acompanhado de sua espoza e de seu auxiliar Dr. Alexandre Pedrozo”. (ibid. 1913, p. 18).

O governo investia no controle de qualidade dos corpos e do rebanho animal como forma de torná-los úteis à produção econômica. As doenças eram um obstáculo à lucratividade e precisavam ser combatidas.

Esses profissionais achavam-se incumbidos pelo Governo Paulista de estudar as feridas bravas conhecidas por úlceras de Bauru e a peste de cadeira que é endêmica n'aquella região. Como parecesse que essa ultima enfermidade fosse transmitida por parasitas habituaes das antas, o illustre professor mandou caçar um d'esses animaes nos arredores de 'Tres Lagoas' e, devidamente acondicionadas recolheu todos os parasitas, para submettel-os a exame, recolhendo também o sangue necessário para seus estudos. (ibid. 1913, p. 18).

Uma regulação da população cada vez mais se acentuava. Compondo uma parte do conjunto dos processos econômicos, não escapavam ao foco de um saber sobre os corpos: um olhar totalizador. Os que nasciam e os que se casavam agora precisavam registrar-se. "O registro de casamentos e nascimentos é feito no Estado de São Paulo, em Penápolis, por ser a distancia que medeia entre esta povoação e a de 'Tres Lagoas', muito menor que a existe entre esta e Santa Anna do Paranahyba, sede do município" (ibid, 1913).

4.3. Segurança e população: meretrizes e criminosos sob o olhar do poder

Ainda o controle policial era precário em Mato Grosso, onde em muitos povoados havia a necessidade do trabalho de destacamentos do exército. Por isso, o delegado pedia providências em seu relatório por entender ser "de inadiável necessidade que o Governo mande que um destacamento policial permaneça, sob o commando de um official, na povoação de 'Três Lagoas', cujo policiamento actualmente é feito por praças do exército". Como resultados da onda migratória acumulavam-se corpos expropriados, deserdados e degenerados. Eram considerados como perigosos, tumultuados. Para o chefe de polícia:

N'essa povoação, como na Villa de Campo-Grande, aportam os elementos nocivos expulsos dos Estados limitrophes; ao Estado cabe conter os maus instinctos dessa nova casta de imigrantes, mantendo uma força que, prudente e energicamente, cuide da estabilidade da ordem, como factor primordial do bem estar de seus habitantes. Sobre esse assumpto telegraphiei ao Exvº Presidente do Estado, afim de que, de accordo com o do Estado de São Paulo, conseguissem não fossem as meretrizes e os criminosos d'aquella futura unidade da federação Brasileira internados em território Matto-Grossense

que, a bem do seu engrandecimento, só necessita de gente calma, laboriosa e digna. Em falta de destacamento policial, para evitar perturbações da ordem, e a pedido dos principaes commerciantes d'aquella praça, e ainda por ter dias depois de nossa chegada abandonado o policiamento o contingente federal, ao retirar-se da povoação que tão gratas recordações nos deixara. (RCP, 1913, p. 19).

Para que se garantisse a implantação do processo econômico, era urgente que fossem:

...construídas cadeias fortes e higienicas em todas as localidades do Sul. Em Campo-Grande existe um prédio Municipal, sem accomodações algumas e ante higienico, que serve de quartel do destacamento e de prizão dos indivíduos que são detidos; em 'Tres Lagoas' não existe cadeia, sendo que os presos são inclausurados nos xadrezes do quartel do contingente do 53° de Caçadores. (RCP, 1913, p. 19).

O funcionário do Estado, na função de Chefe de Polícia, mostrava ao final de seu relatório que a tentativa de dar ordenação ao espaço e dotá-lo de eficácia para o trabalho e a vida. E ainda, usando de uma linguagem voltada para a produção, pondera que seriam excluídos ou deveriam ser recolhidos todos os corpos tumultuados. Ao final, ele garantia que, juntamente com a sua comissão, procurou “com todo empenho e, às vezes sacrifícios pessoais, desempenhar com lealdade e abnegação a espinhosa missão” que lhes “fora confiada, procurando assim o engrandecimento do Estado de Matto-Grosso, pugnando pelo direito e pela justiça, fazendo com que o sossego, a harmonia e a paz reinassem nas regiões por nós percorridas.” (ibid. RCP, Cuiabá, 30 de Dezembro de 1913).

O presidente de Estado junta esse relatório do Chefe de Polícia ao seu próprio, sendo este resultante de sua expedição, no início do seu mandato, pela mesma região de Mato Grosso visitada pelo inspetor. Desses dois relatórios, o presidente cria a proposta para o aperfeiçoamento do controle social dos corpos, a fim de que se possa adestrar os adestráveis e punir os impossibilitados de incorporação na organicidade. Com isso, os indesejados tornar-se-iam elementos funcionais voltados para a produção e a serviço de uma verdade que os coagiam ao trabalho, para que Mato Grosso adentrasse no seio do processo econômico do país.

Costa Marques acha aceitável a proposta do seu Chefe de Polícia de criação de uma tecnologia voltada para identificação e estatística da população e mandar vir material para fardas e armas, constituindo também regulamento para a fundação de um corpo de guardas civis para policiamento da capital:

No que diz respeito à polícia civil o Snr. Doutor Chefe de Polícia pondera, não só a conveniência de se tornar efectiva a criação do gabinete de identificação e de estatística, de que o Governo está tratando, já tendo mandado vir algum material e confeccionar o seu regulamento, como de um corpo de guardas civis para o policiamento da capital, medida esta que também considero de grande utilidade, tendo-se em vista a deficiencia da força policial para attender a todas as exigências da ordem e segurança publicas e a pouca idoneidade do seu pessoal para serviço d'aquela natureza. Acredito que, com um numero de trinta guardas civis e um Inspector, que ficarão directamente subordinados às autoridades policiais, ter-se-á um policiamento regular n'esta capital, evitando-se assim muitos delictos e proporcionando ao seu habitante maior segurança. Em tempo opportuno submeterei à vossa criteriosa deliberação uma proposta sobre este assumpto. (Relatório do Presidente de Estado Joaquim da Costa Marques, ano de 1913, p. 32, 33. Fonte: APEMT – Cuiabá – MT).

Outra medida de controle da população foi a proposta de transformação da cadeia em penitenciária, criando-se um espaço de produção aos sentenciados. O entendimento era de que o trabalho e o isolamento desses corpos da sociedade constituem um efeito que age como elemento regenerador do corpo, reconduzindo-o para o trabalho como forma do aperfeiçoamento social. Para o governador, adentrar ao processo de produção tornaria o Mato Grosso competitivo no mercado nacional:

A transformação da actual cadeia em penitenciaria é outro assumpto que está a pedir solução e de que devemos ir cogitando, porque o systema das prisões em commum – alem de reprovado, não satisfaz as exigências do Codigo Penal e acarreta ao Estado despeza avultada, que no regimem penitenciário poderá ser sensivelmente reduzida com a produção de uma parte dos trabalhos dos sentenciados, que por sua vez encontrarão, ao lado de sua regeneração pelo trabalho e pelo isolamento, um meio de fazer alguma economia além de aprender algum officio, que lhes garanta a subsistência honesta e moralizadora, que a vida ociosa da prisão em commum não lhes proporciona. (Relatório do Presidente de Estado Joaquim da Costa Marques, ano de 1913, p. 33. Fonte: APEMT – Cuiabá – MT).

Outro problema considerado pelo presidente Costa Marques era a falta da instituição da medicina legal, para tornar mais eficiente o combate ao crime:

Outra lacuna existente na organização da nossa polícia civil, é a falta de um gabinete médico legal para o prompto e efficaz desempenho de vários serviços que se prendem á indagação dos delictos e reconhecimento dos culpados, das analyses toxicológicas, à autopsia e ao exame cadavérico e outros. É certo que tudo isto não se faz sem aumento de despezas, mas nem por isso devemos deixar de ir cuidando d'estes assumptos dentro dos limites das forças orçamentárias, de modo que este departamento de administração corresponda ás necessidades de uma sociedade regularmente policiada. (ibid. 1913, p. 33. Fonte: APEMT – Cuiabá – MT).

A eficiência da polícia passava por ampliação do número de prisões, de forma que garantisse a consecução da pena ao sentenciado:

Estou providenciando a construção de algumas cadeias e concerto de outras. É preciso acabar-se com esta anomalia de não haver casa própria e segura

para prisão dos culpados e punição dos criminosos na sede de algumas das comarcas do Estado e de alguns municípios, o que tem dado lugar a frequentes reclamações das autoridades locais. (ibid. 1913, p. 37).

Avaliando que o aumento da população funciona como fator de viabilização do progresso, Costa Marques afirma a necessidade de controle e higienização dos corpos, apontando casos como de varíola, febres estranhas, febre tifóide, ancilostomose, tuberculose:

Mas, em si estas epidemias, que ás vezes nos visitam, nos deixaram quase em paz no anno findo, outros males, taes como a tuberculose, a anquilostomiase e a lepra, que, segundo a opinião dos doutos no assumpto maior dano nos causa à sociedade, pelo número de vítimas que fazem annualmente e pela facilidade com que se propagam, dadas a imprevidência, a ignorância do povo e a tal respeito, exigem providencias que pelo menos reduzam ao mínimo o seu campo de ação. dentre ellas, como sabeis, os scientistas indicam, como as mais efficazes, a construção de hospitaes e sanatórios apropriados e convenientemente localizados, em que se internem os doentes para serem assistidos por profissionais; a rigorosa inspeção medica nas povoações e das habitações; a rigorosa inspeção medica nas repartições publicas, nas escolas, nos estabelecimentos de diversões, nos açougues, nos mercados, nos hotéis e nas demais casas de habitações colletivas, para evitar a convivência dos doentes com as pessoas não contaminadas; a difusão de instruções relativas ao assumpto, por meio de publicações, conferencias e conselhos dados em domicilio, humanitária tarefa que principalmente incumbe à Inspeção de Hygiene, e ainda, e por dever de humanidade, aos que se dedicam a profissão médica. Para cumprir o dever que ao Estado cabe em tão importante ramo da administração, é que o meu governo tem-se empenhado em auxiliar a reforma dos hospitaes de Santa Casa da Misericordia e de São João dos Lazaros, os únicos que actualmente possuímos nesta cidade, e se esforçar por contractar as obras de abastecimentos d'agua, esgoto e illuminação da capital que, sem taes melhoramentos de inestimáveis utilidade e beneficio públicos, continuaria a ser, como tem sido e a despeito de toda e qualquer outra medida, um meio propicio para o desenvolvimento de todos esses e outros males, que tanto flagellam a humanidade e que tem impedido o aumento da população e o progresso da nossa capital; obras estas que já estão contractadas e de que adiante vos darei mais detalhado conhecimento. (ibid. 1913, p. 37).

O esforço empregado pelos governantes para impingir às cidades aspectos mais modernos tinha, entre outros objetivos, evitar o desenvolvimento das epidemias, pois elas tornavam-se empecilhos para o aumento da população. Sendo a população, por sua vez, alvo de política regulamentadora: se antes os corpos eram alvos de um olhar disciplinar, juntam-se a esse mecanismo tecnologias que pudessem constituir uma população sadia e, portanto, útil à produção de riquezas para o Estado.

Consequentemente seria colocada em funcionamento uma sociedade normalizada e dentro da ordem, única forma de aquisição do seu progresso e integração ao projeto moderno, base do novo nacionalismo que despontava. Logo, era preciso haver políticas que de contenção aos “males, que tanto flagellam a humanidade e que

tem impedido o aumento da população e o progresso da nossa capital”, conforme cita acima em seu relatório o presidente de Estado.

Imbuído desse projeto aparece o relato do Inspetor de Higiene, que reclama ao presidente do Estado a necessidade de “criação de um Instituto Vaccinico nesta cidade pelo facto de aqui chegarem estragadas as lymphas que são remetidas pelo Instituto do Barão de Pedro Afonso” (Relatório da Inspetoria de Hygiene Pública, 1913). O Inspetor acreditava que, junto com o chegada do progresso ferroviário, haveria de aumentara expectativa de melhoria do controle de doenças e epidemias. Ao confessar as dificuldades de se fazer com rapidez os exames, tanto para averiguação de crimes, como de controle de doenças e epidemias, relata:

porém que pela Estrada de Ferro Noroeste, cujas obras dentro de pouco tempo deverão estar concluídas, poderemos obter lymphas perfeitas vindo do Estado de S. Paulo ou mesmo do Rio de Janeiro, porque o transporte se fará com muito mais promptidão. (ibid.1913, p. 37).

4.4. Progresso, filantropia e assistência pública aos deserdados da terra: corpos rejeitados e indesejados, desvalidos, doentes e infectados.

A construção e reformas contínuas de instituições de caridade voltadas para os corpos adoecidos funcionavam como mecanismos de ordem moral e disciplinar. Segundo o presidente:

Apraz-me dizer-vos que no hospital da Santa Casa de Misericórdia já tem se feito algumas obras, que muito tem melhorado as deploráveis condições em que se achava esse estabelecimento pio quando assumi o Governo do Estado conforme vos referi na minha primeira mensagem. [...] Ao lado dos melhoramentos materiais notam-se os de ordem moral e disciplinar, que teem soerguido essa instituição do abatimento em que jazia, despertando confiança e interesse de todas as classes sociais pelos seus nobres fins. O Governo, por sua vez, tem secundado os esforços de sua Directoria e espera continuareis, animados pelos mesmos intuitos e sentimentos, a proporcionar os meios de que carece tão importante instituição para a realização de suas obras, pois, como sabeis, não é Ella somente o abrigo dos infelizes, mas ainda um meio efficaz de defesa social contra os males que se propagam e contaminam a sociedade quando os doentes não são cuidadosamente recolhidos e tratados. (ibid. 1913, p. 39).

O abrigo como lugar de proteger o doente, o velho, o louco e ao mesmo tempo, e principalmente proteger a sociedade dos perigos que esse corpo possa contaminar os corpos sadios, úteis e produtivos. Retira dos corpos a sua possibilidade de construir sua

própria sobrevivência e essa mesma economia tem suas instituições auxiliares para se encarregar dos corpos mutilados pelos mecanismos produtivos. Em defesa da sociedade esses corpos são separados dos seus meios sociais e recolhidos para serem tratados e voltar a exercer função em um organismo produtivo.

Outra instituição que funcionava com precariedade, mas mantinha-se propósito de contribuir com sua função para o fortalecimento do Estado, era a Instrução Publica. Entre a exclusão e a integração, havia a necessidade de segregar, punir ou excluir os corpos contaminados e produzir corpos úteis, uma vez que fazia parte da agenda governamental se preocupar com prisões e escolas. Nesse objetivo de busca de adequação do estado ao projeto civilizador, a política governamental vinha, segundo o relatório, se empenhando para a qualidade de ensino primário, de forma que o desenvolvimento fosse:

...conveniente e que a sociedade, no seu constante evoluir, exige como preparo indispensável para que os seus elementos componentes, n'essa luta nobilitante, que as conquistas da civilização lhes impõem, não sejam vencidos pelos que se apresentarem bem aparelhados com as armas do saber. (ibid. 1913, p. 390).

O discurso sempre apontava uma justificativa, mostrando uma realidade local, carente de estruturas para a educação:

Muito e muito ainda se precisa fazer n'este departamento da administração publica para se alcançar o resultado desejável, e os esforços do governo no sentido de melhorar e difundir a instrução por todo o Estado tem encontrado embaraços e dificuldades de toda espécie – desde a falta de pessoas idôneas nos diversos municípios e povoações para o exercício do magistério e de outras funções que lhe são inerentes, até o de casas apropriadas para o regular funcionamento das escolas. (ibid. 1913, p. 39).

Vidas que tinham se tornado veículos do futuro, num caminhar rumo à civilização, impunham uma luta contra a natureza inútil e contraproducente. Inserido no interior do discurso moderno, tornava possível sua afirmação de que:

...a sociedade, no seu constante evoluir, exige como preparo indispensável para que os seus elementos componentes, n'essa luta nobilitante, que as conquistas da civilização lhes impoem, não sejam vencidas pelos que se apresentarem bem aparelhados com as armas do saber. (Relatório do Presidente de Estado Joaquim da Costa Marques, ano de 1913, p. 39. Fonte: APEMT – Cuiabá – MT).

Por mais que se sonhava com o desenvolvimento a economia do estado convivia com a crise econômica. Como já vimos anteriormente, havia uma mudança no espaço econômico do sul do estado. Com a avanço rumo a oeste da expansão agrícola, também

chegava o resultado dessa fase da expansão industrial do mundo europeu e do sul do país. Conforme essa onda invadia Mato Grosso, com ela aparecia, a partir da valorização da terra, a inevitável expulsão dos pequenos proprietários, para dar lugar a uma nova forma econômica. A partir dessas mudanças, os pequenos proprietários ficavam marginalizados e perdiam seus espaços na economia e, conseqüentemente, aparecia a marginalização social.

Poderemos ver em seguida a isso a presença do capital ocioso da Europa e também os corpos dispensáveis dos expropriados pela revolução industrial de lá começando a alimentar o movimento migratório. Assim, o Mato Grosso sonhava com esses dois produtos da implantação capitalista industrial: o capital que precisava remunerar-se e os descapitalizados da Europa que precisavam de trabalho.

Juntavam-se a isso os migrantes que, também em busca da sobrevivência, iam perambulando pelo corredor produzido pelo avanço da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e suas produções de progresso e perversidade na implantação dessa nova economia. Começamos pela alta valorização da terra e as decorrências daí advindas. Para o presidente Costa Marques, isso trazia vantagens, pela especulação praticada pelo próprio Estado na venda de suas terras devolutas:

Outra providencia que me parece oportuna é a elevação ao dobro pelo menos do preço das terras devolutas no Sul do Estado em vista da grande valorização da propriedade territorial n'essa zona, onde bem pequena já é a área de terrenos devolutos e que pela sua qualidade natural e facilidade de comunicação que alli já se encontra com outros Estados pela estrada Noroeste estão sendo objeto de animada procura e rendoso negocio. (RPEMT, 1913, p. 70).

O desequilíbrio entre as economias do norte e sul do estado começava a aparecer, quando se falava em arrecadação: enquanto a borracha entrava em crise pela produção oriental, o avanço econômico no sul parecia animar e compensar o desequilíbrio para o presidente do Estado. Para ele, se fazia premente cuidar desses contrastes provocados pelos impasses econômicos:

É urgente cuidarmos d'esta e outras medidas que nos colloquem a cavalheiro do desequilíbrio que a baixa da borracha pode produzir na situação econômica-financeira do Estado e que proporcionem margem a essa redução equitativa do imposto sobre a borracha, a qual tem por fim auxiliar a manutenção e desenvolvimento d'essa tão importante indústria, que a natureza nos deu mas que a nossa imprevidência tem deixado o Oriente nos tomar. (ibid. 1913, p. 70).

Ao se localizar no impasse entre riquezas provindas da natureza e a impossibilidade de seu aproveitamento, instaurava-se um dilema nos objetivos da economia do Estado naquele momento. Assim é o seu relato à Assembléia Legislativa:

É estes Senhores Deputados, em seus traços geraes, a nossa situação econômica, que, como sabeis, até hoje quase se identifica com a situação da indústria gommifera, que é o seu termômetro e cujas oscillações influem directamente sobre a mesma, não obstante possuir o Estado abundantes elementos naturaes para a criação e o desenvolvimento de muitas outras industrias, que podiam fazer a sua opulência, mas que jazem inexploradas e estacionarias pela ausência de capitais e braços, que a falta de boa viação e de fáceis meios de transporte não lhes pode proporcionar. (ibid. 1913, p. 70).

A necessidade de vias de comunicação levava ao impasse da falta de meios de escoamento das riquezas produzidas. Segundo ele, isso fazia com que se conseguissem menores preços pelas mercadorias. A escassez de verbas para aplicação também fazia parte da situação política e sua garantias de realização emancipatória em seu aspecto econômico:

A escassez de numerário por sua vez tem collocado o nosso commercio em condições aflitivas até para fazer o despacho de mercadorias destinadas ao estrangeiro; acontecendo perderem os exportadores oportunidade de vendel-as a melhor preço, e todos que precisam de qualquer quantia para emprehender um negocio ou satisfazer compromisso ou desempenhar-sede responsabilidade contrahida, luctam com o mesmo e invencível embaraço, ainda que disponham de garantias reaes. (ibid. 1913, p. 70).

Para que isso se adequasse à realidade, era imperioso aos governantes tornar sua população apta a fazer funcionar uma economia nos moldes e ritmos do avanço rumo a oeste da fronteira (e que já alcançava a parte sul do estado). Em seu relatório de 1915, podemos notar o relevo dado à questão da Instrução Pública, uma vez que o governador mostra a necessidade de constituir ao mesmo tempo um homem ligado a uma forma jurídica, mas indexado a uma forma econômica. Era preciso, portanto, constituir corpos de cidadãos dóceis e com braços “úteis” para serem usados.

Dessa maneira, quando se fala em instrução pública, em construção de hospitais, manicômios, sanatórios, instituições jurídicas e suas consequências¹², podemos ver uma relação direta com o corpo individual e com o seu funcionamento coletivo, no sentido de se constituir como parte dessas instituições. A realidade de Mato Grosso nesse momento seria a de estabelecer uma população ativa, produtora, disciplinada e de

¹² Sendo essas consequências as leis, os juízes, promotores e a polícia com suas constantes prisões e a necessidade de construções de mais e mais cadeias públicas, internatos para órfãos, etc. atuando em defesa da implantação de uma economia voltada para o mercado.

obediência às regras morais. (Relatório apresentado ao Diretor de Instrução Pública pelo diretor interno das Escolas Normal e Modelo. 1915. Fonte APEMT, Cuiabá, MT).

Podemos observar que no relatório de Costa Marques aparece outro lado de uma mesma moeda: se o Estado, para se fortalecer, necessitava estar em conjunção com a economia do momento, ao mesmo tempo, precisava se adequar a esse acontecimento. Todavia, havia dois empecilhos a essa realização: a adequação da população à demanda liberal e a disciplinarização do modelo belicista de conquista do poder político do Estado.

Para resolver esse impasse era preciso garantir a soberania de cada membro da sociedade e ainda submeter seus desejos a uma tecnologia que os fizessem se sentirem justificados em suas necessidades. Somente assim o capital europeu começaria a pingar nos cofres da administração, para a inserção do Estado às condições que gozavam os Estados pertencentes às regiões mais abastadas do espaço brasileiro.

Aparece no relatório a presença de capital europeu em Mato Grosso, nesse início de século. Nesse momento ainda não existia um banco estatal em Mato Grosso, sendo o seu surgimento atrelado à demanda de um modelo de economia que ligada Mato Grosso aos interesses do capital europeu, em particular ao capital francês. O presidente de Estado reclama junto à Assembléia a necessidade de fundação de um banco estatal como forma de busca de empréstimos para impulsionar, segundo ele, a economia do Estado:

São factos estes que traduzem Senhores Deputados, a urgência da fundação de um banco no Estado, como único meio de se remover este serio obstáculo, que entorpece e difficulta todas as transações commerciaies e bem assim a criação e desenvolvimento de todas as indústrias. Algumas propostas teem apparecido e mais ou menos vantajosas, mas todas ellas não prescindem de garantia de juros sobre o capital, que for effetivamente realizado, sendo uma das primeiras a que me foi apresentada pelo cidadão francez George Homolle, com quem o Governo firmou um termo de opção no anno findo, conforme vos referi na minha mensagem anterior. (RPEMT, 1913. p. 72).

Não havia consenso nos meios políticos, pois a exigência de garantia de juros recebe reprovação de setores opostos, sem que os nomes desses opositores aparecessem. Mas a própria argumentação do presidente deixa clara a presença de oposição com relação ao juro, que provavelmente dever ter sido prática de uma proposta do capital financeiro que é implacável quanto aos investimentos. Segundo o presidente Costa Marques:

Conquanto a garantia de juros exigida pelos proponentes à fundação de um banco no Estado tenha dado lugar a commentários apaixonados por parte dos espíritos pouco reflectidos ou pouco conhecedores do assumpto, não se me afigura essa medida pois si Ella tem seus inconvenientes, quando não é cridos tem produzido entre os paizes que teem sabido applical-a como um meio seguro e efficaz de conseguir capitaes para a realização de serviços de reconhecida utilidade publica, principalmente nos paizes novos em que taes serviços tornam-se mais necessários para impulsionar o seu desenvolvimento e onde escasseiam capitaes e os seus possuidores não encontram sufficientes garantias ao seu emprego, fazendo-se por isso preciso que o Estado anime e garanta a sua applicação, tendo em vista as vantagens que da mesma lhe possam advir. (ibid. 1913, p. 72).

Para Costa Marques, havia abundância de capitais à procura de remuneração, mas que oferecem:

todas as seguranças que a sua civilização e seu progresso lhes proporcionam, muitas empresas gozam de garantia de juros concedida e quase todas as estradas de ferro, que cruzam o seu território, povoando-o e dando considerável encremento à sua riqueza, foram construidas sob este regimen, que afinal um adiantamento provável que o Estado estipulados enquanto o rendimento liquido da empresa, que faz objeto da garantia, não atingir a taxa determinada e que lhe será reembolsado pelo desconto. (ibid. 1913, p. 72).

Era preciso incrementar essa relação com o capital financeiro, pois segundo o presidente de Estado, “a prosperidade do Estado e que, como já vos disse, tem a sua marcha entorpecida pela carência absoluta de capitaes entre nós”. (ibid. 1913, p. 72). Esclarece, todavia, como as ações caudilhistas e seu belicismo, sua relação de força explícita no intuito de conquistar e manter o poder criava obstáculos à vinda de empréstimos e de empresas para investir na região mato-grossense. Segundo ele:

Outros Estados da União, cuja situação econômica é muito melhor que a nossa, como superiores são as condições do seu progresso e onde não tem havido as perturbações da ordem publica por que temos passado e que constituem o pavor dos capitalistas e motivos de má fama contra a nossa índole, como, por exemplo, o Estado de S. Paulo, um dos mais ricos industriosos, prósperos e futuros da União e em que o espírito de ordem coincide com a cultura e com a actividade industrial. (Ibid. 1913, p, 73).

O Brasil passava por um momento de euforia desenvolvimentista. Em Mato Grosso, iniciava-se a tentativa de modernização da agricultura com a fundação da Escola Agrícola e Pastoril e o Campo de Demonstração para ensino de manejo agrícola de máquinas. O Brasil no início do século XX estava passando por um discurso de reerguimento econômico, aos moldes da revolução industrial que grassava na Europa. Foram inúmeros eventos que surgiram, entre congressos de Geografia, e feiras industriais, citando apenas dois exemplos. Para se ter uma idéia da dimensão desses eventos, só entre 1909 e 1921, houve sete Congressos de Geografia no Brasil. Esses congressos tinham como um dos temas principais a preocupação com o aumento e

desenvolvimentos de conhecimentos sobre aspectos geográficos do Brasil. Segundo o estatuto do sétimo congresso realizado na Paraíba, em 1921, “sob os auspícios do governo do Estado e do Instituto Histórico e Geographico Parahybano”. (Evangelista, 2003, p. 1), continha em seu artigo 2º, o seguinte:

Art. 2º - O Congresso, como os anteriores, tem por fim: 1) Colher e apreciar quaesquer contribuições inéditas, como memórias, mappas, outros trabalhos ou informações tendentes a aumentar e desenvolver o conhecimento, nos seus diversos ramos, da geographia do Brasil; 2) organizar uma exposição de obras, mappas, photographias, telas e apparatus geographicos sobre o Brasil, quer nacionais quer estrangeiros. (ibid., p. 1).

Podemos observar que seu estatuto apontava para uma necessidade de conhecimento de detalhes de funcionamento da natureza do espaço brasileiro. Um momento em que o Brasil era alvo de interesses de várias espécies e tipos de ocupação pelo capital internacional. Entre eles pode ser citada a presença do norte-americano Percival Falquhar, que se torna um dos homens de negócios americanos que se preocupavam que o espaço principalmente da Amazônia. “Campo vasto e próximo para que a expansão comercial caia ao cultivo quase exclusivo de seus rivais europeus. Agora embora no comércio, o europeu ainda reina supremo, o lamento está soando alto através do Atlântico que os financeiros dos Estados Unidos estão capturando todos os prêmios grandes nas repúblicas do sul”. (The New York Times, 22 de setembro de 1912)¹³

Por outro lado, havia a necessidade quase constante nos relatos de presidentes de Estado em obter recursos para a viabilização de escoamento de produção e implantação econômica, com vista ao avanço industrial e agrícola.

Para a constituição de sua população de forma adequada às demandas econômicas e políticas, foram tomadas algumas iniciativas que procuravam

¹³“Somente seis anos há, quando a raiz problema começou, foi quando o Secretário de Estado fez uma excursão de América Sul, ele viu que era um lamento nacional que o homem de negócio americano tinha permitido que este campo vasto e próximo para que a expansão comercial caia ao cultivo quase exclusivo de seus rivais europeus. Agora embora no comércio, o europeu ainda reina supremo, o lamento está soando alta através do Atlântico que os financeiros dos Estados Unidos estão capturando todos os prêmios grandes nas repúblicas do sul. Os periódicos financeiros britânicos e continentais mostram a presença das empresas grandes que estão sendo organizado em Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, o Chile, Peru, no fato, através do comprimento e da largura do continente do sul e da largura inteiros do continente do sul como distante para o norte como as repúblicas americanas centrais. No mercado conservado em estoque de Londres por meses após as partes das companhias railway fretados nos estados como prender as companhias para consolidações, na extensa nação e mesmo continente-largas, têm tido booms espetaculares, mas com” (The New York Times, publicados: em 22 de Setembro de 1912).

corresponder à expectativa que lhes causavam os eventos ligados à emergência do espírito liberal. Havia, por exemplo, as feiras industriais, as quais requeriam algumas formas de adequações à realização no espaço brasileiro e mato-grossense. Em Mato Grosso, esse momento ressoava aos governantes como oportunidade de inserir a população como corpos na cultura racional da agricultura.

Dando execução à Lei n. 615 de 12 de Julho do anno passado, baixei o Decreto n. 322 de 7 de janeiro último, creando o Campo de Demonstração e uma Escola Agricola no município da capital, [...] Neste Campo, que deverá servir de modelo a outros que se tenham de fundar no Estado, além da cultura racional dos diversos cereaes e de outros productos que mais se adaptam (inelegível) ao nosso clima, haverá uma sessão de horticultura e outra em que se fará experiência da cultura da seringueira e de outras arvores destinadas à industria extrativa e que tanto interessam à vida econômica e financeira do Estado e bem assim na seleção de (inelegível). Já estão em concorrência pública as obras preliminares, cuja construção será brevemente iniciada. (RPEMT, 1913. p. 75).

Na esteira processo de modernização como forma de ascender a mercados mais exigentes havia a necessidade de controle das doenças. É nesse contexto que há necessidade de instituições voltadas esse fim, entre elas o Posto Zootécnico. A natureza da tradição ligada à agropecuária sofria uma transformação em sua tecnologia e Mato Grosso necessitava adaptar-se a essa nova tecnologia empregada pelo processo de produção econômica. Caso contrário, as propriedades seriam tidas como inadequadas e não suportariam uma aplicação do darwinismo social e econômico. Para o Presidente do Estado Costa Marques, a título de experiência, a seleção e “aperfeiçoamento das espécies dos produtos do leite, cuja indústria, convenientemente fomentada e praticada entre nós, pode tomar dentro de pouco tempo grande incremento e constituir importante fonte de riqueza” (ibid. p. 76). E continua ele afirmando que “O atual sistema de criação que herdamos dos primeiros povoadores, precisa ir sendo substituído por outro mais racional e compensador” (ibid. p. 76).

Numa perspectiva econômica, há o entusiasmo e a euforia provenientes desses sintomas da chegada do progresso ao sul do estado de Mato Grosso, em detrimento da exclusão dos produtores agrícolas tradicionais, que foram sendo expulsos de suas propriedades sob variadas formas de coações (inclusive fraudes e ameaças de morte, entre outras formas de violência). Entretanto, o olhar presidencial via ali a oportunidade de inserção da região no rol do processo econômico avançado. Para ele:

Felizmente já se nota, principalmente no Sul do Estado, grande interesse por essa indústria e certa tendência para explora-la e que muito tem valorizado aquelles campos que tão apropriados lhe são. Avultados capitaes estão sendo alli empregados, na compra de campos e fazendas pro nacionais e

extrangeiros, cuja iniciativa ha de concorrer para methodizar e aperfeiçoar essa indústria, assim como pra melhor aproveitamento dos seus produtos. (ibid. p. 76).

Ainda persistia, porém os empecilhos a esse progresso. Por isso, nunca tinha término a política de Catequese e “proteção” aos índios. Ao estado cabia o serviço de inspeção dessas culturas e das políticas que pudessem inseri-los no processo econômico almejado ou reduzi-los, abrindo caminho por sobre seus territórios. Em seu relatório, confirma que: “Continua este serviço a cargo da União, que mantem neste estado uma inspeccoria de localização de trabalhadores nacionais e proteção aos índios, installada em 7 de Setembro de 1911”. (p. 79). Contava para a missão “pacificadora” com a presença e apoio da Missão Salesiana:

A Missão Salesiana detendo, por sua vez, continuaria seu esforço pela catechese e civilização dos (inelegível) indígenas da tribo dos bororos coroados, uma das mais terríveis outrora. Em relatório que me enviou o seu digno e incansável Director, Padre Malan, vêm minuciosas informações sobre as três colônias indígenas. Sagrado Coração, fundada em 1902 no córrego dos Tachos; Imaculada Conceição, fundada em 1906 no Ribeirão Aracy, e S. José, fundada há três ou quatro anos no rio Sangradouro. (p 79).

Vítimas de uma ação de capitulação e catequese, os índios foram condenados a viverem em diminuto espaço, tendo sido destituídos do direito de manterem suas práticas culturais. E ainda, eram quantificados como membros de uma redução onde seriam regenerados e integrados “ao grêmio da civilização”. Ao todo, segundo relato da inspetoria e descrito pelo presidente, formavam “uma população de 218 homens e 205 mulheres. Desta população 230 são cristãos e 187 pagãos. Ali capitulados, aprendem a estudar as crianças desde o jardim da infância. Aprendem artes e ofícios de carpinteiro, ferreiro, pedreiro, cortidor, tecelagem, costureira, agricultor, cozinheiro, cultivam lavouras. Enfim, são educados para serem inseridos em funções para servir a uma economia e tornarem-se sujeitos econômicos ou serem excluídos (como vemos no tempo presente) e entregues ao vício do álcool, bem como ao índice alarmante de diabéticos entre eles, principalmente na reserva de Tadarimana, em Rondonópolis, MT. Segundo o relator:

Além destas colônias indígenas, a Missão Salesiana mantém a Escola Agricola de Santo Antonio no Coxipó da Ponte, a poucos kilometros desta capital, o qual se destina ao ensino prático e teórico da Agricultura racional a meninos pobres e que é frequentado por jovens bororos, e a Escola Agricola Industrial ‘Gratidão Nacional’ de Palmeiras, onde há pouco foram installadas diversas máquinas accionadas por turbina hydraulica. Obras tão valiosas, filhas de uma abnegação admirável, bem merecem, Senhores Deputados, apoiar auxílio dos poderes públicos pelo alcance de seus feitos na conquista

dos nossos sertões para a industria e a vida dos nossos habitantes da selva para a comunhão social. (ibid. 1913, p. 80).

A palavra de ordem era constituir uma população produtora e ligada ao incremento de um processo econômico que elevasse Mato Grosso ao rol dos outros espaços da federação. Quando relata o projeto de Colonização, o presidente Costa Marques o vê como relevante na forma de povoamento e composição de corpos que serviriam como “braços úteis e especializados para todas as indústrias:

Este serviço, de tanta relevância e de incalculável vantagem para o Estado, em que o reduzido numero de seus habitantes forma verdadeiro contraste com a vastidão de seu território e a multiplicidade de suas riquezas e onde a excaszez de braços para todas as indústrias e trabalhos torna-se dia a dia objecto de serias preocupações e cria dificuldades invencíveis a todos os empreendimentos, ainda não pode ser ao menos iniciado por falta de preparo necessário para se lhe dar execussão com a segurança de êxito. (ibid. 1913, p. 80).

4.5. A tentativa de inserção no mercado externo: o Álbum gráfico de Matto-Grosso.

Havia também o esforço em mostrar a indústria mato-grossense ao Brasil e ao mundo. Um exemplo disso, mencionado no primeiro capítulo, foi a edição do *Álbum Gráfico do Estado de Matto-Grosso*, publicado em 1914 e editado em Hamburgo, na Alemanha: “o álbum trazia um mapeamento completo dos rios, solos, dimensões territoriais, meios de transporte, atividades econômicas, população, e de muitos outros aspectos da geografia física e social de Mato Grosso.” (Galetti, 2000, 262).

A natureza era exposta numa esperança de que suas formas minerais, animais e vegetais atraíssem o interesse da produção econômica, o qual no início do século XX atendia às exigências do mercado mundial voltado para as necessidades da segunda fase do regime industrial: qual seja a busca de matérias primas e escoamento dos produtos industrializados.

Para essa efetivação tornava-se preciso que a natureza se convertesse em objeto do funcionamento político e econômico ligado às leis do liberalismo, sendo necessário ser inserida no projeto de modernização do país e ser parte na implantação da economia-política capitalista. Era fundamental, portanto, a apresentação do que essa política econômica teria a usufruir na região.

Ao avanço que situava a região sul do estado se juntava a vontade de que esse avanço chegasse ao norte do Estado. Para que isso se efetivasse faltava “apresentar o Matto-Grosso moderno aos que, dentro e fora do Brasil, não o conhecem e desejam conhecê-lo [...] com a intenção e com o desejo de que elle contribuirá para a evolução da vida econômica do Estado.” (Ayala, 1914, p. 01).

Apesar de todo ensejo de modernidade, Mato Grosso ainda presenciou mais uma reedição das disputas entre coronéis pelo mando político. Foi o episódio que ficou conhecido como a *Caetanada*, em 1915. Nessa ocasião as eleições do estado foram disputadas pelos republicanos e pelos liberais, contudo, novamente se repete a prática política de tomada violenta do poder das mãos dos antagonistas partidários.

Há a derrubada de Caetano de Albuquerque, cujo nome dá origem ao acontecimento. Tendo sofrido perseguições, ele chegou a desistir, entretanto, resolveu voltar a disputa, encontrando resistência por parte de Manoel Escolástico Virgílio. Como nessa época já havia a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, foi mais rápido chegar forças federais e abafar esse movimento em menor tempo, debelando sua força política. A partir da intervenção federal, ficou mais difícil esse tipo de modalidade política e o Mato Grosso, surgindo instituições voltadas para a constituição de uma sensação de superação dessa modalidade belicista. Essa forma beligerante vai durar com suas constantes convulsões políticas até 1916.

Para “pacificar” esses tumultos que ainda grassavam na região, “o então Presidente da República Wenceslau Brás, para garantir o livre funcionamento dos poderes constituídos do Estado, enviou para este uma expedição militar chefiada pelo General Carlos Augusto de Campos”. Barreto, em seu livro *As Revoluções de Mato Grosso e suas causas*, (2005, p. 11), mostra que, ainda em 1917, Mato Grosso sofreu nova intervenção federal, por se entender “que a desordem ainda campeia naquela parte da Federação e urge restabelecer ali o império da lei” (Ibid. p. 14). Segundo Barreto, “por acordo firmado em 11 de outubro do mesmo ano entre os partidos em luta no Estado, foi assentada a candidatura de D. Francisco de Aquino Corrêa à presidência do Estado.” (Ibid. p. 15).

Gradativamente, na medida em que era realizada a construção de meios de comunicação entre o poder central e as regiões da fronteira oeste, aumentavam as formas de repressão ou de coerção às tradições de lutas locais. Segundo a fala de

Barreto, esse último ‘movimento revolucionário’ sucumbiu pelo fato de ter surgido após a construção da ferrovia em 1914. Para ele, se tornaria cada vez mais difícil a manutenção desses focos de violência, refletindo assim na política local e resultando na conciliação partidária, pois “a ação direta do governo federal pôde se fazer sentir de modo eficaz, graças àquela via de comunicação, e os partidos políticos entraram em composição honrosa, para resolver os seus dissídios, graças à mediação benéfica do Presidente Wenceslau Brás.” (Ibid. p. 15).

Podemos notar que, na fala de Barreto, esse seria um marco divisor do modelo guerreiro de resolver as disputas políticas, pois, para ele, as:

...revoluções anteriores, aproveitando circunstancias favoráveis, atingiram totalmente seus objetivos; a de 1915 serviu, por assim dizer, de teste que provou que, daí por diante, isso não mais seria possível. A causa, a grande causa das revoluções em Mato Grosso, com a construção de uma via férrea, ficava de todo afastada ou, antes, suprimida. (Ibid. p. 15).

A gestão do Presidente de Província Caetano Manoel de Faria e Albuquerque estava prevista para ir de 1915 a 1919. Porém, em 1916, seu mandato foi interrompido, conforme anteriormente relatamos, por um movimento chamado de “Caetanada”. Esta contenda surgiu de conflitos entre Caetano de Albuquerque com sua agremiação partidária, o Partido Conservador, criando-se um clima de dissidência entre os membros do partido e o presidente de Estado.

No dia 10 de janeiro de 1917, Mato Grosso sofre intervenção federal e Camilo Soares de Moura Filho é empossado e faz encerrar o conflito, evitando novo derramamento de sangue. Nesse momento político, através de um armistício entre partidos beligerantes, aceitou-se a eleição de Dom Francisco de Aquino, por meio de um acordo entre os partidos assinado em 11 de outubro de 1917. No seu governo surgiu um evento político chamado a *Festa do Bicentenário de Cuiabá*, dentro do qual houve a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

No relatório apresentado ao Sr. Camilo Soares de Moura, Interventor Federal no Estado, pelo Secretário de Agricultura José de Almeida C. Junior em 1917, este apresenta o Relatório da Comissão Encarregada de estudar a *Diffusão Aplicada a Canna de Assucar* ao Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, então Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura. Nele o relator pondera a respeito da situação na Europa, com a fome se alastrando e a guerra assolando os países. Mostra as vantagens

do clima favorável das terras do sul do Estado de Mato Grosso, a ausência de baixas temperaturas e geadas, dos terrenos sem mesmo a necessidade de desmatamento, pela sua composição vegetal favorável, abundância de mananciais hidrográficos. Todavia, aponta como problema o abandono e a falta de população da região, o que seria um entrave ao desenvolvimento econômico almejado:

Os campos, entretanto, continuam despovoados, não se reconhece em parte alguma as manifestações da iniciativa creadora. O progresso agrícola do Estado é lento. Qual a razão? Em primeiro lugar a falta de população; vem depois os constantes movimentos armados e o descuido dos poderes públicos. Na zona dos herveas e nas productoras de borracha, no norte, a população não se dedica a lavoura porque obtem, com esforço menor, destas industrias extractivs resultado immediato. (RPEMT, 1917).

No relatório referente a obras públicas, é possível observar a confluência entre a economia implantada e os seus reflexos na população que era alvo dessa política e que precisava ser disciplinada. Entre as obras ressalta-se, por exemplo, a necessidade de construção, ampliação e reforma de presídios, sendo as cadeias uma forma de recolhimento daquelas pessoas que se tornavam incondizentes com o processo de implantação da economia e de uma política ordenadora da população.

Nesse sentido, podemos citar já em 1917, “a construção de um prédio destinado a Cadeira Pública da Villa Rosário Oeste.” (RPEMT, 1917), para atender a uma demanda de presos cuja característica era diversa, foi contratado serviços de “aumento de obras na Cadeira em construção no Villa Rosário Oeste [...] para a substituição da planta da fachada da Cadeira em construção.” (ibid. 1917).

Assim, podemos examinar aspectos documentais que muitas das vezes passam despercebidos, porém que marcam profundamente seu papel de definidor de poder. Nesse inventário de obras estão presentes as instituições a serviço da implantação da memória dos heróis pertencentes aos grupos que dominavam a política de Estado. Dessa forma, constitui-se uma memória hierarquizante da política, levando a perpetuar a genealogia de grupos da elite política.

Exemplo disso é a homenagem aos “grandes homens públicos”, para que haja sua veneração. Por isso, os logradouros públicos são seletivos quando se trata de homenagens: as ruas, escolas, hospitais, etc., recebem nomes desses personagens. O que podemos observar quando se lê: “serviços de reparos no prédio estadual à rua Dr. Joaquim Murtinho, onde funciona a inspeccoria da Hygiene desta capital”. Ou seja, os

cuidados do presente caminhavam ao lado de uma memória que devia ser gravada, e como ela aparece no nome da rua que marca o nome de um dirigente político que foi a figura de Joaquim Murtinho. E ainda, no documento de 1919, quando da troca de nomes de ruas, há uma remoção da memória que perpetuava a identidade da própria população, a *Rua dos Pescadores* passa se chamar *Rua Dom Aquino*.

O episódio traz uma identidade coletiva, são os pescadores. Não destaca nenhum pescador que deveria ser lembrado como um herói exemplar. Todos os possíveis pescadores que deixaram sua marca local, ao ponto de se tornarem nome de rua, são suprimidos pelo nome de uma pessoa, somente pelo fato de ter passado sua infância no espaço dessa rua e por nela existirem prédios pertencentes à congregação salesiana.

Portanto, a memória torna-se seletiva no seu papel de construção dos fundamentos morais para o tempo presente, uma vez que redistribui a potência do conjunto de partícipes pertencentes à população, retirando dela possíveis relações de memória que lhe dessem força política. Por conseguinte, na educação de suas crianças não serão nomeados os feitos dos seus maiores, mas os maiores pertencentes à minoria que detém as funções privilegiadas na produção dentro da organicidade.

Outra instituição aparece nesse rol de prédios que passam por reformas onde podemos captar algum silêncio latente. Entre as obras de manutenção dos imóveis que acolhem as instituições em funcionamento estão os “diversos serviços no prédio onde se acha aquartelado o Batalhão de Polícia desta capital”. Há aqui a preocupação com a inspeção da higiene da população e a viabilidade de sua coerção pela via policial em caso de sua insubordinação ou desvios para fora dos quadros institucionais estabelecidos.

Com tais medidas conjunturais, gradualmente era constituída uma memória voltada para o respeito político de uma minoria que representava mais diretamente a implantação de uma verdade ligada ao mercado.

Durante o período ora analisado, aos poucos o sul do Estado supera o norte em termos de economia pecuária, pressionando as outras regiões mais a norte e oeste a se aproximarem dessa natureza econômica. Esta nova natureza vinculada ao mercado também aproxima a riqueza pública do enriquecimento particular de uma minoria em detrimento da maioria. Desse modo, a multiplicidade de culturas econômicas e seus

caracteres vão sendo silenciados em favor de uma unidade totalizante atrelada ao mercado, lugar da realização natural do homem moderno.

Todo esse quadro de tensão discursiva faz com que as múltiplas formas do pastoreio sejam subjugadas ao “campo da pecuária”. Segundo o relatório do Secretário da Agricultura: “A pecuária, que já é um dos mais sólidos esteios da prosperidade nacional, ocupa, nesta vastíssima unidade da Federação, um lugar de grande relevo pelas maiores possibilidades económicas que apresenta” (Relatório da Secretaria da Agricultura, 1920. Fonte: APEMT).

Havia um discurso que apontava para a necessidade da racionalidade do espaço político e econômico e que coagia de fora para dentro as ações governamentais. Essa necessidade de adequação aparece no relato do Secretário da Agricultura:

De rotineira que era a indústria pastoril entre nós, desde 1915, vem se desenvolvendo pela aplicação de métodos adiantados, pelo melhoramento técnico de nossas raças indígenas, segundo os ensinamentos da zootecnia, e pela transformação racional de nossos infundáveis campos naturais em ricas e exuberantes pastagens. (RPEMT, 1917).

A implantação de uma economia capitalista no campo vai cada vez mais invadindo o espaço do sul de Mato Grosso e deixando suas marcas quanto ao assim chamado “preço do progresso”:

Afóra a zona dos pantanais, considerada sem rival na excelência de seus pastos nativos perennemente verdes, as extensas planuras do Sul começam a cobrir-se das mais recomendadas forragens: os capins gorduras, Jaraguá, ceilão, Rhodes, o sorgo, a alfafa e a aveia vão sendo semeados em grandes tractos de terra e nas regiões de Vaccaria e do Brilhante, no município de Campo Grande, a vista já se alonga sobre não pequenos trechos gramados. Deve-se isto à iniciativa de criadores inteligentes, portadores de grandes capitais, que, individualmente ou como representantes de poderosas empresas industriais, se fixaram no Estado ante a perspectiva que se desenha nos mais dilatados e promissores horizontes. (ibid. 1917).

O conceito de inteligência é tido aqui como pressuposição de saberes diferentes que superam as tradições culturais *atrasadas*. Além disso, a presença de grandes capitais e empresas industriais mostram como a economia já passa por uma política marcada pela exclusão dos pequenos criadores, desconsiderados nessa forma mais geral da produção, sendo expulsos do campo por diversos fatores exteriores à sua vontade ou servindo como acessórios a essa verdadeira natureza vinculada ao mercado capitalista. Vemos no relatório certo entusiasmo com a presença do capitalismo invadindo o campo, no uso do termo “o grande incremento”, que segundo ele:

...vem tendo a pecuária pelo preparo dos campos e seu povoamento, pela maior valorização dos rebanhos crioulos cruzados com raças finas para o preparo, também, do producto de superior qualidade exigido pelos mercados consumidores, pela intensificação, enfim, desta auspiciosa industria, fácil é imaginar a que gigantescas proporções attingirá Ella em Matto Grosso, elevando extraordinariamente o valor das terras nella empregadas e, com isto, fortuna particular e a riqueza pública. (ibid. 1917).

Alguns problemas a serem superados emergem do documento. O primeiro é a preocupação com a agregação de valores, pois os produtos são vendidos pela metade do preço no mercado paulista, sendo o gado levado por mais de cem léguas para pastagens paulistas, onde são engordados e vendidos pelo dobro do preço vendido em Mato Grosso. O que aponta para a falta de produção frigorífica no próprio Estado.

Outro aspecto observado é o deslocamento da zona de influência econômica quanto ao mercado pecuário. Com a introdução do congelamento da carne, os saladeiros e as charqueadas, muito predominantes na região oeste do Estado, a região do município de Cáceres começa a ceder lugar de importância para a região sul do Estado, principalmente com a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil. Mesmo sem a ferrovia, as pastagens no sul do Estado, estando mais próximas dos Estados do sul do país, passam a levar mais vantagens econômicas. Esse aspecto irá contribuir para as preocupações da parte mais ao norte onde fica a região administrativa do Estado. Este será um dos aspectos futuros da divisão do Estado.

Pondo de parte a exportação de gado abatido nos 'saladeros' ou xarqueadas, existentes no Estado, já é notável a exportação de gado bovino em pé, que se faz actualmente pela Agencia Fiscal do Porto 15 de novembro e portos de Tabovado e Alencastro, estes subordinados à colletoria de Sant'Anna do Parahyba. (ibid. 1917).

Quanto à importância dos contextos que marcaram o passado desse espaço, repensamos as denominações que foram sendo ao longo do tempo marcadas como apropriações de cada lugar, como se ficassem uma bandeira de linguagem sobre outras formas de ser. A escrita dominante, ao se projetar por suas marcas, redistribui formas discursivas silenciadoras que produzem cortes abruptos de significados. Assim, os muitos nomes, marcas e noções que compuseram as territorialidades aqui investigadas, não devem ser compreendidas por uma atitude apressada. Caso contrário, incorreríamos em uma generalização que corroboraria com as formas arbitrárias que se impuseram sobre as múltiplas vivências silenciadas ou ressignificadas.

A partir do final da segunda década do século XX, surge um governo de conciliação e com ele o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Isso se dá no

interior de um espaço denominado como Mato Grosso, o qual se relaciona com um acalentado projeto de modernização e reerguimento da nação e da nacionalidade. Nasciam, então, ações no intuito de inserir esse espaço e sua população no certame dos estados mais “avançados” e como membros partícipes da nacionalidade e conquista de uma nação vitoriosa e rica. Para isso, foi necessário um acordo entre facções partidárias em busca de constituir um governo de conciliação, tendo sido escolhido um religioso: Dom Franciso de Aquino, arcebispo de Cuiabá.

Apesar de ser considerado como a novidade política, seu governo não fugiu à regra moralista e disciplinadora. O que pode ser comprovado pelo teor do relatório do Chefe de Polícia, da Força Pública e das demais instituições, sempre apontando para a necessidade de disciplinarização do corpo e do controle regimental da população, ou da necessidade de constituição de uma população. A maior parte do controle social ficava a cargo da Secretaria do Interior, a Justiça e Fazenda.

O secretário deste órgão, Firmo Rodrigues, em seu relatório, afirma seu grau de participação no serviço de disciplinaridade da sociedade e o aspecto moral de seu olhar para o soldado: “Esforços, necessidades e realização são caracteres que dependem de civismo, comando como forma de colaboração com o governo e a grande obra. Para tanto deveria haver dedicação “ao serviço público com energia e subordinação” que caracterizam o soldado cumpridor do dever. A busca da eficiência militar era um objetivo para atender “o bom desempenho das obrigações que lhe competem”, ou pelo menos “manter-se dentro da obediência a lei e ao Governo” (Relatório do Secretário de Interior, Justiça e Fazenda de Mato Grosso. 1919).

Temos nesse relatório ações expressas no sentido de organização dos corpos e seus ajustamentos a um corpo social, para que se tornassem rentáveis ao sistema produtivo. Esses corpos deveriam ser guiados por uma moral, a fim de que se imbuíssem do comprometimento com a “grande obra”.

Dessa forma, torna-se preciso justificar a inserção do ser ao projeto moderno, por meio de instituições que cuidem dos seus corpos, o que requer produção de regulamentações a serviço da manutenção da vida e para garantir seu funcionamento institucionalizado. Ao mesmo tempo, instauram-se saberes que se impõem sobre ações de outras individualidades, colocando em ordem progressiva uma infinidade de atos de forma positivada.

Tais saberes são positivados, mas ainda não consolidados e precisam ser permanentemente colocados em evidência pela punição, pela coerção presencial dos representantes da lei, pela ação pedagógica, ações cívicas e memórias (através de eventos marcantes como os centenarismos e as fundações de memórias).

É importante que vejamos como essas transformações que se deram nos saberes na Europa exerceram ou não sua produção de sentidos nas constituições de nações por todo o globo, durante a assim chamada “primavera dos povos”.

Na sua forma moderna, esse projeto de vida em busca de sua unidade constituiria a possibilidade do Estado Moderno do Brasil, no começo do século XX? Já trazia a marca de uma luta nessa busca da unidade nacional? A produção de um conceito de organicidade dos seres, quando tratados como espécies, lhes nomeiam como vida em funcionamento no interior de um grande organismo, sendo dele uma parte, um dos seus acessórios.

Se a figura do homem moderno nasce no interior de uma organicidade onde cada corpo cumpre sua função numa relação considerada como de coexistência, vemos aí que uma biologia funcional traduz a nação como um corpo composto de órgãos que possuem funções coexistentes, onde os corpos individuais são constantemente vigiados, medidos e examinados em seus funcionamentos.

Todo esse esquema montado a partir do final do século XVIII e início do século XIX insere a figura do homem ajustada a uma unidade que se projeta no interior das democracias construídas em suas formas modernas e se dá de forma ajustada à economia política¹⁴. Uma unidade que necessita, portanto, ser constituída dentro de uma razão de Estado a serviço do modelo liberal.

A partir dessas reflexões, podemos re-escrever a história de uma Secretaria que trabalha como inspetoria do seu próprio funcionamento interior, tendo ainda sua justiça

¹⁴ Sobre a noção de economia política em Foucault, buscamos em sua aula do Curso do Collège de France de 28 de março, publicado com o título *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 386, onde afirma que na concepção de “economia política de Adam Smith, o liberalismo econômico constitui uma desqualificação desse projeto político de conjunto e, mais radicalmente ainda, uma desqualificação de uma razão política que seria indexada ao Estado e à sua soberania. [...] Haverá algo acima do soberano, algo também que lhe escapa, mas já não são os desígnios da Providência e a lei de Deus, são os labirintos e meandros do campo econômico. (Foucault, Nascimento da biopolítica, 2008, p. 386).

regida por leis a serviço desse funcionamento. Em ação, ela arranca de cada um as rendas e impostos, para garantir o sucesso da figura do Estado e dos grupos que predominam no regozijo de seu resultado. Temos aí um arremedo da instituição gradativa dessa função a serviço de uma biopolítica, e daí uma govenamentalidade que poria em exercício regimentos das práticas subjetivas, ou práticas de si em sua forma moderna.

Desta feita, examinamos o relato do Secretário de Interior, Justiça e Fazenda de Mato Grosso, para entendermos como se deu a inspeção desse interior. Perguntamo-nos também como se ajustavam à unidade pretendida e como ele servia à economia liberal? E ainda, como ocorre a política de sua arrecadação? Surgiam conflitos? Como eles foram sendo resolvidos?

No Quartel do Comando Geral, em Cuiabá, no dia 1º de Abril de 1919, o comandante da Força Pública Firma Rodrigues, faltando oito dias para a festa do bicentenário de Cuiabá, apresentava seu relatório, dando a conotação da situação grave pela qual passava o corpo da Força Pública. O resultado dessa relatoria serve para medir a real força de coerção com que contava o Estado de Mato Grosso nas vésperas de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Num primeiro momento do relatório, o secretário se atém ao movimento geral da Força Pública durante o ano de 1918 e primeiro trimestre de 1919, ano de fundação do IHGMT. Em seguida, sob o pleno governo do seu idealizador, Firmo assume a nomeação de comandante da Força Pública, tendo:

em vista cumprir um dever de matto-grossense que ama seu berço, ser útil ao Estado e auxiliar com dedicação e sinceridade o Governo a quem o povo havia confiado a difícil tarefa de restabelecer a paz e a harmonia no seio da família matto-grossense, iniciando nova era de trabalho e de prosperidade para Matto-Grosso. (relatório do comandante da Força Pública ao Secretário do Interior, Justiça e Fazenda, Cuiabá, 1919. Fonte: APEMT – MT).

Amor à terra de sua origem dá consistência de pertencimento e transforma pátria e nação como dando sentido à realidade. Essa realidade aparece como prestadora de serviço à razão de Estado. Em fins do século XVIII, na Europa, principalmente, partir da economia liberal, o Estado passa a ser visto como o que tem que ser fortalecido e, ao contrário do modelo da economia guerreira dos príncipes e da conquistas de impérios como forma de pacificação, com a instituição do Estado moderno liberal as funções da

guerra voltar-se-ãoparo o espaço interior. Sai de uma horizontalidade para uma verticalidade da ação.

Agora o alvo são os saberes locais, seus funcionamentos e os poderes locais que nascem desses espaços contíguos. É preciso interiorizar o poder do Estado, fortalecê-lo nos mais ínfimos rincões para o perfeito funcionamento e a busca da sua unidade como nação. É preciso organizar o interior, exercer a justiça por sobre a população (esse novo sujeito da democracia) e construir um Estado administrativo que é um contraponto ao Estado de economia guerreira.

Doravante, o que se propõe é um Estado primado por uma economia que necessita instaurar-se por uma política em que a figura do mercado predomina como verdade. Isso se traduz em controle da população, aplicação das leis punitivas e a arrecadação de saldos favoráveis a uma balança de pagamento. Sendo assim, tornou-se possível a fundação de instituições que cuidassem do interior desse corpo da nação, aplicasse a ele a justiça dos homens e lhe arrancasse as rendas para oferta ao Estado.

Para seu funcionário, Firmo Rodrigues, cabia à “Força Pública uma parcella de esforços necessários à realização daquelle desideratum” (ibid. 1919). Ou seja, contribuir com o aumento do valor de um bem do Estado, bem como de um direito que definiria a Justiça e de uma Fazenda para retirar dos membros desse corpo sua parte para que mantenham a coexistência dos seres no seu interior. Uma co-habitação em um espaço produtivo e para tanto deve ser administrado e fiscalizado para não escapar, mesmo caso esteja em lugar distante.

O Estado de Mato Grosso, no início do século, ainda ocupava um espaço maior que atualmente se reduziu. Abrangia até Santo Antonio do Madeira, hoje Porto Velho capital de Rondônia, que por preocupação devido à sua localização separou-se de Mato Grosso, tornando-se território Federal, hoje na situação de Estado. Essa preocupação já surge da dificuldade de controle dessa região. Para Firmo, “conviria alterar a atual organização destacando-se da mesma Companhia regional de Santo Antonio do Madeira que, por se achar em lugar distante não pode ser devidamente administrada pelo Comando Geral a cuja fiscalização escapa” (ibid. 1919). O comandante julgava “mais conveniente dar a essa Companhia outra organização, passsando a ser administrada pela Delegacia Fiscal do Thesouro em Manáos” (ibid. 1919).

Esse relatório nos mostra que a manutenção de um quadro administrativo à altura das exigências do projeto nacional é ainda difícil de plena realização. Pois, segundo ele, “é muito pequeno o effectivo da Força para attender todos os serviços que lhe estão affectos, especialmente os dos destacamentos” (ibid. 1919). Assim, relata “que cincoenta por cento do pessoal em praças não possui os requisitos necessários a um bom soldado, razão pela qual os pequenos destacamentos disseminados pelo Estado, absorvendo boa parte do effectivo da Força, não pode prestar melhor serviço” (ibid. 1919).

Outro aspecto em que se nota a mudança no modelo de organização militar chama a atenção: observa-se um acontecimento de centralização do serviço militar em 1918, quando a força Pública passa a ser incorporada como auxiliar do Exército, por um decreto de 16 de novembro de 1917, depois que o governo federal “aceitou” as bases das propostas feitas pela presidência estadual, que, por sua vez, era ocupada por um interventor federal. A intervenção federal aconteceu, conforme já explicado anteriormente, como parte de uma política de retenção da violência que grassava nesse momento na política local.

A 20 de janeiro de 1918, realizou-se no quartel do 53º batalhão de Caçadores, a solenidade de incorporação desta Força como Auxiliar do Exército de 1ª Linha, em virtude de Decreto de 16 de Novembro de 1917, do Exmº, Sr. General Cypriano da Costa Ferreira, Interventor Federal, depois de aceitar as bases propostas pelo Governo Federal. (ibid. 1919).

O documento, logo em seguida, mostra um pouco o aspecto que possa ter contribuído com a intervenção federal, tanto política como militar. No seu relatório, o comandante da força pública alega que nas

unidades existentes, só o 1º batalhão consegue por em forma normalmente, uma companhia para o exercício geral, duas vezes por semana, comparecendo todas as praças empregadas em serviço externo e de ordenanças, sendo que desta a maior parte se esquivava do cumprimento dessa obrigação, valendo-se do amparo das autoridades junto à quaes servem, justificando suas faltas. (ibid. Relatório do Chefe de Polícia, 1918/1919).

Nesse documento podemos notar as condições precárias da instituição militar e a dificuldade para controlar a violência produzida pelo volume das lutas entre rivais políticos e os grupos de jagunços que cada grupo detinha para fazer funcionar como força política. Segundo a continuação do relatório, para “constituir uma guarda de honra com uma companhia de sete a oito esquadras é necessário muitas vezes reduzir por

algumas horas o numero de praças das guardas e deixar o quartel entregue a recrutas” (ibid., 1919). Para ele:

Nada prejudica mais o gosto pela vida militar do que a falta de instrução e formaturas, que dão ao soldado o aspecto de militar. A caserna nos tempos modernos é também uma escola de educação intelectual, moral e cívica onde o soldado póde adquirir as qualidades de um bom cidadão: alma sã em corpo sã. Tenho por isso o maior empenho em fazer funcionar escolas em todas as unidades; pensando assim, embora não dispusesse de meios para organizar de modo conveniente. (ibid. RCP, 1919).

Dá-se início a uma tentativa de profissionalização dos militares, visando conferir-lhes um aspecto moderno. Foi assim que o comando militar inaugura a “7 de setembro de 1917, uma escola regimental do 1º batalhão, auxiliado pela Directoria da Instrução Publica, que forneceu alguns livros, lousas, giz etc, tendo sido matriculadas na referida escola 79 praças” ibid. 1918, Relatório do Comandante da Força Pública, RCFP, 1919).

À necessidade de implantação de uma ordenação da sociedade se contrapunha a grande falta de estrutura da instituição militar. Os soldados se incorporavam sem treinamentos de tiro, por haver falta de munições, falta de efetivos com tempo disponível para freqüentar cursos de regulação da função. Comparado ao aparato de jagunços mantidos pelos grupos políticos em suas lutas partidárias, podemos vislumbrar daí um quadro interessante. Esses grupos políticos lutavam pela necessidade de conquistar o espaço político do Estado, e partiam para o ilegalismo, atacando seus rivais de forma belicosa. Era assim que, como vimos anteriormente, se decidia a política. Para sua efetivação necessitava de compor grupos armados.

Nesse sentido, as forças do Estado acabam por serem mais fragilizadas com pouca força para o enfrentamento com esses grupos. Por outro lado, não dá para imaginar o quanto seria interessante para esses mandatários compor uma força que superasse suas estruturas bélicas, importante nas suas decisões de mando. Portanto, imagina-se que as disputas acabavam sendo decididas nas relações belicosas entre grupos armados.

Para o comandante, a compra de uma linha de tiro pelo governo seria importante, “para dotar-se a Força Publica com linha de tiro e respectivo Stand” (ibid. 1917). Podemos ver que tanto sua ação quanto o seu discurso demonstrava a necessidade de transformação da militarização no interior da nação. As insubordinações

contavam com a relação que confundia o público com o privado em relação ao uso de militares. Os grupos políticos eram espaços dos quais faziam parte oficiais militares e subalternos. Muitos eram proprietários de longas extensões de terras e, por isso, se confundia o lugar onde cada um exercia seu poder.

Havia no final da segunda década, principalmente nos grandes centros políticos, a vontade de superar a realidade do interior do país, com o intuito de consolidação do projeto de sua modernização. Para tanto, essa preocupação aparece a partir dessa intervenção federal de 1917. Vejamos como era dito sobre isso nesse ano pelo comandante da Força Pública.

Na paz se prepara a guerra e esta há de existir sempre, tanto mais exterminadora quanto mais o homem se aperfeiçoar. Demais, achando-se a Força Pública incorporada como auxiliar do Exército Nacional, tem Ella obrigação de instruir-se porque tem uma missão mais importante que essa de vigiar detentos ou prender malfeitores. Se nas sedes das unidades não tem sido possível dar uma boa instrução aos soldados, muito menos nos destacamentos onde elles as vezes permanecem muito tempo, tornando-se verdadeiros paizano. Entretanto, pode-se dizer que a instrução da Força Pública vae melhorando e as promoções já são feitas após os concursos de que trata o Regulamento de Instrução e Serviços Geraes em vigor no Exercito. Assim tem sido evitado o abuso de serem graduados nos postos de cabo e sargentos analphabetos. (ibid. 1919).

A Justiça Militar, instituição voltada para o disciplinamento e a manutenção da ordem na tropa militar, nos fornece um quando importante para analisarmos a real situação do corpo militar no início do século em Mato Grosso. Uma situação de insubordinações e deserções etc. Um sumário mostra um quadro, no mínimo complicado para uma análise: salários atrasados e punição por apropriação de coisas públicas. Índice de analfabetismo entre as praças e punição altamente rigorosa militar contra culpados. Vejamos um exemplo mostrado pelo relatório no decreto “Decreto nº 3351 de 3 de Outubro de 1917:

Artigo 1º - Determina que os delitos propriamente militares, quando praticados por officiaes ou praças das policia militarizadas da União e dos Estados, sejam punidos com as penas cominadas na lei militar. Artigo 2º - Nos crimes de que trata o artigo antecedente, os officiaes e praças da policia militarizada da União serão processados e julgados, na primeira instancia por um conselho sobre cuja organização proverá as leis e regulamentos respectivos e, esse grão de recurso, pelo supremo tribunal militar. Artigo 3º - Cabe ao poder executivo da União estabelecer nos regulamentos que regerem as policia militarizadas: a) Os conselhos de disciplina; b) As regras a observar na imposição dos castigos disciplinares, os quaes não poderão exceder os limites seguintes: 1º, o dobro do serviço de guarda, até 15 vezes a meio dia de folga; 2º, a detenção ou prisão, até 30 dias; 3º, baixa temporária do posto até 60 dias; c) As autoridades dessas corporações a quem compete impor taes castigos; d) A forma de aplicação; e) As causas de convocação

dos respectivos conselhos; f) A marcha que devem observar; g) Qual a sua composição; h) As penas acessórias a aplicar aos soldados e praças de pré, no caso de detenção e prisão; i) Determinar o processo para verificação da deserção; a exclusão do desertor; j) Regular a marcha dos inquéritos a proceder e a contagem do tempo para qualificação da deserção. Artigo 4º - Nos casos omissos nesta lei, será subsidiária a legislação do Exército na parte em que for applicavel. Rio de Janeiro, 3 de Outubro de 1917, 96º da Independência e 39º da República. Urbano dos Santos da Costa Araújo. Vice-presidente em exercício.. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. (ibid. 1919).

Outro aspecto para que vejamos a fragilidade com que poderia contar a força repressora do Estado, que além da não total disciplinaridade, mesmo sob métodos severos punitivos, era a baixa remuneração salarial e a falta de condições de trabalho. Isso contribuía com a deserção e a falta da aptidão para o alistamento, além dos maus tratos que sofriam por parte dos superiores. Vimos no início desse trabalho que a forma no século XIX de recrutamento era totalmente compulsória e voltada para a contenção disciplinar das crianças que ficavam nas ruas. Muitas delas eram obrigadas a se alistarem. Mesmo assim, segundo o comandante:

É insufficiente o effectivo actual para attender os serviços de todas as localidades onde se torna imprescindível um policiamento. (obs. Segue lista de locais e pessoal locado e observa-se a imensa área geográfica que abrangia o território mato-grossense, indo até rio Madeira e Tapajós). [...] “Por ahí se vê que é grande o numero de destacamentos, não sendo assim possível, mesmo com o effectivo completo de 708 homens guarnece-los como convém. (ibid. 1919).

Quanto aos quartéis, continua a história de lamentos pela má qualidade das instalações: “O 1º batalhão de infantaria estava aquartelado em edifício de Estado a Praça do Ipyranga, edifício que absolutamente não podia alojar com conforto e hygiene, só depende de um alojamento que mal comportava 20 camas, não era bem um quartel” (ibid. 1919). O que não era diferente quando observou como as dificuldades eram precárias em todo o interior.

Em relação aos demais quartéis de Campo Grande, Tres Lagoas e os dos destacamentos, fatam-nos informações detalhadas, pois não constam neste commando os contractos feitos pelo Thesouro para o aluguel dos mesmos. Posso, entretanto afirmar que em geral são mais uns pardieiros do que quartéis, os dos destacamentos de Caceres, Coxim, Poconé, Diamantino etc. O que é verdade é o lamentável descaso das municipalidades pela conservação das cadeias que servem também de quartel, algumas das quaes nem uma lamparina fornecem ao destacamento. A situação dos soldados em taes destacamentos confunde-se com a dos criminosos: habitam enxovias. Sobre o quartel do destacamento de Santana do Paranyba, diz commandante o seguinte: “o quartel deste destacamento acha-se quase deteriorado, já cahiu todo o muro que o guarnecia e os fundos onde existia a cosinha. Além disso necessita ser todo retelhado por ter muitas goteiras e nestas noites chuvosas as praças não podem dormir, além de não terem camas, alaga-se todo o alojamento, já tende muitas dellas doentes, devido ao resfriamento. (ibid.1919).

Após relato da situação dos armamentos, sempre de forma negativa, por causa da sua situação precária e quantidade insuficiente, fala dos animais também na mesma situação negativa, indo para os uniformes e situação de salário, todos eles temas que demonstram um Estado mal equipado militarmente. Quanto aos salários afirma o seguinte:

Ao assumir o comando desta Força achava-se Ella atrasada em 7 mezes de vencimentos; era uma situação de desanimo como facilmente se comprehende. Officiaes e praças viam-se na dura contingência de fazer transações de seus vencimentos com um prejuízo de 20 e as vezes 30 por cento exigidos pelos agiotas. Entretanto, facto digno de menção, não se viu a mais leve manifestação de indisciplina por falta de pagamento, a que muito honra a nesses soldados. Hoje a situação melhorou com o pagamento em dia, não sendo de inteiro desafor devido a crise mundial que tornou a vida muito cara. (ibid. 1919).

Havia ainda a diferença salarial entre polícia e exército, onde o quadro de oficiais da polícia ganha menos que do exército e o deslocamento de praças para lugares onde o custo de vida é maior.



Sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). Fonte: RIHGMT, 1919. APEMT, Cuiabá, MT,

PARTE 2. IHGMT: SENTIDO, VERDADE E HISTÓRIA

Introdução

O tempo é capaz de um truque mais estranho. Certo incidente insignificante, que ocorreu em dado momento, outrora, esquecido, e não apenas esquecido, despercebido, eis que o curso do tempo o traz de volta, e não como uma lembrança, mas como um fato real, que acontece de novo, num novo momento do tempo. *Maurice Blanchot, O livro por vir*. P. 16.

Preocupados com a construção da nação foi que a partir, principalmente do período regencial, entre 1830 e 1850 que se constituíram diferentes instituições no Brasil monárquico com o intuito de implantação do modelo nacional e da integração do espaço como um todo de forma a garantir uma centralização do poder. Foi assim que se fundou no ano de 1838, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil juntamente com outras instituições que surgiram nesse intervalo histórico do passado brasileiro. Não podemos falar desse acontecimento sem a ajuda de historiadores, porém resguardando o lugar de cada um na leitura desse passado e de sua historicidade.

Segundo Manoel Salgado Guimarães, a presença do modelo historiográfico do IHGB, prolongou-se por um bom tempo do século XIX, como lócus privilegiado da produção marcado por uma história elitista com forte presença iluminista. Para ele:

“O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista. E este lugar, de onde o discursismo historiográfico é produzido, para seguirmos as colocações de Michel de Certeau, desempenhará um papel decisivo na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que ela proporá na discussão da questão nacional” (2011, p. 1).

Afirma que é no decorrer “do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada” (ibid. p. 1). Prosseguindo faz um elo entre a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Brasil (IHGB) em 1838 e à necessidade daquele momento dessa instituição cumprir um papel

que era de “apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso” (ibid. p. 1). Com a implantação do Estado Nacional busca-se um perfil, segundo ele, para a “Nação Brasileira”, e com ela uma identidade no conjunto mais ampla das “Nações”.

Situando-nos nesse momento do passado podemos ver que as multiplicidades aparecendo como sendo dificuldades, partindo do ponto de vista, que os contemporâneos a ele sentiam quando se propunham a definir políticas para constituir a unidade nacional. José Bonifácio um dos irmãos Andrada, que ficaram famosos nos livros didáticos, mostra haver dificuldades de implantação de uma unidade nacional em um conjunto heterogêneo que compunha o espaço a ser nacionalizado efetivamente. Nos idos de 1823, em projeto à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império, apresentava dois projetos: O primeiro é um novo regulamento para promover a civilização geral dos índios do Brasil, que fariam “com o andar do tempo inútil os escravos” (2000, p. 23). Acreditando mais nos índios e menos nos africanos via dificuldades na homogeneização do tipo de brasileiro a ser produzido. Silva entendia que a mesclagem seria uma forma de unidade nacional e heterogeneidade seria uma forma de desunião que havia atendido aos interesses coloniais de domínio. Em seguida afirma que

“Graças aos céus, e à nossa posição geográfica, já somos um povo livre e independente. Mas como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos” (ibid. p. 24).

Entende que se fosse mantida a escravidão, não seria possível conseguir uma nação homogênea que era a base, segundo ele, de uma sociedade verdadeiramente livre e respeitável. Daí afirma que:

“É de a maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos, pois desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em *amalgamar* tantos metais diversos, para que saia um *todo* homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política” (ibid. pp. 24-25).

Também para Varnhagen havia a dificuldade quanto a ligar unidade nacional e multiplicidade vista sob o discurso das raças. Essa leitura afetava as tentativas de constituição do homem nacional, porém acredita na produção de um modelo de homem forte e sólido. Para ele, a miscigenação brasileira de “amalgamação muito difícil será a

liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc., em um corpo sólido e político” (GUIMARÃES, 1988, p. 16)¹⁵. Essa conotação aparece no discurso do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), semelhante à forma em que aparece na escrita de Varnhagen que, em carta a D. Pedro II, se preocupava em “por um dique a tanta declamação e servilismo à democracia” e que procurou “ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade” (ibid. p. 16).

As enunciações de Bonifácio de Andrada e de Varnhagen têm como problema a constituição da unidade da nação recém independente com relação à variedade cultural e “racial”, daí se pode perceber o quanto será difícil a construção de uma democracia quanto o modelo de brasileiro buscado não aceitava a diferença a não ser dissolvida nesse modelo único do homem brasileiro: branco, masculino, trabalhador. Como essa fusão foi de difícil consecução podemos notar que o que era considerado como raça para ser visto como classe social. Logo essa multiplicidade irá refletir bastante na construção da nossa sociedade de classes com forte teor racista. Observem que existem dois momentos da questão dessa diversidade cultural: para o período colonial era importante à metrópole, segundo Varnhagen, a não mesclassem para que com a desunião eles pudessem reinar sobre um espaço dividido. Porém a dificuldade toma um aspecto maior para esse momento, pois, enquanto a questão era só extrair o quinto como riqueza bastava por em funcionamento as instituições administrativas coloniais. Porém quando se trata de gerir uma administração que requer uma unidade nacional a situação fica mais complexa. Essa explicação pode ser dita de outra forma também. Basta para tanto buscar outra forma de sua contextualização.

O início do século XIX, momento em que nascem vários Estados independentes e a maioria sob os discursos republicanos, há uma estratégia que demarca o funcionamento do espaço nesse mesmo momento. É pela sua via que se tornou possível de pensar a natureza como tendo suas potencialidades próprias. Isso fez com que se levasse a imaginar a possibilidade da linguagem ter sua produção própria e que se daria em seu próprio interior, que a natureza animal e vegetal tivesse também sua propriedade de produção que se dava em seu interior e não advindo nem de uma força sobrenatural

¹⁵ GUIMARAES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In *Estudo Históricas: Caminhos da historiografia*, 1988, p. 6.

ou abstracional que sobrepujasse as potências artísticas. Surge também nesse momento um discurso que não considera mais a circulação do metal como definidor do preço das mercadorias, mas sim o trabalho de sua produção. Daí a possibilidade de desenvolvimento próprio do mundo através do trabalho de transformação da natureza a favor do aperfeiçoamento de vida. É a ação dos homens que produzem sua forma de linguagem e possibilitaria que em cada lugar se provesse de um espaço imanente onde se organizariam como cultura própria, uma natureza agora não mais ditada por um ser supremo sobrenatural, nem abstrato e sim por sua organicidade própria onde os corpos como órgãos se relacionariam uns com os outros numa relação de co-existência formando uma rede solidária.

Temos aí um quadro importante para pensar como esse discurso é apropriado e produzido num espaço onde essa natureza é diversa e é preciso constituir-lo em uma unidade. Surge daí uma forma que é a nacionalidade como esse espaço da unidade da vida, da língua e da economia. Olhando agora quanto à questão do poder podemos vislumbrar que sendo produto de saberes ele não se situa com um lugar fixo e sim como circulação dos discursos. Atravessam os corpos produzindo seus funcionamentos.

A partir daí podemos entender de que lugar de fala os sócios chamaram para si a função de dar um fundamento ao passado. Para entender o momento de sua fundação, não podemos deixar de lembrar-se da matriz nacional que foi o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), fundado em 1838. Também poder pensar as dificuldades encontradas desde o início do século XIX para conjugar a criação da unidade nacional e de inserção da diversidade cultural e do discurso racial que as práticas daquele momento estavam inscritas.

As produções do IHGB estavam marcadas pelo discurso que vigorava no início da implantação de uma nação independente, e serviu de modelo para configurar a imagem do Brasil monárquico constitucional desde o início do século XIX, prolongando. Elas sofreram apropriações e determinaram a sua relação com o interior desse espaço, porém ligado a outra demanda em que a fundação da nação que se queria independente, teve que se relacionar.

A análise que mostra esse momento de efetivação na prática ligando-o axiomáticamente ao movimento iluminista e à Revolução Francesa serviu como marca a

uma historiografia e a alguns historiadores. Muitas das vezes se tornaram manuais ementários para o saber escolarizado. Juntamente com o discurso econômico formaram uma base que, substituindo a história metódica positivista definiram a realidade do passado brasileiro.

Gostaríamos de acrescentar ao estudo desse passado, além do modelo organicista que deu base à fundação das ciências naturais, a inversão das formas de relações de forças entre nações, que passou a vigorar no período mercantilista e com maior força a partir da Revolução Industrial.

Se no período dos impérios pré e pós medievais a economia era guerreira e a conquista fazia parte da pacificação dos povos, a partir da política mercantilista e conseqüentemente industrial e seu modelo liberal burguês os espaços nacionais necessitavam se fortalecer economicamente em seu interior para obter competitividade economicamente com as nações rivais. Logicamente a partir daí as forças serão invertidas e terão como alvo a necessidade de fortalecimento interno e para tanto concretizar essa unidade em seu interior.

Um dos sinais que podemos notar dessa relação entre a busca da plenitude do presente ligando-o ao futuro, por uma necessidade de dar esse fundamento com a busca de um passado que coagisse no presente essa preocupação com o futuro é próprio da fundação de uma história não mais da origem sobrenatural, que angariava poder divino aos reis, mas de fortalecimento do Estado Liberal. Sendo este estado a herança de uma sociedade que já preexistia à sua fundação.

Dessa maneira, a história se torna terrena e, portanto, a partir de um saber produto da experiência social em busca desse Estado Liberal. Seria uma concretização do espírito cósmico através da história dos heróis de sua materialização. Esta se daria através dos feitos humanos na sua luta, que é a do trabalho de transformação da natureza para torná-la por uma dialética produtora de uma história em que o tempo deixa de ser a justaposição de acontecimentos singulares para se transformarem em uma supressão onde se institui uma luta em que o tempo é o do aperfeiçoamento dos mecanismos da natureza na busca de sua totalidade produtiva.

5.1. A necessidade de uma história da nação

Desde a História do Brasil produzida sob encomenda pela naturalista que estava em viagem de pesquisa no Brasil, recém fundado como Estado independente, o foco político tinha como objetivo a difusão de um saber nacional que garantisse a unidade nacional de forma a instituir um sentimento unitário que servisse como fundamento e emergência e encarnação do espírito liberal. É nesse sentido, segundo Mirian do Amaral Ribeiro, que se deu a produção de um livro voltado para o objetivo de formação desse homem nacional de forma que passasse cada indivíduo a funcionar no interior da unidade nacional onde cada corpo fosse integrado à organização produtiva como sujeito funcional e que detivesse seus desejos e necessidades não mais de forma independente ou ligado à sua forma regionalizada, mas com seus impulsos e a potência daí advindas fossem canalizadas para a produção de riquezas voltada para o fortalecimento do Estado Monárquico Constitucional, em sua forma ligada aos interesses liberais. Para tanto se produziu

o livro que se tornou referencial para o ensino de história dentro e fora do IHGB, no primeiro período de sua existência: *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*, 1861, de Joaquim Manoel de Macedo, professor do colégio e membro do IHGB. Mantendo o perfil da formação moral e cívica, o livro introduz a preocupação com métodos de ensino, constituindo, mais claramente, a disciplina escolar (RIBEIRO, 2009, p. 3).

Porém, como já explicamos anteriormente, a trajetória desse processo implantador sofreu revezes constantes ao confrontar-se com saberes locais que apesar da forte repressão persistiu em sua produção híbrida, produto de contaminações culturais múltiplas. Mas essa forma plural tal qual se dava na superfície contrariava o desejo maior que era a emergência de sua unidade interior que lhe daria corpo e totalidade. Esse objetivo estava inserido no saber que produziu o discurso da nação. Era a busca da unidade totalizante que apesar de invisível aos olhares representava o espírito natural que transformava a natureza tal qual se dava na superfície como algo caótica e selvagem. Essa forma produzida sobre a natureza em sua potência múltipla faz com que as diversas formas culturais já existentes no interior do espaço nacional fossem alvo de um trabalho de homogeneização. Com esse objetivo o passar de três décadas desse projeto implantador da nação ainda permanecia fortes produções culturais locais, obstando com isso a configuração unitária do sentimento nacional. A partir da segunda metade do século XIX, ainda existe a persistência da produção cultural local ainda

permanecer emitindo sinais de uma culturalidade local e que mantinha obstáculo de inserção de uma subjetividade nacional voltada para a produção e que tivesse como referencial uma natureza que atendesse os desejos não mais da cada um em sua singularidade local, mas para os desejos canalizados em que a energia humana formasse um só caudal para alimentar o mercado como produto de uma economia política nos moldes liberais. É nesse aspecto que no final do século XIX há uma ascendência do discurso cientificista que coloca um a priori teórico como precursor da experiência humana. Para sua execução era preciso avançar para o interior da nação e rearranjar essa brasilidade que iria substituir o modelo europeu. Saindo de um modelo exógeno o projeto nacional em toda sua trajetória buscou se constituir tendo por base as diferentes raças que compunham segundo o discurso desse momento o cenário da superfície da nação. Porém ao mesmo tempo essa multiplicidade necessitava romper com uma vida experimental e buscasse se prevenir por uma ciência, única forma, segundo a forma discursiva desse momento, de alcançar a tão sonhada consolidação da independência nacional. No final do século XIX, tem início uma nova busca da conformação da brasilidade tendo como centro desse debate a educação. Para Caimi, José Veríssimo (1857-1916, como pedagogo

“assume, neste momento, vigorosa defesa de um projeto de educação para todo o país, com a função de difundir o sentimento nacional e o patriotismo. Veríssimo defendia que devia-se superar o sentimento provincial e construir o sentimento nacional. O papel do ensino de história seria decisivo para que se cumprisse essa tarefa.(CAIMI, 2001:31, apud, Ibid. p. 3).

A pedagogia cumprirá sua função na defesa no projeto da construção de uma nação no intuito que os saberes locais passassem a ser redistribuídos na língua nacional para dar forma e canalizar os sentimentos e destinarem as suas potências a favor do fortalecimento da figura do Estado e da construção da nação. Futuramente Oliveira Vianna observará um poder centrífugo existente nas formações de identidades locais. E é isso que vai ser um dos motivos de integração do interior ao litoral. Com o intuito da construção de uma nova sensibilidade voltada para a apologia ao patriotismo.

Como forma de observação, é importante atentarmos para o fato, que se poderia dizer metodológico, para sugerir que quando trabalhamos na perspectiva da estética da escrita o conhecimento sofre uma reversão na passagem do saber antigo. Esse saber não conhecia a palavra eternidade em seu sentido para a vida aperfeiçoada com fins dos dias finais em detrimento da vida como produto da experiência da constituição da vida. Nesse caso, a essência da vida se dava por produção das essências do viver em seu dia a

dia. Por outro lado o conhecimento moderno parte de uma origem essencial que funciona como um a priori determinando uma lógica para a emergência da experiência, dando-lhe uma necessidade de certeza que seria conseguida nos tempos finais. Quando essa forma de conhecimento entre em contatos com formas culturais que se produzem fora dessa inteligibilidade, entram em rota de colisão com essa forma moderna. Portanto quando um saber se coloca em posição de colisão com múltiplos saberes que não congregam a priori histórico moral em sua formação no sentido moderno, o resultado é sempre esse como vemos a experiência modernizadora em seu combate com a experiência de tantas culturas locais e o resultado conflitante daí resultante.

O resultado é vasto, porém focalizamos como ele se positiva em cada espaço local. Ainda lembrar que o que está disperso espacialmente toma nova configuração quando formas de uma geografia entra em ruína e dá lugar a nova discursividade que redistribui as territorialidades de cada espaço. Ao torná-los região há a hierarquização quando cada espaço somente toma força de sentido no interior de um espaço comandado por um centro diretor. Daí o surgimento de tantas noções como oeste, fronteira, confins, isolamentos, etc., que consumimos como se fossem signos originais sem notar que são frutos de interpretações e invenções. E estes procedimentos se dão produzindo verdades e que necessitam de instituições para garantir sua implantação e manutenção de um espaço produtor e voltado para as exigências que apareciam nos discursos do sul do país.

Porém a economia local ainda convivia com as disputas políticas e eram patrocinadas por líderes políticos que detinham além do domínio da economia local o domínio político. Esses grupos entravam em choque a cada problema gerado pela luta em busca do mando político. Como resultado uma onda de violência, surgia a cada momento, em cada espaço diferente, dependendo da situação de disputa. Assim se davam as sociabilidades: sempre cometida pela forma arbitrária onde o povo se tornava refém de todo esse embate, tomando lado cada qual por suas razões individuais e de grupos.

CAPÍTULO V

O RELATO FUNDADOR DO TEMPO HISTÓRICO MODERNO

A história evolutiva como invenção de mato grosso e da figura do mato-grossense

5.1. O bandeirantismo como mito fundador da memória mato-grossense, a festa do bicentenário de Cuiabá e a fundação do IHGMT

A festa do bicentenário de Cuiabá, em 1919, esteve ligada à necessidade de uma reorganização do presente, e para tanto necessitava de uma reinvenção do passado como forma de dar-lhe volume, por meio da coleta de experiências produzidas por documentos oficiais e produções de crônicas dos que presenciaram ou coletaram acontecimentos.

Acontecimentos como a chegada dos sertanistas deveriam constituir-se enquanto discurso fundador da identidade mato-grossense, legitimando o poder político no presente. Assim, ao ato de seu sentido local e temporal (dos sertanistas terem vindo em busca de apresamento indígena), é acrescentado para, em seguida, ligá-lo a outro corpo de escrita, estabelecendo uma continuidade histórica e com ela a festa que uniria o povo mato-grossense.

Da singularidade desse acontecimento podemos observar a invenção da origem de Cuiabá e conseqüentemente a sua duplicação. Um novo saber voltado para a invenção da história da ação dos homens necessitava de um fundo que fosse fruto de sua própria obra, como a reencarnação do espírito materializado nas coisas, nas rochas, nos rios, nas estradas de ferro, enfim em tudo que marcasse a gênese histórica da origem de Mato Grosso. Portanto, temos a história e a ciência constituindo um regime moral e histórico que serviria como justificativa de um poder político e a sua adequação a uma demanda econômica. Esse fator contribui como invenção de uma origem histórica dos feitos produzidos por gerações passadas, legitimando a modernização de Mato Grosso. Liga um momento no passado a uma necessidade no presente, tal qual é publicado na revista inaugural do IHGMT. O momento de sua fundação fazia com que se ligasse uma data que comemoraria

“dois séculos, de forma que ligasse a outro acontecimento, que foi registrado como a vinda da monção de Paschoal Moreira Cabral, enfiando a barra do Coxipó-Mirim, numa sublime arrancada para o desconhecido, foi cravar então no mais fundo coração da América do Sul, as quinas de Portugal e os símbolos daquela religião que havia 300 anos, vinham desvendando os mysterios tenebrosos do mar e do sertão, na trepidação alvissareira das velas brancas e na penetração heróica das bandeiras sertanejas.(Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - RIHGMT. 1919 p. 14. Fonte: APEMT. Cuiabá – MT).

Um prolongamento se constitui, ligando o discurso da expansão como uma predestinação do movimento civilizacional em se sua marcha inexorável. É como se os sertanistas dessem prosseguimento à missão dos navegantes de séculos passados, marcando um fundo histórico de Mato Grosso e ao mesmo tempo religando-o a uma história maior da nação, como sequência do “descobrimento do Brasil”.

A fundação do IHGMT, considerado como parte mais importante do dia 8 de abril de 1919, representou o momento solene, quando um grupo de letrados da sociedade mato-grossense participou da sessão magna de sua “instalação, às 19 horas do dia 8” de abril, “no vasto salão nobre do Palácio da Instrução, assistindo a esse acto, que se revestiu de grande solemnidade, a mais numerosa concurrencia que podia comportar o local escolhido”. (A Gazeta Oficial. Apud. RIHGMT, dezembro de 1919. Fonte: APEMT. Cuiabá – MT). Todo esse ritual compôs o cenário de forma a ser esse o terceiro lance de uma história: navegantes, sertanistas e historiadores como heróis da longa jornada e da experiência que iria servir de fundamento moral para a educação e a consequente invenção do espírito mato-grossense.

Com tudo isso, o acontecimento de Paschoal Moreira Cabral não perderia sua singularidade, daí a sua conexão a outro acontecimento que antes somente estava justaposto. Havia, a partir de então, a presença de uma intervenção designadora em sua vizinhança, a qual possibilita uma evolução como produto da experiência dos antepassados e cria uma conquista não só do espaço, mas agora sobre o tempo. Tempo no qual as coisas evoluem, se desenvolvem, crescem e progridem numa infinita busca do momento de sua emancipação, de sua libertação do jugo sobrenatural ou metafísico através do sentimento de continuidade como produção humana.

Assim, o IHGMT aliava os liames produzidos pelo domínio histórico, constituindo os nexos de ligação das navegações portuguesas, que, por uma operação historiográfica, colocam em conexão três sujeitos de uma mesma história: navegadores,

sertanistas e historiadores “que havia 300 anos, vinham desvendando os mysterios tenebrosos do mar e do sertão, na trepidação alviçareira das velas brancas”. (CORRÊA, 1919, p. 25).

Em um único movimento, unem-se três acontecimentos singulares, e por essa operação faz ingressar a história de Mato Grosso nos quadros da história nacional, justificando o ingresso do Estado como corpo ligado a uma história a qual atendia às exigências de uma economia política globalizante que se configurava no projeto modernizador da nação.

Assim construída a trama, a necessidade de ingresso de Mato Grosso no projeto da nação está alicerçada historicamente, pois os feitos dos navegadores portugueses não completariam seus objetivos se não fosse a penetração “heróica” das bandeiras sertanejas; por sua vez, nada dessa história teria continuidade se não houvesse essa terceira parte da festa da rememoração e da fundação do espaço de sua construção.

As narrativas de Virgílio Correa Filho inserem um fato histórico, o qual tinha como *êxito* a extinção dos obstáculos à referida formação da identidade nacional, a partir da construção de uma historiografia que transforma os sertanistas em heróis bandeirantes. O autor apresenta uma matança das populações indígenas da região atualmente denominada Cuiabá, como se fosse o cumprimento de uma inexorabilidade histórica.

A partir de uma narrativa em que atos localizados se transformem em parte de uma história totalizante,¹⁶ atende a uma necessidade maior: garantir uma história onde presente e passado passam a fazer parte de uma identidade que reinventa um acontecimento para atender a necessidade de lógica de uma generalização, a qual se torna o espaço de seu silenciamento. Muitos gritos, muitos sangramentos, muitas lágrimas, muitos dilaceramentos foram sepultados no silêncio de uma narrativa que apaga esses acontecimentos da origem e apresenta o futuro como justificativa do apagamento das vozes, de onde ficou o Hino de Mato Grosso enquanto registro.

¹⁶Em 1734, (...) 842 homens repartidos em 80 carros de bagagem e 28 de guerra, e três balsas. (...) surpreenderam, ao amanhecer, o acampamento dos Payaguás, contra os quaes investira a tiros de fuzilaria. Ao meio dia já se contaram 266 prisioneiros, 600 índios mortos, afora os que ficaram feridos pelas matas adjacentes. A expedição coroou-se do melhor êxito, mas resultou perfeitamente inócua. CORREA FILHO, Virgílio. *Matto Grosso*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1922, pp. 25 e 26.

Composto por Dom Aquino como parte dos festejos do bicentenário de Cuiabá, o hino fez com que os mortos se tornassem culpados da sua própria morte ou sacrificados em nome de uma história e sua finalidade. Seus túmulos receberam como lápide funerária a ode ao vencedor, num canto que reafirma a figura dos heróis bandeirantes, em detrimento do “outro”: as crianças mal sabem por que cantam nas escolas a lápide de seus antepassados, quando recitam que “o valor de imortais bandeirantes, conquistou ao feroz Payaguá!” (CORRÊA, IHGMT, 1919, p. 25, fonte APEMT, Cuiabá, MT).

A obra de Virgílio Corrêa Filho, *Mato Grosso*, publicada em 1920, tanto quanto dos demais sócios do IHGMT, era produzida em um momento discursivo caracterizado por uma onda de brasilidade. Havia um frenesi na busca do conhecimento e integração do Brasil. Composta para fazer parte do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*¹⁷ deixa à mostra como estava inserida em um contexto discursivo em que se almejava conhecer em detalhes o interior do Brasil, para buscar neles a forma da identidade da nação.

A década de 1920 estava caracterizada por um novo discurso regionalista. Onde o “espaço perdia cada vez mais sua dimensão natural, geográfica, para se tornar uma dimensão histórica, artificial, construído pelo homem.” (ALBUQUERQUE JUNIOR Op. cit. p. 47). Um paradoxo surge nessa regionalização do espaço: ao mesmo tempo em que se busca um Brasil voltado para seu interior, os espaços políticos regionais diferenciados tornavam-se alvos dos discursos homogeneizadores, para que fossem superados os obstáculos e ameaças à construção da nacionalidade. Na modernidade, o discurso local passa a somente ter sentido se regido pela construção do homem nacional, porém esse por sua vez já se instaura “regido pela mimese da produção [...] orientado por uma estratégia política, com objetivos e tática, definida dentro de um universo histórico, intelectual e até econômico específico”. (ALBUQUERQUE JUNIOR Op. cit. p. 47).

Essa forma de emergência do homem torna possível um discurso que lhe dava suporte, fazendo com que a aceitação das obras de Virgílio se justificasse pela

¹⁷ Conforme a nota de rodapé, essa obra foi: “Elaborada em 1919, por ordem do então Presidente, Exmo. Revmo Sr. D. Aquino Corrêa, ligeiramente modificada em 1920, esta memória saiu a lume no ano do Centenário da Independência, em 1ª edição, por iniciativa e conta do Instituto Histórico de Mato Grosso, mercê do auxílio que, para tal fim, lhe concedeu o Governo do Estado. Cf. CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso. Op. cit.* p. VII.

inteligibilidade do momento discursivo. Sempre voltada para os fins de organização política e econômica de seu Estado, *Mato Grosso*, cuja primeira edição é de 1920, aliava narrativas com ênfase na organização administrativa do espaço presente e a história de sua constituição, ligada à mimesis da produção. (CORRÊA, 1939, p. VI).

Criados os nexos históricos de seu relato, os acontecimentos se perfilavam emudecidos de sua voz singular e posto a falar fazendo parte da “marcha evolutiva de Mato Grosso, desde o primitivo embrião, constituído pela bandeira Moreira Cabral ancorada em São Gonçalo, até os dias presentes.” Novamente o silenciamento quanto ao sangue derramado pela dizimação indígena, a destruição trágica de famílias nas monções e pelas lutas de rapina que grassavam no seu tempo, deixava na escrita uma voz silenciosa que parecia marcada pelo código de sangue que se ocultava no silêncio produzido por suas palavras. É dessas peripécias do passado que, para ele é produzido a linhagem humana da qual emerge o mato-grossense. A marca das feridas que não querem cicatrizar para liberar suas palavras, levam à condição de entender uma marca trágica dessa produção do homem mato-grossense. Isso o leva a dizer que de “tal linhagem não há motivo de nos envergonharmos de proceder. “Antes, sobejam-nos razões para nos ufanarmos de descender dos sertanistas insignes, que integraram a base física da nacionalidade brasileira”. A continuidade histórica liga seus feitos recuperados como atos heróicos adicionados aos “continuadores, que lhes herdaram a impavidez sem par, a que devemos o devassamento dos nossos sertões”. Produz o sentido de que só há história a partir de uma origem, em detrimento das culturas históricas locais. (ibid. p. VI e VII).

As instaurações políticas e econômicas em sua história integram à fusão das multiplicidades que ao serem introduzidas no espaço da produção, se constituem passam a ser alvo de uma escrita que redistribui as diferenças como produtos de uma origem essencial, fundada na história. essa arquitetura tem como objetivo constituir um sujeito que teria sido produzido nas experiências do passado que lhes apagavam a memória das lutas ao justificar a violência da conquista. Por outro lado as organizações do espaço no presente compunham um quadro de tentativa de disciplinarização dos corpos e de regulamentação da população nos moldes modernos, apesar das dificuldades estruturais dos aparelhos do Estado e de suas instituições. Todos esses mecanismos constituíam técnicas comportamentais de forma que engendrasses o homem mato-grossense aos interesses de uma modernidade e de rearranjo do seu passado tinham

como objetivo constituir uma figura de homem produtivo, dócil e útil, para que seu corpo e seus braços funcionassem a serviço da produção e da consolidação do Estado, visto como a via única de sua emancipação.

Do contrário, seria apenas um obstáculo e teria suas condições culturais totalmente devastadas. Esses acontecimentos entram para a história como algo a ser desembaraçado, papel que coube a outro herói do projeto de expansão: o sertanista que marca sua passagem histórica “Desembarçando do inimigo” seus territórios como “o planalto de Amambaí” proporcionando “amplo cenário onde se expandisse o gênio aventureiro dos paulistas.” (ibid. p. 13). A sua construção narrativa vai deixando as marcas aonde o extermínio indígena vai sendo silenciado por uma suavização substituído pelo objetivo maior que é a implantação da nova natureza que é a economia política. Assim vai constituindo um passado e com isso viabilizando a origem da marcha do progresso. Aos personagens do lado colonizador. Para ele:

Faltava-lhes, porém, ferramentas, munição, armas, com que resistissem às investidas dos Coxiponés, que os constrangiam em apertado sitio. Veiu-lhes em socorro, do Carandá, onde se encontrava o famoso paulista Fernando Dias Falcão, que desbaratou os indígenas, afugentando-os para longe das minas. Desse modo abriu-se o mais empolgante capítulo do heróico poema das entradas, em que o nomadismo dos bandeirantes se transformou, fixando-se em Cuiabá. (ibid. p. 13).

Em suas palavras aparece o orgulho da navegação do rio Madeira, a promessa da ferrovia que fazem emergir o sonho de expansão. E novamente os acontecimentos se desgrudam de suas singularidades para criar sua ligação. “Às vias férreas, que a liguem ao litoral, ajustando-se às pegadas bisseculares de rudes sertanistas”. (ibid. p. 261). Esse aspecto é importante lembrar, pois a constituição de um projeto de modernização do espaço nacional estava eivada de desejo futurista.

A história do IHGMT proporciona um prolongamento da utopia tecnológica dos engenheiros das estradas e das almas. Se em todos os espaços do mundo o espírito se materializa “traçando diretamente na terra, por estradas de trilhos e de água, as vias da comunicação autêntica e os signos da prosperidade futura.” (RANCIÈRE, 1995, p. 12). Esse futurismo está presente no discurso de intelectuais no Brasil quando do discurso do clube de engenharia e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro está ligado e o sonho de unir trilhos e almas na integração do corpo da nação.

Ao reconstruírem-se os passos da fundação do IHGMT do início do século XX, indo até sua fundação em 1919, deixa-se algum esboço do que se pode produzir na pesquisa sobre essa instituição. O que nos chamou a atenção foram as maneiras com que se operaram na construção da sua escrita. Daí o levantamento da questão: o que tornou possível e como essa escrita forjou a história do passado em Mato Grosso? Como se apresentava a preocupação com a integração do Brasil ao seu interior e como esse evento se tornou produtor de uma imagética na construção da brasilidade? Como surgiu daí um paradoxo que colocava em conflito uma necessidade de brasilidade buscando suas raízes no interior e ao mesmo tempo sua integração inserindo ou excluindo o que existia de diferenças?

O projeto que o IHGMT pretendia era o de construir uma história, que dessa configuração a imagem de Mato Grosso, para que se adequasse ao projeto das primeiras décadas do século XX. Seus sócios mantiveram como perfil a grande identificação com o discurso evolucionista que compôs as práticas intelectuais desse tempo. Mantinham laços filosóficos com as doutrinas positivistas da Escola Politécnica e o positivismo daí surgido, que contaminam e repercutem nas ações do IHGMT, porém através de novas interpretações que deslocam seus sentidos imagéticos originais.

Há uma junção das diferentes origens de cada um dos sócios do instituto que irão marcar as relações do IHGMT, porém o discurso civilizatório dará a eles uma semelhança. Há entre eles, figuras conhecidas da história mato-grossense que faz ligar a relação do clero na figura de Dom Aquino, com o discurso da engenharia na figura de Virgílio Corrêa da Costa, e da presença positivista do exército nacional na figura de Rondon. Suas subjetividades eram atravessadas pelo discurso evolucionista que, mesmo construindo o discurso da miscigenação, emergia com o intuito de fazer desaparecer a diferença que dissolvia a imagem do homem europeu.

O discurso nacional termina por ressoar nas produções do IHGMT, que lutava para fazer o Estado de Mato Grosso atender à demanda do projeto nacional de uma nação moderna, deixando clara a articulação do IHGMT ao projeto de construção da Nação e da invenção da história de Mato Grosso. Junto a isso, soma seu papel de organização do espaço geográfico e da sua adequação e subordinação a uma ordem administrativa que coadunasse com a economia política liberal implantada em todos os rincões do mundo.

Pode-se observar nas obras dos sócios do IHGMT e mais especificamente na escrita de Virgílio Corrêa Filho a necessidade de escrever uma história de Mato Grosso que servisse de referencial à formação de uma população mais próxima do desejo de modernização da realidade do estado. Como fundo hipodérmico das manifestações de cada lugar estava a realidade do mercado ligada ao desejo de ajustar-se a uma economia de mercado. A este desejo juntava-se o positivista da ordem e do progresso como forma de adequar-se ao projeto de modernização da nação e da busca de uma brasilidade mestiça.

A esse serviço esteve também presente a questão iluminista, colocando o binarismo que construía uma questão problemática: a relação entre civilização e barbárie.

Para sua efetividade construíram-se formas e linguagens imagéticas que demarcavam poderes sobre os outros. Desde a chegada dos europeus o continente americano começa a conviver com essas formas simbólicas do poder. Michel de Certeau na abertura de seu livro *A Escrita da História*, deixa uma marca do poder dos brasões europeus e sua forma de impressionar os olhares:

De pé, vestido, encouraçado, cruzado, trazendo as armas européias do sentido e tendo por detrás dele os navios que trarão para o Ocidente os tesouros de um paraíso. Diante dele a América Índia, mulher estendida, nua, presença não nomeada da diferença, corpo que desperta num espaço de vegetações e animais exóticos. (de CERTEAU, p. 9).

Servindo como símbolo de poder, os brasões das armas eram no período medieval símbolo de famílias, passando no período dos Estados monárquicos absolutistas à representação do poder absoluto do rei. Os brasões das armas representam poder ligado à apreensão da memória e sua manutenção como forma de legitimar a presentificação da vida. Os brasões representaram as famílias detentoras de poder na Idade Média, ou seja, os senhores feudais como ducados, baronatos, condados e principados. Com a emergência do Estado moderno o monarca substitui e sobrepõe-se a esses senhores e passa a ser detentor de novos brasões que marca a sua superioridade sobre a nobreza nobiliárquica. Com o advento do domínio do mundo liberal os brasões das armas passam a compor-se com simbologias representando as novas formas de poder.

Da chegada da primeira expedição européia até os tempos próximos esse sentido da exploração ótica do poder, institui-se como forma de poder. Em 1914 quando da confecção do Álbum Gráfico de Mato Grosso, com fins de divulgação do potencial econômico do Estado, fez-se uso de um brasão como página de rosto da publicação:



(Álbum Gráfico de Mato Grosso. 1914. Fonte: APEMT, Cuiabá, MT)

A figura do bandeirante está presente, juntamente com o verde, amarelo e azul representando as águas, o ouro e as matas. Essa representação indica as riquezas e a história dos bandeirantes que ficou marcado como herói fundador. Essa forma de manifestação passa a compor a festa do bicentenário da fundação de Cuiabá, com todas as alegorias como



Brasão das armas: autor Dom Francisco de Aquino, 1919. Fonte APEMT, Cuiabá, MT.

A confecção do brasão das armas. Nessa fase já de uma economia como novo lugar de emblema do poder, vemos já mesclados os símbolos. No meio do escudo vemos um braço de cavaleiro representado o sertanismo como uma cruzada carregando a bandeira como uma cruz. Ao lado vemos ramos de mate, seringueira e guaraná símbolos da economia extrativistas. Além desses a presença do morro representado as minas de ouro que predominavam no início do século XX. O brasão das armas criado por Dom Francisco de Aquino que também compôs o Hino de Mato Grosso onde deixa marcado um discurso de superioridade do projeto colonizador sobre as culturas locais que vai marcar a história das relações sociais. Ficará nítida a transferência de um discurso racista para as relações entre as diferentes camadas da população. Essas hierarquias também estiveram presentes na narrativa do IHGMT.

Quanto à mensagem que o hino procura passar é a do registro negativo das culturas locais e o enaltecimento da memória do passado ligado ao ouro. Ele simbolizava toda a razão da origem criada. Era pronunciada como a “terra das minas faiscentes” que foi considerado como o Eldorado que só foi possível graças aos “imortais bandeirantes que conquistaram ao feroz paiaguá”.

Vemos nesse caso como a riqueza mineral e a figura de seus descobridores e escudeiros são enaltecidas em contraponto aos índios Paiaguá que habitam esse território antes da chegada dos sertanistas e foram exterminados. Como ironia do presente o palácio do governo construído durante a ditadura militar passou a ter no nome de “Palácio Paiaguás”.

O ouro nessa relação está acima das necessidades de manutenção das culturas locais e as chegadas dos sertanistas tornados heróis bandeirantes acionam a história em que o ouro tem preço e torna-se um mineral precioso, pois faz circular mercadoria, garante a opulência na corte. E para tanto era preciso retirar os obstáculos.

Eis a terra das minas faiscentes,
Eldorado como outros não há,
Que o valor de imortais bandeirantes
Conquistou ao feroz Paiaguá!

O mais contrastante é o início da segunda estrofe que após silenciar sobre o massacre sobre os índios Paiaguá, colocar a próxima frase como “Salve, terra de amor”, acompanhado do símbolo do mercantilismo que é “Terra do ouro”, que era o sonho do Paschoal Moreira Cabral, porém ia a sua maioria aquecer o comércio mercantilista.

Noutra estrofe volta para a economia falando do gado, que nessa época vivia espalhado pelos matos.

No teu verde planalto escampado,
E nos teus pantanais como o mar,
Vive, solto, aos milhões, o teu gado,
Em mimosas pastagens sem par!

Com a chegada dos jesuítas foram disseminados os rebanhos bovinos e equino. O rebanho bovino proliferara pelas matas, chegando ao final do século XIX. Segundo Pimenta Bueno, se constituíram imensos rebanhos, animando a construção de salgadeiros, principalmente na região do pantanal. Os índios Guaicurus domesticaram os equinos e se tornaram índios cavaleiros, comercializando esses animais. As riquezas com fins mercantis são enaltecidas pelo valor de sustentação da economia.

Por outro lado, podemos notar que o hino exalta o bandeirante e secundariza a figura dos índios. As relações se dão sempre tendo como valor real os saberes que definem o ponto de vista do colonizador. E é esse tema que vai envolver as datas comemorativas de rememoração, como os centenarismos.¹⁸ A escrita produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso no início do século XX foi, antes de tudo, política, porque traçou e significou uma re-divisão entre as posições dos corpos.

A figura de Candido Rondon é o maior símbolo do elo entre o discurso dos intelectuais, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro e a ressonância desses discursos na efetivação como algo concreto. Ele por sua vez também foi simbolizado pelo discurso eugênico como a prova da possibilidade da construção de uma brasilidade mestiça. Portanto, é interessante como a discursividade desse momento inventa nele a figura buscada do caldeamento da raça. É no seu corpo e na sua subjetividade que é visto o fruto do cruzamento entre os saberes locais e a racionalidade civilizatória.

Essa concretização se daria no aspecto da materialização do sonho de civilização pela via da modernização das comunicações sejam por estradas de rodagens, vias férreas, melhoria nas navegações e mais especificamente a Comissão das Linhas de

¹⁸Segundo o autor: O termo tradição inventada é utilizado num sentido amplo, mas nunca definido. Inclui tanto as 'tradições' realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas [...] entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Cf. HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9.

Telegrafo. E aí aparece a figura de Candido Rondon que numa repetição do mito do contato produzido em um nível ampliado: do índio que “civilizou-se” e com isso voltaria para salvar os outros da “vida errante” em que se encontravam. As linhas telegráficas personalizam a tecnologia civilizada que conta como sua missão, levar esse saber para salvar o interior do país do “atraso”. Assim se fazia entender essa discursividade: os intelectuais litorâneos como sendo possuidores dos elementos civilizatórios.

Dessa forma, teve a missão de levar tecnicamente a expansão da comunicação e com isso levar mais longe pela via dos fios da telegrafia as mensagens positivistas que pairavam no sentimento desses personagens desse momento histórico. Num segundo momento de suas missões adquire por sua experiência nos contatos com culturas indígenas uma marca que o levará à presidência do recém criado Serviço de Proteção aos Índios (S.P. I).

Gostaria, antes do próximo item, de fazer uma reflexão a partir da análise do discurso feita por Eni Orlandi sobre essa relação de contato entre diferentes formas e a do colonizador. Ela se dá, segundo Orlandi, por uma assimetria que é mesmo uma imposição de um só lado da verdade: a do colonizador.

Para Paul Henry (1985), “os discursos estabelecem uma história. “A história, em nossa perspectiva discursiva, não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem tampouco evolução, mas produção de sentidos” (apud, ORLANDI, 1990, p. 14).

A assimetria das relações de contato dos europeus e posteriormente dos sertanistas indo até expedições do século XX, se dá a partir de uma cientificidade que estabelece uma história com sabor mórbido da morte. É que produz um discurso de teor etnológico que estabelece e faz serem produzidas as existências sobrepondo os sentidos. O esforço de Orlandi é o de “intervir no modo pelo qual a institucionalização dessa forma de discurso científico toma o lugar do discurso histórico, produzindo o brasileiro como um sujeito-cultural e negando-lhe o estatuto de sujeito-histórico” (ibid. p. 14).

Desta feita, podemos entender o discurso fundador da história de Mato Grosso como uma prática que se inaugura com o discurso da descoberta e se repete no discurso da expansão dos sertanistas pelo interior. No caso da fronteira oeste, ao fundar a história com a descoberta das minas o faz a partir de uma prática discursiva sob a qual o

IHGMT se apropria desse discurso elidindo a materialidade histórica das múltiplas culturas encontradas sob o pretexto de cientificidade. A justificativa é o fato da não possibilidade de os acontecimentos históricos não se darem por sim mesmo por seus próprios termos, porém somente no interior de um sentido. Segundo Orlandi,

o principio talvez mais forte de constituição do discurso colônia, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e dê-conhecer (apagar) o histórico, o político. Os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao ‘espírito’ de colônia são os que nos negam historicidade e nos apontam como seres culturais (singulares), a-históricos. (ibid. p. 15).

O que estamos propondo nesse trabalho é mostrar que a singularidade e a pluralidade, mais que somente cultural, é também histórica. Elas, independente de não serem sociedades que dominem a escrita, constituem-se historicamente. É a partir de serem objetos produzidos por um fato de linguagem que produz o apagamento de sentidos pela sobreposição de um discurso a outro que é preciso ser desconstruído e retirado desse lugar que impera por bom tempo. Não é proposta nossa recuperar alguma verdade histórica suprimida, nem perseguiremos um sentido para a história. Igualmente, é observar como o discurso que configura a imagem do mato-grossense o faz constituindo processos de significação, construindo imaginários e daí regendo a sociedade em que se instauram.

O que possibilita esses processos atuarem como provedores do mato-grossense dando a ele positivamente e funcionamento no interior de uma sociedade que o torna função em um sistema de produção. Qual é a concepção de mato-grossense produzida nesses discursos e “como essa concepção vai trabalhando tanto a exclusão como a fixação de certos sentidos que nos colocam uma marca de nascença que funcionará ao longo de toda a nossa história” (ibid. p. 16).

A importância dessa abordagem é a possibilidade de observar o que Orlandi chama de “perversidade do político”. Ela se materializa quando as relações de colonização apagam o discurso histórico e produz para as multiplicidades encontradas um discurso sobre cultura. O efeito desse apagamento transforma em “exotismo” os rituais que marcam a memória histórica de cada um desses grupos. Segundo Orlandi,

paralelamente, se apagam as razões políticas que se apresentam então como um discurso moral, de apreciação: o brasileiro é julgado por suas ‘qualidades’; ele aparece como superficial e, lógico, alegre, folgazão, indolente e sensual. “Também se diz que ele é dotado de inteligência que, infelizmente, ele desperdiça sem objetividade (razão). (ibid. pp. 16-17).

Como foi possível uma trama insurgir-se e constituir uma discursividade estabelecendo sentidos para o encontro do que é considerado civilizado e o outro que tem sua diversidade silenciada pela nomeação de bárbaro, errante, etc. É a partir desse binarismo que o interior passa a ser considerado como um lugar de negação da civilização. Hermano Ribeiro da Silva, em um de suas expedições à região do Araguaia entre Goiás e Mato Grosso, vê a forma de vida do sertão como decadente, miserável. Para ele: “Os mais desarvorados não arredam pé da apatia nem para conseguir uma alimentação decente. Comem em geral o que é fácil apanhar: o peixe, alguma caça. Vestem-se com molambos e residem em choças arruinadas” (1948, p. 15). Em seguida acredita que o que ainda salvava de uma catástrofe de dimensões maiores era a presença do sangue branco na mistura das raças. Para ele: “Se não fora a eugenia da seleção natural, havia de subsistir um quadro patológico denegrado. A natureza se encarrega, segundo ele de reparar, assim, os mesmos flagelos que semeia.

Que silêncio permite essa leitura e a acompanha ao longo da história. O que não se conta e que contribui para essa imagem e a uma culpabilidade eugênica ou moral? Para poder buscar um fio condutor dessa reflexão é preciso observar o discurso sobre o índio e sobre o Brasil e principalmente sobre o interior do espaço nacional. Como se padroniza uma forma de conhecimento modelar sobre o espaço brasileiro? Como vamos significando esse jeito de ser brasileiro e no nosso caso ser mato-grossense? Esse fio pode seguir um roteiro que se inicia discurso sobre as descobertas, sobre as conquistas ou sobre a dominação: pode ir de um discurso das raças a um discurso das classes sociais e da hierarquia aí constituída politicamente e por conseqüência economicamente.

Quero, porém, observar que não é por fragilidade ou falta de uma inteligibilidade própria que os habitantes mais afastados dos centros urbanos litorâneos são marcados e tornados alvos do discurso civilizador ou modernizador. Pelo contrário, a história nos mostra que desde o final do século XVIII há um embate entre as formas produzidas à distância que reivindicam seu quinhão na partilha e são mais marcados pelo olhar vigilante por sua criação de uma cultura política local do que por falta de assimilação do saber civilizado.

O saber se cria por fazer falar os outros e não por assimilação, “mas, ao contrário, pela distancia, pela instauração de um espaço de diferença, de separação, que construímos nosso lugar mais ‘próprio’” (ORLANDI, 1990, p. 20). Recorrendo a

Deleuze, a autora, descreve uma situação da produção do saber no que é considerado como espaço periférico da nação.

Somos uma mistura, já nos disseram muitos. Mas uma mistura indefinida. Uma mistura que se diz menos por colocar junto 'coisas' diferentes e mais pelo fato de que há trânsito entre as diferenças. Trânsito, circulação entre os lugares. Movimento. Entre uns e outros. Diferenças que não remetem senão à diferença. Nada de cópia, ou de modelo. Delineamentos que se movem continuamente. Perfis moventes. (ibid. p. 20).

A tarefa da pesquisa é buscar a reversão do que se estabilizou como verdade? Essa que se positivou como inversão produzida e que se configurou na dizibilidade do que é visto. Reverter o platonismo? É essa a tarefa da filosofia do futuro? Seria a abolição do mundo das essências intermediando a experiência para além das aparências essencializadas aprioristicamente que tentam guiar os passos do cotidiano? Isso deve ser feito para desconstruir os mecanismos que se instituíram com o objetivo de leituras do espaço desfazendo qualquer possibilidade de ver diferenças e ao contrário se dá na seleção de linhagens como forma de mapear valores entre falsos e verdadeiros, puros e impuros, autênticos e inautênticos. Enfim, filtrar as pretensões distinguindo o verdadeiro do falso.

5.2. Rondon e o mito do modelo do homem mato-grossense: racismo e eugenia na construção de uma história dos heróis predecessores.

No meio de todas estas vicissitudes, ia Cuiabá desempenhando o seu grande e até então ainda não compreendido papel histórico de fazer brasileiros os vastos territórios dos actuaes estado de Matto-Grosso, do Amazonas e mesmo de Goyaz. Marechal Rondon 1919, P. 22.

Um relato funda uma cidade cuja missão seria fundar o Estado por sobre seu território fronteiriço. A idade da extensão territorial do estado, por isso, confunde-se com a idade da sua capital. A solenidade constitui um mito da cidade que nasceu para cumprir o seu papel de garantir a brasilidade da fronteira. Singularidades foram anexadas a uma essência original que lhes conferia certidão de nascimento, retirando esses acontecimentos da orfandade. As diferenças são produzidas mais por distanciamentos de um centro irradiador da experiência social do que por seu intermédio. Quando esses acontecimentos tomam força de emancipação são

reorganizados e vinculados a uma origem para que sejam anexados ao poder central: pela linguagem unificadora da diferença, pela economia que reorganiza a produção para servir a uma verdade constituída pelo espaço mercantil, por uma biologia que sobrepõe à diversidade física, dando-lhe hierarquia genética e impõe um branqueamento racista na construção de nação que se queria mestiça.

Querer uma brasilidade mestiça no início do século XX dificilmente se daria se envolver nessa construção um passado que sempre marcou um sentido contrário a essa intenção. Nascida do ceticismo em relação à crise européia e das consequências da crise do liberalismo econômico e político que desembocou na grande guerra mundial, o discurso que buscava um Brasil voltado para suas origens se esbarra no racismo que sempre o marcou. A negritude significava o passado e com isso parece haver a necessidade de anexar ao discurso do desenvolvimento social e econômico a um gradual branqueamento da nação. Segundo Dá vila “a negritude era tratada em linguagem freudiana como primitiva, pré-lógica e infantil. Mais amplamente, as elites brancas equiparavam negritude à falta de saúde, preguiça e à criminalidade” (2006, p. 25). Moral, patologia e apelos jurídicos viam na cor negra o negativo da vida, seu primitivismo, sua barbárie e fazia nascer o tempo embranquecedor.

Como forma de alcançar seu objetivo, as políticas públicas lançavam mão da medicina e a higienização, da educação como caminho da mudança de atitudes embranquecedoras em seu intuito de criar uma alma branca no negro e ao mesmo tempo uma polícia e um aparelho jurídico que via o crime na cor negra. Uma história passava a representar a possibilidade de uma mistura racial, porém “a viam como uma trajetória da negritude à brancura e do passado ao futuro” (ibid. p. 25). Segundo D’Ávila, na “década de 1930, os brasileiros brancos podiam celebrar a salvo a mistura racial porque a viam como um passo inevitável na evolução da nação. A brancura encarnava as virtudes desejadas de saúde, cultura, ciência e modernidade” (ibid. p. 25).

Outro aspecto importante, segundo Hofbauer é que o “ideário do branqueamento, segundo ele uma característica importantíssima do ‘racismo brasileiro’ – tem ‘atuado’ como ‘suporte’ ideológico das relações de poder patrimonial que se estabeleceram e se firmaram no país” (2006, p. 26). Segundo esse autor “na cor branca seriam projetados, ao longo do tempo, além de valores religioso-morais, outros ideais, tais como liberdade e progresso civilizatório” (ibid. p. 27). A consolidação dessa forma

de saber tem seu alvo atingido quando esses anseios atingem não só as elites, mas também alcançam o respaldo no imaginário popular. “O ideário do branqueamento postula a supremacia do branco e, ao mesmo tempo, induz os indivíduos a se aproximarem desse ideal. [...]. Essa prática tem contribuído para encobrir o teor discriminatório embutido nesse esquema ideológico e também para abafar eventuais contra-reações coletivas” (ibid. pp. 27-8). O autor sustenta o fato dessa construção imaginária garantir com o argumento do branqueamento a manutenção e sustentação do poder patrimonial nas mãos da elite.

É nesse painel que representa uma discursividade do início do século XX que o passado será reorganizado. É no sentido de misturas de raças e de seu caldeamento para fundir um modelo de homem configurado no exemplo encarnado por Cândido Rondon. Nele reuniam ao mesmo tempo um modelo de homem dedicado ao progresso da pátria, ao aprofundamento da comunicação atingindo o sertão cujo objetivo seria levar o conteúdo de um conhecimento civilizador que encobria a multiplicidade de saberes locais e étnicos reconciliando-os a uma saber que lhes tirassem da orfandade e da solidão. Daí pode notar uma forma racista de construção do perfil mato-grossense de homem.

Não só quanto à figura construída sobre o negro, mas em Mato Grosso, a figura do índio que teve seu papel da escrita da história aonde nunca Rondon, filho de branco com índia iria “evoluir” para sua total indianização. Seria até motivo de piada perguntar por que ele não se tornou um líder indígena ao invés de ser um marechal do exército. É que a política produzida pela história parece já construir essa assimetria entre branco como essência matriciadora do destino do negro e do índio. Podemos notar que raças, quando se trata da comparação entre brancos e os demais também se insere no interior do binarismo guerra e paz, barbárie e civilização.

Como vimos na seção anterior, cada sertanista que fez avançar o domínio português rumo a oeste, da forma em que aparecem no relato dos sócios do instituto, são inseridos em uma narrativa posterior ao seu tempo e às territorialidades condizentes com esse tempo como acontecimento. Não tinham a noção construída posteriormente por uma narrativa que os colocavam como estando cumprindo o papel dessa expansão. Foi preciso tempos posteriores e narradores também inseridos em outras formas de

escritas para que dessem ao tempo passado a noção de que nasceram para cumprir um papel inventado fora de suas existências.

Contemporaneamente às festas do bicentenário e à publicação dos primeiros números da RIHGMT, acontecia na região litorânea da nação brasileira, uma prática discursiva que vivia sua ambiguidade entre o desejo de brasilidade e a presença do mundo informado sob o filtro europeu. Isso levava a surgir críticas de intelectuais como Monteiro Lobato, à predominância da ordem modernizante européia que não superava os limites de serem cópias semelhantes ao que acontecia na Europa. Eram essas as formas que orientavam o modelo a ser seguido nos meios jornalísticos, literários e político-econômicos.

Aqueles que se opunham às estratégias imperialistas ressentiam-se da falta de espaço criativo para a construção de um pensamento originário e com isso faziam do interior um modelo a ser enaltecido pelo fato de entenderem lá estarem livre dessas contaminações européias. Portanto, afirmavam serem os habitantes do interior muito mais aptos a ensinar do que aprender, em contraponto aos que se apresentavam com o intuito de incorporá-los à totalidade da nação. É do interior desse espaço crítico que Lobato, ao ver a fita de Rondon, reconstitui os índios que já mantinham contatos com a cultura impregnada pelas sociabilidades produzidas no sertão, como modelos que superariam os litorâneos que pretendiam catequizá-los. Para ele:

Índio autêntico de Mato Grosso, nhambiquara dos absolutos, na verdade só existe um – e importado do Rio de Janeiro. Veste farda, traz na cabeça o capacete de lona dos africanistas e chama-se Cândido Mariano Rondon. (Monteiro Lobato, 1978, p. 223).

Lobato, depois de ver a fita de Rondon, passa a fazer crítica ao projeto de integração do interior ao padrão geral da nacionalidade, pelo fato, segundo ele, de que o índio que a fita de Rondon mostra é “maduro demais para ser catequizado por nós outros aqui da zona litorânea” (ibid. p. 223).

Para efeito dessa crítica comparativa, denunciava a presença de agências de informações que serviam como espelho a inverter valores. Elas monopolizavam as formas com as quais as elites, que se insurgiam como figuras letradas e dadas, se enunciavam como dotados de racionalidades modernizantes. Para Lobato, não eram mais que guiados pelo discurso do imperialismo europeu, votavam e nem imaginavam que eram informados pelo monopólio da notícia. Segundo ele:

Não há maior contra-senso do que convidá-los a deixar um sertão assim tão prosperado e uma vida agradável fresca e livre, para, incorporados ao padrão geral de nacionalidade, virem beber uma pinga com arruda muito peor que o cauim, e ler os telegramas da Agencia Havas, e votar no governo. Nos é que estamos a berrar por uma catequese.(ibid. p. 223).

A partir do fim da Primeira Guerra Mundial, no século XX, há uma maior intensidade na rejeição ao modelo europeu como referencial para leitura do interior. E esse aspecto aparece em diferentes enunciados nos grandes centros políticos e intelectuais do país. Portanto, nesse momento, a política voltada para a modernização e integração do interior ao litoral, sofria um deslocamento.

Havia na escrita de Lobato uma ironia da qual constituíram suas armas para afirmar suas críticas à média pensante dos litorâneos. Elas eram muito mais endereçadas à forma com que pretendiam integrar o interior à nacionalidade, forma a qual, para ele, não passava dos limites de viver sob uma sociedade onde suas verdades eram produzidas pelos europeus¹⁹.

Eis, portanto, a importância da missão comandada por Rondon, pois era um momento em que se buscava uma nacionalidade que fosse fundada na brasilidade mestiça acumulada pela experiência produzida no interior do espaço nacional. Ao mesmo tempo em que a Europa já enunciava radiações que chegavam ao país de forma negativa: haja vista a experiência amarga do sonho liberal que entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial, ainda ressoava no país. A partir da experiência do esboroamento desse sonho, o sentimento anti-europeu busca sua saída no entendimento da heterogênea realidade do interior. Dessas diferenças deveria emergir a integridade nacional materializada na busca da mestiçagem. Entretanto, mesmo vindo de forma positiva esse interior, ele não destoou da forma negativa do período anterior à guerra e sua forma classificadora dos lugares das raças.

¹⁹ A Agencia Havas representava naquele momento o controle e filtragem da informação, o que fazia do discurso o espaço do domínio cultural, político e conseqüentemente econômico. Nota-se que para falar do momento político da primeira metade do século XX, é preciso notar, por parte alguns intelectuais, um teor de anti intervenção estrangeira nos assuntos do país. A imprensa internacional dava a conotação do poder dessa agência: “Um correspondente em Paris do *The Times*, de Londres, escrevia no século XIX que a Havas “está inteiramente às ordens do governo do momento, e este suprime ou modifica tudo que lhe desagrade”. Segundo o “jornal frances *Le Parlement*, a agência Havas se tornou, por força das circunstâncias, no humilde servidor dos governos. [...] Dá as notícias que é preciso saber, quando é necessário saber; ela escolhe qual é a verdade” (MOLINA, 2013, p. 1).

Na realidade, o movimento se situa mais na transformação de raças em classes sociais subalternas a partir de uma leitura organicista. Em toda a primeira metade do século XX foi presenciado, por diferentes áreas de pesquisa, o fortíssimo teor das práticas eugênicas que preenchiam o Estado em sua ação racista no intento dessa integração. Elas também apareciam em vários intelectuais, mas muitos deles se embrenharam pelo interior adentro como busca de superação desse preconceito, por ser a constituição de um país integrado a única via de sua realização como nação. Deste modo, teremos não uma ruptura com o século XIX, mas o atendimento de uma demanda alicerçada no discurso evolucionista que grassava pela Europa, porém já nascendo com grande força em intelectuais que viam com ceticismo essa experiência histórica moderna.

Era esse conflito de identidade que marcava a realidade européia que aparecia no Brasil e dividia os grupos de intelectuais. Porém eles tinham em comum a necessidade de civilização do espaço do interior como forma de superação do ceticismo que contaminava as práticas discursivas no país a partir do final do século XIX. Ela parece em vários eventos e instituições estabelecidas como a medicina, engenharia, psiquiatria, psicologia, pedagogia etc.

Todavia, fica um problema que precisa ser levantado: o prefácio da 1ª edição, publicada em 1919 na RIHGMT, tem como idéia central um grito de guerra em prol de uma personalidade brasileira e, para tanto, de negação à imitação dos modelos europeus. A originalidade, segundo Lobato, torna-se um crime e é combatido. Ele chama seu tempo a convir com ele de que “a imitação é, de feito, a maior das forças criadoras. Mas imita quem assimila processos. Quem decalca não imita, furta. Quem plagia não imita, macaqueia” (1978, p. 1).

Havia nessa preocupação com a criação a questão da originalidade e da situação massacrante que havia como média das opiniões nesse momento. A razão disso pairava sobre o domínio europeu, sobre os costumes, as escritas e enfim de toda produção que viesse a trazer alguma esperança de melhoria para o país. Por esta razão se constituía o mimetismo de total cópia dos europeus e da destruição da possibilidade de emergência de uma poética com caráter bem original.

Quanto a isso podemos refletir no discurso de integração do interior: será esta a preocupação de Lobato no exato momento em que fala ironicamente do índio de Mato

Grosso que vê na fita de Rondon? Volta a essa crítica quando fala que “o que os paredros do ‘dernier cri’ fazem não passa de caretas, guinchos, pinotes de monos glabros em face dos homens e das coisas de Paris”²⁰ (ibid. p. 1).

Então, quando fala de Jéca Tatu, o faz afirmando sua contestação e enunciando o que fariam com o interior do país, caso mantivessem esse olhar importado e destituído de toda possibilidade de criar uma novidade. Aí ele diz com ironia: “Jéca Tatu, coitado, tem poucas idéias nos miolos. Mas, filho da terra que é integrado como vive no meio ambiente, se pensasse, pensaria assim. Justifica-se, pois o título” (ibid. p. 1). Porém, podemos também notar que, tanto ele quanto seus desafetos, tinham em comum que o interiorano *tem poucas idéias nos miolos*, e logicamente necessita ser integrado a um saber maior, porém um saber que se pretendia em contraponto ao referencial europeu.

Ao afirmar que Rondon foi um índio criado no Rio de Janeiro, como insinua Lobato, não estaria ele dando mais um dos seus toques de ironia, com o qual queria criticar a formação intelectual em um momento de forte presença das informações que garantiriam, no interior dos desejos de brasilidade, valores europeus? Se Rondon era um militar educado por professores positivistas e se chegou a participar das movimentações pela república no rol dos discursos de Benjamin Constant, em que se envolveram figuras que saíram das salas de aulas do Colégio Militar, não poderíamos crer no contrário.

Se o discurso do IHGMT o consagra como o modelo próprio do caldeamento de raças, seriam os membros do instituto crentes de que Rondon não tenha se esquecido do seu aprendizado de infância em Mimoso, o pequeno lugarejo em que nasceu. Mas, como afirmavam antes, se Rondon não tivesse saído de Mimoso e sido criado em Cuiabá, não teria, talvez frequentado os saberes escolares dos estabelecimentos escolares, principalmente o Liceu Cuiabano e seus conteúdos racionalistas eivados de discursos eugênicos.

A exemplaridade do Rondon como o típico mato-grossense suporia então suas heranças étnicas e locais enriquecidas com a cultura do branco, que mesmo falando em

²⁰ Essa forma de crítica aparece também na escrita de Oliveira Vianna em seu livro *Pequenos estudos de Psicologia Social*: “Dos outros copiamos as demais cousas: as philosophias mais em voga, as modas literárias, as escolas de arte, os requintes e as taras de civilizados. De nós é que não copiamos nada. E temos assim com a bicharia do apólogo kplinguiano estes pontos comuns: a inconsciência, a volubilidade e o ridículo” (1923, p. IV).

uma brasilidade mestiça, o tema do racismo sempre vai aparecer em versões dissimuladas em cientificidade, valores morais, temporais e econômicos. Mesmo que não notasse um discurso atravessando seu corpo, haveria, não somente em Rondon, uma forma de leitura sobre o espaço interior que emergia marcada pela crise européia e não totalmente dissipada de seus valores. Por tudo isso, sua vida serviu à função de levar para o interior o discurso nacionalista que não havia se desvencilhado de um racismo de Estado²¹. Racismo que pode ter se imbuído e que estava fazendo funcionar a construção do Estado mato-grossense e sua própria identidade.

Nesse sentido, a revista inicia seu número com uma homenagem solene ao General Candido Mariano da Silva Rondon. Um discurso laudatório de seus admiradores à sua função como Chefe da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas e, por esse motivo, é reconhecido pelos relevantes serviços prestados ao país e a Mato Grosso. Naquele momento:

julgo o Instituto Histórico de Matto-Grosso oportuno realizar uma sessão solenne em que tivesse ensejo de manifestar ao benemérito Chefe da Comissão de Linhas telegráficas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas, o seu apreço e sua admiração pelos relevantes serviços que à frente da mesma Commissão tem prestado ao paiz e especialmente ao Estado de Matto-Grosso. (RIHGMT, 1920, p. 1).

Conformado ao discurso moderno. O faz perante uma platéia entusiasmada com esse filho que enchia de orgulho os presentes por representar o modelo sonhado de mato-grossense. O “Instituto Histórico de Matto-Grosso²², prestam homenagem ao

²¹ “Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em sub-grupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade. Curso do Colégio de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 304-305. Com essa hierarquia construída torna-se a democracia quase exclusiva de uma classe social branca e que vai determinar os sentidos das ações dos demais considerados inferiores e assim serão tratados: governados e nunca governo. “A inferioridade de uma condição patenteava sua exclusão dos modos verdadeiros do ver e do dizer. Ora, a escrita é aquilo que, ao separar o enunciado da voz que o enuncia legitimamente e o leva a destino legítimo, vem embaralhar qualquer relação ordenada do fazer, do ver e do dizer. A perturbação teórica da escrita tem um nome político: chama-se democracia” RANCIÈRE, Jacques. *A política da Escrita*. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 1995, p. 9. Ver também: *Os nomes da história: um ensaio da poética do saber*. Campinas, SP: Martins Fontes, 1994.

²² Até essa data ainda não havia sido acrescentado o termo que significasse o aspecto geográfico do IHGMT. Em tempos posteriores ficou com a sigla que uso nesse trabalho. De Instituto Histórico de Mato Grosso, IHMT, passou a se chamar Instituto Histórico e Geográfico de Mat Grosso. IHGMT

Exmo. Sr. General Candido Mariano da Silva Rondon” (ibid. p. 1). Em seguida houve uma “conferência desse illustre matto-grossense sobre a *Influencia de Cuiabá da Evolução Política e Histórica de Matto-Grosso*.

Pouco antes da hora marcada para o inicio da solenidade e acompanhado da comissão expessamente designada para conduzil-o, comissão de que faziam parte os Srs. Drs. João Barbosa de Faria, M. C. Oliveira Mello e o Tenente Coronel Firmo José Rodrigues, sócios do Instituto, dava entrada naquelle edificio o Sr. General Rondon e logo após, S. Exc. Revm. o Sr. Presidente do Estado, seguido da comissão que o fora buscar à residência presidencial, composta dos Srs. Advogado Estevão de Mendonça, Major Ovídio de Paulo Corrêa e João Cunha, também sócios do Instituto. (ibid. 1920, p. 3).

Podemos notar que Candido Rondon, ou Marechal Rondon, como o chamavam, gozava de grande prestígio no Estado (e ainda é tema de discursos laudatórios até nossos dias), justamente por ser um modelo de caldeamento das raças e que por isso serviria de exemplo da possibilidade de progresso do povo mato-grossense.

S. Exc. O Sr. D. Aquino Corrêa pronunciou então uma brilhante e elevada allocução, enaltecendo os méritos e serviços do Sr. General Rondon que, como representante dos altos poderes da Republica, viera também contribuir com o seu contingente pessoal para realce das festas do bicentenário da terra natal. (ibid. 1920, p. 3).

Ao nos atentarmos para as duas citações, vemos a fala do bicentenário como o evento em que se comemoravam os duzentos anos de Cuiabá e que acaba criando dois marcos de uma história que necessitava ser preenchida com acontecimentos e com os heróis modernos constitutivos do fundo histórico de um tempo evolutivo. Além disso, podemos observar a fala abaixo de Rondon, que, segundo seu narrador, foca sobre o tema que escolheu para esse momento: “fazendo uma synthese feliz de toda evolução porque vem passando a nossa velha e tradicional Capital, desde os primórdios de sua fundação” (ibid. p. 3). Em seguida, o narrador afirma que essa foi uma “synthese que a todos agradou pela justeza e oportunidade dos conceitos emitidos, recebendo o orador, ao terminar, entusiasticos applausos” (ibid. p. 3). Como podemos ver, o discurso de Rondon está baseado em um passado onde o tempo é de evolução, ligando a fundação aos dias atuais e preenchendo um tempo que busca sua identidade maior.

Ao IHGMT cabia também a função de divulgação da história de Mato Grosso em jornais, como forma de construir uma imagem positiva nos grandes centros, os quais eram os definidores das políticas endereçadas ao interior. Como podemos ver a luta para construir essa memória sobre o passado fazia parte da estratégia por parte do governo e

do IHGMT, tendo sido este, inclusive, fundado pelo governo de Dom Francisco de Aquino Corrêa. Segundo o relatório da revista de 1924, o IHGMT estava servindo como canal de propaganda de auto-afirmação do Estado no conjunto da história da Nação:

Do Governo do Estado recebeu o Instituto Histórico de Mato Grosso, no anno próximo findo, o auxilio de 12:000\$000 consignado na lei orçamentária do exercício de 1923, inclusive 10:000\$000 para a impressão de um trabalho de propaganda do Estado, serviço este executado nas officinas do “Jornal do Commercio”, do Rio de Janeiro, cuja divulgação mereceu como sabeis os mais justos elogios, pelo bello conjunto e a coordenação das matérias abrangendo o vasto cyclo da descoberta à proclamação da República, trabalho este elaborado pelo illustre e operoso confrade Sr. Dr. Virgílio Alves Corrêa Filho. (RIHGMT, 1924, p.p. 159 e 160).

Se atentarmos para a noção de tempo que existe na leitura de Rondon a respeito da cidade de Cuiabá, é como se sua memória se alongasse até o início do século XVIII. Esse é o exemplo de superação dos limites da memória e da diversidade característica desse momento, haja vistas as múltiplas origens que afligiam e colocavam em perigo a possibilidade de auto-afirmação de Mato Grosso no novo cenário nacional. Porém, vemos aparecer na fala de Rondon, entre uma origem e o presente a noção *evolução*.

É justamente essa noção que precisava ser justificada e, para tanto, ser preenchido o tempo *evolutivo*, o que significa um tempo em busca da perfeição e inserção dessa região ao todo da nação. Essa situação de perigo no presente e de busca de documentos que registrassem a prova no passado de um tempo de emancipação e libertação aconteceria apenas com a construção de um Estado Liberal: única forma de concretização do espírito e que haveria de se dar pelo acúmulo da experiência dos predecessores desse presente. Isso levava do sócio do IHGMT, de que:

Não basta, entretanto, rememorar o que já se tem feito: é preciso o emprego de energias cívicas conjugadas para podermos vencer a dificuldade da investigação e recomposição dos acontecimentos históricos, derivada do extravio de documentos. É nesse labor patriótico e abnegado que devemos encontrar o estímulo necessário no empenho de lançar mais luz sobre os factos da nossa história particular, livrando de uma perda quase certa os preciosos documentos que aguardavam na sombra dos archivos o livrarem-se da moinha do tempo, construindo, assim, aos poucos, o monumento da nossa civilização. Imensamente grande é o material de estudo para fixar os capítulos da História de Matto Grosso e descrever os acontecimentos correlativos aos períodos do desenvolvimento moral e material desta unidade da Pátria Brasileira. (RIHGMT, 1924, p. 160).

Voltamos a conviver com outra noção de um tempo que liga os acontecimentos por um devir de aperfeiçoamento moral e material. Segundo o IHGMT, o ato de rememorar deveria ser complementado com documentos como forma de haver uma memória que iria além da vida material de cada um para se inserir em uma memória

coletiva com uma única história. Essa história liga um acontecimento a outro por um conceito produzido de que o tempo se move, se desenvolve e com isso aperfeiçoa a vida moral e material no interior de um único pertencimento: a “unidade da Pátria Brasileira”.

O tempo positivado, como algo que se move e move as coisas, garantiria uma história que somente teria sentido se fosse integrada numa natureza produtiva e às suas leis de funcionamento. Isso pode explicar o porquê a história começa em 1719: é o momento da descoberta do ouro e da vida produzida na região cuiabana e posteriormente mato-grossense. Surge, assim, o “homem civilizado” que retira o metal de sua fixidez causada por estar fazendo parte de uma natureza ainda “caótica”. A história somente existiria, seguindo a essa noção desenvolvimentista, com a presença de uma economia que faria esse metal se tornar precioso. Sendo que ele torna-se metal precioso quando toma formato de preço como facilitador e acelerador da circulação de mercadoria, garantindo o funcionamento do mercantilismo, uma das fases constituídas a partir desse conceito de evolução, desenvolvimento. Positivado nesses conceitos tornava possível aos sócios do IHGMT afirmar que:

As primeiras explorações desta região central, servindo de soberbo peristylo ao capítulo da fundação do primeiro núcleo civilizado; a phase heróica da posse definitiva do território descoberto; o período dos capitães-generais e o das Juntas Governativas; a lucta pela Independencia Nacional e o regimem monárquico, no qual tantos acontecimentos empolgantes emergiram no horizonte da pátria mattogrossense e, finalmente, a República, concretizando todas as nossas aspirações de povo culto e amante da liberdade política e que devemos estudar e patentear aos vindouros. (RIHGMT, 1924, P. 160)²³.

Vemos, na citação acima, um tempo histórico que funciona como um continuum onde a luta emancipativa passa por períodos que ligariam as “primeiras explorações”, que nesse tempo passam por fases heróicas, materializadas com a posse do território, as capitanias, da independência e finalmente a República. É nessa demanda que a história construída justifica os demais acontecimentos recheados de chacinas, extermínios de diferentes culturas nativas que se opuseram à presença branca em seus espaços territoriais.

Essa justificativa ocorre por meio da construção de uma relação entre civilização e barbárie, em que a história começa somente quando os considerados civilizados pisam o solo e ou inserem os “selvagens” ao grêmio da civilização ou, ainda, os exterminam

²³ Essa citação, apesar de se referenciar sobre a revista de 1924, ela somente foi publicada na revista de 1934 como relatório.

através de violências psicológicas, culturais, físicas e de várias operações de chacinas, etc.

Tais acontecimentos são silenciados por uma justificativa da inexorabilidade desse tempo produtivo, fundando o relato ao inserir o acontecimento e retirando-o como experiência singular em seus próprios termos, para somente obter sentido como seguimento de uma totalidade a ser conquistada nos tempos finais. Como já explicamos antes, quando uma natureza se desenvolve pela produção, ela constitui o tempo como sua história, e tudo que impedir essa história de uma natureza produtiva deveria ser integrado a ela ou extirpado do seu meio. Isso seria uma tarefa daqueles que já estavam inseridos no interior de uma inteligibilidade mantenedora da estética da sua existência.

Igualmente, os sócios do IHGMT partem em busca de um esforço e uma dedicação ilimitada na construção do lugar de pertencimento que seria a Pátria e a forma de cultuar aqueles heróis modernos e seus feitos. Numa espiritualização do relato, há uma mistura de sacralização dos feitos ligados à necessidade de heróis sacrificados em prol da reencarnação dos homens na secularização dos seus feitos como pilares da construção da liberdade.

O tempo presente nesse contexto enquanto necessidade de dar continuidade a algo ainda inacabado. Os sócios se situavam no interior desse discurso e fundaram o IHGMT. Assim agiram por entenderem que a história do porvir não havia ainda realizado a emancipação do mato-grossense, por falta da consciência de seu passado²⁴.

Por outro lado, era preciso, como vimos logo atrás, que os centros políticos de onde partiam decisões que afetavam a presença política de Mato Grosso deveriam

²⁴ Embora o tempo tenha adquirido um papel cada vez mais importante no pensamento moderno. O período entre cerca de 1750 e 1900 foi o de maior fé nesse conceito, assim como uma época em que as pessoas ganharam uma crescente consciência da importância do tempo. Por exemplo, em Paris, na década de 1820, o historiador Guizot atraiu amplas audiências para suas eruditas conferências sobre a história da Europa, em que afirmava que a idéia fundamental encerrada na palavra ‘civilização’ era progresso. Essa crença foi muito estimulada pela expansão da democracia. Como Alexis de Tocqueville ressaltou numa famosa passagem de seu clássico *Democracia na América, publicado em 1835, enquanto as nações aristocráticas tendem naturalmente a estreitar o campo da perfectibilidade humana, as nações democráticas exibem em geral a tendência oposta*. No século XVIII, houve uma reviravolta geral contra a idéia do instante como o conceito temporal básico. Em seu lugar, começou-se a considerar que a nossa experiência do tempo é dual: a intensidade da sensação está associada ao instante da duração. Isto deu lugar a novo interesse pela natureza e a significação da memória. WHITROW, G. J. *O tempo na história: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, P. 197.

também conhecer sua constituição histórica, a fim de que entendessem ser ele parte importante do projeto de modernização do país. Para que isso se tornasse efetivo, cria-se a necessidade deste instituto ampliar seu grau “de desenvolvimento necessário para ocupar-se de tão transcendentos assuntos” (ibid. p. 160). É esse o teor do clamor do IHGMT nesse momento:

Tal commettimento exige um esforço constante e uma dedicação ilimitada, em que só culmina o devotamento pela Pátria e o culto aos que por ella sacrificarem. Infelizmente, porém não attingiu ainda este instituto ao grão de desenvolvimento necessário para ocupar-se de tão transcendentos assumptos. A falta de sede social e de conveniente installação da sua biblioteca e do seu archivo é entrave que lhe entorpece a marcha aperreando-lhe a trajectória tão brilhantemente iniciada. (ibid. p. 160).

Inserindo-se no interior desse devir, constitui suas armas de combate: juntar livros, documentos e dar possibilidade de serem manuseados para que por essas mãos e mentes que os tocassem fossem retirados os entraves que entorpeciam a marcha e a trajetória iniciada.

5.3 A construção de uma ancestralidade heróica: O contexto discursivo do espaço temporal em que opera o IHGMT para produzir os sentidos da segunda metade do século XVIII até meados do século XIX.

As unidades discursivas como engenharia militar, geografia, astronomia, topografia, botânica, zoologia, etnografia, mineralogia foram ramos de estudos que prestaram importante papel na ocupação do espaço territorial em todas as partes do globo terrestre. Os Estados, em suas disputas pela hegemonia econômica comercial, buscavam conhecer palmo a palmo o domínio do espaço global que naquele momento compunha o cenário mundial.

A presença de naturalistas, astrônomos, engenheiros militares, engenheiros de minas, entre outros, fazia parte de um momento em que se tornava importante a utilização da natureza como forma de conquista econômica e competição numa política voltada pelo fortalecimento de forças internas, melhores circulações de mercadorias e de busca de matérias primas. Exemplo disso é a lista de alguns documentos recebidos pelo IHGMT no início de seu funcionamento. Ela se caracteriza por uma literatura, em sua maioria provinda de viajantes, relatando viagens exploratórias para fins de implantação econômica:

Durante o anno social findo, recebeu este Instituto Histórico entre outras, as seguintes publicações: Da Comissão de Linhas Telegraphicas de Matto Grosso ao Amazonas, as publicações (...) versando sobre história natural, explorações e conferências do mais alto interesse para no nosso Estado, Da Comissão Rondon, um opúsculo “Pelo Indio e pela sua protecção official”, por L. B. Horta Barboza, director interino do Serviço de Protecção aos Indios; Phyto physionomia do Estado de Matto Grosso, ligeiras notas a respeito da composição e distribuição de sua flora, por F. C. Hoelme, chefe da secção de botânica do Museu Paulista e da Comissão Rondon, Publicações do Archivo Nacional, tomos XX e XXI. Do nosso illustre confrade capitão Octavio Pitaluga, os trabalhos impresos “Breve noticia sobre o Rio das Garças e sua riqueza mineral”, “A Ipecultura” e “Parecer n. 38 de 1916 das commissões de Legislação e Fazenda sobre – A mudança da Delegacia Fiscal do Norte para a Villa de Santo Antonio do Rio Madeira”, de sua auctoria. (RIHTMT, 1924, p. 160).

As bacias Amazônica e do Prata sempre habitaram os sonhos de aventureiros e estiveram sempre na mira de estrategistas de países que disputavam o domínio econômico através da venda de manufaturas e busca de matérias primas. O século XVIII foi, principalmente na sua segunda metade, o palco de fortes mudanças no campo econômico e político. Com o modelo imperial belicista entrando em declínio, havia a possibilidade do espaço de domínio ser gradualmente ocupado por nações detentoras de industrialização. Em contraposição, era necessária uma política diplomática e o desenvolvimento de uma economia interna, que fossem impulsionados pela primeira fase do surgimento da chamada Revolução Industrial.

Nesse contexto, o império português e o espanhol almejavam adequarem-se com a implantação do Estado administrativo e construção de uma unidade nacional como forma de produção econômica que tornasse o Estado competitivo e mais eficiente. Caso contrário, suas soberanias políticas seriam engolidas por economias já detentoras de liderança econômica industrial, como a Grã Bretanha, e com maior teor político a França.

Esse contexto garante a ascendência política do Marques de Pombal e inaugura um período paradoxal para o Império Português, pelo fato de ter que adaptar um modelo belicista de dominação econômica a uma realidade que exigia a constituição de uma unidade espacial e controle populacional como forma de tornar-se competitivo.

Mais de uma década após a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso, assinado em 1777, estava ligada à expansão mercantil e à necessidade de mapeamento da fronteira e bacias hidrográficas como forma de tornar esse espaço viável à metrópole em sua iniciativa de competição mercantil. Para esse fim o engenheiro militar Ricardo

Franco (e confeccionador de mapas), foi enviado ao Brasil para compor, juntamente com integrantes do lado espanhol, a expedição encarregada da demarcação da fronteira entre os territórios pertencentes às coroas portuguesa e espanhola. Possuía a credencial de capitão quando aportou no Brasil em 1780, com destino à região onde seria demarcada a fronteira oeste.

Com essa expedição, ele aproximou sua vida militar da política e se colocou a serviço das Capitânicas de Grão Pará, de São José do Rio Negro. Enquanto aguardava a chegada da parte espanhola da expedição, foi convidado pelo Capitão General de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque, para fazer trabalhos geográficos. Segundo Corrêa Filho narra:

Da Comissão demarcadora, que Luiz de Albuquerque mobilizou a se talante, utilizando-lhe os méritos, em trabalhos geográficos, enquanto esperava os técnicos espanhóis, nenhum avultou mais, com os seus feitos memoráveis, do que Ricardo Franco de Almeida e Serra. Certo, não se emparceira em profundidade de conhecimentos a Lacerda e Almeida ou Silva Pontes, laureados de Coimbra, mas, inteligentes e sérios de aprender, soube aproveitar a convivência dos astrônomos, para aumentar o próprio saber, a que dava relevo a sua extraordinária dedicação ao trabalho. (CORRÊA FILHO, RIHGMT, 1928, p. 15).

Contando à época do tratado com 29 anos, três anos depois, em 1780, veio a Mato Grosso. Segundo Estevão de Mendonça, historiador contemporâneo de Corrêa Filho, e também sócio do IHGMT, com quem obtém a informação de que Ricardo Franco “veiu de Lisboa com as divisas de Capitão, e recomendações elogiosas do Ministro Martinho de Mello” (ibid. p. 15). Faleceu aos 51 anos em 1809, deixando um casal de filhos menores e esposa, que receberam pensão por parte da presidência da Capitania de Mato Grosso. Sobre suas obras, assim se expressa Corrêa Filho: “Essa não se perdeu, conservada como foi pelos seus feitos de explorador diligente, de militar abnegado, de pesquisador cuidadoso e pelos escritos substanciosos, que o Instituto Histórico Brasileiro acolheu em sua opulenta Revista por lhes reconhecer a alta valia” (ibid. p. 32).

Ricardo Franco buscava se inteirar e anotar as minúcias de busca de informações sobre o espaço da fronteira: “Faz a travessia em companhia dos doutores, depois sobe com Silva Pontes, pelo Rio Branco, em reconhecimento cuidadoso, e parte, em seguida para Villa Bella, aonde chega ao findar Fevereiro de 1782, ali iniciando a sua vida benemérita” (ibid. p. 15).

O relato que compõe a narrativa sobre Ricardo Franco marca para o presente um nome exemplar. Tal enaltecimento pode passar a um leitor menos atento a imagem de um personagem da construção da história de Mato Grosso. Todavia, o que fica silenciado por essa narrativa são os interesses da sua prestação de serviço demarcatório na criação da fronteira oeste da nação, como forma de constituir riquezas numa nova forma política determinada pela economia concorrencial, já mencionada anteriormente. No caso mato-grossense, isso coincide com a criação da cidade de Villa Bella da Santíssima Trindade, que passaria a servir como capital da recém criada Capitania de Mato Grosso, assim que se desmembra da Capitania de São Paulo.

Ricardo Franco, quando na sua missão de fronteira, estava sob a gestão docapitão general Luiz de Albuquerque. Este por sua vez foi considerado um dos mais influentes gestores do período metropolitano. Investiu no mapeamento dos rios, como forma de viabilizar a navegação e na construção de mapas cartográficos. Para a época os mapas exerciam um poder muito grande, pois eram com eles que iam sendo constituídas as possibilidades de extração de produtos naturais, e o transito de mercadorias. O trabalho desses engenheiros era de esquadrinhar cada mínimo espaço dessa fronteira, demarcando rios e todos os seus tributários, além de tudo que compusesse o quadro topográfico e cartográfico, de forma a descobrir as minúcias desses lugares por onde passavam. A natureza estava sendo apoderada nessa ação por saberes que tinham como projeto reorganizá-la, dando-lhe traços que a pusessem em funcionamento de forma voltada para a produção. Luis de Albuquerque foi considerado o maior administrador da história colonial de Mato Grosso. Suas ações estavam ligadas à necessidade de viabilização do funcionamento mercantil da região de fronteira e como possibilidade de vir a ser um espaço de sustentação de uma possível transferência da coroa portuguesa, o que termina acontecendo no Rio de Janeiro em 1808. Pensando na estabilização e proteção contra os ataques de espanhóis e indígenas fundou o Forte de Coimbra (1775), na margem direita do rio Paraguai, território espanhol no lugar denominado (Fecho dos Morros). Como parte da viabilização da navegação dos rios da bacia amazônica fundou o Forte Príncipe da Beira, nas margens do rio Guaporé. Como plantador de cidades fundou o povoado de Albuquerque em 1781, e Vila Maria atual município de São Luiz de Cáceres, nas margens do rio Paraguai.

5.4 Rondon e seus predecessores na escrita de Virgílio Corrêa Filho.

A narrativa instituída por Corrêa Filho para relatar a figura e os feitos de Rondon apresenta discursos laudatórios direcionados à reorganização do país. Uma vez que o personagem era destacado pelos sócios do IHGMT como uma espécie rara da tão almejada figura do mato-grossense, construído do cruzamento da cultura nativa com o homem branco. Era, portanto, uma conjugação da pureza racial e do saber nativo aprimorado pela “cultura maior”, ou seja, com o saber racional. “Bem que esteja ainda em fecunda actividade, cruzando as regiões fronteiriças a serviço da Pátria, os seus feitos fixaram-lhe o perfil e as linhas vivas, com que passará à posteridade, como o expoente racial da gente cuyabana” (RIHGMT, 1928, p. 2).

As palavras, com seus efeitos e poder, produzem conceitos instaurados pelo esquecimento de seu teor conceitual, positivando efeitos de verdade. Quando há uma afirmação, por exemplo, ela sempre é precedida de sua negação. Rondon, eleito pelo autor como “expoente racial da gente cuyabana”, representa a busca de uma brasilidade mestiça, porém carregada de traços ligados a uma verdade que tinha como base a construção de um espaço adequado ao funcionamento da economia liberal. O que o tornava uma figura heróica e prova da consumação da construção de um tipo mato-grossense mestiço inserido na busca da brasilidade mestiça que estava na boca dos intelectuais do início do século XX.

Corrêa Filho, que seguiu os mesmos caminhos de tantos outros filhos de abastados fazendeiros e comerciantes de Mato Grosso, passou pela mesma escola positivista que Marechal Rondon. Enquanto Rondon frequentou a Escola de Engenharia Militar da Praia Vermelha, Corrêa estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Se esse se notabilizou na escrita, o outro na ação “integradora da nação”, através da construção de linhas telegráficas. Levar a comunicação ao interior era uma forma do discurso civilizatório penetrar e “salvar” aqueles que estariam, segundo o conceito de espaço hierarquizado, “distantes do progresso”.

Como já mostramos em nota anteriormente, “a idéia fundamental encerrada na palavra ‘civilização’ era progresso”. “Essa crença foi muito estimulada pela expansão da democracia” (WHITROW, 1993, p. 197). Rondon é considerado o produto do cruzamento das raças e que teria se tornado o representante da ida do “progresso” para

“superar” a barbárie e integrar o homem do interior ao todo da nação. Na citação abaixo, podemos ver como ele é construído no relato de Corrêa Filho, como o protótipo de mato-grossense ideal:

Caboclo de aço a quem Benjamim Constant entremostrou os horizontes da sciencia, que lhe deu finalidade mais elevada à vida, varou sertões mato-grossenses em vários sentidos, preocupado com a tarefa de integral-los na cartographia nacional, quando não fosse possível prendel-los à rede telegraphica e trazer-lhes os bravios filhos à communhão brasileira. (RIHGMT, 1928, anno X, números XIX E XX. P. 3)

O espaço do interior continua sendo o dos “índios bravios” e dos “povos rudes” e que era um objeto construído como auto-afirmação dos considerados como civilizados. Momento em que o olhar para a diferença cultural considerava o diferente de si como inferior e finalmente como selvagem²⁵ que necessitava ser organizado em um todo coerente e funcional.

A ocupação do espaço deixa sua marca em cada momento do passado. Com isso, quando uma expedição sai em busca de reconhecimento do espaço, encontra suas marcas. Entretanto, como cada marcha está inscrita em uma discursividade espacial de um quadro diferente, ao serem encontrados traços de outras passagens pelo local, aqueles que produziram estes traços são vistos como desajustados às exigências do momento.

Por outro lado, o acontecimento é acrescentado a uma totalidade e servirá como preenchimento de cada momento evolutivo da experiência humana, em uma forma de complementação de um tempo histórico em busca de objetividade racional. Para Corrêa,

²⁵ Para White: “Se não sabemos o que é a ‘civilização’, sempre podemos encontrar um exemplo do que ela não é [...] no passado, quando os homens não tinham certeza da qualidade exata do seu senso de humanidade, recorriam ao conceito de estado selvagem para designar uma área de subumanidade que se caracterizava por tudo o que esperavam que não fossem. [...] a vitalidade de qualquer cultura depende do seu poder de convencer a maioria dos seus partidários de que é a única maneira possível de satisfazer-lhes as necessidades e realizar as aspirações. Uma dada cultura só é vigorosa na medida do seu poder de persuadir o seu membro menos dedicado de que as suas ficções são verdades. Quando os mitos são revelados como as ficções que são, então, no dizer de Hegel, tornam-se ‘uma forma de vida obsoleta’. [...] O desmascaramento dos mitos como o do Homem Selvagem nem sempre foram seguidos do banimento dos seus conceitos constituintes, mas antes de sua interiorização. [...] Em parte, a desmitologização gradativa de conceitos como ‘estado selvagem’, ‘selvageria’ e ‘barbárie’ tem sido decorrência da extensão do conhecimento àquelas partes do mundo que, embora relativamente conhecidas (mas não realmente conhecidas), serviram originariamente de estágios físicos em que a imaginação ‘civilizada’ poderia projetar as suas fantasias e ansiedades. Dos tempos bíblicos aos dias de hoje, a noção de Homem Selvagem esteve associada à idéia de região selvagem – o deserto, a floresta, a selva e as montanhas -, aquelas partes do mundo físico que ainda não haviam sido domesticadas ou demarcadas para a domesticação de algum modo significativo. Ver: WHITE, Hayden. *As formas do estado selvagem. In Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 171 a 173.

Rondon em “muitas regiões, todavia encontrou pegadas de abnegados pioneiros, que também palmilharam o solo de Matto Grosso, a que não se achavam, entretanto, ligados por nenhum laço affectivo” (1928, p.3). Contudo, segundo Corrêa Filho, “Rondon é o producto genuíno, da terra exuberante de seiva substanciosa, que lhe enrijou a fibratura e o fez sobranceiro ao cansaço” (ibid. p. 3).

Dando seguimento ao inventário de heróis, Corrêa Filho recupera a ação de outros observadores das terras de Mato Grosso, porém mostra uma diferença entre Rondon e esses predecessores, “ao revés, eram forasteiros, que a Metrópole despachara para lhe medir os vastos domínios, a que vieram como voluntários exilados, com a esperança de breve regresso. Nada os chumbava às regiões desconhecidas, nem a promessa de recompensas vantajosas” (ibid. p. 3). Podemos observar que constituída como está a narrativa, produz um elo entre esses pioneiros primeiros e Rondon. Está com isso ligando dois tempos e duas relações diferentes com o espaço. Porém, essas diferenças temporais não se dão de forma digressiva como seria em uma narrativa antiga. Cada acontecimento sofre o empalidecimento para fazer brilhar uma história de duração mais longa que tem uma finalidade, diferentemente da crônica em que recuperam esses acontecimentos.

Nesse caso, mais especificamente, Corrêa Filho está se referindo aos engenheiros que vieram para a Capitania para servirem na demarcação da fronteira determinada pelo Tratado de Santo Idelfonso. Segundo Corrêa Filho: Vinham simplesmente cumprir o seu dever, como nobremente fizeram Silva Pontes, Lacerda e Almeida, Ricardo Franco e J. J. Ferreira. A observação que se faz sobre eles é que deixaram muitos trabalhos, como de levantamento de vias navegáveis que facilitariam a circulação de matéria primas e mercadorias, pois pelo discurso metropolitano durante o período pombalino, era intenção constituir na região de Grão-Pará, Rio Negro (atual Amazonas), Maranhão e Mato Grosso uma força econômica e política que garantisse a futura constituição de uma sede da corte do império no continente americano.

Num ato de preenchimento temporal da figura desses heróis, afirma que não foram os únicos, mas os primeiros que observaram as terras mato-grossenses, segundo ele, “com olhos sabedores” (ibid. p. 4). Citando entre o elenco D’Alincourt e Augusto Leverger, que estiveram em Mato Grosso em tempos diferentes: ambos no século XIX, o primeiro oficial engenheiro fez sua viagem a Mato Grosso partindo de Santos e

chegando ao rio Cuiabá. Sua função era fazer um levantamento das bacias fluviais do Prata. O Barão de Leverger iniciou-se como marinheiro, porém se radicando em Mato Grosso e exercendo vários cargos, chegando à Presidência de Província no início da segunda metade do século XIX.

Quanto aos primeiros citados anteriormente, chegando à capitania no final do século XVIII, se dedicaram ao levantamento de rios da bacia amazônica, como o rio Negro e rio Branco:

Os expedicionários exploram, em conjunto, o Amazonas, do Grão-Pará a Barcellos, de Agosto a Outubro e, em seguida, separaram-se em duas turmas, uma das quaes prosegue, em Janeiro de 1781, com Lacerda e Almeida, pelo rio Negro acima até o forte de S. José de Marabitanas, ao passo que a outra, com Silva Pontes e Ricardo Franco faz o levantamento do Rio Branco. (ibid.p. 5).

Corrêa Filho tem sempre incrustado no interior do seu relato peças de ligação temporal que arremessam arbitrariamente uma ação contigua dessa espacialidade há um tempo futuro. No seu relato encontramos a impossibilidade de fracasso dessa missão, portanto impossível *agourar da operosidade dos expedicionários*, pois já estavam *predestinados a avultar, na história de Mato Grosso, por feitos assignalados*.

Logo em seguida, mostra que retira todo o alongamento do acontecimento como parte de uma história em que estes personagens estavam adentrando sem terem consciência disso, mas que *o resumo dos trabalhos de cada um* tornara-se o testemunho mudo de suas falas também mudas. Falas reavivadas no relato de Corrêa Filho, ao inseri-los na história e redistribuí-los em outra missão para além do seu tempo. Dessa forma, continuam a surtir efeito na construção do Estado no presente, do qual passaram a ser os precursores, pois graças às suas missões pode um dia nascer um sujeito mato-grossense produto e resultado de suas presenças na fronteira. Descreve esse relato nosso historiador:

Mal se poderia então agourar da operosidade dos expedicionários que embicaram a 28 de Fevereiro de 1782 no porto de Villa Bella, predestinados, entretanto, a avultar, na história de Matto Grosso, por feitos assignalados, como revelará o resumo dos trabalhos de cada um. (ibid. p. 5).

Ao tornar público seus relatórios, Ricardo Franco deixava para a posteridade uma escrita órfã que seria não repetida, porém revalidada por outra mimesis ao redistribuí-la, daí encaminhada, reenviada ao futuro. A primeira metade do século XX se identifica com uma teoria da natureza cifrada, que levaria a dedicar uma atenção às

formas mais elementares da matéria e da vida. Um mundo surge em que o sentido está lacrado nas coisas e muda ainda para quem não consiga decifrá-lo. Torna-se possível, assim, a busca de um corpo de escrita que rompe com a figura do pai e cria a natureza como uma mãe que protege o filho em sua travessia.

Nesse dispositivo discursivo cabe à ciência o papel de conduzir os passos da mãe natureza para que chegue sã e segura a um porto final. Essa natureza seria reorganizada a partir de sua força interior que é a genética produtiva. Era daí que surgiria o motor da história moderna: uma história em que a natureza é entendida pela produção. A ciência cuidaria para que esses escritos se alojassem no interior de uma continuidade e chegasse à posteridade, fazendo jus à sua produção e à produção dos que escreveram ou foram descritos seus esforços que mal sabiam que cumpriam um projeto histórico. Esses feitos e os relatos que o mantiveram para além do seu tempo, perdem a presença dos seus autores para defendê-los e dizer o que significavam para seu acontecimento. Eles estão sem a presença do pai, estão órfãos e a mercê dos que deles farão seus usos.

Os amigos sugeriram a Ricardo Franco a publicação dos seus relatórios e eles chegaram à posteridade como elo que possibilitou a Corrêa Filho seu relato. Porém onde estava este autor que se apodera de uma escrita circunscrita a um acontecimento, a uma territorialidade que é só sua?

A 21 de setembro de 1790 é aminado por amigos “a por em ordem os seus escriptos, e offerecer à Academia de Sciencias o ‘mappa e o diário da viagem que fez desde Villa Bella, capital de Mato Grosso, até a Villa Praça de Santos’, ao qual acrescentou etimologias indígenas, explicativas das denominações locais e as informações positivas, ou de tradição, que alcançou colher em sua derradeira jornada de 530 leguas. (p. 5-6).

E o interior aparece no próprio discurso do intelectual mato-grossense como o lugar que ainda não era civilizado e que dava a senha de que seu alvorecer acontecia em seu tempo presente. Estar entre os que habitavam o interior era já em si, um ato de heroísmo, segundo sua enunciação. “A uns as galas e conforto da vida civilizada, onde puderam ampliar os seus conhecimentos. A outros, os incommodos e aborrecimentos das explorações de paragens remotas, onde a civilização mal alvorecia” (ibid. P. 5).

Foi mais precisamente nas três últimas décadas do século XVIII que chegaram alguns desses engenheiros, geógrafos e astrônomos, com a finalidade de dar seus toques iniciais para a transformação da natureza do espaço fronteiriço. Desde que chegaram ao porto de Belém, eles navegaram pelos rios amazônicos e da bacia do Prata. Cumprindo

suas funções, quadriculavam cada ínfimo dos rios amazônicos que davam caminho para Mato Grosso cobrindo assim região fronteira. Quase nada escapava ao gume dos seus olhares em suas viagens de observação. Ricardo Franco, enquanto estava em Villa Bella esperando o tempo das chuvas passarem e os rios baixarem, era incumbido de produzir mapas.

Com os novos esclarecimentos colhidos, volve o commandante à prancheta, para que Luiz de Albuquerque possa, a 9 de agosto de 1787, enviar ao Governo lusitano ‘o mais correcto Mappa Geographico daquelles paizes que debaixo dos meus proprios olhos fiz também delinear pelo dito Capitão. (ibid. p. 20).

O apego ao local fez com que Ricardo Franco e J. J. Ferreira, transformados já em militares, passassem a exercer a junção de suas profissões já bastante mescladas pela experiência de convívio entre astrônomos, engenheiros, botânicos, zoólogos. Isso os tornavam pessoas de grande espaço técnico de visão. Filhos, portanto, de saberes que obtinham valores, haja vista que as academias portuguesas inseridas nessas necessidades formavam funcionários para colocar em evidência suas projeções. Portanto, suas vidas constituídas em seus exercícios de saber os faziam viver e se sentirem honrados por essa atitude. Assim, uns voltaram e outros permaneceram cumprindo suas funções e recebendo suas honorarias, bem como servindo para efetivar poderes para além do tempo de suas finitudes vitais. Portanto:

Regressaram os astrônomos brasileiros para Lisboa, ao passo que os oficiais lusitanos ainda continuarão em Mato Grosso, de onde não mais se afastou Ricardo Franco. Mas entrega-se mão de preferência às ocupações de caserna que absorvem a actividade de J. J. Ferreira. Ricardo Franco e J. J. Ferreira, com o fim das demarcações, como tinham sido nomeados oficiais militares, passaram a somente exercer essa função. (1928, p. 20).

Eles entraram para a história de Mato Grosso como heróis e que haviam realizado com êxito sua missão de constituição no passado uma parte da construção da figura do Estado em sua trajetória como lugar, segundo o discurso moderno, da emancipação do homem mato-grossense, sendo considerado como um dos seus arquitetos. Consideramos que o IHGMT exerceu sua função no intuito da construção da memória do passado de forma a preencher os espaços com acontecimentos do passado endengrando-os no interior de um discurso que produziu sua ligação a uma origem que os tirassem da orfandade. Para tanto se remeteu a uma origem no passado como ponto inaugural da história. Retirou dessa narrativa ou reconfigurou a redistribuição de acontecimentos, do papel de cada protagonista. Redirecionou, suprimiu, acrescentou ou modificou os documentos transformando-os. Essa operação faz com que deixem de seros

monumentos de um momento discursivo que pertencia à singularidade do passado. violentando esse acontecimento transfigura-os, trasformando-os em novos monumentos em atendimento a demandas políticas e suas tecnologias comportamentais no presente. Com isso, passam a dar vida e certidão ao passado, projetando por ação visando uma plenitude no tempo presente. Esse ato de escrita se materializa em seus momentos de produção historiográfica, não constituindo três lugares desse passado, mas uma duplicação do presente ao ligar-se ao passado e tornar possível uma projeção ao futuro.

CAPÍTULO 6. IHGMT: ARTE E ESCRITA NA NARRATIVA DO PASSADO

6.1 A Rusga e a reinvenção de um acontecimento: arte e escrita na produção da narrativa do passado²⁶

A Rebelião Cuiabana, que ficou conhecida como Rusga, revolta contra a presença portuguesa em 1834, é focalizada pelos sócios do IHGMT em 1934 com a publicação de um dossiê. Essa revolta extrapola os limites planejados por um grupo político que se organiza após a independência do Brasil em oposição à presença dos portugueses em Mato Grosso e da manutenção desses que apesar da emancipação política ainda garantiram para si amplos poderes nas fileiras militares ou como proprietários comerciais em Cuiabá. Mantinham alguma afinidade com os setores mais abastados da população, mas mantinham uma situação perante as camadas populares de humilhação, conforme depoimentos de autores sobre o tema. Ao mesmo tempo ganhavam a antipatia de comerciantes brasileiros por serem eles considerados como brasileiros adotivos e com grande hegemonia comercial no estado. Para se defender esses nativistas se organizaram em Mato Grosso através da sociedade dos *Os Zelosos da Independência* e os portugueses ou “adotivos” se organizaram através da *Sociedade*

²⁶²⁶ O acontecimento denominado como *Rebelião Cuiabana*, que ficou marcado como *A Rusga* foi uma rebelião social, que teve entre seus integrantes duas facções: uma considerada como moderada e outra radical. Podemos dizer que seria mais interessante nomear dois sentidos diferentes: uma mais de cunho popular e que defendia uma independência mais voltada para o atendimento das demandas populares e que almejavam o fim dos maus tratos e humilhações que passavam por estarem submetidos à arrogância dos portugueses adotivos. E a mais moderada, como representante de interesses de comerciantes e proprietários que se sentiam prejudicados com relação aos privilégios mantidos pelos comerciantes portugueses. Os integrantes da *Rusga* se organizaram na sociedade *Os Zelosos da Independência*, enquanto do outro lado dos portugueses se organizaram na Sociedade Filantrópica. A Rusga ocorreu em 1834, na Província de Mato Grosso, e foi semelhante a outros movimentos espalhados pelo interior do Brasil os quais defendiam suas posições perante uma independência que se manifestava ainda no início e que ainda era comandada por uma forma monárquica de governo com fortes laços ao modelo colonial português. Ela aconteceu, portanto, num momento de agitações em várias partes do país e que colocava em jogo não somente o poder monárquico mas os interesses econômicos dos proprietários de terras, industriais e comerciantes. Dentre os diversos outros movimentos contemporâneos a este em diferentes regiões do país, temos a Cabanagem, na província do Pará em 1835; Farroupilha na província do Rio Grande do Sul, em 1836; Sabinada na província baiana em 1837; e Balaiada no província do Maranhão em 1838.

Filantrópica. Entre os Zelosos da Independência se destacaram historicamente as figuras de dois protagonistas: Patrício Manso²⁷ e Poupino de Caldas²⁸.

Para efeito da análise, da escrita dos sócios do IHGMT, houve a necessidade de busca de leituras que ajudassem a fazer uma melhor interpretação do lugar dessas escritas. Com a leitura do artigo de Jurandir Freire Costa, pudemos complementar as leituras anteriores preparatórias para constituição desse tema, que é a ação de um personagem chamado de “mulato”. Termo que surge não por acaso e sim parece emergir com o intuito de ressaltar o lugar da ação de Patrício Manso. A sua cor passaria a marcar o seu corpo e a condução psíquica de suas intervenções sociais, políticas, civis, profissionais e, principalmente, quando resolveu tomar parte no processo de independência de uma população que, pela cor, tinha grandes possibilidades de se identificarem com ele, carregando, logicamente, todas as marcas de suas situações. Eis

²⁷ Antonio Luiz Patricio da Silva Manso mereceu uma biografia de Basilio de Magalhaes (1874-1857), intitulada *Biografia de Antonio Luiz Patricio da Silva Manso* que morou o restante de sua vida em Campinas. Contrastando com as descrições sobre sua vida em Cuiabá, Patricio Manso tem uma biografia muito rica fora de Mato Grosso. Era um intelectual que detinha a profissão de pintor de naves reiliosas, dedicou-se a outras profissões. Apesar de ter sido cirurgião mor e vindo sob nomeação de Dom Pedro I para Cuiabá, ele também exercia por paixão a profissão de botânico. Era muito considerado nesse aspecto e Basilio Magalhaes mostra isso em sua biografia. Uma biofrafia que já dá a ele um tratamento elogioso e respeitável. Assim é o subtítulo da obra: “Biographia, acompanhada de documentos inéditos, desse notável botânico paulista, que contribuiu, em 1823, para as collecções phytologicas do Museu Nacional” (página 1). Afirma que Patricio Manso aparece no ‘Diccionario bibliográfico brasileiro’ de Sacramento Blake (vol. I, pag. 241) com a informação de que “Era doutor em medicina; representou a província de Mato Grosso na Assembléa geral administrativa de 1834 a 1837; escreveu diversos artigos na *Revista Medica Fluminense* e em volume uma memória com o título *Enumeração das substancias brasileira que podem promover a catharze*, memória coroada pela Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro em o anno de 1836 (Rio de Janeiro, 1836, 52 pag. In-4º)” (MAGALHÃES, p. 1). Natural da então Villa de Santos, dedicava-se à pintura, embora não tivesse estudos especiaes. Transferindo-se para Itú, alli decorou o tecto da capella-mor e deixou também seis painéis nas parede lateraes. Referindo-se a essas obras, disse o dr. Ricardo Gumbleton Daunt, em seu interessante estudo intitulado ‘Reminiscencias do districto de Campina em bairro, freguesia e villa’ (in ‘Reminiscencias do districto de Campinas em bairro, freguesia e villa’ (in *Revista do Centro de Sciencias, Letras e Artes de Campinas*, n. 7, de 1º de junho de 1904, artigo reproduzido do ‘Almanack Literário de S. Paulo’, de 1879. Sua obra na Capela foi elogiada por Saint-Hilaire 9in’ *Voyages dans lês provinces de Saint-Paul ET de Saninte-Catherine*, vol. I, pag. 344). Patricio Manso, segundo Magalhães se declarava em atestado autografo professor de cirurgia, Medicina e Farmacia, conforme Regimento de Sua Magestade que Deus guarde’. Em 1820 obteve de Dom João VI, unânime aprovação no poudo difícil exame do estilo, carta de licença para ‘curar de cirurgia’. Logo depois, como se faz certo por um documento em meu poder pedia ao rei e deste obtinha, em 1821, o logar de cirurgião-mór da província de Matto-Grosso, para onde seguiu, em trabalhosa viagem. Era filho de um pintor de paneis de igreja, profissão que ensinou ao filho mas este não seguiu. Ele foi também botânico de renomem inclusive internacional, tendo, conforme escreve Magalhães, ‘também adquirido, no *far-west* brasileiro, sinistra fama como político” (p. 1). O resultado sobre sua pesquisa sobre a catarse feito por estudo de plantas utilizadas por indígenas, foi elogiada por Von Martius. (este documento não consta data). Ver seu texto na Biblioteca Digital do Museu Nacional. Link <http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/0007.html> .

²⁸ João Poupino de Caldas nasceu e faleceu em Cuiabá, 1790 – 1837. Filho de família cuiabana, neto de militar, exerceu cargos, chegando a ser o presidente de província durante a Rusga. Seguiu a carreira militar, foi comerciante em Cuiabá e envolveu-se com política. Participou de movimentos nacionalistas em 1820. Foi considerado traidor dos revoltosos e foi assassinado em 1837.

aí a possível identificação entre Patrício Manso e a chamada população descrita pelos historiadores do IHGMT no dossiê.

O lugar em que se colocam esses sócios para efeito de sentido de suas falas também tem, por sua vez, sua historicidade. Podemos, grosso modo, fazer por uma retrospectiva dessa historicidade enunciada por um deles. Virgílio Correa Filho, em suas *Monografias Cuiabanas*, publicadas a pedido do governo na década de 1920, para servir de referencial de leitura para a geração desse tempo.

Segundo ele, a história da educação começa com a colonização, tendo seu mito fundador com a chegada dos bandeirantes, em 1719. Para Correa Filho, desde essa data o ensino estava limitado a situações difíceis, com falta de professores, de estabelecimentos e que somente teve alguma formatação com o surgimento de espaços religiosos de ensino. “O ensino arrastava-se ronceiramente através de toda sorte de dificuldades, quando a província herdou o encargo de cuidar das suas necessidades escolares.” (Correa Filho, 2002, p. 16). Porém, aos “pais abastados, que ambicionassem dar a seus filhos, menos deficiente instrução, o Colégio Imperial D. Pedro II franqueava as suas portas, transpostas por inúmeros cuiabanos.” (ibid. p. 21).

Podemos notar, desde então, as marcas da segregação que dividem os caminhos que constituiriam a democracia mato-grossense: por um lado, a questão de raças e, de outro, as classes sociais exercendo forte impacto nas sensibilidades de cada um. Dessa segregação já se definem quem escreve sobre quem, quem governa sobre quem, quem age sobre as ações de quem.

Dessa forma, desenha-se um quadro em que surgem dois destinos na formação da imagem do mato-grossense: os que trabalham e não tem tempo para pensar na política; e os que são filhos dos “mais abastados”, após formarem-se voltarão dos centros maiores para governar e decidir tudo sobre a maioria que não tiveram, por diversas razões, acesso para equiparar suas inteligências com as suas vontades.

Nasce daí uma hierarquia dos desejos, dos impulsos e, enfim, de uma vida própria a constituir o mato-grossense dissolvido entre um cidadão ligado aos direitos humanos e um sujeito preso ao emaranhado moderno do Estado Liberal. Este último, sem outra opção, transforma-se em sujeito de direitos metafísicos, numa vida em eterna postergação que faz dele um animal da promessa.

É dessa situação que se acrescenta a singularidade nacional fruto das incursões dos países europeus por todos os continentes a procura de riquezas e de braços para escravizar. De maneira que a construção da nação nasce sob uma verdade ligada a uma natureza que transforma o homem em espécie e cria-se no Brasil com um teor racista de traçado germânico, marcando as leituras dos sócios do IHGMT. Isso aparece nas leituras do dossiê sobre a Rusga e recai, principalmente, para justificar a presença dos “exagerados”.

Tal olhar sobre a diferença já é uma herança do discurso que se propagava no início do século XIX, presente na escrita dos filhos dos “abastados” e definindo a leitura da natureza naquela primeira metade do século XIX. Exemplo disso aparece em Varnhagen, na sua *História Geral do Brasil*, quando diz que: “Por em tudo o país ser de contrastes no estado selvagem, achava-se ele, com toda a riqueza em seu solo e a magnificência de suas cenas e a bondade dos seus portos, tão prestantes ao comercio, possuídos pelas gentes que passamos a conhecer (1981, p. 19).

Ao estudar Varnhagen, Odalia mostra a importância emblemática desta obra e afirmar que: “Devemos passar por ele para conhecermo-nos como nação, visto que em sua obra encontramos os elementos mais significativos da problemática política do nosso século XIX.” (1979, p. 12). Segundo ele: “a bibliografia existente sobre o historiador Varnhagen transforma-o numa aula de civismo, em que seu patriotismo é mostrado como modelo a ser imitado, seu amor à pátria, um critério aferidor de seu trabalho de historiador.” (ibid. p. 13).

Para Odalia, a historiografia, desde Varnhagen até 1939, se caracterizou por destacar aspectos como “organização do Estado, definição de seu papel na estruturação do organismo social, centralização do poder político, função do Estado na condução do processo de constituição da nação e do homem brasileiro” (ibid. p. 14). A consequência disso é que, segundo ele, se constitui uma história com “uma visão de mundo essencialmente política, pois político é o traço marcante e dominador do nosso século XIX às voltas com a tarefa árdua de construir a nova nação” (ibid. p. 14).

Essa forma de narrativa do passado adquire ainda mais relevância por tornar cada acontecimento como parte de uma totalidade a ser preenchida, e que, na leitura de Odalia, se insere “em função da visão do mundo política. É essa visão de mundo que integra e dá significado aos fatos históricos, sendo ela ainda que resume e consubstancia

os anseios, as preocupações, os ideais, os projetos de uma classe dominante em relação à nação que está em vias de se constituir!” (ibid. p. 14).

Por haver essa necessidade de continuidade de um passado projetado a uma conduta de origem, instaura-se um presente em que se constrói uma normalidade e se busca no futuro a projeção de uma nação ainda não efetivada. Para que ela se concretize, é preciso uma forma de tempo supressor que submeta as diferenças às leis dialéticas. Ou ainda, que haja uma organicidade vinculada a uma teoria eugênica onde se constitui um racismo de Estado que nega propriedade a etnias sejam nativas ou afro-descendentes e também a qualquer tipo de movimentos que criem interrupção nessa marcha.

O IHGMT dedicou dois momentos importantes de suas publicações ao episódio da Rusga: na edição do ano de 1923 e no seu centenário, em 1934.

Nesta primeira edição (1923), publica um artigo produzido por Virgílio Corrêa Filho, intitulado *Governo de Matto-Grosso de Magessi a Pimenta Bueno: os prodromos da rusga*. O documento já no seu subtítulo enfatiza os sinais iniciais da revolta acontecida em Mato Grosso em maio de 1834 e que teve Cuiabá como seu maior foco e centro de irradiação. Formalmente, há um enunciado afirmando ser uma revolta contra a presença dos portugueses ocupando postos administrativos e militares, além da presença como proprietários comerciais e latifundiários após a independência do Brasil.

No período monárquico os presidentes de províncias eram nomeados pela corte e pertenciam ao grupo de proprietários de terra. Acrescenta-se a isso o fato de possuírem farta quantidade de propriedades, o que faz com que a violência tal qual existia nesse momento se desse no nível dos herdeiros da terra e a luta seria entre eles. Nesse caso, os deserdados da terra estariam fora do cenário político e econômico. Portanto, se já existiam as lutas partidárias no seio do regime imperial, elas se davam em maior parte entre grupos ligados ao caudilhismo e suas disputas por ocupar espaço de influência junto ao poder da corte. Esse fato oferecia alguma vantagem para cada grupo político no interior de cada uma de suas províncias. Corrêa Filho, ao definir o perfil de Antonio Corrêa, o descreve como:

...inclinado, por temperamento, à vida campesina, preferia muito mais estar em um dos vários estabelecimentos ruraes, que possuía no sertão dentre o Cuiabá e o S. Lourenço, do que refrear as paixões partidárias que num

crescendo de maré de lava, ameaça abrasar a sua gente. (RIHGMT, 1923, P. 106).

Como se pode notar, temos aí dois temas e com eles dois problemas na relação entre o público e o privado. O domínio de mando político definia o público entre os que governam e os que são governados, sendo que os relatos sobre o passado nos apontam que predominou em toda história mato-grossense a presença de grandes proprietários de terra e/ou de comércio.

No período considerado de independência no Brasil, vigorou o regime monárquico constitucional. Nele, os presidentes de província eram nomeados pela corte imperial, sendo normalmente militares. Anterior à independência, o comando estava a cargo de capitães generais e as instituições que lhes garantiam o poder de mando, principalmente a instituição militar. Daí os oficiais portugueses puderam ascender social e economicamente, exercendo, ainda, domínio cultural em seus espaços de domínio político. Esses poderes subjugavam os demais destituídos de qualquer honraria, fazendo com que os dominadores mantivessem a influência, seja pelo clientelismo ou pelo temor imposto pelo poder das armas e jagunços.

Dessa maneira, percebemos um quadro do domínio da autoridade em que se aproximam os “brasileiros natos” dos portugueses, chamados após a independência de “brasileiros adotivos”. Embora tenha havido mudança do regime político, essa cultura política²⁹ foi difícil de desfazer: parecia uma configuração social se formando entre “filhos bastardos” e “filhos adotivos”. Dessa forma, nas relações mantinham-se situações de certo conflito latente que se expandiram no momento de definição do modelo político a ser assumido: que tipo de democracia seria implantado?

O que queremos é observar no interior das escritas as tensões que formas discursivas estão fazendo atravessar o corpo dessas escritas e demarcando domínios de poderes. Na citação abaixo Corrêa Filho faz uma apologia a Antônio Corrêa da Costa,

²⁹ Com apenas pouco mais de uma década da independência do Brasil, ainda seria difícil definir o que era ser brasileiro. O termo *nacional* era mais utilizado no século XIX. Portanto, há um cruzamento entre duas situações nesse momento histórico: haveria mais uma situação de localização econômica no seio da sociedade do que uma configuração nacionalista que unisse uma luta entre nacionais e estrangeiros. No dia a dia as relações poderiam estar demarcando o lado de cada um numa possível contenda política. Nesse caso ser português, como já tinha sido um filho “adotivo”, já era sintoma de que, pelo menos entre os que nas divisões sociais não existiam muitas divergências a não ser, como aparece em alguns relatos, que houvesse disputas econômicas ou políticas a nível local. Ambos os lados tinham em comum a exploração das camadas mais pauperizadas, que tinham como atenuante a situação de miséria e humilhação patrocinada pelos que detinham poder econômico, principalmente os portugueses.

membro de sua árvore genealógica e grande proprietário rural. Foi presidente da Província durante o acontecimento da Rusga, e abandonou o cargo passando para seu genro André Gaudie. Segundo o autor, ele era oposto às lutas partidárias e gostava mais da vida no campo:

Na lida aprazível, posto que afanosa, das fazendas e sítios, em salutar convívio com a Natureza, afizera-se á longanimidade e moderação que os distinguiam. Perturbavam-no sobremaneira as demasias em que se extremavam os políticos contemporâneos, em facções inimigas que se guerreavam de morte. “Conhecia-os de velha data, desde antes que lograsse o posto de Capitão de Milícias que lhe facilitou ingresso nos postos mais elevados.” (ibid. p. 106).

Como vemos no interior do seu texto já estava decretado algo incontestado e que não mais se questionava e nem, às vezes, perturbava a leitura: a facilidade de ingresso em postos políticos elevados e daí o acesso a propriedades da terra eram duas faces da mesma moeda. Durante o período colonial, o rei mantinha seu poder político e arrecadador fiscal através do domínio político sobre a extensão do seu território: tanto quanto ao aspecto vertical focado na população, quanto no sentido horizontal no cuidado da fronteira em relação aos inimigos externos.

Esse modelo tornava comum a retribuição de favores como forma de manutenção do equilíbrio de poder. Por conseguinte, a apropriação de grandes extensões de terras por militares era parte das relações de forças entre o poder metropolitano e suas regiões³⁰. Assim, podemos dizer que tivemos uma independência atípica pela sua ambiguidade política e econômica: enquanto no lado espanhol instalavam-se várias repúblicas, no Brasil se instalava um poder ambíguo em si. Todavia, na prática constituiu uma situação que definiria por um longo tempo posterior as relações de forças no interior das “regiões” da nação e do desejo de construção da unidade nacional.

Com esse modelo, as capitanias passaram a se denominarem de província. O interior dessa noção também, por sua vez, traz uma carga de poder constitutivo das relações econômicas e políticas no seu todo, acarretando problemas sociais e políticos que perduram ainda hoje. Tal prevalência acontece pelo fato de que, quando temos uma forma regimental que mistura poder real e democracia, ao invés de termos um quadro

³⁰ Região vem do latim *regere*: daí provém o poder que está incrustado em seu interior: é um espaço de domínio real, do poder régio, com isso submetido ao regimental da metrópole. Portanto, região vem de régio, poder do rei e que conta com uma certa vassalagem, cujo papel cabia aos militares que obtinham grandes extensões de terras como recompensa dessa fidelidade ao rei.

governamental democrático, na acepção da palavra, perseveram resquícios do modelo colonial.

A palavra *província* vem do latim *provencere*, ou seja, o espaço geográfico que compõem cada região. Representa também uma situação anterior da conquista colonial, com seus saques, ataques sanguinários a comunidades locais e rapinas de riquezas locais. Tudo isso numa relação de desprezo produzido pelo racismo por meio do qual se faz a escala entre branco puro e mestiçagem, sendo estes seres inferiores, sem Estado, portanto que deveriam ser subjugados pelo branco.

Provencere significa *pró vencedor*, levando à inferência de que a nomeação de presidentes de província é uma forma de conquista e as leis constituídas na tentativa de formar instituições políticas não conseguirão retirar dos códigos de leis a marca seca do sangue da conquista. Essa marca ficará impressa na cera mole da lembrança e imprimiria para sempre uma relação nefasta de desprezo por qualquer coisa que provenha das camadas populares.

Quando se ergue uma instituição que vai reescrever o relato sobre o passado, é um momento que traz no seu interior marcas que deixarão consequências no trato com as diferenças: sejam elas temporais ou espaciais, mas que estarão protegidas por silêncios que possibilitaram o sucesso de uns em detrimento da destituição política de uma maioria.

No período republicano, novos dirigentes políticos deixaram de ser do quadro de militares, porém, se olharmos para sua árvore genealógica, é só daí que provém o poder que conquistaram. O poder político, econômico e logicamente a produção de um espaço de mobilidade social, política e econômica estarão marcados por essas produções que são geralmente silenciadas nos manuais escolares.

Os dirigentes políticos que emergiram na primeira república são os herdeiros das formas políticas que antecederam e marcaram os momentos, tanto imperial como republicano. Parecia uma forma de compensação entre o poder central e os oficiais da fronteira. Exemplo disso é a atuação como capitão de milícias de Antonio Corrêa. Esta

atuação lhe garantiu postos ocupados por oficiais militares, e a conseqüente apoderação de terras originariamente de territórios indígenas³¹.

Voltando ao artigo da revista do IHGMT, vemos Corrêa Filho discorrendo sobre o conflito em que os protagonistas eram pertencentes a diferentes setores da sociedade cuiabana, num quadro que repetia a situação política nacional. Por um lado, havia um problema com a inserção das camadas populares (pobres livres, indígenas, escravos, etc), provindos do período colonial. E, por outro, mantinha-se, após a independência, a hierarquia social, onde os portugueses, muitos deles oriundos do meio militar, em grande parte adquiriram propriedades e outros que se constituíram como comerciantes.

A própria forma como se deu a independência no Brasil, em sua mesclagem entre republicanismo e monarquismo, por sua vez já alimentava essa situação. As possíveis ilusões de uma democracia que atendesse ao apelo de todos os integrantes da população acabam por não se concretizar. Contudo, as situações das relações entre o centro político e as situações políticas locais se tornaram focos de discórdias na luta pelo mando local: como vimos na primeira parte desse trabalho, essa situação se prolonga por toda posteridade. Um dos problemas que contribuíram para o conflito foi a ambigüidade de poder próprio do frágil comando monárquico e os desejos republicanos que possivelmente permearam o espaço político e econômico nesse momento histórico.

Esse problema vem à tona quando da abdicação de Dom Pedro I e da constituição do governo regencial. A ambigüidade regimental aparece quando a democracia a ser constituída se materializava, acompanhada da manutenção da hierarquia social que vigorava durante o período colonial. A população, ou seja, os considerados como “livres pobres”, continuaram a manter-se sob uma rigidez social de quase inexistente mobilidade. Os portugueses também chamados de “adotivos”, não só mantinham seus privilégios como desejavam a restauração do poder metropolitano.

Como esse acontecimento emerge na narrativa do IHGMT? Segundo Corrêa Filho:

³¹ No final do século XIX com a reabertura da navegação do rio Paraguai essas terras foram adquiridas por empresas estrangeiras e nacionais. Eram enormes extensões que se ampliavam através de medições fraudulentas ou apropriações de propriedades vizinhas de todas as formas possíveis.

Sentindo cada vez avolumar-se mais a grita contra os adoptivos e diante da rebeldia da Camara de Diamantino, que lhe negou obediência, e falho os meios para se fazer respeitar, André Claudie mandou toda a pressa chamar á sua fazenda o Presidente Antonio Corrêa da Costa, que, apesar de doente, assume novamente o Poder, a 3 de Dezembro. (Corrêa Filho, 1923, p.)

Antônio Corrêa recebe convite de Gaudie para resolver o conflito e responde no seguinte teor, ao receber o officio do

Conselho Administrativo de achar-me quanto antes nessa cidade no exercício da Administração da Província pois que a minha presença pode sanar tantos males, que ameaçam a Pátria: exalta que em mim estivesse a salvação dela! Que de certo seria salva! O estado da minha saúde requer repouso, todavia como a pátria exige de mim esse sacrifício, eu o farei o mais breve possível. (Decreto de 13 de Dezembro de 1813. Officio de 14 do corrente mês. Nota 108 in Virgilio Corrêa Filho RIHGMT, 1923, P. 105).

O que são essas forças que chamam e que convoca seres como seus filhos e que correspondem ao apelo? O que torna isso possível, alguém sair em situação anormal e atender ao *chamado*? Há um saber se apoderando e atravessando os corpos, colocando-os em ação, num dado momento, para atender ao chamado de algo que tem como nome a “Pátria que chama”. E os que se arremessam na luta, também o fazem porque é “pela pátria”³².

Afinal, o que é esse objeto que é requerido pelos dois lados? E como essa noção lança homens às ruas a gritar contra os portugueses “morte aos bicudos”, nome dado aos portugueses também chamados de “adotivos”. E como essa mesma noção coloca outros homens a acusar que aqueles estavam no “tumultuar das paixões”?

³² Lucien Febvre, faz um estudo sobre o uso do termo *Pátria*, e observa que sua noção é na fase moderna, produto do uso humanista que “restaura o patriotismo antigo para aplicá-lo à França” (1998, p. 151). Febvre, recupera um estudo de Aulard, *Le patriotisme français de La Renaissance à La Révolution*, datado de 1921, para mostrar: “que esse patriotismo antigo liga-se a [um] patriotismo moderno” (ibid. p. 151). Porém, o interior do corpo da escrita antiga se dá em um único plano, ou seja, o da *mimesis*, enquanto a escrita moderna traz a narrativa em dois planos, criando um sujeito duplicado entre o empírico e o transcendental. Ver: Auerbach, Eric. (2001), Machado R. (2006), Foucault M. (1988), (1999), (1999b), (2008), (2008b). entre outros. Por outro lado, há a questão da *Honra* como o lugar que justificaria a realização do desejo, mesmo que ele seja sacrificante. Para Febvre, Honra e Pátria, são “essas duas palavras transformadas em fórmula única, essas duas palavras que o tempo acabou por soldar como solda lentamente, no fundo da terra úmida, nas tumbas da pré-história, tantos objetos justapostos dos quais faz um só bloco; essas duas palavras que se tornaram rituais e que os párocos do culto da pátria salmodiavam a uma só voz e a um mesmo tom” (ibid. p. 197-198). Para Febvre quando os historiadores operam e se colocam a dizer: “Vou definir o Estado, a Nação, a Pátria”, são, segundo ele “muito mais ridículos que o esteta em busca da Arte eterna, ou o sociólogo à procura do Social puro. Pois suas definições têm de valer pra todas as épocas, para todas as civilizações que conheceram o Estado, a Nação, a Pátria. Elas dever ter em conta todas as exigências do tempo que tudo desloca, do meio que muda sem cessar, do homem que não é jamais o mesmo homem” (ibid. p. 199). Para saber mais sobre o tema, ver, sua obra póstuma: FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Já sabemos no primeiro capítulo dessa tese que a política adotada após o embate da Rusga foi de segregação das crianças pobres, os destacando dos que eram filhos de “pessoas de bem”, ou seja, de grandes proprietários rurais e urbanos.

Ao receber o ofício do conselho administrativo que o convocava para uma missão, Antonio Corrêa, não representava uma pessoa inexperiente politicamente. Já havia sido, segundo o relato de Corrêa Filho: “Vereador da Camara, em 1824, Conselheiro da Província, no anno seguinte, Juiz de Paz em 1829” (ibid. p. 114).

Ele acompanhara de perto o tumultuar das paixões, ora em desvendado paroxismo causado pela doença que o fustigava. Segundo Corrêa Filho, o seu ancestral genealógico, Corrêa tentara “afastar-se da scena, em que se digladiavam os irreductíveis, recolhendo-se à Fazenda” (ibid. p.115). Porém, ali era surpreendido por uma “Carta Imperial, que o nomeava Presidente da Província.” (ibid. p. 115).

A seguir, o relato de Corrêa Filho nomeia situação que ficou por sua chancela demarcada como uma situação importante de nossa análise: quando se propõe a narrar uma situação, o faz a partir do interior de um discurso: essa missão não agradava a Antônio Corrêa. Porque esses movimentos eram vistos como anárquicos pelas elites oligárquicas. Entendiam esses movimentos como exemplos de arrogância e que grassava por todo o país. Afirma ele: “Pode presumir-se que foi a não grado seu, que acceitou a grave missão de governar, numa quadra em que a anarchia campeava, arrogante em todo o paiz.” (ibid. p. 115).

Há no interior de um relato o surgimento de noções que o torna diferente de outros relatos. Corrêa Filho não “alimentava ilusões a respeito da sua capacidade dirigente”, pois seria impossível uma governabilidade quando o tempo historicizado sofre uma interrupção em sua trajetória, pois o problema era a “tão nefasta occasião”. A supressão desse obstáculo seria inevitável, caso o processo quisesse ter sua continuidade.

Ao considerar a sua situação natural como o mantendo em uma fixidez, ficaria impedido que desenvolvesse seu potencial criador e produtivo. Viver, portanto, requeria produzir: no caso citado, a produção passaria pela necessidade da conquista, formação e consolidação da figura do Estado, por ser este o único lugar da libertação do homem. Qualquer interrupção no modelo da libertação seria considerado como algo irracional,

sem referência, e ser considerado contrário ao organismo social e político. A paz, portanto, dependeria do submetimento à construção do Estado e somente daí se podia falar em libertação.

Assim, enunciar uma “calmaria política” deveria ser considerado como o momento em que um Estado estivesse em sua rota normal e sem imprevistos. Somente nessa condição o presidente resolveria o problema pelo qual é chamado. Esse momento de “calmaria” se traduziria nas condições exigidas para o bom funcionamento do projeto de unidade nacional? Ao se conseguir pacificar os corpos e retirá-los do seu tumulto, abrandar ou mesmo fazer sumir a paixão que comandaria seus gestos, iria com essas ações garantir uma normalidade social e uma possibilidade histórica de constituir um futuro para a nação? Seria retirando dos espíritos seus desvios para que ficassem livres da “anarquia”, que interrompia o tempo. Retomar o caminho que deveria ser “dedicado ao progresso e engrandecimento de sua terra.” (ibid. p. 115).

Com isso se constitui o plano da análise que é um não lugar do tempo: o tempo que está fora do ritmo, do espaço e que se desviava. Temos aí um tempo que deveria ser dedicado à “consolidação da nação” e para tanto necessitava a “constituição do Estado”. Esse se tornava no início do século XIX o lugar da liberdade buscada e do progresso humano almejado como o lugar de sua concretização. Para Cambi, o mundo moderno se produz por uma ambiguidade quando trata do tema da liberdade: ela se daria no âmbito da construção do Estado e, portanto sofre constante ação do governo. O Estado seria o lugar a que se chegaria, quem pretendesse:

libertar o homem, a sociedade e a cultura de vínculos, ordens e limites, fazendo viver de maneira completa esta liberdade, mas, ao mesmo tempo, tende a moldar profundamente o indivíduo segundo modelos sociais de comportamento, tornando-o produtivo e integrado. (1999, p. 201).

Corrêa Filho mostra que em “época normal, de calmaria política, seria, provavelmente, um presidente patriarcal, dedicado ao progresso e engrandecimento de sua terra”. [...], porém, qualquer acidente que impeça uma história que é de superação e busca do Estado Ideal, vê nessas manifestações, desde que haja partilha de decisões com as camadas populares, um obstáculo à manifestação do Espírito e com isso a retirada do mundo empírico de sua fixidez que impede libertar-se. “Mas, nos tempos agitados de então, apenas serviria de pára-choque entre as duas correntes adversárias, dos caramurus e federalistas.” (ibid. p. 115).

Em 1831, houve manifestações populares misturadas com militares em diferentes regiões da nação, como a Rusga em Cuiabá. Porém, quando essas camadas buscavam alguma luz para a melhoria de vida, os poderes acima deles se conciliavam e agiam de forma moderada, temendo a radicalização do movimento. Segundo Barman, quando a corte ainda estava sob a regência de D. Pedro I foi

alvo de ataques acalorados da oposição. Entretanto no alvorecer de 7 de abril, a rebelião se tornara nada menos que um movimento popular. A multidão armada e exaltada, poderia apoiar objetivos mais radicais – uma mudança social fundamental e de caráter republicano. As tropas estavam fora de controle, confraternizando com o povo. Não havia governo. (2012, p. 56).

Esse foi um momento decisivo politicamente, pois a presença das camadas populares ocupa o espaço considerado como democrático, eis que esse espaço se fecha e as oposições moderam-se entre si e se unem para impedir o acesso popular às decisões políticas. Para Barman, o “medo provou-se uma força poderosa de unidade e moderação. O espectro da anarquia silenciava os defensores de uma república. animosidades e disputas suspensas, os políticos uniam-se na monarquia, que garantia a ordem social existente.” (ibid. p. 56).

Tudo passou a ser resolvido mais rapidamente, um novo ministério é nomeado, e os “legisladores também emitiram uma proclamação destinada a restaurar a calma e assegurar obediência ao regime.” (ibid. p. 56). Com a rápida abdicação de D. Pedro I, e todos os encaminhamentos feitos, poderiam ter respirado mais aliviados aqueles aos quais, a presença das camadas populares ocupam o espaço público reivindicando decisões políticas.

A Liberdade Americana nascia negando a participação popular nas decisões. Suas lutas são denominadas de anarquia. Quando há um acontecimento em que há a presença política das camadas destituídas de referenciais próprios, há um relato em que sua ação nunca a tem como protagonista principal e objetiva. Nesse caso o autor credita esse levante popular ao vazio de poder. Bastou apontar uma direção política e desapareceriam os corpos tumultuados. O relato passa a sensação de que a ocupação popular do espaço político é algo coadjuvante de quem tenha proposta e referencial político para conduzi-la. O tumulto se dava porque havia “falta de qualquer alternativa prática ao regime em vigor.” (ibid. p. 56).

A presença de alguma figura fora do referencial e que coloque em risco a estabilidade política é redistribuída de forma que nunca seja ela mesma a protagonista principal. Há sempre outro acontecimento determinando a emergência política, principalmente dos considerados como os “pobres”. Esse momento se torna um tempo fora do lugar em seu tempo, uma anormalidade que deve ser suprimida, redistribuída para que sua memória não ofereça excitações a novas sedições.

Em tempo “normal”, uma paz constitui uma sensatez: esse tempo normalizado seria o lugar ideal da construção da nação. Seria um espaço pacificado e com isso um tempo que pode avançar. Lembremos que em meados da década de 1840 é implantado no Arsenal de Guerra o espaço do disciplinamento das crianças pobres.

Reconhecendo perfeitamente as dificuldades que lhe embaraçavam a ação administrativa, aconselha paternalmente primeiro que reprima pela força os crimes. (cf. CORREA, RHIGMT, 1923, p. 107 nota 114).

6.2. O Centenário da Rusga e a produção de um dossiê em 1934.

Quando camada mais empobrecida da população ocupa o espaço político, é ignorada e a menção se limita às lideranças. Entretanto, quando é lembrada, a nomeação se dá colocando-a como responsável pela violência cometida, embora com o cuidado de eleger para ele a situação de ausência de atitude própria. Para tanto, seria nomeada coletivamente de “populacho” e que não representava a sociedade de alta cultura herdada dos seus maiores. O governo, ao atuar nesse momento, seria atacado por fogo cruzado de ambos os lados, tendo na população mais empobrecida os violentadores iludidos por homens sem lastros de nobreza.

Em 1934, ano que a Rusga completava o primeiro centenário, o IHGMT dedicou uma edição à produção de um dossiê sobre esse episódio acontecido em 1834. Foi organizado em cinco artigos assim distribuídos: Philogonio Corrêa – *A significação da Rusga*; Virgílio Corrêa Filho – *Antecedente e consequências do movimento nativista*; Firmo Rodrigues – *O elemento português na Capitania de Mato-Grosso*; Franklin Cassiano – *Antonio Luiz Patrício da Silva Manso*; Jose de Mesquita – *João Poupino Caldas*. Além desses artigos, a revista trouxe na sua parte final documentos como

correspondência oficial, inquérito sobre os acontecimentos de 30 de maio, Manifesto de 1836.

No primeiro artigo de Philogonio Corrêa – *A significação da Rusga*, o autor inicia seu artigo elencando os participantes principais que, em 24 de agosto de 1833 se reuniram e aprovaram as bases da *Sociedade dos Zelosos da Independência*, cujos intuítos políticos, segundo ele, “abrangiam também ideaes republicanos”. Assim, afirma que essa reunião se deu por iniciativa do “Dr. Paschoal Domingos Miranda, secundado por Antonio Luiz Patrício da Silva Manso, Braz Pereira Mendes, José Alves Ribeiro, Joaquim de Almeida Falcão e Miguel Dias de Oliveira todos nativistas exaltados”. (‘Datas’ – Vol. I – Pag. 113, RIHGMT, 1934, p. 17). Do outro lado do conflito, os restauradores se organizam, “para combater a ação política da “*Sociedade dos Zelosos da Independência*”, para esse fim “o elemento português, que dominava pela superioridade numérica, creou a ‘*Sociedade Philantropica*’”. (ibid. p. 17).

Em seguida, Corrêa coloca um aspecto que irá ajudar em sua argumentação de desnecessidade da proporção violenta com que o movimento se empreendeu. Tudo fazia crer por esse discurso que já havia uma relação bastante mesclada e que levaria à possibilidade de descrever uma sociedade cordial. Segundo ele: “Demais, na época, não era raro o brasileiro nato alistado nas fileiras luzas, assim como eram muitos os adotivos militantes nas fileiras nativistas.

Fazendo alusão ao conflito envolvendo as invasões estrangeiras, cria uma semelhança entre esses líderes e o “calabarismo, filho de interesses baixos e de paixões secundárias”, o qual, segundo ele, “surgia numerosos num momento de tanta confusão” (1934, p. 18). Recorre à narrativa de Visconde de Taunay *A Cidade do Ouro e das Minas*, fazendo uso de seus estudos sobre “as causas plausíveis do morticínio de Maio e os antecedentes desse movimento nativista, tão semelhante aos da *Guerra dos Mascates*, pela qual ninguém se lembra de condenar a índole dos pernambucanos. Com esses referenciais constrói um deslocamento dos motivos da violência, deduzindo ter sido por inveja dos nativos em relação aos portugueses:

Desde os primeiros tempos da independência, os portugueses, bastante numerosos em Matto-Grosso, e sobretudo concentrados na cidade de Cuiabá, se haviam tornado alvo de inveja e malquerença, já pela indisputável preponderância commercial, já por vexatória influencia política, confirmada e ampliada com a Constituição de 25 de Março de 1824, que lhes dera a feição de brasileiros adoptivos com todas as regalias de cidadão natos. (ibid. p. 18).

Após citar os nomes dos principais personagens entre os adotivos, continua sua leitura através da interpretação de Taunay e define o perfil da razão do acontecimento. Reproduzindo a forma da escrita, afirmava que o que movia a revolta era particularmente a cobiça e o rancor, os quais excitavam o sentimento de ódio contra os portugueses e acrescentavam a forma áspera no tratamento com os nativos.

...particularmente excitava a cobiça e o rancor de não poucos filhos do paiz também negociantes, sendo o sentimento de odiosidade augmentado pela imprudência e altanaria dos adoptivos, habituados ao mando dos tempos coloniaes, duro e áspero, sobretudo nas Capitánias mais distantes. (ibid. p. 19).

Podemos observar na citação seguinte como se dá a construção da sua trama, onde os protagonistas acabam por saírem de cena para dar lugar a uma situação em que deixam de ser portadores de suas próprias indignações. Por outro lado, anula a ação do líder que aparece na cena do acontecimento, onde uma monarquia em crise de transição de mando ocupa o lugar de protagonista da luta, empalidecendo a presença dos reais contendores.

Com isso, o autor expõe o não-lugar da presença de Patrício Manso, ao mesmo tempo em que o elege como o aliciador que aproveita a oportunidade de crise. Dom Pedro acabava de abdicar, o filho ainda não podia assumir seu lugar por problema de minoridade. Existe aí um vazio objetivo demarcando a forma de silenciamento dos atos populares e do papel das lideranças que se despontaram.

Alguma coisa irá se passar a partir daí, ocupando o espaço da causa real que retira do acontecimento sua causa profunda: havia um vazio, uma vacância que leva a população a uma situação de discórdia, de se licenciar da obediência costumeira e cair na desordem e algazarra. É nesse momento que nasceria um sentimento propício para ouvir os maus conselhos e de juntar a isso a índole popular para o desvio e a prática de excessos.

Essa situação de desordem, forçada pela grave circunstância social na qual havia antecedentes das relações políticas e econômicas afetadas pela crise da mineração, seria ocupada por especialistas em comandar e agitar o que já estaria em crise. Por isso, entram em cena os personagens de quem tanto se fala e nunca se lê algo que tenham eles mesmos, escrito ou falado. Dessa maneira, a presença de Patrício Manso e Poupino de Caldas ocorreriam, em graus diferenciados de análise, como aqueles que se

aproveitam da situação de conflito. No caso de Patrício Manso, é lhe pintado um quadro de aspereza da vida que lhe facilitasse a participação, pois ele era parte da crise que se abatia sobre Mato Grosso.

Congregando os elementos, foi então que Patrício Manso, de origem bahiana (sic) e contando com as simpatias que grangeara, como médico militar, em um batalhão alcunhado dos *periquitos* e chegado da Bahia³³, onde; aliás, como em todas as províncias do Imperio, se agitava a mesma questão de rivalidade, foi então que ele resolveu, com outros companheiros, tramar no seio da maçonaria uma conspiração com o fim, *não sem dúvida de matar e trucidar a sangue frio, desalmados portugueses*, porém sim de prender os mais influentes e expulsá-los á viva força de Cuiabá, esperando que o terror completasse a obra e a generalizasse por todo o Mato-Grosso (ibid. p. 19).

Limitando-se ao relato, o autor não emite comentários nem a favor nem contra, tampouco refuta os acontecimentos. A fala dos homens do povo torna-se, por definição, sem profundidade. Não há lugar para se tornar justo o papel de Patrício Manso ou Poupino de Caldas nesse processo. Há sim lugar para a refutação de suas presenças. Elas se dão por um redizer para a explicação de suas razões. Só há um lugar para refazer as falas dessas personagens, de maneira que a própria definição da vida de cada um deles, suas origens e funções na vida passada, desfaria qualquer pretensão de servir de exemplos para uma história que apontaria para um futuro a ser reerguido no século XX. Seguindo seu argumento, constrói sua trama inspirada nessa parte no relato de Taunay, o qual considera que escreve com “critério e competência”,

o desassombro com que acerbamente critica esse movimento executado ‘*em quase todas as localidades daquela província*’, o grande conhecimento que elle tinha da nossa gente e das nossas cousas, dizem bem do valor das suas apreciações e das grandes lutas ateadas em todo o Brasil, quando ‘*os agitadores perturbavam o bom senso e a natural cordura do povo*’” (ibid. p. 19).

Não haveria o contra senso, a não ser uma sensibilidade contrária, porém instigada por agitadores. Era preciso redizer as palavras para redizer a razão de Patricio e Poupino, sem, todavia, repetir suas escritas ou algumas falas que porventura tenham virado refrão no calor da disputa. Aliás, quem sabe em Mato Grosso o que Patrício Manso escreveu alguma coisa? Se escreveu algo, há grande dificuldade de sua exibição.

³³ Quanto à origem de Patrício Manso, os outros articulistas afirmam ser ele, paulista, nascido em Santos e com passagem por Campinas. Também, segundo os outros relatos ele veio para Cuiabá para servir como cirurgião mor, profissão não remunerada que era de nomeação do Imperador Dom Pedro. Em Cuiabá atuou como botânico nas redondezas da cidade, plantando e estudando plantas e participou de um projeto de construção de Jardim Botânico. Era considerado como pessoa culta e recebeu aprovações de pessoas famosas do mundo naturalista.

Suas palavras não podiam ser repetidas e o seu discurso era apenas refeito, não dependendo da documentação e sim de invenção.

Portanto, destaca-se a descrição do que foram os danos morais e materiais por eles promovidos, bem como as reivindicações que eles incitaram no “populacho”. Todavia, eles não possuem uma fala própria, sendo os historiadores quem lhes emprestam o lugar de onde emitirão suas expressões. Suas ações ficaram marcadas apenas por retóricas comprometidas em satisfazer o sucesso de outro acontecimento, que era a plena realização política do presente de cada um dos sócios do IHGMT.

Tal forma de imitação serviria de modelo nas escolas como exemplificação moral, pois elas querem que façam falar personagens elevadas à dignidade literária, personagens por meio dos quais se formam subjetividades que não mais repetiriam o que deveria ser silenciado. Assim, os heróis do passado vão sendo reconstituídos por uma disjunção do relato em que há o despojamento, tanto dos líderes como dos liderados, de suas razões e de suas formas próprias de falar o que sentiam naquele instante.

Construído o cenário do acontecimento, expõe seu lugar como defensor e que vai falar em nome do povo que, segundo o que Corrêa concordava com Taunay, “eram perturbados pelos agitadores que lhes afetavam o bom senso e a natural cordura do povo”. Observamos no relato de Corrêa a destituição do povo como sujeito da ação direta, através da nomeada sensatez e cordialidade. É com essa inserção que é redistribuído o papel das camadas populares nesse episódio. Entraram na história por uma narrativa que lhes retirou a possibilidade de falar a respeito dos seus lugares na luta pela independência.

É, pois, em nome dessa cordura e desse bom senso, tão nobremente reconhecidos e proclamados pelo escrupuloso autor da ‘Inocência’, que nós agora, justamente um século depois das lamentáveis ocorrências da ‘Rusga’, nos erguemos para protestar contra os que levianamente ou maldosamente nos pretendem, por tais ocorrências, depremir ou condenar” (ibid. p. 19).

A sua argumentação afirma que “os intuítos do movimento foram, durante a noite, desvirtuados por desordeiros amotinados e pela tropa insubordinada insuflada principalmente pelos ‘Cabeças e desumanos Canibais do acontecimento de 30 de Maio e suas continuadas consequências que até o dia de hoje tem horrorizado o povo’. Ele mostra ainda que “as autoridades calmas e criteriosas e a ordeira população cuiabana”,

foram postas “à disposição do Governo para conter os desmandos ‘e coadjuval-o no restabelecimento da ordem publica e sua autoridade legal;

Abastardados os seus intuitos e explorada a sua ocasião, degenerou se o seu programma de expulsão do elemento luso exaltado e intolerante, em lastimável massacre de adversários mais em evidencia. Para esse desfecho, entretanto, não contribuiu a totalidade da nossa população, mas exclusivamente um grupo de exaltados alliado à tropa indisciplinada. (ibid. p. 20).

“Passado o primeiro momento de torpor que succedeu à conspiração, as autoridades apoiadas pelos elementos disciplinados que constituía a grande maioria da população, pode restabelecer a ordem.” (ibid. p. 22). A situação de inferioridade com que se constituía a parte mais pobre da população não lhes facultava formas de liberdade que não estivessem no bojo da construção de uma democracia a serviço do Estado, enquanto construção histórica da concretização do espírito científico. Essa intervenção, portanto, “patenteava sua exclusão dos modos verdadeiros do ver e do dizer”, segundo o que conceitua Rancière (1995, p. 9). Para ele,

a escrita é aquilo que, ao separar o enunciado da voz que o enuncia legitimamente e o leva a destino legítimo, vem embaralhar qualquer relação ordenada do *fazer*, do *ver* e do *dizer*. A perturbação teórica da escrita tem um nome político: chama-se democracia. (ibid. p. 9).

6.3. Virgilio Corrêa Filho e o discurso da “exaltação na leitura da ocupação do espaço político pelo “populacho”

A abdicação, no anno seguinte, açularia a nevrose do motim, intoxicadora do organismo da Província, ‘que desde 1821, consoante affirmativa de um observador sagaz, Antonio Corrêa da Costa, ‘está em uma anarchia moderada, mas que só com o tempo se pode vencer’. (Corrêa Filho, 1934, p. 29).

Lusophobia era o nome dado à continuidade do grito: independência ou morte? Ao considerar como uma fobia por portugueses, Corrêa Filho reconstitui o acontecimento dando a ele outra coloração por sua escrita. Termos como consentimento por parte de Poupino de Caldas, delação por parte dos escravos dos adotivos fugitivos, cumplicidade deste com os revoltosos, carências das forças militares, acaudilhamentos por outros veteranos de “arruaças” são, entre outros, formas de desfigurar o interior de uma proposta dos populares que ficaram silenciadas por essa forma discursiva que destituiu o poder dos envolvidos na contenda, ao retirar as suas falas de cena e falando

em nome deles. Fazem-nos eles falarem por outro discurso que os tornam mudo e redistribuído no interior da narrativa da revista do IHGMT.

Poupino de Caldas passa a ser um dos seus líderes influentes, juntamente com Patrício Manso. A multidão enchendo a praça gritava: “Vivas a Poupino e morram os pés de chumbo”; porém que destino tomou seus sonhos? Como eles seriam recompostos quando entrassem para a história. Corrêa Filho, em um ato de escrita, define o relato que determina o lugar de cada um no espaço político. Segundo ele:

Quem não se ocultasse, fora da escravaria delatora, ou corresse, na evasão, “difficilmente escaparia à caçada implacável, em que o governo de Poupino consentiu, fosse por cumplicidade resoluto com os exaltados que desencadearam o motim de 31, de análoga finalidade, embora incruente, fosse pela carência de elementos para dominar a desordem, acaudilhada por veteranos de arruaças, que traziam fama de outras Províncias, onde participaram de insurreições semelhantes.

A figura de Poupino de Caldas é retomada e reinscrita no seu relato, a partir da sua mudança de posição na luta. Ao sair em busca da paralisação da ação dos integrantes da revolta que parece ter fugido aos planos dos líderes moderados sente-se impotente. Num segundo momento ao participar da perseguição e prisão dos considerados cabeças do movimento, passa a ter sua biografia modificada em relatos: ora negativos, ora positivos. Para Corrêa Filho, Poupino de Caldas:

Reagiu, mais tarde, é certo, e por isso foi arguido de perseguidor dos seus correligionários, que summariamente o condemnaram a morte. E o executaram a 9 de maio de 1837, quando Pimenta Bueno, feito Presidente, diligenciava apagar os últimos indícios dos excessos dos exaltados, bem como da facciosa vindicta reacionária (Correa Filho, p. 23).

A história escolhe o que é simpático e o que não é o que são crimes justificáveis e o que não são crimes que se possam considerar justos, os revalidam ou excluem. O passado de Mato Grosso é um verdadeiro rosário de mortes, chacinas, tocaias, rapinagens, massacres de etnias, como foram registrados em uma infinita repetição sempre sangrenta: um desses massacres foi ordenado pelo Capitão General Luiz de Albuquerque e Cáceres, no local entre os rios Cuiabá e São Lourenço, território habitado pela etnia Bororo; o massacre dos Kaingang pelos “bugreiros”, a serviço de fazendeiros; a total extinção dos grupos étnicos Paiaguá, Guaicuru, e até nossos dias o drama vivido pelos Kaiwoá, que estão sendo ameaçados de massacre armado, e tantos outros que marcaram de sangue as páginas silenciadas da história da conquista do espaço da fronteira oeste e todo território brasileiro. Portando excessividade ou

gravidade de atos guerreiros tomam suas dimensões de acordo com o lugar de cada um e também dos conceitos produzidos para garantir a justificativa dos atos.

O “povo” figura herdada da revolução francesa e da emergência do Terceiro Estado a partir de seu domínio administrativo nos Estados Europeus do século XIX. Ele foi re-distribuído nas narrativas e deixaram suas marcas também nas construções das narrativas dos Estados Nacionais do ultramar. Se num primeiro momento o discurso das raças serviu para marcar o Outro de outra nação, de outro grupo étnico, quando da formação de uma unidade nacional esse conceito é utilizado para criar uma fragmentação no interior desse mesmo povo. Ao criar uma super-raça como matriz de sua formação cria simultaneamente uma camada desse povo como uma sub-raça e daí a justificativa, através desse racismo de Estado para o massacre e segregação de parcela da população. o racismo tornou-se um meio de introduzir um corte definindo historicamente e em nome de uma evolução transcrita como uma história ligada a uma filosofia da continuidade em busca de uma totalização concretizada do espírito a ser reencarnado na figura do Estado. O liberalismo constitui daí uma democracia onde a liberdade do povo passa a ser inscrita nessa narrativa da produção de sujeitos ligados à sua história.

O racismo serviria de fundamento para constituir uma unidade nacional, se inserindo como mecanismo de poder. “No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação a outros.” (FOUCAULT, 1999b, p. 304). A construção dos relatos vê permeados por esse domínio biológico, que permite com isso uma mistura de raças e maneiras de subdividi-la e a fazer cortes no interior de uma continuidade biológica: é a esse contínuo que se dirige o biopoder, ou seja, constituir um tempo da condução da mistura de raças há um tempo onde a história seja de sua miscigenação, sua evolução e a ação genética da supremacia branca.

A morte se produz nesse caso de maneira sutil na força das palavras que se interiorizam numa gramática avassaladora que intui uma subjetividade que permite uma relação positiva do tipo quanto mais você matar, quando mais deixar morrer, mais é possível você viver. Como mostramos na primeira parte do trabalho, juntamente com

essas construções historicizantes há toda uma demanda, mesmo na situação precária do Estado, no sentido de eliminar na população resquício das raças de onde se originaram e mantendo com a diversidade cultural herdada relações dissimétricas, e deformando com isso pela interpretação as singularidades de cada uma dessas culturas.

Ou num segundo momento aos já expropriados pelo avanço do processo expansional capitalista rumo a oeste, a depuração dos expropriados tido como subraças já nas relações de classe. Elas serão como vimos alvos dos projetos de higienização, de alvos em potências da justiça, que produz ações sobre outras ações inseridas no discurso biológico, já composta de uma natureza voltada para a produção tendo como verdade uma economia voltada para o mercado. Uma população produtiva reclamava a presença do Estado policial, jurídico, higienizador, como forma positiva de matar resquícios que mantinham funcionamentos sociais considerados como marginais construções que colocam nomeações e classificações de diferenças como sendo próprias da “raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (ibid. p. 305). Lembremos como o Chefe de Polícia Firmo Rodrigues ou o Presidente de Estado Costa Marques eram requeridos quando de suas viagens pelo interior do estado. Deslocando parte da luta, pois ainda havia confrontos com indígenas resistentes, o racismo vai permitir uma relação não só guerreira, mas também biológica no sentido de fazer desaparecer, seja, eliminando ou reinserindo em um novo discurso, as espécies consideradas como inferiores e como elas tendem mesmo a serem extintas por um lado e engrossando o espaço das cidades onde sofrerão novo combate. Portanto quanto mais espécies inferiores e indivíduos anormais serem extintos, ou segregados, menos degenerados haverá em relação à espécie. A política, reclamada pela população considerada como normal, no quadro produtivo da nação, se dava no sentido de dar conta dos “deserdados e degenerados”. Assim fazendo, quanto menos dessa “sub-raça” subsistir, mais haverá a purificação de cada indivíduo, pensado como espécie e posteriormente como população. Mais cada indivíduo crescerá forte, vigoroso e mais poderá proliferar e constituir essa tão sonhada população produtiva e ordeira pela espécie e sua realização emancipadora através da consolidação do Estado e daí de uma sociedade cível pacífica.

A função assassina do Estado só poderia ser assegurada, desde que o Estado funcionasse reconstituindo essa população colocando um marco divisor no seu interior. Nele se constituiria uma super-raça que teria historicamente sua matriz no bandeirante,

símbolo do sangue ariano europeu e inserido em uma economia liberalizante de uma natureza que se mantinha fixa. Nela todas as espécies retomariam sua produção racionalizada numa continuidade totalizante. A partir de um discurso modernizante a noção darwiniana da hierarquia das espécies oriundas de um único tronco e da seleção eliminadora dos menos adaptados contribuiu no século XIX, não como maneira de transcrição em termos biológicos o discurso político ou o ocultamento do discurso político por uma capa científica, mas como uma genealogia do poder positivado poderia mostrar que esse evolucionismo tornou-se “realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc.” (ibid. p. 307). Podemos notar na narrativa que constituiu a configuração de personagens do passado como figuras exemplares para a coação moral no presente, ou as mortes por eles ordenadas ou produzidas de forma indireta por suas ações, sejam elas técnicas ou militares, sempre foram justificadas por esse evolucionismo historicista e sua busca da totalização aperfeiçoadora da raça brasileira e no nosso caso em estudo, constituidora da figura histórica chamada de mato-grossense. Em outras palavras como que cada vez que se tornava preciso a eliminação de centenas de vidas e cada vez que houve esse enfrentamento, a gravidade do acontecimento que condenava a morte. Ou a luta e riscos de contínuas populações iam sendo transladadas para dar solução ao problema do povoamento da fronteira, quando essas populações morriam de forma dramática ou as refregas retaliadoras que El minavam grupos nativos totalmente como os Guaicuru, Paiaguá entre tantos. Como a narrativa produzida pelos sócios do IHGMT justificava tudo isso se não na forma de um evolucionismo transformado em uma história como forma de amenização da gravidade desses fatos.

Foi ao ser introduzido o conceito de raças para o interior do próprio quadro populacional que esses conceitos foram sendo produzidos. Nele o povo é recolocado como o que age corretamente, o considerado como o “populacho”, ou aquele que fala sem propriedade, sem fundamento histórico que lhe proporcione uma verdade no que fala e é considerado como um desrazoado, sem referencial no que fala. Sua fala é então recolocada na voz daquele originário do caldeamento e já com componentes considerados genética e culturalmente advindo da super-raça. Com isso torna possível a fragmentação do “povo” e a posse da palavra lavrada em seu nome. Dai poderá ser dito que quem participou foi aquele que agiu excessivamente e com isso ganhou a antipathia

geral do “povo”, ou a camada considerada pelo relato como a camada mais fina da sociedade, conforme o relato de Corrêa Filho sobre a cena do crime. O autor constitui outro conceito de crime aquele vindo de quem não era de direito praticá-lo, por isso passaram a serem considerados “crimes injustificáveis”:

Os triunphadores da Rusga sentiram a antipathia geral, que os envolveu, gerada pelos crimes injustificáveis praticados à sombra da bandeira nativista, destinada à Victória sem deslustre. Aniquilaram, em verdade, os adoptivos, mas perderam a sympathia, que lhes estimulava a ideologia inspirada pelo nativismo. Harpodados pela justiça, seguiram alguns a cumprir a pena, em que incorreram, enquanto outros se dispersaram, pelo interior immenso da província, onde a pouco a pouco foram perdendo os ardores bellicos em que extremaram a 30 de Maio. E o silencio desceu sobre a tradeia collectiva, que os algozes e victimas, ou seus descendentes, cuidaram de esquecer (Corrêa Filho, p. 24).

Assim, ele demonstra que não havia razão de ter acontecido da forma como aconteceu. Ao mesmo tempo desrazoada e coloca de forma negativa na opinião desse “povo” que por ser bem constituído de forma pacífica e ordeira não tenha participado. Daí constrói o julgamento de um povo mudo que fala pela boca do autor e julga os personagens que entraram em cena no embate ao sugerir serem pertencentes a situações anormais. Mostra que na disputa política pela condução da democracia demarcava os lados e o tipo de democracia que iriam se submeter e o que a independência poderia significar para eles.

A Rusga, portanto, através de uma mimeses construída sob a égide de um segundo plano histórico de cunho evolucionista, onde a mistura de filosofia e história transforma a repetição do relato em uma narrativa que irá justificar o lugar de cada um em seu espaço e tempo. Podemos sugerir que o acontecimento não foi fruto de uma memória que se dava em um plano físico superficial, como seria quando fruto de repetição mimética e sim objeto construído por uma redistribuição conduzida sob o foco de outro discurso: aquele que atendia a uma plenitude no presente como forma de angariar um lugar no futuro da nação. Podemos observar quanto aos autores certa preocupação durante grande parte dos relatos não em afirmar como sendo falaciosos os relatos sobre o acontecimento, mas mostrar que não foi verdadeiro nem falso, nem aqueles que foram à rua foram representados como errados ou certos.

Aqueles que foram à rua são contados como não tendo ido, pois o povo não aparece nos relatos durante o ato, mas a multidão que lá estava na praça passa a ser descrita com sinônimos negativos e que não seriam o povo. Em troca do silêncio são

elevados à dignidade do que proveu o relato, ou seja, da literatura que comandou a forma de escrita. Uma nova vacância de poder acontece desta vez do lado dos restauradores: o rei está morto então não há mais razão de luta. A paz parecia depender da morte do príncipe. Assim, fica destituído o poder de um grupo, pois sua potencia não residiria num projeto, mas na figura do príncipe.

Cessara, aliás, com o desaparecimento do Duque de Bragança, qualquer pretensão restauradora. A maioria precipitada de Pedro II iniciara nova era que a todos envolveu de radiosas esperanças. Não caberia mais nenhuma campanha nativista na Província, que por longos anos viria viver em sossego, até a explosão lopesina, que mais gravemente a golpearia (ibid. p. 24-25).

Solano Lopes torna-se um marco divisor do tempo da violência indesejada e sem lastro histórico que a justificasse. Cria um tempo entre duas violências: da Rusga em 1834 e a Guerra do Paraguai em 1864: três décadas de “sossego”. É da paz submetida por códigos de leis e pela constituição de uma normalidade que faria com que a população se envolvesse em “radiosas esperanças”. Nela não caberia mais a presença daqueles que se arrogaram um lugar no espaço político e daí nenhuma campanha nativista aconteceria na Província, segundo o autor, durante longo tempo. Porém bastou entrar em cena um conflito para por fim a esse “sossego”. É importante antever, que foi após a Guerra do Paraguai, que se iniciou como vimos no segundo capítulo, um tempo de caudilhismo ligada a bandoleiros. Ou melhor, um tempo em que a forma guerreira com que o “populacho” ou seja, aqueles que agiam de forma “exagerada” voltariam à cena política já num novo formato: bandos em grupos armados e manteriam uma relação com os chamados “coronéis” considerados como integrantes de um caudilhismo. Esses novos personagens se deram como produto de um deslocamento da inserção das camadas populares no cenário político: como bandidos ou como jagunços a serviço dos que já lhes haviam usurpado o direito de viver como haviam sonhado no período regencial. Isso se deu não só em Mato Grosso, porém em várias partes do espaço nacional, sendo todos massacrados pela nova proposta de unidade democrática para a nação.

Mesmo parecendo o uso de uma digressão histórica, o ato de voltar aos acontecimentos desse período de “sossego” como entremeio entre o que o antecede, ou seja, a ocupação do espaço político por aqueles que não eram autorizados a essa ocupação e posteriormente ao novo papel em que puderam se instaurar na cena política, haja vista, a sua nova classificação como aquele que age por sua inferioridade biológica

como uma sub-raça, numa trajetória dos homens infames indo do excesso político à inscrição como delinquência política. Essa nova inscrição não se deu de forma pacífica e sim por uma ação segregadora como mostramos no caso da grande internação de crianças que se deu por cinquenta anos preenchendo todo esse período de “sossego”. dele surgiu esse novo lugar dos que foram considerados como inferiores e homens sem razão de luta. Por outro lado a importância desse capítulo que se localiza na década de 1930 se dá pelo fato do tema da violência estar sendo produzido como forma de deslocar o alvo dos ataques do governo federal ao caudilhismo regional. Ocultar a violência caudilhesca que se iniciou, com o “sossegamento” do nativismo e com a saída de cena do “populacho” como protagonista. Com um segundo que foram quando entraram em cena por sua conta própria de sua criminalização ao ponto de voltarem como bandoleiros ou recrutados nas fazendas para comporem os quadros belicistas a serviço da manutenção do poder oligárquico

O ano em que era publicado esse dossiê completava quatro anos em que havia sido quebrado um domínio das oligarquias mineiras e paulistas em conluio com o coronelismo regional. Em 1930 o ciclo em que imperou esse acordo político chamado de *café com leite*, é quebrado com a ascensão do Getúlio Vargas. Suspensas as eleições regionais, há a presença dos interventores e intendentes constituindo uma relação de controle por agentes do governo administrando de forma mais centralizada esse regionalismo acostumado às lutas coronelísticas. Essa presença tem o inevitável acolhimento local e que contribuiu para que o coronelismo entrasse em declínio na década de trinta, acirrando-se ainda mais em 1937 com a emergência do Estado Novo, como ficou conhecida essa fase varguista.

6.4. Firmo Rodrigues e o elemento português na capitania de Matto Grosso.

A relação entre ser ou não português ou brasileiro era uma questão que extrapolava o tempo do acontecimento. Objeto construído pelo IHGMT em dossiê publicado em 1934, um acontecimento é revalidado ao ser redistribuído no interior de uma escrita: pautada por uma escrita uma política de um tempo apropria-se de relatos de outro momento e ao dar uma cientificidade ao acontecido lhe refaz a estética. Isso se dá

no interior de uma linguagem que reinstalou a forma do tempo, revalida a estética anterior e a reintroduz numa continuidade. Atendendo a uma plenitude do presente insere o passado e o reindereça ao futuro, numa duplicação da história.

Não obstante, quando nos localizamos no tempo em que estão sendo construídos os artigos desse dossiê, podemos observar que é um tempo de re-afirmação da identidade abalada por uma mudança no mapa político que determinava o jogo de afirmação da figura do Estado Nacional Brasileiro.

Para essas narrativas era preciso confluir tempos e acontecimentos propriamente anacrônicos como forma de dar resposta a um jogo de poder que colocava em disputa o poder político e a remetia a outro tempo como forma de refazer o jogo do presente. Num momento de luta pelo nacionalismo getulista havia um combate a poderes políticos na composição do mando do Estado e sua ligação a situações regionais. A violência como estereótipo que caracterizava Mato Grosso tornava esse estado alvo do combate pelo governo central, pois via nessa região como em outras de espaço nacional com mecanismos de manutenção do poder oligárquico.

O objeto eleito pela revista do IHGMT foi escolhido como proposta de refazer uma história da violência e elege a Rusga e a presença de uma violência eleita como grave e a remeta aos protagonistas dando a eles uma explicação marcada por um racismo como fator de desencadeamento do seu grau de violência. Nele são construídos conceitos, como, por exemplo, brasileiro (em estado de amalgamação), em contraponto com português e o lugar de cada um no jogo democrático na construção de uma independência nacional e a forma de autonomia desejada. Essas produções se davam por uma necessidade de construção de uma forma de vida civilizada no seio do embate que definiria a vontade individual de cada um na partilha do sensível a partir da inteligibilidade produzida.

Concomitantemente à tentativa de constituição de uma nacionalidade, e com ela uma democracia, mesmo considerando estar num regime monárquico constitucional, deve-se pensar em desejos de existir uma população vinculada à necessidade que era determinada por sentido movido por uma verdade que era a da implantação do liberalismo político e econômico.

Como nosso objeto de estudo é o da produção e a forma de operar os relatos do passado pelo IHGMT e a forma como interpreta acontecimentos do passado desde o que entende por origem da história de Mato Grosso o que interessa pra nós é a tentativa dos historiadores do instituto de indexar os relatos e documentos oficiais deixados pelos cronistas e pelas instituições do passado. Num segundo momento é procurar analisar como liga os documentos a uma totalidade. Mostramos antes as condições de sua produção ao situar os problemas que foram se acumulando pela experiência de construção e consolidação do Estado. Para isso buscamos entender como operaram para que suas narrativas oferecessem ao seu tempo fundamentos plausíveis de situar Mato Grosso no projeto de modernização da nação.

Conceitos como de aperfeiçoamento como busca temporal tornava possível a emergência das instituições políticas e econômicas como domínio dessa buscaconstituída. Porém, elas se deparavam com os obstáculos à sua consecução. Isso dava fundamentos para o momento de fundação do IHGMT. Partir da exposição desses problemas dá início ao estudo dos seus problemas no presente e com isso usar suas narrativas como fio condutor da história da construção do Estado. Partimos portando da hipótese de que toda a história da natureza no passado estaria sempre vinculada à gênese dessa construção. Esse momento foco do dossiê já tinha em fase embrionária sua vontade civilizadora e a adequação do espaço para que comungasse da historia econômica que vingava no mundo europeu.

Entretanto, tal necessidade de inserir a população a um domínio da economia de mercado não se daria da forma como foi no passado colonial, pela conquista imperial. As forças eram medidas pelo que cada nação tivesse como moeda de troca no mercado internacional e essa moeda se dava pela produção para competir num espaço concorrencial. Por conseguinte, independente de onde fosse o espaço, Mato Grosso não estava imune a esta situação. É por isso que o que se nota pelos relatos da revista ou por relatórios oficiais é a necessidade de constituição de uma população consumidora de produtos manufaturados e de ingresso no mercado de trabalho.

Nota-se que uma grande parte dos habitantes da Província vestindo-se apenas com os tecidos do Paiz, alimentando-se facilmente pela muita abundancia do peixe, parece ter decididamente renunciado aos prazeres do homem civilizado; até o sal é por elles muitas vezes dispensado: não será prudente impor mais sobre esses gêneros, attendendo-se que convém antes mudar os

costumes dessa grande parte da população, e chamal-a a novos hábitos, e necessidade da civilização, protectora da indústria, e productora da riqueza social. (Relatório de Presidente de Provincia Pimenta Bueno, discurso de 1836, p. 16. Fonte APMT).

Outra forma de adequação do espaço interior da nação à nova demanda econômica era a facilitação da circulação de mercadorias. Para tanto, fazia parte dos reclamos dos presidentes de províncias a construção de Estradas e estudos de rios navegáveis como forma de viabilizar a participação no rol das economias maiores. Em seu relatório, Pimenta Bueno fazia essa menção:

devera equivaler, por que faria possível, a uma importante renda a abertura da nova estrada pelo Piquiry à Província de S. Paulo: vós conheceis, Senhores, todo valor e transcendência dessa obra, será pois conveniente levar ao conhecimento e à solicitude do Governo Imperial. (ibid. p. 16).

Pelo lado governamental, estaria o papel de constituir instituições de modo a fazer funcionar esse corpo adequado ao contexto econômico e político, em sintonia com os que dominavam as riquezas obtidas nas províncias e detinham suas fazendas ou comércio nas cidades maiores, principalmente em Cuiabá. Por outro lado, a população em sua maioria vivia uma situação de penúria e estava longe de ser descrita como membros de uma democracia nos moldes de discurso iluminista que deu origem ao nacionalismo inspirado na Revolução Francesa.

O Presidente de Província, Antonio Pedro d'Alencastro, em seu relatório à Assembléia Legislativa, mostra primeiro uma população pacífica, ordeira; posteriormente, num segundo momento sem acesso às primeiras letras, logo analfabetas em sua maioria; e, em terceiro momento, relata casos de crianças abandonadas devida à situação miserável dos pais. Vejamos esses três momentos do discurso de D'Alencastro. No primeiro momento de seu discurso lamenta a tragédia do dia 30 de Maio:

He-me forçoso agora traser-vos a lembrança (apesar de me ser sobre modo doloroso) que, depois do fatal 30 de Maio, de que fostes testemunha occular, os cabeças de tão horrorosos crimes tentarão pela segunda vez levar avante seos nefandos designios, tramando de mão occulta acabar com o nosso Systema actual de Governo Monarchico Constitucional; mas a ponto de por em pratica estas damnadas intenções, eis que se descobre a perfidia, são estigmatizados, surprehendidos e presos pelos cautos e pacíficos Cidadãos, que indignados instão e reclamão o seu destino pra fora da Provincia, e sem duvida, que a hum tal clamor e resolução, não cabia outra cousa ao Governo, que por pouco que afroxasse as rédeas a aquelles facciosos, a tranquillidade, a justiça, e a sinceridade tudo n'hum momento desappareceria da Capital” (Relatório do Presidente de Provincia Antonio Pedro d'Alencastro, 1835, Fonte: APMT, Cuiabá, MT).

A população passa nesse discurso a ser deslocada da possibilidade de ter sido sujeitos dessa luta. Pelo relatório, eles assistiram como espectadores e agiram após a luta, prendendo e desprezando os contendores. Ficaram indignados com os que assim o fizeram, que aqui no relato não são membros da população. Essa população é no seguir do relato obediente às leis e, portanto, a província está na harmonia e sossego. As “legítimas” autoridades estão sendo respeitadas.

Posso todavia afiançar-vos, Srs., o que me He summamente lisongeiro, que a Provincia hoje está em sossego, que ides encetar vossos interessantes trabalhos no seio da paz, a qual nos promete huma tranquillidade duradoura: o império das Leis acha-se em plena vigor: são as legitimas Autoridades respeitadas, e as suas ordens exactamente cumpridas. (ibid. p. 3)

Essa população vive numa situação de não acesso às primeiras letras. O salário dos professores é, segundo o presidente, abaixo da possibilidade de sua sobrevivência e, por isso, não incentiva suas presenças para o funcionamento das escolas, além disso, o preço das mercadorias é caro. Ou seja, configura-se um cenário em que não se constrói uma forma de viver em paz e harmonia, pois a situação é de crise de sobrevivência. Por outro lado, havia resistência dos pais em mandar seus filhos para a escola.

Não he demasiado o numero de Empregados, nem os seus ordenados a vista do laborioso expediente, que de tempos a esta parte tem progredido, e do alto preço dos viveres. Ninguém duvida que o Estado de nada necessita mais que de bons cidadãos; e por que não he a natureza quem os faz, mas sim a boa educação; e por mais engenho, que tenha huma pessoa, não pode sem applicação ser excellentes em cousa alguma: confesso, Srs., o quanto me he sensível a lenta instrucção primaria, pelo que tenho podido alcançar na generalidade das escolas estabelecidas, que não apresentam todo o aproveitamento. Estou certo que não dimana em tudo esta falta dos Professores, he muito especialmente dos pais por não obrigarem os filhos a frequência das aulas; e os mestres pelo os não applicar, como devem aos estudos. Talvez, Srs., que a creação de hum Inspector das aulas para este intuito correspondesse ao fim das nossas esperanças, pois não he possível que o Presidente da Provincia possa presidir a exames, fiscalisar escolas, descer a outras minuciosidades. (ibid. p. 4).

Como resultado desse cenário, o relatório do presidente D’Alencastro de 1835, mostra a situação de penúria em que se encontrava a população de Mato Grosso. havia apenas duas escolas de primeiras letras: uma em Cuiabá e outra no município de Mato Grosso, (que durante esse período deixou de ser chamada de Villa Bella, quando deixou de ser a sede de governo após a independência). Somente a escola de Cuiabá funcionava e ainda com a direção de um interino sem concurso prévio para seu cargo.

As relações que tenho a hera d’apresentar-vos em indicação as escolas de 1ª letras tanto publicas como particulares existentes nesta Provincia: das publicas as que estão em exercicio, e as que se acha nesta Capital, e da qual não sei por que fatalidade, não se tem tirado nenhuma vantagens está dirigida por hum substituto sem prévio exame; e outro na Cidade de Matto-Grosso, vaga pela falta de mestre, e continua a ser ali exercitada por um Professor de ensino individual. Alem destas há nesta Cidade huma de-ensino de meninas, que se acha presentemente abandonada por falta de Professora. P. (4-5).

As crianças oriundas da população pobre passavam por situações de abandono, segundo o relato do presidente. Vejamos:

...outra providencia, Snrs., devera empenhar os vossos constantes desvelos. Aos esforços de huma sociedade, que teve sua existência e presentemente em abandono nesta Capital com o titulo de Philantropica conseguiu-se outr'ora huma roda de Expostos no Edificio d'aquelle Hospital de Misericordia à expensas dos sócios consignados, onde já pela primeira vez fizerao recolher, e se está creando hum innocente: quizera por vossos auspícios e seguridade de hum tal azilo para os infelizes que a fragilidade ou a miséria, e a indigência de seos progenitores levaro a abandonal-os nas estradas, e portas dos particulares onde muitas vezes terminao a aurora de sua existência, que poderia tornar-se útil à Pátria. (ibid. p. 6).

Se havia uma situação de humilhação era provavelmente essa população que as sofria, e se havia jogos de interesses entre grupos políticos essa população não deixaria de ter seus objetivos próprios de ir à luta. Se foi ou não assim não se pode saber, por falta de documentos partindo de suas próprias escritas. Porém, o objetivo aqui é mostrar como esse acontecimento foi reescrito entendendo que o silêncio por sua vez traz já em si seu sentido. O acesso à escrita era privilégio de poucos, ou melhor, dos filhos da oligarquia e dos comerciantes brasileiros e portugueses adotivos³⁴. Porém as marcas deixadas não chegam às nossas leituras não somente por essas deficiências de seus acessos à alfabetização, mas por uma questão política que compuseram o silenciamento sobre essa zona de sombra sobre o passado.

Em seu artigo, Rodrigues afirma que foi a considerada como a “massa popular” que fugiu ao controle e que não foi sua iniciativa própria e sim os soldados indisciplinados. Ele deixa entrever que o movimento não tinha nada a ver com o que aconteceu. A finalidade não se concretizou porque a ralé entrou em cena.

o desfreamento do populacho durante o levante de 1834 e conhecido pela denominação de rusga, levante que foi principalmente encabeçado pelas indisciplinadas tropas da guarnição desta capitania. Certo a finalidade desse

³⁴ Em suas *Monografias Cuiabanas*, publicadas pela primeira vez durante a década de 1920, Corrêa Filho, deixa uma mostra de como a educação era privilegio raro em Mato Grosso no início do século XIX. Buscando uma “estatística produzida por Luiz D’Alincourt, sargento Mor, encarregado pelo Imperador de analisar minuciosamente condições da Província, de cuja primeira junta governativa participara, como Secretário” observa que nas “suas ‘Indagações estatísticas’, mencionou ele apenas uma escola pública de primeiras letras, com 57 alunos; uma aula de Gramática Latina, com 15 alunos; uma cadeira de Filosofia racional e moral, vaga; três escolas particulares, em Cuiabá; uma escola de primeiras letras, vaga, em Mato Grosso; e uma aula de Gramática Latina, com 10 alunos, em Diamantino. Entretanto a população já orçava por 21.319 habitantes, só de livres, não contando os 12.715 escravos, aos quais em defesa a aprendizagem”. [...] Seguindo em seu relato afirma que: “O ensino arrastava-se roncemente através de toda a sorte de dificuldades, quando a província herdou o encargo de cuidar das suas necessidades escolares, cometidos pelo Ato Adicional de 1834”. Nele o encargo do ensino passava para a esfera local. (Ver: CORRÊA FILHO, Virgílio. *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá, MT: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002, pp. 16-17).

movimento não era o saque e o extermínio de portugueses mas, naquelles dias de exaltação e atordoamento da massa popular, foi impossível aos chefes do movimento conter a turbulência e desenfreamento de uma tropa desorganizada, bando de gente armada como devia ser. (1923, p. 56).

Rodrigues recorre à leitura de Taunay para uso dos termos e conceitos com os quais nomeia a cena do acontecimento. Nele aparece a outra “população” que é a “parte mais elevada da sociedade”. É ela que não compartilha com atos de extermínios ficando subentendido que a “populacho” é que se submete a essas “ferocidades exterminadoras”. Ainda mostra que a “sociedade” e não mais a “populacho” ajudou os portugueses. Podemos antever nesse caso uma situação em que a “parte mais elevada sociedade” e os “portugueses não tem conflitos entre si e, se alguns participaram, não era para matá-los. Todavia, a populacho entrou na cena e mudou sua história.

Não é crível que a parte mais elevada da sociedade cuiabana compartilhasse d’aqueles actos de feroz extermínio, pois os portugueses que puderam escapar foram encontrar asylo nas casas dos nacionaes ou em seus sítios, nos arredores de Cuiabá, onde se occultaram até nas tulhas de feijão! (ibid. p. 56)

Enfim, os promotores do movimento, segundo Rodrigues, são isentos de culpa, pois foi dos soldados indisciplinados e do populacho que partira a ação exterminadora.

Não foram os promotores do movimento responsáveis pelos excessos praticados, pois, serenados os ânimos, procuraram mais tarde apurar responsabilidades, abrindo inquéritos e, foi em consequência desse acto de repressão que um dos revolucionários, Cel. Poupino Caldas, foi tragicamente assassinado. (ibid. p. 56).

Outro argumento que retira a propriedade do acontecimento foi o do viajante que viveu em Cuiabá trinta anos após o movimento. Para contribuir no silenciamento do acontecimento, ou de querer reduzir o grau em que marcava Mato Grosso como lugar violento, Rodrigues recorre a Joaquim Ferreira Moutinho, português que, segundo ele, havia chegado a Cuiabá uns trinta anos após a *Rusga*, e que mostra outro plano fora do acontecimento e que retira dele sua autenticidade.

Felizmente tivemos ocasião muitas vezes em Cuiabá de reconhecer o horror votado pelos modernos sem vexame. “Parece mesmo que houve preocupação em apagar a lembrança d’aquelles dias de horror, pois escasseiam os documentos com informes mais detalhados; analysando-se porem com imparcialidade os acontecimentos a conclusão é esta: a *rusga* nada mais foi que um reflexo em Matto-Grosso do movimento nativista operado em outras províncias, tendo por fim libertar o Brasil do antigo regimen colonial, a que continuava submettido apesar do paiz independente” (ibid. p. 56).

Os textos da revista deixam à mostra o uso de noções racistas nos textos de forma sutil e, por outras, por meio de afirmações explicitas, mesmo em outros temas

sobre o passado. Observa-se em seu texto a população fragmentada em duas partes: uma considerada por ele como super-raça e outra como sub-raça. Para Jurandir Freire Costa:

A partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo próprio. Daí por diante, o sujeito vai controlar, observar, vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar. A amargura, desespero ou revolta resultante da diferença em relação ao branco vai traduzir-se em ódio ao corpo negro. (1984, p. 6).

A discriminação quanto ao fato de ser mulato ou mestiço vai aparecer na leitura sobre Manso e aparece também na análise de Mesquita quanto à figura de Poupino. É como nos afirma Costa, a entrada em ação da “discriminação de que seu corpo é objeto não dá tréguas à humilhação sofrida pelo sujeito negro que não abdica de seus direitos humanos, resignando-se à passiva condição de ‘inferior’.” (ibid. p. 6).

Curiosa e trágica contradição. É no momento mesmo em que o negro reivindica sua condição de igualdade perante a sociedade que a imagem de seu corpo surge como um intruso, como uma mal a ser sanado, diante de um pensamento que se emancipa e luta pela liberdade. (ibid. p. 6).

O pensamento depende do lugar de onde fala, mas quando não é o branco que fala, fica ainda mais difícil a propagação da voz. Entretanto, o negro e o índio ficam duplamente desapropriados de suas falas, por serem consideradas fora do lugar da verdade que enunciam o lugar da construção da nação. Suas manifestações serão bloqueadas pela produção de suas inexistências. Este desaparecimento é nítido na escrita dos sócios que participam em 1934 do dossiê sobre a Rusga. Como nos afirma Costa: “E como o branco não deseja o corpo negro, o pensamento vai encarregar-se de fazê-lo inexistir, desaparecer enquanto representação mental.” (ibid. p. 7)

Franklin Cassiano, em seu artigo *Antonio Luiz Patrício da Silva Manso*. (RIHGMT, 1934), mostra que Patrício Manso, um dos líderes do movimento da Rusga, por ser de origem mestiça, já era segundo seu relato, constituído historicamente como aquele que é afeito ao combate, devido à sua própria condição psíquica. Sua biografia é constituída minimamente e quando se prolonga em maior parte mostra as suas habilidades profissionais, porém sempre marcado pelo teor da tencionalidade conspiratória e da explicação eugênica.

Quando aparece sua filiação familiar, silenciam quanto às obras de artes produzidas por seu pai, José Patrício da Silva Manso, em várias capelas de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Patrício Manso herda do seu pai a habilidade para a pintura,

apesar de não ter encontrado registro de obras suas em Mato Grosso. A profissão a qual justificou oficialmente sua viagem para Mato Grosso foi de Cirurgião Mor, apesar de se dedicar ao estudo da botânica e ter tido reconhecimento nacional nessa área por parte de Von Martius, pelo seu conhecimento de botânica, e por suas obras de pinturas nas “paredes lateraes da Capella de S. Carlos, hoje Campinas, cujo tecto decorou trabalhos que provocaram a admiração entusiástica de Sant, Hilaire.” (CASSIANO, 1934, p. 59).

Abandona a carreira artística para se dedicar à ciência, se formando para a profissão de Cirurgião Mor e vindo exercer oficialmente em Cuiabá essa profissão. Segundo o relato de Cassiano, aqui chegando é logo identificado pelo seu

Espírito combativo, Cuiabá, offerecia-lhe na ocasião o ambiente propicio à sua organização psichica de mulato, para efervecencia em que se encontravam os animos, em virtude das luctas que tiveram como consequencias a deposição de Magessi³⁵, agravadas ainda com a dualidade de governo surgida com a formação das juntas governativas de Villa-Bella e Cuiabá, que disputavam entre si as prerrogativas da administração da Provincia (ibid. p. 60).

Se utilizando de obras de outros sócios do IHGMT, busca mostrar o perfil do líder do movimento da Rusga. Segundo seu relato: “Patrício Manso, que seria depois cognominado ‘Manso’, ‘Tigre’ ou Tigre de Cuiabá ainda em S. Carlos, antes de locomover-se para Cuiabá a fim de assumir o cargo para o qual fora nomeado, já revela aos mato-grossenses o seu espírito irrequieto e ambicioso, num gesto que, no dizer de Virgilio Corrêa Filho, ‘bastava para definir o homem”.

A partir de uma leitura psicológica, muito em voga no início do século XX, Cassiano consegue definir a cor do personagem como justificativa do funcionamento do seu corpo guiado ou (desvirtuado) por ser conduzido por uma mente que aproximava suas atitudes políticas a uma normalidade. Para isso, faz uso de um relato que, estando inserido no interior de um discurso psíquico desse momento, atrela a cor da pele à violência. Com isso, a trajetória da vinda de Manso a Cuiabá vai sendo relatada numa tendência sempre encaminhada para sua revelação violenta.

Doutra feita, qualquer manifestação que fosse considerada como de uma pessoa pacífica ou mesmo de não participação política também era considerada como justificada nas suas intenções, sempre para Cassiano, determinantes em sua biografia. Assim, tudo era transformado em atitudes medidas, planejadas e disfarçadas para

³⁵ Magessi foi o último capitão general da Capitania de Mato Grosso, considerado como o pior exemplo nesse cargo, por cometer atos considerados lesivos ao patrimônio metropolitano.

conquistar e seduzir simpatizantes. Com esses argumentos, Cassiano afirmava que a chegada da personagem não era vista com muita simpatia e sim com desconfiança pelos moradores e políticos: “Com tal attitude, antes de entrar em contacto com os habitantes de Cuiabá, era natural que estes o recebessem com certa reserva, principalmente o meio político que não teria visto com bons olhos a intromissão indébita de Patrício Manso.” (ibid. p.p. 60-61).

Continuando a construção da personagem, faz a justificativa do que considera um ensinamento de alguém que já havia vindo para Mato Grosso construir o movimento: “Isso justifica, em princípio, o seu retrahimento, pois tendo chegado a Cuiabá no início de 1823, a 4 de Março do mesmo anno prestava o juramento do seu cargo, e entregava-se exclusivamente ao mister de sua profissão, abstendo-se de intervir na vida política.” (ibid. p. 61).

Em seguida, Cassiano descreve como essa intencionalidade veio à flora e como também ele está ligado à questão racial, como se dissesse “aquele que não era branco, portanto o mestiço”. Assim, descreve o naturalista ligado à botânica e seus préstimos, tendo recolhido espécies nas redondezas de Cuiabá que foram enviados para o Museu Nacional:

Em Maio do mesmo anno pedia ao Ministro do Extranjeiro licença para remetter ao Museu da Côrte, livre de revista nos registros, os productos naturaes colhidos por elle em Matto-Grosso, pedido este attendido pelo Ministro José Joaquim Carneiro de Campos, que em officio de 26 de Agosto de 1823, autoriza a Manso fazer a entrega de colleção ao Governo Provisório da Provincia a quem expedia ordem para a receber e envial-a ao Muséu Nacional (ibid. p. 61).

Veja como Cassiano constitui o retrato de falsidade de seu personagem:

Inteligente e manhoso, o mestiço paulista entregou-se a herborização pelos arredores de Cuiabá, com os olhos sempre voltados para os factos que se desenrolavam em Cuiabá e Villa Bella, aguardando astuciosamente o momento azado para entrar em scena. (ibid. p. 61).

O artigo biográfico escrito por Basílio de Magalhães, escrito no século XIX, mostra outra interpretação de sua atuação como botânico: segundo ele, Patricio Manso “escreveu diversos artigos na *Revista Medica Fluminense* e em volume uma memória com o título *Enumeração das substancias brasileira que podem promover a catharze*, memória coroada pela Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro em o anno de 1836 (Rio de Janeiro, 1836, 52 pag. In-4º)”. Segundo Magalhães, examinando os papéis deixados por Silva Manso, “refere o dr. Ricardo Gumbleton Daunt ter achado entre elles

duas cartas que aquelle scientista brasileiro dirigira ao grande naturalista bávaro Carlos Frederico Philippe Von Martius. [...]. Martius, efetivamente, sempre ligou muito apreço ao nome de Antonio Luiz Patricio da Silva Manso. Além das cartas acima referidas, cita-o nos fascículos XV e CXXX da *Flora brasiliensis* (1834). O sábio germânico elogia varia das classificações phytologicas feitas pelo naturalista brasileiro, e, entre os gêneros por estes propostos, acceita alguns, como a *Caiaponia*. Ao firmar a sua memória ‘Enumeração das substancias brazileiras, que podem promover a catarze’, dizia-se Silva Manso socio da Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro e de outras aggremações scientificas, que não discriminava. Isto era em 1836. Pois bem: no anno seguinte, certamente graças à admiração que por elle manifestava Martius, ou ao ser de facto *muito renomado* na Europa, foi também posto no quadro da ‘Real Sociedade de Botanica em Regensburto’, como se vê do diploma que esse sodalício lhe expediu em 5 de junho de 1837 (vide doc. VII, *in fine*). Ver: MAGALHÃES, Basílio de. *Biographia de Antonio Luiz Patricio da Silva Manso*. s/d. (publicado na segunda metade do século XIX).

Segundo esse relato, todas as situações de desentendimento vão preenchendo o roteiro que iria justificar posteriormente sua verdadeira personalidade. Nomeado “Delegado do Cirurgião Mor do Império”, tem sua queixa contra um subalterno e um desentendimento com o Capellão Frei Macerata como indícios de sua índole. Segundo Cassiano: “Em dezembro desse anno apresentava queixa à Junta Governativa, contra um seu subalterno. Pouco depois por ‘questiúncula’ rompe-se com o capellão F.M. Vieira, abrindo este uma desabalada campanha contra Patrício Manso.” (ibid. p.61).

Ao colocar em funcionamento seu trabalho, Manso é questionado quanto a sua índole. Por outro lado, essa leitura começa a valer também para Poupino de Caldas, que viria a ser outro líder do movimento da Rusga. Segundo a narração, Manso, sendo: “Delegado do Cirurgião, recentemente nomeado, inicia logo depois a campanha contra os charlatães indo um delles agasalhar-se sob a proteção de Poupino Caldas.” (ibid. p. 62). Quanto a Poupino de Caldas, assim é marcado pela sua leitura: “Temperamento orgulhoso, cioso do seu poderio, acolheu este sob o seu patrocínio o desventurado curandeiro o que provocou entre ambos uma troca de offícios, em princípio cortezes e ‘afinal em desbragada linguagem.’ ” (ibid. p. 62).

Como forma de retaliação, Patrício Manso é suspenso do seu cargo e expulso da Província. Sua reação a essa situação é assim narrada por Cassiano:

Por essa época se revela o temperamento belicoso do mestiço, que podendo, lançando mão dos documentos que possuía defender-se das acusações, prefere a luta, averbando de incompetente à Câmara para tomar conhecimento de sua judicatura. (ibid. p. 62).

Em suma, Cassiano define a marca para os dois contendores, e como um narrador que já sabia que papel eles teriam mais à frente no movimento assim os rotula: “A questão entre os dois irrequietos agitadores, ambos orgulhosos e brigalhões, apaixonou a população da cidade que se dividiu em grupos pros e contras” (ibid. p. 62).

A presença de Patrício Manso, a esta altura, já estava ameaçada, segundo o relato:

O Vereador Manoel Pereira Mesquita e o Juiz de Fôra que se manifestaram a favor do Patrício Manso, recebem cartas anônimas ameaçando-os de morte. Patrício Manso que recebera segundo Virgílio Corrêa, onze avisos dessa natureza, consegue ver-se prestigiado pelas autoridades que ‘levaram à Câmara a sujeitar a questão ao julgamento do Governo Imperial. (ibid. p. 62).

Em seguida, é dado o golpe fatal de uma escrita. Através da presunção e de um juízo feito por Virgílio Corrêa Filho, Cassiano vem a afirmar um veredito sobre a situação psíquica de Patrício Manso:

É de presumir, como judiciosamente accentua Virgílio Corrêa Filho, ‘que esses golpes sucessivos abalasse a organização psychopatha do naturalista, que já possuía nas mesmas desconstruídas componentes raciais de mestiço, causas sobejas de perturbação. (ibid. p. 62).

Podemos comparar o quanto o discurso do IHGMT constrói dois objetos, a partir de conceitos totalmente contrários um ao outro. Quando trata dos ligados ao movimento da independência em sua forma de radicalização da democracia, como o caso de Patrício Manso, os termos são pejorativos e de caráter racista, de forma a marcar-lhe com uma personalidade que estaria incentivando a violência. Por outro lado, ao tratar dos portugueses e dos setores sociais próximos deles, há o esmero em dar-lhes propriedades positivas e rechaçar conceitos pejorativos.

Exemplo disso é o apelido de Bicudo, que foi considerado trazido por Frade Innocentes. A alcunha é considerada pelo relato do IHGMT como aviltante, enquanto eles próprios se utilizam de recursos, inclusive de ordem genética e psíquica, para marcar de forma negativa a figurar de Patrício Manso.

Desse modo, é preciso ficar atento à forma sutil do relato, o qual recupera a ação de Manso, porém sempre preenchendo sua biografia com impingendo de agitador, violento, inquieto, etc. Sabemos que nessas escritas do IHGMT, como é de praxe nesse tempo, havia costumeiramente um discurso laudatório de forma a enaltecer a pessoa. No caso de Manso, num trecho do relato Cassiano faz esse anúncio, acrescentando uma linha que antecede a frase, destituindo sua nomeação da qualidade laudatória e vai pouco e pouco preenchendo sua biografia negativa. “Patrício Manso, *que já se achava envolvido pela política*, depois de haver exercido o cargo de escrivão Deputado na junta da Fazenda, é nomeado a 18 de Abril de 1831, Secretário do Governo (grifo meu).

Durante o período de abdicação de Dom Pedro I, houve em diferentes regiões do Brasil reações visando haver maior participação popular, tanto política como economicamente. No caso de Mato Grosso, estava sendo cooptado pela província do Rio Negro, (atual Amazonas), juntamente com Pará, Maranhão e Goiás. O frade Innocentes foi o encarregado de vir da Província de Rio Negro para arregimentar a população e políticos da região para se unirem a essa proposta confederativa. Contudo, na leitura que é feita dele pelos sócios do Instituto, é um padre agitador, bem como consideravam a população mais pobre como os “desacautelados” e de fácil recrutamento pelo “padre agitador”.

Com isso, cada qual que se colocasse no projeto de construção de uma democracia, enquanto divergente do regime monárquico constitucional, era acusado de subversão. Ilustra essa situação a análise de José Barnabé de Mesquita, na próxima seção, o qual via na Rusga um movimento de cunho socialista nos moldes marxistas. Outro exemplo é a obra de Rubens de Mendonça, intitulada *O Tigre de Cuiabá*, na qual ele chega a considerar a ocorrência de uma luta de classes na configuração da imagem do Frade José dos Santos Innocentes, vendo nele um homem perigoso e o povo como despreparado:

Por essa época chega a Cuiabá um misterioso frade que pelo seu vigoroso poder sugestivo inflamou o animo da população. Frade José dos Santos Innocentes ‘carmelita calçado, vindo da Barra do rio Negro, aqui desenvolvera a sua actividade revolucionaria, a ponto de ser vigiado pelas autoridades que o consideravam um perigoso agitador’. Foi elle quem veio ensinar aos desacautelados moradores, ao menos desta cidade, o odioso e vilipendioso termo de Bicudos (ibid. p. 64).

Para a organização da luta contra a restauração monárquica, fundou-se “A Sociedade dos Zelosos da Independência, em Agosto de 1833 e que era considerada

como “o centro de onde se irradiava toda a agitação revolucionária”. Novamente a figura de Manso é marcada de forma negativa pelo sócio do Instituto:

“Patrício Manso, como presidente da mesma sociedade, desenvolve toda a sua acção eficiente, accendendo o facho da discórdia, da indisciplina, não dando treguas ao governo, a ponto de André Gaudie attribuir toda a desordem da Província à ‘malvez de Patricio Manso que só procura incomodar este governo como presidente da Sociedade defensora’” (ibid. p. 65).

Patricio Manso se elege deputado e, mesmo estando em viagem para o Rio de Janeiro, é considerado pelos sócios do IHGMT como responsável pelo movimento da Rusga. É chamado por Cassiano como uma onda de demagogia e passa a ser responsável por tudo de ruim do acontecimento do dia 30 de Maio:

A 30 de Maio de 1834, o populacho desenfreado escreve com o sangue dos *bicudos trucidados*, em meio os gritos de ódio e de impreciação das victimas, a pagina mais negra da História de Matto-Grosso. Patricio Manso, cognomidado Tigre de Cuiabá ou Manso Tigre, pela responsabilidade moral que lhe emprestavam ao movimento, fora da Província, recebe a noticia da carnificina que a sua exaltação nativista provocara (ibid. p. 65).

P. Manso é chamado de assassino e considerado como misantropo e em com problemas psíquicos por causa do movimento. Grandes homenagens e reconhecimentos por um lado e por outras acusações.

“Com a perda de seu filho, que morrera afogado no tanque existente no engenho de sua fazenda, tornou-se um misantropo, vivia enclausurado espontaneamente em sua fazenda, monomaníaco até que um dia, 17 de julho de 1847, uma bala assassina, fez tombar para sempre, o inditoso sábio que tão má fama deixara como político. (ibid. p. 65).

Aos 60 anos é assassinado em seu sítio. Não se sabe por partido de quem a ordem desse assassinato. Uma coisa fica para entendermos a construção do Estado no Brasil: a determinação de um modelo unívoco branco, masculino e marcado pelo discurso onde as dissidências, as múltiplas formas do ser teriam que se submeter a esse modelo homogeneizador.

No século XX, chamou-se por um Brasil mestiço, mas sabemos que o que ficou marcado como sociabilidade, por mais que queiram inserir negros e índios no projeto moderno, seria matando-os como singularidades culturais e corporais. O branqueamento do corpo e da alma era uma exigência das elites e qualquer movimento contra a ordem estabelecida seria tratado de todas as formas: bélica, eugênica, racista etc. Conforme nos afirma Jurandir Freire Costa: a “violência racista pode submeter o sujeito negro a uma situação cuja desumanidade nos desarma e deixam perplexos. Seria difícil encontrar o

adjetivo adequado para nomear esta odiosa forma de opressão.” (COSTA, op. cit, 1984, p. 15).

Desse modo, Patrício Manso é chamado ora de mulato, ora de mestiço. Ou seja, desde que esteja no contrapelo do modelo estabelecido, os que se aventurarem contra serão marcados pelo discurso que insere a toda multiplicidade na história como forma de anular sua presença. É fazer falar calando, fazer falar por outro discurso.

6.5. Linhagens cuiabanas realçadas: psicologismo, eugenia hereditária e racismo na construção do passado.

José Barnabé de Mesquita em seu artigo *Linhagens cuiabanas realçadas*, logo no início de sua narrativa, estende a sociedade de seu tempo presente à temporalidade situada para além do seu momento de produção, num ato derevalidação da memória do passado. Parece inocente, mas essa operação da escrita faz com que um acontecimento do passado perca sua própria singularidade, sendo absorvido por uma sociedade do presente em suas pretensões de constituir-se enquanto portador de uma história que se alongaria no passado.

A ida ao passado pressupõe a construção de uma origem e sua ligação num todo coerente, a partir dessa forma de construção textual. Portanto, quando Mesquita abre seu texto afirmando “Na sociedade cuyabana dos fins do Século XVIII”, já está se utilizando de uma invasão gramatical, ao aplicar o termo de uma forma cultural que ainda não existia e que somente se dará posteriormente.

Quando se fala em “invasão gramatical, é possível entender a aplicação dos sentidos em que está inserido o conceito que caracteriza a sociedade mato-grossense composta da denominada, também posteriormente, *baixada cuiabana*. Estaque aparece nos textos até a primeira metade do século XX, como *população do rio abaixo* e *população do rio acima*. As cidades implantadas gradativamente desde o século XVIII foram somente mais recentemente chamadas de baixada cuiabana.

Dessa forma, mais do que um estilo de escrita, há aqui uma forma da afirmação de uma cultura voltada para interesses legitimadores do presente, visto como algo pleno, em detrimento de um passado agora visto como aquele espaço/tempo que o tempo

tratou de civilizar. Portanto, produto de um relato que está inserido no discurso moderno e que vê o tempo como espaço de uma evolução política, econômica e cultural.

Por isso, antes de ser apenas estilo de expressão, é produto da afirmação do presente implantada na escrita, atuando como um saber e produzindo efeitos de sentidos que se efetivam como poder. É a afirmação de uma memória que se liga a um todo coerente, uma história que coloca outras memórias nessa narrativa a partir do seu silenciamento.

O que se tem, portanto, é uma narrativa a qual, por ser um relato preso a um discurso, retira dela seus perigos e redistribui as sensibilidades, canalizando-as ao projeto de um presente em toda sua plenitude moderna, monocrática e ligado ao Estado Liberal, lugar de esquecimento da dualidade do passado.

Esse mecanismo dá fundamento a uma origem para Mato Grosso e emerge como verdade ao ser construído como relato fundador da sociedade cuiabana, com data de origem no início do século XVIII. A partir de então, passa a se constituir numa narrativa que produz uma escrita ligando dois séculos, e que cabia a eles, sócios do IHGMT, reorganizarem a trajetória histórica, cuja função era preencher esse tempo inventado. Em um dos seus principais preenchimento das lacunas do passado aparece como foco o episódio da *Rusga*, revolta popular que aconteceu no início do século XIX com sua noite histórica de 30 de maio de 1834. Esse acontecimento se deu inserindo-se no interior de uma narrativa que na busca de um tempo de continuidade, tenta - ao conectá-los - buscar a universalização da história. As diferenças representadas pelas multiplicidades figurariam como um acidente nesse todo que necessitava ser revalidado. O objetivo era preencher as lacunas do passado como forma de produzir uma conexão histórica que fornecesse resposta a uma situação de tensão do presente.

Quando se trata da configuração da sociedade cuiabana, passa a ser utilizada a noção genealógica presa a uma maneira genética de classificação da sociedade. Com isso, constitui-se uma hierarquia eivada de valores morais determinantes nas relações de forças em seu interior. É a partir dessa questão que Mesquita passa a classificar moralmente o personagem do seu texto, João Poupino de Caldas, que se torna alvo de uma moral social pelo fato de ter participado da *Rusga*, como um dos integrantes do movimento classificado como nativista. Ao mesmo tempo o recoloca como um símbolo positivo ao narrar a sua reviravolta e tentativa de parar a revolta e noutro momento a

oposição ao movimento e à prisão de seus antigos parceiros do projeto de expulsão dos portugueses.

No início do texto com o título *João Poupino de Caldas*, no capítulo *A progênie* (conforme o próprio título que procura mostrar a descendência das famílias cuiabanas nos momentos antecedentes ao acontecimento da *Rusga*), Mesquita parece mostrar a descendência de sangue como fator de postura moral do indivíduo. De forma dissimulada, deixa escapar aí certo racismo genealógico com o qual construiria um arcabouço moral para explicar o que considerava como um desarranjo no papel de alguns dos personagens desse acontecimento.

Segundo mostra em sua justificativa: “Na sociedade cuyabana dos fins do século XVIII e inícios do XIX, formara-se uma espécie de patriciado, constituído pelos elementos de maior prestígio, seja pela posição, seja pelos haveres, seja pela tradição familiar.” (Mesquita, RIHGMT, 1934, p. 75). Vemos aí montado um arquétipo de uma sociedade com três formas sociais em sua origem genealógica, onde prestígio está ligado a três figurações: posição, bens e tradição familiar. Segue ele em sua narrativa:

“Compostas em grande parte pelos descendentes dos penetradores do sertão, vindos nas bandeiras ou nas monções de povoado, a que se uniram os filhos da Metropole, em geral ‘homens que viviam dos seus negócios’, como costumavam individuar-se elles mesmos, as linhaagens cuyabanas mais realçadas levam quase sempre, nas suas origens, um costado luso para três nativos, quando não paulistas. Em geral, são pelo lado materno autochtones e portugueses pelo lado paterno, como ocorre com Serras, Cerqueiras, Rochas e Corrêas, sendo raras as famílias cujo ascendente masculino, dentro da antiga Capitania, não seja um português” (ibid. 1934, p. 75).

Composto o quadro genealógico da linhagem considerada nobre, Mesquita classifica de modo hierárquico se utilizando do discurso em termos raciais, os outros da ascendência, que seriam de sangue menos nobre e veremos que se utiliza de metáforas biológicas que se ligam a uma origem branca européia como fator que definiria o aspecto na moral desses indivíduos. Podem ser citados nestas condições os Laras, Monizes, Amaraes Coutinhos e Gaudies.

6.6. Os outros da genealogia: hierarquia das linhagens: a sociedade fragmentada

A miscigenação serviu de parâmetros para abastecer os discursos nacionalistas brasileiros desde o início da independência, porém ganha novo realce durante o final do

século XIX e início do XX, e emergia com força maior ou menor de acordo com as tensões dos problemas presente, servindo ora como justificativa ora como proposta de superação de alguma crise. No Brasil o movimento eugenista esteve sempre latente e sua emergência sempre aconteceu ao simples impasse e das tentativas de sua solução.

Atualmente com a questão das cotas de vagas nas universidades para negros, é motivo de longas e radicais polêmicas trazendo à tona toda uma marca racista que se produziu pelo passado desse país que sempre teve dificuldade de tolerância com a multicultural idade. Fundamentou-se no racismo sempre que tivesse a necessidade de se utilizar de braços para o trabalho, para o qual sempre se utilizou do ilegalismo trabalhista na construção de sua economia. Como consequência, a mesma elite que tirou proveito dessa situação delituosa, se utiliza do racismo e da eugenia para se destacar desse meio e culpabilizar vários problemas com o uso de formas eugênicas. Exerce seu domínio através de procedimentos que inferioriza a diferença criando uma segregação social. Para esse efeito passa a diferenciar suas origens e discriminar a maioria da população. No Brasil é preciso chamar a atenção para uma peculiaridade quanto ao eugenismo e sua constante articulação com a proposta de branqueamento das pessoas e como ele marcaram o estado de pureza ou não de cada indivíduo. Quase sempre serviu como parâmetro para definir quadros sociais e justificar falhas humanas como é o caso do dossiê produzido pelos sócios do IHGMT em 1934. Segundo Jans Jr:

A eugenia foi um movimento que se fortaleceu nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, estando presente nos círculos científicos de todo o mundo. Baseada nas então novas descobertas da ciência e usada como instrumento para se atingir o objetivo da “raça pura”, foi tratada pelos historiadores por muito tempo como movimento homogêneo, centrado na Europa e nos Estados Unidos (JANS JR. 2012, p. 161).

Apesar desse conceito constituir sua marca em cada apropriação que sofre para Jans o termo eugenia veio do grego *eugen-s*, que significa “bem nascido”. Com essa construção apreendida, a hereditariedade, que para a nobreza nobiliárquica representava a pureza sanguínea, passa a ser também a marca da genealogia burguesa que recupera entre seus predecessores seus feitos no passado, porém vinculado não mais aos reis e às batalhas, mas a elementos que serviram na implantação de condições econômicas e políticas na construção e consolidação do Estado Liberal. Nesse objetivo a ordem era buscada como uma constante, e nessa lógica, a liberdade não podia ser fora desse

objetivo. Portanto veremos, nesse capítulo, como que um acontecimento em que a camada subalterna da sociedade mato-grossense ao ocupar o espaço político é rechaçada e sua busca de liberdade é reconstituída pela escrita do IHGMT como anárquica e exagerada. É que nesse seu objetivo a liberdade somente se conquistaria na configuração e consolidação da figura do Estado, única forma de concretização do espírito liberal e com ele da emancipação do homem mato-grossense. Porém no Brasil essa busca era baseada na hierarquização racial e com isso lançou-se mão da eugenia, que sai fortalecida entre o fim do século XIX e início do XX, e será tema das buscas científicas em várias partes do mundo e também do Brasil. Esse tema alimentou na prática a constituição de genealogia de famílias consideradas importantes e em Mato Grosso serviu para afirmar o poder de uma minoria oligárquica constituindo com isso uma fragmentação social entre as origens de raças puras e as sub-raças que eram “contaminadas” pela mistura do negro e do índio.

Ao discorrer sobre sua árvore genealógica, deixa uma marca da questão de pureza de raças havendo quase sempre menções que se ligavam à matriz européia. Esses temas apareciam na escrita de Mesquita quando buscava observar o comportamento de figuras envolvidas no acontecimento da Rusga. Segundo ele:

Falavam, na estrutura racial dos descendentes do constructor do forte do Príncipe da Beira, essas tendências ao gênero de vida socegado e methodico do sacerdocia e, bem assim, a veia do ruralismo, que requer qualidades innatas, quando não mesmo hereditárias, muito peculiares (RIHGMT, 1934, p. 80).

A análise calcada na genealogia da família traz como elemento de análise o conceito de pureza ligado à herança social e genética, acrescentando a questão do meio como determinante da personalidade. As qualidades genéticas e sociabilidades herdadas se desfazem de sua pureza pelo fato do meio como ameaça de contaminação interferindo em sua personalidade. Mesquita guiava seu relato no interior de um discurso que cria uma narrativa onde a predestinação é ligada a predecessores. Daí pertencer a uma boa origem necessitava afirmar o homem numa verdade que o fizesse crer que o bom ou mau caráter dependeria de que suas singularidades fossem calcadas de acordo com uma hereditariedade. Essa origem era essencial para o acesso ao poder de mando político e econômico que se dava pelo controle do mando do Estado.

Portanto quando Mesquita fala de Poupino afirma que: “sua forte predestinação, que o faria um homem invulgar no seu meio e no seu tempo fosse protegida em sua pureza pela hereditariedade. Ao falar de seu personagem, afirma que:

Por ser neto de militar e filho de commerciante – ambos portugueses de boa linhagem – o jovem João conseguiu aprimorar os attributos que a herança psychica lhe trouxera. Foram ambas as cousas ao mesmo tempo: homem de milícia e de negócios, e, ainda, mais político de projecção marcada, de prestígio social inconfundível, chegando a ser quase o verdadeiro conductor da sua geração, por seus attributos pessoais de nobreza, bravura e desprendimento, que o fadariam a mais brilhantes destinos, se essas mesma qualidades não o houvessem sacrificado tão prematuramente, na mysteriosa tragédia do “beco da Camara. (ibid. p. 80).

Temos aí uma história que aparece como interrompida, como uma quase racionalidade, por isso chegando a ser quase “o verdadeiro Conductor de sua geração” (ibid. p. 80). O objetivo apontado por Mesquita em seu artigo é “tão somente examinar o papel desempenhado, nesse período, pelo famoso caudilho, que serve de objecto a este ensaio.” (ibid. p. 82). Ao afirmar sua proposta de estudar a atuação de João Poupino nomeia o acontecimento como o tempo demarcado entre 1820 e 1834. A primeira baliza está ligada à luta pela emancipação e a intriga de Cuiabá com Villa Bella, que vai chamar de

Anos confusos de anarquia demagógica, desfechada na hecatombe final da noite do ‘ma ta’, é das mais dignas de exame, e, com quanto haja sido já apreciada em mais de uma ocasião, merece ainda detido estudo no qual, desapaixonada mente, se procure formar um juízo acerca de tão interessante individualidade. (ibid. pp. 82-83).

Ao definir seu objetivo volta-se para a forma de abordagem que seria “decifrar através dos acontecimentos efêmeros, a trama psicológica” dos seus protagonistas. Para tentar compreender os atos praticados por Poupino de Caldas, ele traça o perfil psicológico de cada personagem envolvido no acontecimento. Ao traçar o perfil psicológico de Poupino, o que faz indiretamente é produzir sua relação com as camadas populares e daí tirar uma interpretação do perfil da cuiabania. Ligava sua hereditariedade à sua personalidade, mas tudo isso marcado pelo discurso das contaminações impurificadoras das misturas de raça.

Poupino era para ele “a personalidade invulgar, contrastando com o espírito conservador e ordeiro de um André Gaudie ou Antonio Corrêa” (ibid. p. 83). E opõe a personalidade de Poupino à de Patricio Manso. Para tanto descarrega toda a

negatividade e causalidade dos excessos praticados pelos integrantes da revolta à personalidade caracterizada como de inquietude com que marca a personalidade de Patrício Manso. Ele acaba por ser responsável pelas “demasias jacobinas de 34. Enquanto isso recupera a imagem de Poupino de Caldas que apesar de fazer parte dos nativistas como grande agitador antes da eclosão do acontecimento do dia 30 de maio, se refaz no relato de Mesquita. Mesmo ainda cúmplice das ações “deflagradas pelos seus companheiros de véspera, que elle, só então medindo as consequências não tardaria a punir de forma rigorosa e vexatoria.”(ibid. p. 83)

Para o discurso racista o teor do negativo ou do positivo depende de qual lado é sua execução. Uma sociedade como a que estamos em análise nota-se uma separação na composição da população: das elites oligárquicas e seus iguais de um lado e da “plebe”. Observemos que a plebe não aparece nesse discurso como tendo propriedade racional de constrição de sua própria ação. Seus atos são sinistros, sombrios, carregada de ódio. A camada popular ou a “plebe”, ou “populacho” como foram designados nesse dossiê, somente revoltou-se, segundo a explicação de Mesquita, por casar dois ingredientes: a opressão da Metrópole de um lado e “os baixos instintos irreprimíveis de uma plebe”. Por ser de instintos baixos em sua composição social ela é descredibilizada a pensar, outros é que pensam por ela, elas somente agem se partir de outros, ou seja, quando “açuladas pelos demagogos”. Portanto estão montadas as diferenças sociais: os que pensam e que não possuem “baixos instintos” e os que pensam, mas que são “demagogos” de outro lado. Veja como isso aparece na fala de Mesquita:

Naquela quadra sinistra, de convulsão generalizada, em que as torvas explosões de ódio contra a Metrópole opressora se casavam aos baixos instintos irreprimíveis de uma plebe açulada pelos demagogos fr. Nascentes, Bento Franco, Patricio e outros. Poupino destaca-se, com o seu formidável prestígio, como sendo o homem possuidor de maior somma de energia e actuação mais decisiva no seio do povo (ibid. p. 83).

Enquanto demarca uma sociedade fragmentada por valores morais, passa em seguida a descrever o sucesso da carreira de Poupino na sua luta pela hegemonia de Cuiabá com relação a Villa Bella, para ser a sede da Província. Marca como o apogeu de sua carreira o interregno entre 1822 e 1837, período de crise, que segundo Mesquita: “iria esplandecer na agitada phase política da província, empolgada pelas luctas do nativismo, em reacção contra os desmandos de mais de um século, que caracterizaram o poderio dos representantes da Metrópole ávida e opressora.” (ibid. p. 85).

Esse nativismo se despontava em consonância com o movimento emancipacionista que acontecia na província de São Paulo. Ao mostrar que já se pressagiava anos tumultuados, disse que não “havia tranquilidade em toda a província, e muito menos na capital.” (ibid. p. 85).

Ligava as características de Poupino com o que, segundo ele, já se delineava, ou seja:

a luta entre o elemento que até ahi vinha predominando pelos haveres, prestígio e posição, e a geração nova que surgia já imbutida das idéas liberais que, numa expansão incoercível, ganharam o mundo, depois da revolução francesa dos fins do século XVIII. (ibid. p. 85).

Ao comparar a situação européia com a brasileira quanto aos movimentos de independência, assinala uma maior gravidade do movimento no Brasil. Está ligado ao tema do nativismo nacional, que se dava “contra os representantes da ganância colonial e os ricos proprietários, as classes abastadas, que, em longos annos de incontestado mandonismo, haviam garrroteado os verdadeiros donos da terra.” (ibid. p. 86).

Para Mesquita a luta da Rusga foi muita “menos que uma luta de raças, uma verdadeira luta de classes, antecipando o sentido marxista da expressão” (ibid. p. 86). Para tanto define a Rusga e a intenção dos seus protagonistas e analisa que a:

raça visada era a lusa, a dos senhores potentados do dinheiro. Mas, no fundo, o que se almejava era a destruição summaria de um estado de cousas caracterizados pelo poderio discricionario de cousas, caracterizado pelo poderio discricionario de uma classe com o esmagamento prolongado de outra. Daí define o movimento como de cunho marxista, pois. (ibid. p. 86).

Procurava comprovar sua afirmação quando interpreta que:

se pregava abertamente a nova ordem de cousas em que os ‘brasileiros’ deveriam ser os donos do Brasil’, e não havia contemplação nem mesmo com os adoptivos e com os caramurus, nacionaes que acoitavam o elemento português, mira de toda a revolta. Bem visto que não era uma questão de raça: e sim pura e simplesmente, uma questão de classes, uma revolução social, como se diria em linguagem de hoje. (ibid. pp. 86- 87).

Poupino aparece na trama montada pela escrita de Mesquita como detentor de grande simpatia entre os milicianos e na guarda nacional. Segundo seu relato:

sendo, por outro lado, não menor a sua aura de estima no meio do populacho, que, por suas maneiras lhanas e prestativas, soube logo conquistar. A sua cultura mediana e o seu espírito accessível o punham em contacto fácil com quaesquer elementos, fossem da alta sociedade ou da ínfima ralé (ibid. p. 87).

Considerado como um personagem que construía sua simpatia no meio social e não media gastos para angariar as simpatias dos membros da população. Chamava a atenção quando reunia grupos para pregar o discurso nativista. Cativava simpatizantes para a causa dos nativos, fazendo discursos e brindando os ouvintes:

“com os celebres ‘refrescos’ à guarda nacional com os gastos de verdadeira prodigalidade, visando a conquista das massas e, sobretudo, com a campanha tenaz e persistente que ia desenvolvendo a favor de ideias autonomistas e liberais, nativistas e anti-reacionárias, sempre fáceis de encontrar acolhida no seio da plebe, visando, quando mais não seja, represálias de antigos agravos e expansões de sentimentos baixos de ambição e animalidade longamente sopeados e adormecidos. (ibid. p. 87-88).

Podemos observar a forma como um relato vai construindo o lugar e o caráter do personagem. De traidor como ficou marcado em alguns outros relatos, e que serviu inclusive como explicação de seu assassinato, ou mesmo a marca deixada quando foi condenado a deixar a província, Mesquita parece ir traçando um perfil que retira essa marca de sua biografia. Segundo ele:

Foi nesse paiol perigoso que João Poupino, talvez inconscientemente ou sem medir as consequências da explosão, ateou o rasilho que produziu o formidável abalo de 30 de maio, que, depois, tentou em vão reprimir e cuja punição, pela semi-responsabilidade moral que lhe tocara nos acontecimentos, não pôde fazer senão acarretando o seu próprio sacrifício. (ibid. p. 88).

A “véspera da catástrofe” como denominou Mesquita, para ressaltar o grau de violência e trauma construído sobre esse acontecimento, que coroa segundo ele uma década que iniciou com o golpe de 1820 e que torna a década de 1830, “ainda mais sombria e carregada de apreensões sinistras.” (ibid. p. 89). Continuando seu relato constitui o cenário em que vai se dar a Revolução. Com a “deposição de Pedro I, que outra coisa não foi o 7 de abril, disfarçada em abdicação, fora o golpe final no absolutismo e no domínio português continuamente à sombra do nome do 1º que governou o Brasil autônomo.” (ibid. p. 89). Os portugueses entram para o relato de Mesquita como inofensivos e pacatos: “Em Mato-Grosso, a abdicação veio insuflar as tendências de reação contra os apacatados senhores da máquina política que eram os portugueses, os chamados ‘adoptivos’, e até mesmo os que eram simplesmente suspeitos de os proteger.” (ibid. p. 88).

Ao contrário dos portugueses e da figura de Poupino que foram poupados por Mesquita, ao falar da sociedade criada pelos autonomistas “Sociedade dos Zelosos da Independência”, a acusa de ser “arregimentadora dos jacobinos exaltados, tendo à sua

testa Patrício Manso, audacioso e solerte mestiço paulista, que os revezes da sorte haviam atirado às plagas cuiabanas” (ibid. p. 89).

É possível observar que ele vai montando seu relato constituindo o lugar de cada um de acordo com o envolvimento de cada um na Rusga. Podemos ver aí uma inversão onde a população fica como violenta e sem linguagem própria atuando impulsionada pelo sofrimento infringido pelos portugueses de um lado e do outro por “demagogos”, enquanto isso os portugueses como “pacatos senhores”. O pivô maior considerado como ocasionador da revolta popular é Patrício Manso, que é marcado pelos mais baixos adjetivos.

Enquanto isso Poupino para ele fazia o jogo perigoso de se envolver com a “ralé”, o “populacho” e aí estava o perigo e é daí que fez, “o jogo perigoso da popularidade e, sem querer, arrastado pelos acontecimentos, quando já não os podia deter, foi, infelizmente, o homem em cujas mãos explodiu a machina infernal” (ibid. p. 90). Ao contrário da forma com que dava indulto a Poupino inverte a questão quando trata de Patrício Manso como resultado pelo acontecimento, apesar de sua ausência por sua ida ao Rio de Janeiro como deputado. Segundo Mesquita, a revolta de Rusga foi:

engendrada pela astúcia de um Patrício Manso, servindo-se da inconsciência de uns da pusillanimidade de outros e da perversidade de meia dúzia de cabecilhas, que levaram para a rua, na noite lúgubre, a soldadesca e o povoleó, embriagado pelo álcool e pela cobiça, a dar pasto às mais torpes concupiscências – a do ódio, a da lascívia e a da ganância. Desenfreados os ódios, soltos os ferozes instintos da multidão, longamente sopeados e vivamente acicatados, não houve dique a contrapor à marémontante que, na calada da noite de 30 de maio, transpôs os quebramares da razão e da própria autoridade. (ibid. pp. 90-91).

A camada popular tem seus atos totalmente despojados de propriedades racionais, são tidos como raças inferiores, aproximando de instintos animais e parece ser uma turba alcoolizada. Essa é uma forma de rebaixar essa parte da população como inapta a constituir-se como apta a uma participação política como sujeitos próprios na construção da nação em que possam usufruir dos seus direitos.

A sua escrita fica clara na sua posição marcada pelo lado das parcelas privilegiadas da população em oposição à parcela pobre que ao contrário de ser parte da sociedade é determinada pelos mesmos valores com que se tratavam quando na luta contra outros grupos étnicos ou raças. Portanto sua crítica aos presidentes de província tinha como objetivo marcar um lado para sua escrita: a parte da elite oligárquica. Fez

isso quando há a exigência da presença do Estado como agindo para reprimir parcela de sua população. Ao criticar a não resistência dos presidentes de Província voltam a marcar o acontecimento, agora como inimigo e não como luta pela independência: para ele, ao invés de reprimir o movimento: “Na hora trágica, porém, limitaram-se ao papel de amparar as vítimas, fugindo à responsabilidade de, com o prestígio moral que possuíam enfrentar a patuléia desvairada.” (ibid. p. 92).

Os dois lugares da população: a luta que era entre raças desloca para entre classes que não deixaram de ser raças no interior da mesma sociedade, sendo classificadas como raças subalternas e raças superiores, ou seja, classes sociais trazendo heranças de relações anteriores á formação da população. Tornadas classes, sofrem a política do esquecimento, através do silenciamento quando seu começo como raças tornadas classes, que já são oriundas de raças submetidas. As marcas são mantidas e deverão tornar reais as relações de classe. Mantem-se numa situação de inferioridade e sem lustro político ou histórico para resolver seus quinhões na partilha do sensível. Logo são excluídos do jogo político, logo sem lugar na história da emancipação. Ao defenderem uma pátria independente são tratados como se fosse outra raça. As práticas coloniais contra as raças mantêm-se nas relações de trabalho sempre como relações desiguais.

Mesquita passa a fazer uma análise psicológica de Poupino na tentativa de explicação da inversão de posições que tomou a partir da deflagração da revolta da rusga. Quando vincula sua análise à psicologia, Mesquita se apega aos impulsos sexuais de Poupino numa relação com a sexualidade normalizada à qual ele provavelmente ou já está absorvido pela força moral do salesianismo já presente em Mato Grosso e é sem dúvida um dos fatores institucionais que irá exercer forte domínio na relação política e religiosidade.

Mais do que vemos a presença institucional de forma física, como por exemplo, a presença de clérigos em postos de governo, é preciso ver que tanto a igreja como a ciência já trazem em seu interior um saber e daí uma maneira de ver que define em ato de escrita ou fala a estética da política. O jurídico, no qual Mesquita está envolvido, toma emprestado da medicina formas de leitura dos seus objetos. Como a questão da relação da partilha do sensível e da sua intervenção nas análises e ações política. Mesquita nesse momento está atravessado por uma forma discursiva que se utiliza por

domínios disciplinares, ou podemos inverter a análise e dizer que é envolvido no domínio jurídico em que se dá à leitura do real, em uma discursividade maior, que no início do século XX está ligado à história das idéias e com ela à noção de consciência que é analisada de forma patológica.

É aí que ele se coloca na posição de dizer sobre o comportamento de Poupino. A sua relação com o que chama de *populacho*, de *patuléia desvairada* demarca o seu ser que Mesquita define como um divisor entre razão e desrazão, como se fosse uma fronteira que emerge no interior de seu pensamento. Há aí uma recorrência a uma leitura do instinto sexual que por um ato instintivo é dado a se perder ou escapar da norma heterossexual e isogâmica. Poupino tem como problema ter “tara” descomedida. Através desse recurso o problema político dos atos por ele cometidos passa de uma instancia que o condenava para outra instancia que interfere em seu instinto considerado impulsivo. Essa forma de ação foge ao seu controle e não se daria por um ato imoral, porém por uma anomalia e, portanto não seria de seu desejo essencial.

Mesquita recorre a domínios da psicologia que, por sua vez coloca a problemática do impulso irresistível e a aparição da esfera dos mecanismos instintivos como domínio privilegiado de objetos que afeta e está além da vontade do ser em sua forma intencional. Sendo assim, segundo seu relato, retoma em momentos de perigo sua essência racional e se reinsere em uma ordem política, a qual nunca tenha deixado de ser sua forma intencional, ou seja: conquistar um direito nativista, porém dentro das contingências racionais vigentes e que não poderia comungar com motins nativistas. Porém por esses atos impulsivos que o afetam tornar-se-ia um dos líderes, ou “o cabecilha dos motins nativistas, que em 1831, era apontado como açulador da desordem.” (ibid. p. 92). Segundo Mesquita, eis que “aparece, à testa do governo, e no momento preciso, como o agente inflexível da ordem e o rígido instrumento da repressão à anarquia.” (ibid. p. 92). Mesquita se ampara no relato produzido por Estevão de Mendonça sobre o acontecimento:

“Era, porém, de medíocre cultura, e só se apercebeu da extensão da borasca que vinha alimentando com a sua intensa propaganda nativista e o populacho alcoolizado se entregaram pelas ruas de Cuiabá ao saque e ao morticínio. Teve, então e tardiamente, um gesto de reprovação ao movimento armado que inconscientemente preparara “ (ibid. p. 92).

6.7. Do domínio da psicologia ao esteio da ordem

“Não estranhará por certo, a ninguém, a subita transformação do irriquieto agente da demagogia no resoluto esteio da legalidade vencedora”. Ao ato de avisar para não estranhar, aparece a justificativa patológica que há nele um “fundo desigual do espírito” que para Mesquita “explica e até justifica essas aparentes incoerencias.” (ibid. p. 94). Faz uma comparação com Dom Pedro I, ao falar do estudo que fez de Poupino, para analisar a partir da “psicologia” o comportamento do “caudilho cuyabano”, que possuiria “affinidades com aquelle afoito Bragança a quem devemos a independência e ao mesmo tempo a tyrannia.” (ibid. p. 94). Pois nele haveria uma inversão de um mesmo problema patológico, que foi da tirania à ordem. Portanto, Mesquita se diz detectar o “fundo desigual do espírito de Poupino” – que constituirá, segundo ele, objeto de um capítulo deste ensaio, que explicaria, segundo ele, “e até justificaria “essas aparentes incoerencias.” (ibid. p. 94).

A partir do final do século XIX na Europa, assiste-se o que Foucault chamou de “consolidação das excentricidades em síndromes bem especificadas, autônomas e reconhecíveis.” (2001, p. 395). Sua ressonância no Brasil começa a aparecer na primeira metade do século XX, sendo que se materializa no discurso que envolve a narrativa do jurista José Barnabé de Mesquita, quando ele toma como objeto a personagem de Poupino e as consideradas por ele como excentricidades cometidas por seu instinto impulsivo. Ao mesmo tempo em que toca diretamente em seu foco, faz espriar o efeito discursivo para recolocar o lugar da camada pobre da população que foi às ruas na noite de 30 de maio de 1834.

Ao colocar um ato de cumplicidade entre seu personagem e a camada considerada anormal da população, visto o racismo colonial no trato aos grupos étnicos e negros na colônia. Passados cem anos do acontecimento, é a paisagem operada a partir da psiquiatria que vai ser animada por essa parte da população e seu elo com a política que foi Poupino. O uso da psicologia na leitura feita a essa faixa da população, não se deu porque eles apresentassem sintomas de doença, mas seus gestos políticos passam a ser considerados como anormais, e, portanto tanto ela como seu líder passam a ser objetivados como possuidores de excentricidades que serão consolidadas como anomalias.

O ato de reverter o anormal em doença faz nascer a busca de “vestígios ou as tramas do delírio através dos comportamentos anormais que estavam constituindo a grande ‘sindromatologia.’” (ibid. p. 396). Essa reconversão aparece como possibilidade de ser transformada em doença, e como justificativa de busca dos seus vestígios no passado. Para sua possibilidade houve a necessidade “tornava desejável, o ajuste da análise do delírio à análise dos jogos do instinto e do prazer. Unir os efeitos do delírio à mecânica dos instintos, à economia do prazer” (ibid. p. 396).

O ponto essencial para entendimento desse estudo está no aparecimento da noção de “estado”, introduzida, segundo Foucault no final do século XIX. O estado, não é considerado uma doença,

...mas como uma espécie de fundo causal permanente, a partir do qual podem se desenvolver certo número de processos, certos números de episódios que, estes sim, serão precisamente a doença. Em outras palavras, o estado é a base anormal a partir da qual as doenças se tornam possíveis. [...]. O estado pode produzir qualquer coisa, a qualquer momento e em qualquer ordem. Pode haver doenças físicas que se conectam a um estado; pode haver doenças psicológicas. Pode ser uma deformidade, um distúrbio funcional, um impulso, um ato de delinquência, a embriaguez. Em suma, tudo o que pode ser patológico ou desviante, no comportamento ou no corpo, pode ser efetivamente produzido a partir do estado (ibid. p. 397).

6.8 Da psicologia ao estudo do temperamento como produção de formas subjetivadas na revalidação do passado

Em seus estudos psicológicos inspira-se em Tristão de Athayde, quando:

...da preocupação de por a sciencia psychologica em contacto com a vida e com a realidade humana de carne e osso. E por isso, para bem situarmos Poupino Caldas no seu clima histórico e psychologico, mister se faz o estudo não só das características do seu temperamento, como do meio em que agiu e de que foi segura resultante e valiosa componente, ao mesmo tempo. (Mesquita, 1934, p. 94).

Daí compreende que Poupino ainda não foi estudado nem compreendido sequer. Mesquita se valia de um momento em que já desde a década de 1920, havia um movimento psicanalítico no Brasil. Segundo Lins:

A história do movimento psicanalítico revela que o momento de grande difusão da psicanálise no Brasil se deu por volta de 1920, por médicos psiquiatras interessados nas inovações freudianas, mas fundamentalmente voltados à profilaxia das desordens mentais e sociais. Podemos destacar nesse percurso Franco da Rocha e posteriormente Durval Marcondes como os grandes pioneiros da introdução da psicanálise em São Paulo. Dos textos que

tratamos desses autores e da revisão bibliográfica realizada na pesquisa, fica evidente que a articulação da psicanálise e educação ocorreu desde o início do surgimento da psicanálise no país, em meio ao furor higienista da medicina que se desenvolvia no início do século XX (2011, p. 1).

A psicanálise foi uma arma institucional cujo domínio serviu para a validação ou requalificação de valores que persistiram como definidores da democracia aplicada para determinar a partilha do mundo das sensibilidades. O interessante é as duas pontas desse acontecimento: valores que foram produzidos em tempos anteriores à independência e, que servia aos interesses de uma elite colonialista, passam para o regime monárquico constitucional, apropriados, revalidados, requalificados e postos em funcionamento. Esse fato faz com que surjam as crises que se cristalizaram a partir da abdicação de Dom Pedro e no período regencial. Interessante é entender que por causa dessa contradição em se quer construir uma unidade democrática mantendo valores que serviram à estratégia colonial, ao causar problemas locais e regionais, geram uma crise de identidade social. Afinal as classes sociais que se constituem se constituíram sob o peso de valores morais configurados em estereótipos ligados ao passado colonial, portanto um discurso das raças redistribuídos no discurso para designar as classes sociais.

As práticas sociais que se deram no início do século XX se valeram, por sua vez, de valores anteriores ao seu tempo presente e que com a coloração científica exerceu em diferentes domínios disciplinares a manutenção do *status quo* de uma elite casuística e mantenedora de seus privilégios. Junto a eles uma sociedade fragmentada em camadas e com segregações explícitas e invisíveis, mas que afetavam a mobilidade social e ascensão das camadas mais pauperizadas aos privilégios de uma soberania que via seus ecos revolucionários do fim do século XVIII desaparecerem juntamente com seus ícones no horizonte político.

Essas recorrências sempre contaram com a atuação e as formas de atualizações que compuseram as ciências humanas. Elas se manifestavam a partir de instituições que definiam uma presentificação aliada às instituições que operaram a partir da necessidade de revalidação ou requalificação ou mesmo a exclusão de acontecimentos no passado. Para tanto se utilizaram de domínios da prática patológica para recompor quadros no passado como forma de justificar problemas no presente. Segundo Lins:

As práticas médicas desenvolvidas naquele período aplicavam medidas de controle, de adaptação e de normalização do povo brasileiro segundo os ideais da intelectualidade científica da época, que se baseava em ideários

racistas - acreditavam que o brasileiro era um povo inferior e indócil devido à mistura de raças que havia no país. Segundo Patto (2002) este "foi o chão social e cultural da recepção brasileira da psicanálise" (p. 148, apud, LINS p. 1).

Esse ideário racista aparece de forma sutil quando esse momento focalizado é produzido por uma escrita que está inserida no interior de um discurso que reconfigura o lugar social e o imagina desconexo quando no interior desse ambiente social emerge forças que nunca se imaginava emergir. Daí torna-se turvo o olhar, há distúrbios de análises. Para reconstituir um lugar que dê firmamento aparece afirmando essa leitura uma inversão construída, que vê o normal no desigual e anormal na tentativa de resolução do que nunca se imagina possível, ou seja: um levante popular contra a situação política confusa que não liga democracia com igualdade de direitos.

Isso faz de Mesquita um observador que constrói o momento do passado como confuso, quando que “Aflora-se-lhe a figura impressiva, no panorama confuso da sua época” (Mesquita, 1934, p. 103); coloca com isso em dúvida as leituras anteriores por não proceder de forma a ver no psíquico humano o cerne do problema concernente a este episódio da Rusga. Assim ele afirma que a confusão da sua época é “como uma grandiosa caryatide, que, à distancia, se percebe ser algo de extraordinario, mas cujos contornos se desfazem e obumbram no tempo.” (ibid. p. 103).

Fazendo uso de uma linguagem camoniana busca exemplos da Grécia para alegorizar a fragilidade desse tempo objeto do passado que confundiria a observação, e para superar essa dificuldade faz uso da psicologia própria do tempo de sua escrita. buscando o uso de uma metáfora, a *cariatide*, pelo fato de que ela representa colunas feitas de figuras femininas que representaria a fragilidade das estruturas sociais e políticas do tempo de Poupino, ou seja, de um momento da independência em que não se estava definido a partilha por onde pudessem conviver os corpos e suas sensibilidades.

Para exemplificar sua observação recorre a Camões para se utilizar do termo *obumbrar* como definidor de um tempo confuso onde tudo se turva ao “olhar desprevenido”. Quando são os contornos que se desfazem, a busca se daria no interior de uma consciência, cuja forma garantiu uma discursividade no começo do século XX guiado pela psicologia ou um termo utilizado por Mesquita, *Metapsicologia*. O psíquico teria como sua normalidade uma ligação ou uma forma de pensar, de escrever e de falar ligadas a uma conexão sensorial racionalizante. Os desvios passariam a ser menos

explicados de forma exterior e mais como busca do comportamento psicanalítico dos personagens em ação naquele momento.

Ao deslocar o seu objeto de estudo para o campo da psicologia, o faz produzindo a análise de uma deformidade como sendo produto de um déficit geral da instância em que se instaura como acontecimento e que tornaria difícil a coordenação do indivíduo. Ao fazer o uso da psicologia para analisar o comportamento impulsivo de Poupino, transfere para o quadro geral do momento de sua ação um estado confuso em que uma continuidade tinha seu desenvolvimento interrompido ou teria regredido de um estado ulterior a um estado anterior.

Esses recuos aparecem com o estereótipo negativo e racista da figura do brasileiro. Como nos afirmou antes Lins, e retomo aqui, os ideais “da intelectualidade científica da época, que se baseava em ideários racistas - acreditavam que o brasileiro era um povo inferior e indócil devido à mistura de raças que havia no país” (ibid, p. 1). Daí o diagnóstico que serve de fio condutor para Mesquita que se guia por um estudo psicológico para “ministrar esclarecimentos” acerca do que classifica como “empolgante *psychê* poupiniana” (ibid. p. 103). Nesse caso o problema de sua impulsividade estaria registrado na sua cumplicidade com o “populacho”: logo estariam em um estado confuso e fora da normalidade, ou seja, “populacho e estado anormal de Poupino seria propício a sair da normalidade. Ele ao recobrar a razão se afasta desse lugar da anormalidade e reavalia seu lugar invertendo sua força. Se antes era a favor da libertação da “plebe” e dos brasileiros que se sentiam prejudicados com o poder dado aos portugueses que mantinham seu domínio sobre outras camadas sociais, passa a lutar contra esses que eram seus cúmplices de luta. Daí sua ação deixa de ser negativa quando é requalificado por outra história do passado, ou seja, a reorganização do passado operado por Mesquita do IHGMT.

Mesquita ao fazer uso de sua metapsicologia vai tentar explicar sua noção de estado em que se encontrava Poupino. Para isso busca o fundo causal que seria segundo essa unidade discursiva, uma anomalia iniciada em gerações passadas, e que torna preciso repor esse passado em série como forma de produzi-lo e justificá-lo. Deslocando-se das suas formas jurídicas que guiavam o julgamento da ação de Poupino, se investe de um edifício teórico da psiquiatria com o fim de descobrir “o corpo de fundo que vai justificar, explicar por sua causalidade própria, o aparecimento de um

indivíduo que é vítima, sujeito, portador desse estado de disfuncionamento.” (FOUCAULT, 2001, p. 399). Para desvendar esse corpo de fundo que “está atrás do corpo anormal vai buscar no corpo dos pais, que é o corpo dos ancestrais, é o corpo da família, é o corpo da hereditariedade.” (ibid. p. 399).

Para tornar efetivo seu objetivo, faz uso de uma metasomatização, com isso, levantou junto a cuiabanos de sua geração e colheu informações de uma tradição, segundo ele, mais ou menos uniforme. “Poupino Caldas foi um impulsivo, um bom, um fraco, a quem o coração dominava mais do que o cérebro, cuja vida agitada se norteou mais pelas forças poderosas dos instintos do que pelo domínio sereno da razão.” (MESQUITA, 1934, p. 103).

Se utilizando da psicologia chega á conclusão de que seu papel na ‘rusga’ é *symptomatico* (grifo meu). Com isso chega ao resultado assim que dá ouvidos a um amigo a versão que lhe transmitira o seu pai. Nessa transmissão, ou nesse ouvir dizer, falava “de que João Poupino culpa nenhuma teve nos sanguinolentos acontecimentos cujo centenário ocorre neste anno.” (ibid. p. 103).

Mesquita fazendo o uso dessa unidade disciplinar entende que: “Ele não queria nada disso”. Quando muito, a expulsão dos ‘bicudos... Mas faltou-lhe força para impedir as loucuras e os abusos que vieram. Daí completa que de

...resto, o que se impõe à observação psychologica de quem tenta reconstruir, um século após, a imagem do nosso grande caudilho do período regencial, é que Poupino possuía, a par de notáveis attributos, taras insophismaveis que lhe entoxicavam o espírito. (ibid. p. 103).

É da leitura de Taunay, que observou que “era capaz até de crimes para saciar instintos de baixa luxúria.” (ibid. p.103).

Buscando um estudo sobre o papel da medicina no controle do poder, vimos que há nesse caso uma vinculação da análise de uma decisão política que definiria no começo da construção da democracia brasileira e mato-grossense, um impasse que foi resolvido a partir da segregação de classes. Essa vinculação se daria pela psicologia como domínio de análise. Ao vincular à psiquiatria os mecanismos utilizados para a análise do passado, vemos que o autor revalida a situação que é contingente ao julgamento que por sua vez é datado em outro acontecimento, ligado a outra circunstancia política. Ao anexar ao processo do poder judiciário uma cláusula do seu tempo, ou seja, a do narrador intervém e requalifica á decisão política do tempo de

Poupino. Temos aí uma discursividade do presente, ou seja, que ao intervir nesse acontecimento, opera com o passado, se utilizando de domínio do seu tempo: faz uso do domínio patológico, usa a psiquiatria que chama para si a reorganização do passado para resolver um problema que afetava o acontecimento do presente, e que por uma positivação da unidade discursiva denominada psicologia, faz com que torne possível a fala de Mesquita. Ao se utilizar dessa operação historiográfica o faz para resolver o problema do impulso instintivo e a aparição da esfera dos mecanismos instintivos, como justificativa e indulto a Poupino.

A função da psicologia vem aí complementada por um viés racista que se insere em uma hereditariedade como busca da genealogia patológica que possa justificar o desvio de conduta de Poupino. Mesquita em sua pesquisa genealógica de sua família consegue identificar problemas que “vinham-lhes dos antecedentes familiares estigmas de degenerescência bem acentuadas.” (ibid. p. 103). Consegue descobrir que “uma das suas tias, pelo lado materno, era paranóica – a de nome Izabel Antonia” e que “louco veio a morrer o seu primo, Antonio Navarro de Abreu Junior. (ibid. p. 103).

Surge como fonte da genealogia carregada de elementos degeneradores, que seriam sintomáticos com origem dos problemas de Poupino, portanto fugiria de sua alçada o domínio dos fatos e, portanto de suas ações intempestivas. O lado que lhes teria garantido a superação da doença era a força genealógica em que se originou. Ao afirmar os valores que superaram os desníveis causados por questões patológicas há uma elevação dos fatores que lhes garantiram uma atitude contra pensamentos vindos do “populacho” e que fizeram com que Poupino recobrasse o sentido da ordem e não da liberdade a qualquer custo.

A sua ruptura com aqueles que não vinham de uma boa herança genética, ou seja, a plebe: esta foi impedida por uma ação recobrada pela boa estirpe hereditária de Poupino, configurado aí um discurso eugênico e conseqüentemente racista, produzidos com a intervenção da medicina.

De acordo com Mesquita, os que não são de linhagem tendo como varão o elemento português e que, segundo ele, são raros, tem, pelo menos, herança genética, de “genearchas paulistas (de Itu, Porto Feliz) e estes goyanos. Daí monta o quadro genético para justificar o comportamento psíquico dos personagens alvos de sua análise. Segundo ele, não fugiram à regra os descendentes da família “dos Poupinos, progênie das mais

destacadas da época, na qual deveria evidenciar-se como figura primacial nas luctas nativistas, o famigerado João Poupino Caldas.” (RIHGMT, 1934, p. 80).

A forma negativa cabe à “Sociedade dos Zelosos da Independência”, que afirmou ser a “arregimentadora dos jacobinos exaltados, tendo à sua testa Patricio Manso, audacioso e solerte mestiço paulista, que os revezes da sorte haviam atirado às plagas cuyabanas.” (ibid. p. 80). Para Mesquita, o grande culpado é Patrício Manso e o frei carmelita Innocentes enquanto Poupino ficou na história como vítima de uma situação que fugiu ao controle de um nativismo moderado.

Poupino fez o jogo perigoso da popularidade e, sem querer, arrastado pelos acontecimentos, quando já não os podia deter, foi, infelizmente, o homem em cujas mãos explodiu a machina infernal engendrada pela astucia de um Patricio Manso, servindo-se da inconsciência de uns, da pusillanimidade de outros e da perversidade de meia dúzia de cabecilhas, que levaram para a rua na noite lúgubre, a soldadesca e o povoleo, embriagado pelo alcool e pela cobiça, a dar pasto às mais torpes concupiscências – a do ódio, a da lascívia e a da ganância (ibid. p. 90).

Podemos notar que a imagem que se tem da parte da população que esteve participando da revolta é de que ela seria brutal, animalesca e que tem os instintos aprisionados para que se mantivesse sem violência. É a imagem da sub-raça que foi herdada da colonização e que talvez tenha sido transferida para o interior da população da mesma maneira que eram vistas outras raças? O que dá a entender é que sempre que se fala dessa camada social é de forma estereotipada e ligando-a a algo que não faz parte do todo da sociedade. Do outro lado a super-raça que é a que não vai aos extremos para resolver problemas políticos ou econômicos. Veja a forma como aparece na história aqueles cujas vozes são faladas por outras vozes que não a deles. “Desenfreado os ódios, soltos os ferozes instintos da multidão, longamente sopeados e vivamente acicatados, não houve dique a contrapor á marémontante que, na calada da noite de 30 de maio, transpôs os quebramares da razão e da própria autoridade.” (ibid. p. 91). Há na leitura que nomeia a “plebe” o conceito de homem perigoso, classe perigosa atua como inibidora social e destituidora de capacidade política.

Por outro lado, quando seu foco é Poupino de Caldas, Mesquita mostra sua atitude e a liga ao seu temperamento. Quanto ao temperamento ele é visto como impulsivo e liga esse caráter a questões genéticas, a questões patológicas e toda a análise carregada do discurso racista. Há anexada à sua imagem motivos para seu comportamento, noções ligadas à sexualidade. As suas formas de apreensão da

sexualidade são consideradas quando fora do padrão habitual do matrimônio, ou seja, a relação fora do espaço conjugal. Para tanto é considerada como desvio de conduta e como registro de anormalidade patológica. Daí a explicação para seu comportamento impulsivo. Para fazer essa observação o autor apela para a busca de seus contemporâneos para que lhes falassem do comportamento. Além disso, é buscado o recurso da hereditariedade familiar para tentar explicar seus desvios de conduta. Veja o que Mesquita fala sobre o assunto:

De resto, o que se impõe à observação psychologica de quem tenta reconstituir, um século após, a imagem do nosso grande caudilho do período regencial, é que Poupino possuía, a par de notáveis attributos, taras insophismaveis que lhe entoxicavam o espírito. Vinha-se dos antecedentes familiaes estgmas de degenerescência bem accentuados. Umas de suas tias, pelo lado materno, era paranóica—a de nome Izabel Antonia. Louco veio a morrer o seu primo Antonio Navarro de Abreu (Junior). E não são os únicos casos de psychose e anormalidade mental na família. O próprio João Poupino teve do seu casal um filho surdo-mudo. Antonio, fallecido em 1857” (ibid. p. 103).

Essa forma fora da normalidade na conduta sexual. Essa leitura é feita para justificar a capacidade de cometer crimes pelo fato de saber que o crime nasce dos instintos de baixa luxuria.

Também não se póde esconder a sua insaciável libido, para usar a linguagem de hoje, à maneira freudiana. Neste particular, muito haveria que dizer, de referencia a quem foi, no dizer de Taunay capaz até de crimes para saciar instintos de baixa luxuria. Nota 38. Deixou extra-thalamo grande numero de descendentes, alguns legitimados, outros não. (ibid. p. 103).

A tentativa de encontrar atenuantes como formas de absolver Poupino perante a história do presente do historiador, ou seja, a sua incontinência sexual é justificada por levar a contigüidade do seu tempo:

De certo modo, a incontinência de Poupino se atenua com a consideração da paisagem social daquele tempo, em que os costumes, si não eram mais soltos que os de hoje, propiciavam, entretanto, muito mais, num meio acanhado e rústico, a ascendencia dos chefes sobre a arraia-miuda, servindo de estímulos acicatantes à concupiscência até o clima, ardente e excitante para não falar na influencia da escravatura, no relaxamento geral da moralidade, de que participava até o clero, e outros muitos factores. (ibid. p. 104).

Somos constituídos historicamente no Brasil por discursos que transformam os corpos através das hierarquias de classe, gênero e etnia, que segundo Margareth Rago:

“se constroem e se repõem. Nesse espaço em que homens e mulheres são transformados em corpos exóticos, expressão da irracionalidade e da

sensualidade excessiva, predomínio absoluto do instinto sobre a razão, logo, incapacidade de autogoverno. Em especial, é a figura feminina que se torna o principal repositório dos preconceitos sexuais e das estigmatizações construídas cientificamente desde as teorias da degenerescência, que florescem na Europa do século XIX” (2008, p. 2).

No início do século XX há uma força enorme nessa visão que sexualiza os índios e os negros. Mesquita busca exemplo em Gilberto Freyre, do qual se utiliza na justificativa para o seu indulto a Poupino. Observa-se uma contínua construção que interpreta a sensualidade partindo do discurso carregado de racismo: numa ligação da raça impura, e seu elo mais próximo que é Patricio Manso e a contaminação em Poupino Caldas, porém este ainda consegue marcar uma linha duplicada entre a libido, ou seja, sua tara e a volta à razão. Nota-se uma segregação sexual onde a camada empobrecida da sociedade aparece como um repositório de mão-de-obra entre os homens e de objeto sexual entre as mulheres, com o atenuante pior que é a noção de perdição dos pertencentes a outras camadas da população. Para fundamentar sua defesa de Poupino recorre à literatura produzida por Gilberto Freire para deslocar o sentido sexual: não são os das classes senhoriais responsáveis pela sua atitude sexual e sim os desvios psicológicos e a sensualidade das mulheres oriunda da “classe perigosa” que se situam no seu discurso como sofrendo uma sexualidade irracional e passam a ser as causas dos distúrbios e desvios sexuais das camadas oligárquicas. Para ele: “O patriarcalismo polygamo de que fala Gilberto Freyre, no seu admirável livro *Casa-grande e Senzala* entrou por muito, não há negar, como causa das desordens de sexualidade, na vida tormentosa de Poupino.” (ibid. p. 105).

Assim Mesquita vai constituindo seu argumento, sempre num binarismo entre racional/irracional, civilização/barbárie, purificação/degeneração, fundamentado em um discurso metapsicológico onde a ordem passa a ser a normalidade do corpo em harmonia e coerências com o fundamento espiritual da ciência. É na sua convivência com “raças impuras” que se transvalorizam em seu discurso herdadas desde as relações coloniais e que ao produzir-se numa relação republicana carrega consigo a marca do racismo que não consegue desbotar-se do pensamento na hora de relacionar-se com as classes sociais estabelecidos pelo modelo brasileiro. Assim é que nesse contexto pode dizer da complexidade da individualidade de João Poupino:

“Na complexa individualidade de João Poupino, desafiando a análise dos photographos de almas, dos artistas da camara escura da consciencia, chocam-se e se mesclam, fundem-se ou repellem-se, por vezes, qualidades

antagônicas, vícios os mais ignóbeis e rasgos da mais alta nobreza” (ibid. p. 105).

Além da convivência cotidiana como elemento contaminador de seu comportamento, o relato de Mesquita mantinha uma relação com o discurso da hereditariedade, que se destacou na primeira metade do século XX. Apesar de alcançar uma origem portuguesa por parte de pai, considerado como uma nobreza de sangue, como era considerada pelo discurso racista e que era o português, para entender a análise dos elementos comprobatórios das anomalias que teriam interferido na personalidade de Poupino, e à “vista de tais elementos, fácil será ajuizar do que foi, num meio em formação, sob influências raciais poderosíssimas – Poupino era um mestiço de primeira geração, filho de português e cuyabana – a acção do terrível cabo de guerra” (ibid. p. 105).

Stancik, (2004), em seu estudo sobre o higienismo e o racismo como fonte de inspiração de intelectuais brasileiros no início do século XX, mostra como eles pensaram o país e sua população, e apresentaram propostas para a solução dos problemas por eles diagnosticados. Para tanto, seus procedimentos se apropriaram de teorias científicas para por em funcionamento seus empreendimentos. Gostaria de retomar para o efeito de nosso trabalho a impressão que ele conseguiu recuperar do seu estudo de Bernardo Beiguelman (1990) sobre as práticas e políticas discriminatórias excludentes e criminosas e de como elas difundiram-se livremente, por um longo tempo.

A questão da hereditariedade estava dividida entre pureza e impureza que seguia uma linhagem considerada legítima, pelo fato de ser contraído por casamento normal e excluía os que nasciam fora desse contrato. É isso que possibilita se escrever: “Da estirpe legítima do grande caudilho, existem, que me consta, os descendentes do seu primogenito é homonymo, João Poupino de Caldas que deixou três filhos: Anna, Luisa e Marianna.” (ibid. p. 106).

Sendo guiado por suas análises ligadas à metapsicologia afirma que: “O grande agitador das massas, inaugurante que foi do caudilhismo em Matto-Grosso, possuía qualidades boas e más, como já ficou dicto e patenteado, no mais alto potencial.” (ibid. p. 110). Daí trabalha a partir da hereditariedade e do meio para que tivesse feito de Poupino, “um meio-tarado, de attributos que o marcaram de modo incontestável, entre os coevos.” (ibid. p.110).

Deu relevo à questão do psíquico para delinear o comportamento de Poupino, ao ver que “Freud acharia na sua *psychose* vasto campo de estudos para sua doutrina” (ibid. p. 110), que, segundo sua interpretação, possui seu grande fundo de verdade. Daí começa a ensejar a construção do que considera como a alma cuiabana. É importante imaginar que ele ao se constituir historicamente por essa forma discursiva, dá ao modelo cuiabano uma leitura psicológica de um povo que se desviou da razão, porém, seguindo o fio da razão e da ordem, abre mão da liberdade tal qual queria e teria restabelecido o caminho de uma natividade dentro da ordem. Se for isso o que ele construiu para o comportamento de Poupino ele ficou, na sua narrativa metapsicológica como uma figura exemplar para configurar a trajetória da cultura histórica do cuiabano. Sua dimensão para o topônimo Mato Grosso, se dá com a construção da imagem do mato-grossense.

Vemos nelle apenas o homem que encarnou, em dado momento, com um profundo senso de realismo e oportunidade, a trepida, inquieta, ansiosa e ainda implasmada alma cuyabana, feita de profundo amor à liberdade e não menor sentimento de ordem e estababilidade, mixto, semi-incomprehensível, de espírito revolucionário e conservador, a aspirar sempre o avanço para o progresso e a receiar, cautelosamente, o despreendimento dos laços que a atam ao passado e à rotina. [...]. Vale notar e pôr de manifesto certos traços específicos de tão curiosa personalidade, antes de encerrarmos este ligeiro esboço biográfico e histórico, em que, através de um homem, se procura descrever uma época e assignalar uma raça. (op. cit. RIHGMT, 1934, p. 111).

Mesquita termina por fazer um discurso laudatório a Poupino, lutador segundo ele, desde 1820, sendo vanguarda da luta pela independência, e daí por diante, até o considerado acontecimento trágico de 1834, em que diferencia Poupino dos demais ao afirmar que: “Dali por diante, até os dias trágicos de 1834, Sempre o veremos na vanguarda dos pronunciamentos nativistas. É o *leader* das campanhas antilusitanas, lutando a prol da hegemonia dos naturais e contra os adventícios.” (ibid. p.111).

6.9. Patrício Manso no discurso de Mesquita

Quando é colocado como o herói dos naturais na luta pela sua hegemonia, Mesquita fala dos adventícios, como forma de alijar a presença de Patrício Manso, não apagando sua imagem do acontecimento, mas colocando a percha de adventício para combater aquele que tenha vindo de longe, de outro lugar e que, portanto não é natural do lugar em que está ou vive. Definir como estrangeiro, forasteiro, foi a forma de desclassificar Patrício Manso e eleger a figura de Poupino identificando-lo na forma do

discurso psicanalítico que constitui sua imagética de um comportamento que sofreu desvios pela mistura de raças e de uma hereditariedade corrompida, mas restabelecida no verdadeiro lugar de produzir sua natividade. Daí o enredo da construção que coloca a luta e conquista do espaço de luta como uma anomalia e que se corrige graças à figura de um representante de uma estirpe com uma hereditariedade que se desvia e volta numa relação de força ilustrada por ele no cabo de guerra. Assim que entre esses dois lados: uma cultura considerada como civilizada e a sua descendência produzida entre em tensão com “raças inferiores” e que por uma junção dessa mistura teria fundido a cultura histórica que daria identidade ao povo cuiabano.

Portanto Patrício Manso seria o antípoda da imagem ordeira do cuiabano e numa sequência no mato-grossense e dando a esse personagem elementos que antecedem a sua relação com a camada popular. Seriam fatores, como a miséria gerada pela crise da mineração ou a crise da abdicação de Dom Pedro e daí a vacância de poder que teria impulsionado, ou a forma truculenta de tratamento dos portugueses. Seja lá qual for elas funcionam retirando de Patrício Manso o papel de grande líder do movimento. Porém ele emerge de forma negativa como quem foi responsável pelo acontecimento, mesmo estando no Rio de Janeiro como representante parlamentar. Para Mesquita, o “populacho”, nunca teria feito por si mesmo esse movimento a não ser por condução de Patrício Manso.

Ao dar-lhes um lugar na história o fez destituindo o lugar das camadas populares que foram às ruas. Foram rechaçados pelo poder contemporâneo à luta, e posteriormente são destituídos pelas escritas que revalidam suas ações na história, redistribuindo-os e com isso falando em nome dos que falam de forma emudecida. Para dar essa proteção ao populacho escolhe os que serão ou não considerados como heróis nesse embate de forma a manter o lugar de cada um na guerra da escrita. Para Mesquita, Poupino combateu Patrício Manso por ele ser “alienígena”, mas pestigia Fr. José, no incidente com o “mestiço audaz”. “No Conselho é o que mais se oppõe à nomeação de Vaz Guimarães, e, todavia aceita o encargo de ir pacificar Diamantino, perigoso foco de reação.” (ibid. p. 110). A figura de Patrício Manso sempre seria negativa, mesmo em situações diferentes em que ele tinha razão.

Tido por seu relato como homem carregado de sercupidez, suacobiça, ambição, avidez daria os traços de sua maneira de entender o que seria liberdade do povo. A

revolta é duas vezes explicada: na ausência da razão e na razão que ela se dá. É só a primeira que tem valor de explicação. Não porque as razões de Patrício Manso sejam declaradas falaciosas, mas pelo simples fato que ele e a camada de personagens que ousaram ocupar o espaço político não estavam em posição de falantes legítimos. Os afazeres dos pertencentes a essa camada de gentes não eram consideradas por seu nível constituído, em possuidores de propriedades de pensar e exprimir seu pensamento, pois não tinham tempo para isso devido ao fato de nascerem para se dedicar ao trabalho. Mesmo no caso de Patrício Manso, suas formas de trabalho sempre foram dissimuladas ou diminuídas por aqueles que eram opostos a ele. Pouco se sabe sobre ele, pois a história constiu um silêncio sobre sua vida. Indiferente de tudo que tenha acumulado de leitura, de sabedorias, ele foi excluído de poder passar para a posteridade algo que possa ter exprimido excluído tal como o Percenius de Tácito “que se veja nele, à maneira moderna, a representação sintomática de um movimento histórico que trabalha nas profundezas de uma sociedade. Pois a fala do homem do povo é por definição sem profundidade.” (RANCIÈRE, 1994, p. 35). Não haveria mais na narrativa do IHGMT, lugar para explicar as razões de Patrício Manso, mas sim refutá-las. O que ficou para a posteridade se fundar uma rememoração revalidada, reinscrita na coerência que Mesquita se deu como propriedade da sua escrita, na conveniência com o historiador marcou seu destino. A um documento encontrado, uma forma o inventa e refaz seu percurso como forma de inserir seu acontecimento. O autor deixou-se emboscar pelas palavras ao se dispor daquelas que eram impróprias porque não eram produzidas no tempo em que se deu o acontecimento. A nomeação do acontecido foi marcada por uma ciência que medicalizou o ato e retomaram em suas mãos o resultado com palavras que eram elas próprias anacrônicas.

Mesquita, primeiro transformou Manso em um ser com derivados diminuidores de seu caráter e o combateu. Seus traços de liberalidade de suas leituras de Rosseau, sua “raça” mestiça em um tempo onde a cor definia o lugar social e carregava a marca do colonizador no trato com as diferentes culturas nativas, tudo isso constituiu um espaço em que um não-lugar por uma interpretação que procura fugir da vertigem provocada por ato considerado insólito, ou seja, aqueles que ocupam um espaço e que não podiam ocupar. Aí nesse lugar nasceria uma descontinuidade que levaria os historiadores à necessidade de inventarem um dispositivo que produzisse novos conceitos e novas narrativas com propriedades neutralizadoras do excesso de fala. Uma história que

reescrevesse a cena da ocupação do espaço público por quem não é de direito fazê-lo, por uma leitura racista herdada para as relações no interior de uma sociedade que se quis fazer-se em unidade nacional, mas essa reescrita precisava revalidar para requalificar uma continuidade que garantisse uma identidade das raças. Mas essas raças por sua vez tornando-se classe o fosse sem deixar de existir as marcas racistas que as antecederam e para isso recorreram ao equilíbrio entre o relato e a ciência. Mesquita com isso pode constituir a imagem da negação de uma continuidade projetada:

Combate a cupidez de Manso e, num dos característicos traços da sua liberalidade, propõe-se a pagar pelo músico Victorino T. Pereira os 20\$ da multa, aconselhando ao Cirurgião-mór seja prudente no interior, como parece no exterior, e veja que mais vale ao pobre um do que ao rico dez, e pede-lhe que deixe viver tranquilo o pobre ajuntando mantimentos para sustentar a sua família. Não cura o próprio bem-estar dos seus que chega a sacrificar e comprometer, cuidando antes do interesse público. (ibid. p. 113).

Mesquita constrói um lugar de honra para a biografia de Poupino totalmente ao contrário do que faria com Patrício Manso. Com esse discurso re-distribui o significado do acontecimento e dos protagonistas. Para sua explicação divide o movimento entre três tipos de integrantes. A autonomia é definida a partir dos seus integrantes: o da cidade configurado em Poupino, que é considerado como o modelo que se identifica com os cuiabanos. Os de origem rural que aparecem na obra de forma empalidecida e o populacho considerado sem poder.

Essa camada popular é o principal alvo quando fica construído o conceito de autonomia que não fazia o enredo dessa camada popular em uma nação. Constituído como um modelo de democracia, que se dava no interior de uma monarquia constitucional, porém marcada pelo uso do ilegalismo constitucional concernente às relações de classe e a forma racista de definir o lugar da camada popular. A partir dessa discriminação é que serão analisadas as suas tentativas de ocupação do espaço público. Daí o impedimento conduzido por Poupino fica constituído como uma racionalidade retomada e garantida a construção de uma autonomia moderada que daria à população uma forma ordeira.

Ao sair às ruas elas dão de encontro com aquele que a incitou a lutar e pela igreja que a queria pacificada. Poupino e Dom José saem às ruas para ir ao seu encontro “tentando, inultimente, refrear a populaça enfurecida” (ibid. p. 113). As nomeações vão aparecendo no interior dos relatos e deixam a marca com que presentificam a presença da camada mais empobrecida no cenário político. Assim Mesquita ao narrar esse

episódio afirma que: “após os desvarios é ainda elle quem assume o papel odioso de agente da punição, apura as responsabilidades, ateando contra si a fogueira dos ódios, que vem a sacrificá-lo” (ibid. p. 113). Completa sua revalidação do acontecimento reorganizando o lugar de cada um no processo da sua escrita: “A sua attitude posterior aos lúgubres acontecimentos de maio, longe de ser, como lhe apodaram os companheiros, uma traição, foi a de natural reacção contra a anarchia, em que ameaçava degenerar a insurreição nativista” (ibid. p. 113).

A autonomia nascia no estrito espaço pacificador: cada um teria seu lugar e a ação política não mais caberia ás camadas populares chamadas de populacho. Toda uma história da população era retratada metaforicamente na personalidade de um dos seus personagens para servir de lugar daí em diante, se quisessem fazer parte da história do passado e do destino a ela marcado para definir suas vidas daí em diante. Para Mesquita, que faz uso da psicologia das massas através da psicologia de um personagem, marca com esse uso, o traço dominante do seu caráter: “o senso da ordem, sobrepondo-se ao da liberdade. (ibid. p. 114).

A sua attitude posterior aos lúgubres acontecimentos de maio, longe de ser, como lhe apodaram os companheiros, uma traição, foi a de natural reacção contra a anarchia, em que ameaçava degenerar a insurreição nativista. Ainda aqui, o traço dominante do seu caracter: o senso da ordem sobrepondo-se ao da liberdade. (ibid. p. 113).

Enfim, Mesquita, atinge o objetivo para poder contrapor as interpretações anteriores do acontecimento. Nele recupera a imagem de Poupino da forma negativa e revalida a ação das camadas populares dando com isso uma projeção para o futuro de como ela foi e como deveria continuar. Aceitar uma paz afinada nos filigranas da guerra contra as raças como foram seus ancestrais. Reinscritas na história, haveria aí a tentativa de silenciamento de suas formas de luta.

A tocaia foi a última marca de vozes silenciadas que não se conformaram com a história como iria se prolongar. Fizeram sua justiça com as próprias mãos: qual dos segmentos fez isso, nunca se soube. Mas ficou na escrita de José Barnabé de Mesquita o discurso dos que não comungavam com uma população onde as raças se tornariam uma única gente. Assim ele homenageia seu herói:

Na tocaia dos seus implacáveis adversários, cujo ódio se excedia nos transportes mais violentos, Poupino tomba ingloriamente, numa noite de maio, ao espoucar dos fogos festivos com que a cidade festejava o Divino,

sem perceber, por isso mesmo, o deflagrar da arma homicida que tirou a vida ao primeiro – e dos maiores – caudilho cuyabano. (ibid. p. 114).

É importante observar como Mesquita constrói na sua interpretação da imagem de Poupino, e ao assim proceder, como inventa a forma pacificadora da população cuiabana.

E quando, na noite de 1837, a ‘bala de prata’ do sicário, a soldo de seus inimigos, o derrubou em plena rua, pode se dizer que com elle se apagou um astro de primeira grandeza, cheio de brilhos e de sombras, e encerrou-se, no tumulto que lhe recebeu o cadáver, o cyclo das agitações nativistas, de que elle foi a alma e, ao mesmo tempo, o repressor violentíssimo. Porque Poupino Caldas, com todos os seus defeitos e virtudes, tão grandes uns como outras, encarnou, num dado momento, a *psyché* de sua gente, a mentalidade do seu povo, a alma rude, franca, impulsiva e, no fundo, boa, da raça cuyabana (ibid. p. 105).

6.10 Eles não mais “assoviavam: vivam os brasileiros e morram os bicudos!”

Essa foi a única frase que ficou para o futuro. Essas são pouquíssimas das palavras que marcaram uma passagem tão rápida e só chegaram até nós na hora em que cruzaram com o poder ao qual não pertenciam. Os que saíram às ruas ficaram para a posteridade através dos assovios e por terem empreendido o projeto de ser brasileiros, mas os bicudos eram mais próximos da camada das oligarquias brasileiras que eles. Classe era tida como raças e com ela as marcas de uma eugenia que se concretizou num discurso racista na composição dos que pertenceriam à sociedade fragmentada pelo estigma e preconceito.

No mais a maioria foram palavras que delinearam moralmente suas atitudes, suas progênes, enfim eles entraram para a história pelo que deles falaram. Não pretendo com esse trabalho defender qualquer dos lados, pois se as mortes foram como está nas narrativas e nos depoimentos, não há como ficar feliz com tal violência e as dores causadas às famílias dos assassinados. Porém o que me proponho nessa análise é buscar como valores morais estão presentes nas análises de personagens do passado de Mato Grosso e que constitui uma memória alicerçada em noções buscadas em outras unidades literárias ou discursivas e que contribuam como instituições na construção de uma história e com isso preencha lacunas no intuito de produzir um todo coerente atendendo à necessidade de legitimar um momento pleno de poder no presente. Várias hipóteses podemos tirar desse acontecimento conhecido como a *Rusga*, podemos buscar traços que demarque a verdade do fato, mas o que buscamos são as interpretações que deram

vida histórica ao fato e como se construíram silenciamentos e relevos de acordo com determinações do tempo presente em que foram construídas as memórias do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De Paschoal Moreira Cabral a Albuquerque, Ricardo Franco, Pontes e Lacerda, D'Alincourt a De Leverger, os heróis foram sendo perfilados na escrita do IHGMT. Quando o perigo se manifesta, quando o poder sofre um deslizamento, ou seja, quando o eixo que alimentava uma república dos coronéis, o eixo café com leite, marcando uma linha divisória entre as oligarquias que mantiveram o poder de mando a custa de tropéus de animais e homens galopando, obsecados pelo poder.

Quando essa marca sofre ameaça de se desfazer, quando o eixo Minas-São Paulo se desfaz, quando emerge um poder que enfraquece esse mando coronelístico, eis que a escrita do IHGMT entra e ação para restituir uma história caudilhista e a forma de mostrar sua necessidade da manutenção da ordem e com isso suspender a liberdade. Liberdade se misturava com anarquia e colocaria em risco o poder de mando das oligarquias que tinham maior proximidade cultural com os portugueses adotivos que com o que eles chamavam de plebe, populacho, anarquistas.

A concepção de tempo de nossa história está engendrada no conceito biológico de evolução das espécies. É a partir do momento em que a natureza deixa de ser produto cartesiano que se fixa unicamente na superfície para definir o caráter da natureza das coisas, emerge o saber que se baseia no aspecto produtivo saindo com isso da superfície da análise para o estudo do interior das coisas. A partir daí emerge o saber que define a natureza por sua forma produtiva e a sua evolução passa a ser

considerada indexada nessa sua função produtiva. Daí torna possível a Darwin afirmar a evolução da espécie, sendo que aqueles que não produzem passam a ser suprimido como elemento negativo para a produção. Esse sentido sendo apropriado pelas ciências humanas vai constituir um conceito de raças inserido no interior de um contínuo biológico da espécie humana. Foucault liga a questão do discurso das raças vendo-o se constituindo no interior do

contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. (1999, pp. 304-305).

Na esteira desse discurso torna possível “tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividi-la” (ibid. 304-305). Ao usar noções da biologia torna possível criar conceitos sociais que fragmentam a população em subgrupos e que torna possível classificar a população a partir do conceito de raças. Segundo Foucault, “essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder.” (ibid., pp. 304-305)

Produzido que foi no interior desse discurso herdado de um racismo secular que um conceito de paz ia sendo implantado. Uma paz produzida a ferro e a fogo. De Poupino de Caldas a Generoso Ponce e Antonio Paes de Barros, desenhou-se um modelo de democracia, um modelo de autonomia de tal maneira que fez com que a camada mais afetada por esse discurso, trouxesse, destes remotos tempos o estigma da sua origem marcada pelo discurso eugenista. Isso acarreta um grande problema ao Brasil que o arrasta para um campo de preconceitos que afeta politicamente vários setores da população vítima de um racismo agudo e violento.

Essa forma de leitura fez com que a maioria da população ficasse fora do espaço das decisões políticas. Isso se dá ao preço da deterioração de suas condições de vida, ao preço de sua auto-exclusão das decisões políticas e muitas vezes sendo objeto de uso do clientelismo politiquero. Se no período regencial sua entrada em cena se deu de forma mais ativa, a história se encarregou de confiná-lo, silenciá-lo em sua potência

de luta. Com o passar dos tempos sua presença passa a se dar como coadjuvante e subordinado aos mandos dos caudilhos.

Assim é que a partir de 1919 foi preciso criar a trama para cuidar da emergência dessa população que sempre teve obstada sua possibilidade de recompor sua cultura o que leva ao surgimento de vários movimentos de luta pela sua emancipação cidadã. Foi transferindo dos discursos que mostravam um interior composto de diferentes culturas que a partir do discurso das raças, elas foram ou incluídas em um novo discurso que lhes davam um não lugar, ou seja, numa guerra cujo armistício de paz trazia uma assimetria onde a verdade do branco colonizador é que predominava. Fosse aos valores culturais ou raciais, o que perpassava como uma lápide final no frio da lage que enfeitou a paz do cemitério, a ordem era uma só: um contato que se redundava em um contrato onde o branco prevalecia como verdade, onde o mercado e a economia ocidental é que se proliferava. Um povoamento saiu dessa história que foi um verdadeiro despovoamento dos que já habitavam o espaço nacionalizado.

Ao reconstruírem-se os passos da fundação do IHGMT do início do século XX, indo até sua fundação em 1919, deixa-se algum esboço do que se pode produzir na pesquisa sobre essa instituição. O que nos chamou a atenção foram as maneiras com que se operaram na construção da sua escrita. O que tornou possível e como essa escrita forjou a história do passado em Mato Grosso? Como se apresentava a preocupação com a integração aos quadros da nação. Como surgiu daí um paradoxo que colocava em conflito uma necessidade de brasilidade buscando suas raízes no interior e ao mesmo tempo sua integração excluindo o que existia de diferenças?

O projeto que o IHGMT pretendia era o de construir uma história que constituísse uma identidade a Mato Grosso, para que se adequasse ao projeto das primeiras décadas do século XX. Seus sócios mantiveram como perfil a grande identificação com o discurso evolucionista que compôs as práticas intelectuais desse tempo. Mantinham laços filosóficos com as doutrinas positivistas da Escola Politécnica e o positivismo daí surgido, que contamina e repercute nas ações do IHGMT. Há uma relação do clero na figura de Dom Aquino, com o discurso da engenharia na figura de Virgílio Corrêa da Costa, e da presença positivista do exército nacional na figura de Rondon. Suas subjetividades eram atravessadas pelo discurso evolucionista que, mesmo

construindo o discurso da miscigenação, emergia com o intuito de fazer desaparecer a diferença que dissolvia a imagem do homem europeu.

O discurso nacional termina por ressoar nas produções do IHGMT, que lutava para fazer o Estado de Mato Grosso atender à demanda do projeto nacional de uma nação moderna. A articulação do IHGMT ao projeto de construção da Nação requeria retirar Mato Grosso da sua bastardia através da invenção da história de Mato Grosso. Junto a isso, soma seu papel de organização do espaço geográfico e da sua adequação e subordinação a uma ordem administrativa que coadunasse com a economia política liberal implantada em todos os rincões do mundo.

Pode-se observar nas obras dos sócios do IHGMT e mais especificamente na escrita de Virgílio Corrêa Filho, José Barnabé de Mesquita, a necessidade de escrever uma história de Mato Grosso que servisse de referencial à formação de novas subjetividades onde a miscigenação sempre ficou marcada de um sentimento segregacional. Esse sentimento aparece na reconstituição de cenário da Rebelião Cuiabana. Ao constituírem um dossiê, cada artigo buscou seus instrumentos para enquadrar esse acontecimento no passado, e requalificá-lo. Chamou a atenção, principalmente a forma eugênica que permeou alguns discursos, principalmente o artigo de Mesquita. Se utilizando de recursos da medicalização dos personagens do passado, faz uso da metapsicologia para recuperar a imagem de Poupino de Caldas.

De maneira magistral consegue elegê-lo como o primeiro caudilho. Passado o momento de minha análise veio-me ao pensamento um fato importante de sua análise: ao reerguer a imagem de Poupino de Caldas o fez através do uso da eugenia e do conceito de hereditariedade daí produzido para medicalizar sua relação com as pessoas mais populares. Ao lembrar-se de seu passado consegue levantar falhas que iriam justificar esse tipo de comportamento. Com isso ao refazer-se moralmente, segundo sua análise, teria sido isso que o levou a romper essa relação, e mudado de lado nesse episódio. Então o que em outras leituras era traição para sua leitura eram arrependimento e retorno à razão. Segundo sua interpretação, Poupino, ao retomar sua racionalidade fica contra o movimento e daí se comportaria como o, conforme ele elegeu: primeiro caudilho de Mato Grosso. Daí em diante o poder dos caudilhos se sobressaem e os herdeiros dos silenciados passam a se submeter á serie de outros

caudilhos, como se esse fosse o destino evolutivo: da violência da Rebelião Cuiabana à paz coronelista.

Porém por sob todos esses acontecimentos locais, há submerso outra forma de poder que funciona como uma hipoderme. É a expansão do poder liberal e nele cada personagem dessa história mato-grossense somente encontrariam sua situação de vida afirmada na solidariedade a serviço do mercado como o lugar onde se relaciona sentido e verdade.

Tentando suplantar a crise causada por essas brigas internas, constituiu-se o governo de conciliação e com ele a constituição da figura do Estado. Com isso construiu-se simbologias como os brasões das armas, Bandeiras do Estado, Hino exaltando o bandeirante e secundarizando a figura dos índios, as datas comemorativas de rememoração como os centenarismos, e das denominações de espaços geográficos com nomes de liberais ou reinventados como tal e nomeados como símbolos, suprimindo nomes indígenas ou nascido do cotidiano dos meios populares. A escrita produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso no início do século XX foi, antes de tudo, política, porque traçou e significou uma re-divisão entre as posições dos corpos.

Pudemos mostrar com esse trabalho também como se deu o preenchimento do espaço temporal entre a fundação e o momento do bicentenário. Nesse intermédio se tentou construir um discurso produzido e produzindo um racismo de Estado. Ao lado dele, os sócios do IHGMT construíram a partir da imagem dos heróis por eles inventada a forma de produzir a figura do mato-grossense a partir de um discurso das raças. Nele o desejo de seu branqueamento através do cruzamento com brancos. Essa seria uma forma de fazer desaparecer o índio e o negro. Seria um “genocídio” genético, pois com o branqueamento haveria uma morte sutil através da genética branqueadora. Porém vemos nos dias atuais a presença de uma população multicolor como sendo um ato de resistência. Uma forma de manter a presença multirracial e não o embranqueamento racista como queria o discurso branco.

8. Fontes documentais

Relatório do Presidente de Província Antonio Pedro d'Alencastro, na abertura da primeira sessão ordinária da assembléia Legislativa Provincial, em o dia 3 de julho de 1835. Typographia Provincial – 1845 fonte: Arquivo Nacional. Disponibilizado no site <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/393/000002.html>

Relatório do Presidente da Província de Matto-Grosso José Antonio Pimenta Bueno. Na abertura da sessão extraordinária da assembléia Legislativa Provincial, em o dia 30 de novembro de 1836. Typographia Provincial de Cuiabá – 1845. fonte , Fonte: APMT, Cuiabá, MT. Disponibilizado em forma digital por Center for Research Libraries. Global Resources Network. Provincial Presidential Reports (1830-1930), Chicago, U.S.A.

Mensagem do Presidente de Província Barão de Diamantino, 1875. Fonte: APMT. Disponível digital por Center for Research Libraries. Global Resources Network. Provincial Presidential Reports (1830-1930), Chicago, U.S.A.

Relatório do Presidente de Estado, Antonio Pedro Alves de Barros referente ao exercício do ano de 1901. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Presidente do Estado em 1902.

Jornal *O Estado*, 1901. (Apud, RPEMT, p. 7). Fonte: APMT, Cuiabá, MT. Disponível em forma digital por Center for Research Libraries. Global Resources Network. Provincial Presidential Reports (1830-1930), Chicago, U.S.A.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Presidente do Estado Pedro Leite Osório, 1907. p, quatro. Fonte: APMT, Cuiabá, MT. Disponibilizado em forma digital por Brazil.crl.edu/bsd. Center for Research Libraries. Global Resources Network. Provincial Presidential Reports (1830-1930), Chicago, U.S.A.

Revista da Sociedade Mato-Grossense de Agricultura. Cuiabá. MT: Tipografia Oficial, 1907.

Relatório do presidente de Estado de Mato Grosso Pedro Celestino. 1909. Fonte APMT. Cuiabá, MT.

Relatório do presidente de Estado de Mato Grosso Pedro Celestino. 1910. Fonte. APMT. Cuiabá, MT.

Jornal O Comércio. Cuiabá. MT: 1911.

Relatório do Presidente de Estado Joaquim da Costa Marques, ano de 1913, Fonte: APMT – Cuiabá – MT.

Relatório apresentado ao Diretor de Instrução Pública pelo diretor interno das Escolas Normal e Modelo. 1915. Fonte APEMT, Cuiabá, MT

Revista da Sociedade Jurídica do Estado de Matto-Grosso. Cuyabá, Tipographia Official, 1915.

Relatório apresentado ao Sr. Camilo Soares de Moura, Interventor Federal no Estado, pelo Secretário de Agricultura José de Almeida C. Junior. 1917. Fonte: APMT, Cuiabá, MT.

Mensagem dirigida pelo presidente D. Francisco de Aquino Corrêa á Assembléia Legislativa. 1918. Fonte: APMT. Cuiabá. MT.

Relatório da Força Pública do Estado. Comando Geral, período: 1918 e primeiro trimestre de 1919. Fonte: APEMT, Cuiabá, MT.

Gazeta Oficial, 1919. In RIHGMT, 1919. Fonte: APEMT, Cuiabá, MT.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - RIHGMT. Ano I Cuiabá, 8 de abril de 1919 Tomo I. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso APMT.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - RIHGMT. Ano I Cuiabá, 9 de Dezembro de 1919 Tomo II. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso APMT.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - RIHGMT. Ano I Cuiabá, 9 de Dezembro de 1920, ano II, números XVII e XVIII. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso APMT

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - RIHGMT. Ano I Cuiabá, 9 de Dezembro de 1928, ano II, números XVII e XVIII. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso APMT.

Jornal *O Momento*, 1931. Fonte: APEMT, Cuiabá. MT.

Revista *O Liceu*. 1937. Órgão dos alunos do Liceu Salesiano. Fonte: APEMT, Cuiabá. MT.

9. Bibliografia

ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia;

Publifolha, 2000.

_____, Capistrano de, 1853-1927. [Ensaio e estudos: crítica e história, 1ª série. 2ª

edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. *Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920-1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Experiência: uma fissura no silêncio*. In *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALVAREZ, M. C. *Bacharéis, criminologistas e juristas saber jurídico e nova escola penal*. São Paulo: Método; 2003.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2001.

AMANCIO, Lazara Nanci de. *Ensino de leitura e grupos escolares: Mato Grosso 1910-1930*. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2008.

ANDRADE, Mário. *Macunaíma*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Garnier, 2001.

ARAÚJO, Vital Batista. *Reflexões Críticas sobre a Revolução em Cuiabá*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 2002.

AUERBACH, Eric. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

AZEVEDO, Fernando. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)*: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2010.

BARMAN, Roderick J. *Imperador cidadão*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BARRETO, Luíz Pereira. O século XX sob o ponto de vista brasileiro (1890). In PAIM, Antonio. *Plataforma política do positivismo ilustrado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

BARRETO, Tobias. In *Política Brasileira, vários escritos, obras completas, edição do Estado de Sergipe*, tomo x, 1926.

BARRET, Rafael. *O que são os ervais*. Tradutora Alai Garcia Diniz. Desterro, Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2012.

BARREIRO, José Carlos. *Instituições, trabalho e luta de classes no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 7 n° 14, pp. 131-149. 1987.

BARRETO, João Francisco Novaes Paes. *As Revoluções de Mato Grosso*. Cuiabá-MT: IHGMT, 2005.

BARROS, ROQUE SPENCER MACIEL DE. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo, boletim 241, n. 2, 1959,

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1997.

BENATTI, Antônio Paulo - História, Ciência, Escritura e Política. in RAGO, Margareth / Gimenez, Renato Aloizio de Oliveira(orgs). *Narrar o Passado, Repensar a História*, Editora da Unicamp, 2000.

BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOAVENTURA, Ventura. *Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa*. São Paulo: Revista de Antropologia. Vol.40 n.1, 1997.

BRANDÃO, Ludmila L. *Arquitetura: a casa subjetiva*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

_____. Prefácio s/n. In PINHO, Rachel Tegen. *Cidade e Loucura*. Cuiabá, MT: Central de Texto: EdUFMT, 2007.

_____. Para ler arte na rua. Prefácio. In GUIMARÃES, Suzana Cristina Souza. *Arte na rua: o imperativo da natureza*. Cuiabá: EdUFMT, 2007

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930)*. Cuiabá, MT, Gráfica Genus, 1991.

BENATTI, Antônio Paulo - História, Ciência, Escritura e Política. in RAGO, Margareth / Gimenez, Renato Aloizio de Oliveira(orgs). *Narrar o Passado, Repensar a História*, Editora da Unicamp, 2000.

BUENO, Clodoaldo. *Da Pax Britannica à Hegemonia Norte-Americana: o Integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906)*. São Paulo: Revista Estudos Históricos, Fundação Getúlio Vargas. Vol. 10, n. 20. 1997.

CAMARA CASCUDO, Luiz da. Prefácio. In COLBACCHINI, P. Antonio. *À luz do cruzeiro do sul*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. 1939.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CANDIDOTO, Cesar. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Curitiba: Champagnat, 2010.

CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. *Enredos do Clio: pensar e escrever a história com Paul Veyne*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

CASSIRER, ERNST. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASSIANO, Franklin. *Antonio Luiz Patrício da Silva Manso*. Cuiabá, MT: RIHGMT, p. 56 a, 1934.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982,

- CHATELET, F. *Uma História da Razão*. São Paulo: Zahar Editores, 1994.
- COMTE, Auguste. *Vida e Obra*. São Paulo: Editora Abril, 1978.
- CORRÊA, Philogonio. *A significação da Rusga*. Cuiabá, MT: RIHGMT, 1934.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Recordações inéditas de Virgílio Corrêa Filho Em seu centenário*. Rio de Janeiro: (sem editora), 1987.
- _____. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Co-editora Brasileira, 1939.
- _____. *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002.
- _____. *Pantanaís Matogrossenses: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946.
- _____. *Fazendas de gado do pantanal mato-grossense*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1955.
- _____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- CORREA, Francisco de Aquino. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, IHGMT. Vol. I, 1919
- CORREA, Francisco de Aquino. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT. Vol. I, 1919.
- CORREA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso 1889-1943*. Campo Grande, MS: Editora UFMS. 1995
- _____. *História e violência em Mato Grosso, 1818-1840. : O papel da violência política no processo de formação e desenvolvimento da Província*.
- COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- CRUZ, Leonardo de Oliveira. Cruz em *Historicidade do contato entre índios e não índios no oeste paulista*. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 6, n. 1/2/3, p. 39-45, 2006.
- CRUDO, Matilde Araki. *Infância, trabalho e educação. Os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso (Cuiabá, 1842-1899)*. Campinas, SP. Unicamp, tese de doutorado. 2005.
- CUNHA, Euclides da, *Os Sertões*. Belo Horizonte: Itatiaia; Publifolha, 1982.
- SILVA, Hermano Ribeiro da. *Nos sertões do Araguaia. Narrativas da Expedição às Glebas Bárbaras do Brasil Central*. São Paulo: Edição Saraiva 1948.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix, *Capitalismo e Esquizofrenia*: Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DE LUCA, Tania Regina. *Leituras, projetos e (Re) vista(s), do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

DOLHNIKOFF, M. *José Bonifácio*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

DI RENZO, Ana Maria. *A Constituição do Estado brasileiro e a imposição do Português como língua nacional: uma história em Mato Grosso*. Campinas – SP. Tese de doutorado, Unicamp, 2005.

DURKHEIM, E. *Vida e Obra*. São Paulo: Editora Abril, 1978.

FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1989-1930)*. Rio de Janeiro, RJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, tese de doutorado, 2006.

FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FERREIRA, Jerusa Pires. Territórios de Sensibilidade. In BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A casa subjetiva. Matérias, afetos e espaços domésticos*. São Paulo: Perspectiva; Cuiabá: Secretaria do Estado de Cultura de Mato Grosso, 2002, p. XII.

FOUCAULT, M. sobre a geografia. In *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1987.

_____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997

_____. M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988,

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes. 1999 a.

_____, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes. 1999b.

_____. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. In Ditos e Escritos. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Nietzsche, a Genealogia, a História**. In *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. In Ditos e Escritos. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2000

_____. *Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **O que são as Luzes?** *In Ditos & Escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCISCO, Adilson José. *Educação & Modernidade: os salesianos em Mato Grosso, 1894-1919*. 2010.

GAGLIARD, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec. Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

GALETTI, Lylia da Silva. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo: Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 2000

GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões*. *In CASTRO, Iná Elias de et ali (Orgs.)*. Explorações geográficas: percursos no fim do Século. 1997

GUIMARÃES, M.L. *Salgado. Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. *História e natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação*. Rio de Janeiro: História, ciência. Saúde-Manguinhos. Vol.7 no. 2 Rio de Janeiro July/oct. 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

HOBSBAWM Eric J. *A era dos impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

HUGHES, John. *A filosofia da pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983

HERSCHMANN, Micael M. e MESSEDER PEREIRA, Carlos Alberto. *O imaginário moderno no Brasil*. *In* HERSCHMANN, Micael M. e MESSEDER PEREIRA, Carlos Alberto (orgs.). *A invenção do Brasil moderno*. 1994.

HOLDERLIN, F. *Hiperion ou O Eremita na Grécia*. Petrópolis-RJ: 1993.

HUGHES, John. *A filosofia da pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

- JANS JR. Dones Claudio. “*Antes poucos e bons, a muitos sem valor*” – a eugenia galtoniana nas páginas da *Revista Médica do Paraná?* UEPG Ci. Hum. Ci. Soc. Apl. Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 20 pags. (2): 161-172 jul./dez. 2012.
- LARROSA, J. A libertação da liberdade. Para além do sujeito. In *Nietzsche e a educação*. Belo Horizonte: ed. Autentica 2002.
- LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Unicamp, 1994.
- LEOTTI, O. Corpos Violentados: os índios e a guerra do Paraguai (1860-1870). In *Fronteira: memória e linguagem*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres Unemat Editora, 2001.
- LESSA, Pedro. *Discurso e conferências*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1916. Fonte: APMT, Caixa 1916, jornais. Cuiabá, MT.
- LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Editora Brasiliense, 13ª edição, 1978.
- LOPES, Ivone Goulart. *Asilo Santa Rita: Educação Feminina Católica (1890-1930)*. Cuiabá, MT: Central de Texto: EdUFMT, 2006.
- LORENZ, Kal Michael, VECHIA, Ariclê. O debate ciências versus humanidades no século XIX: reflexões sobre o ensino de ciências no Collegio Dom Pedro II. In *Práticas escolares e processuais educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares (séculos XIX e XX)*. Coleção horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil – vol. 4, 2008.
- LOSADA, Janaina Zito. *Discursos de natureza: a produção da história oitocentista no instituto histórico e geográfico brasileiro*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 118-133, jun. 2011
ISSN – 1808–1967.
- LUIS, Washington, 1870-1957. *Na Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- MACHADO, Roberto. *Deleuze e a filosofia*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
_____. *O nascimento do trágico: de Shiller a Nietzsche*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- MENDES, R. Teixeira. *Benjamim Constant*. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1894.
- MENDONÇA, Estevão de. *Quadro Corográfico de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2005.
- MENEZES, Alfredo Mota. *A Morte de Totó Paes: política no interior do Brasil*. Cuiabá, MT: Tanta Tinta/Carlini & Caniato, 2007.
- MESQUITA, José Barnabé de. *João Poupino de Caldas*. Cuiabá, MT: RIHGMT, 1934.

MISKOLCI, R. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Stepan NL. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.

MOLINA, M. M. *O monopólio da informação*. Observatório da Imprensa, 27 de Abril de 2013

MOREIRA, Oscar. *Estrada de Ferro Norte Matto Grosso: Parte I*. Cuiabá: IHGMT, 2006.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

NIETZSCHE, F. *Obras incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume 14, n. 26, 2000.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Rios, Vapores e Homens: natureza, trabalho e resistência na navegação entre o Prata e o Pantanal no início do século XX*. Três Lagoas. MS: Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – V1-nº 4 – ano 3, Novembro de 2006.

PAIM, Antonio, *História das Ideias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1997, p. 448.

PINHO, Rachel Tegen. *Cidade e Loucura*. Cuiabá, MT: Central de Texto: EdUFMT, 2007.

PORTOCARRERO, Vera & CASTELO BRANCO Guilherme (org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

RAGO, Margareth. *O efeito-Foucault na historiografia brasileira*. São Paulo: Tempo Social. Revista Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

_____. *O corpo exótico, espetáculo da diferença*. labrys, études féministes/estudos feministas janvier/juin 2008-janeiro/junho 2008.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: ensaio da poética do saber*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

_____. *Política da escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. *O inconsciente estético*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RIBEIRO, Mirian B. do Amaral. *A história ensinada em Goiás: algumas considerações iniciais*. Fortaleza: Simpósio Nacional de História, 2009.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *Crise de identidade nacional e a festa da rememoração nos anos 90 em Portugal*. Anos 90, Porto Alegre, n. 13, julho de 2000.

REIS, Rosinete Maria dos. *Revista A implantação dos grupos escolares em Mato Grosso*. HISTEDBR On-line, Campinas, n.21, p. 44 - 51 mar. 2006 - ISSN: 1676-2584

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a civilização*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1982

- RICARDINO, Álvaro e MARTINS, Sofie T. A. *Governança corporativa: um novo nome para antigas práticas?* São Paulo: Rev. Contab. Finanças. Vol. 15 no. 36, 2004.
- RODRIGUES, Firmo. *O elemento português na capitania de Matto Grosso*. Cuiabá, MT. RIHGMT, 1934.
- ROMERO, Silvio. *Apontamentos para a História da Litteratura Brasileira no Seculo XIX. A Philosophia no Brasil*. Ensaio crítico. Porto Alegre: Typographia da Deutsche zeitung, 1878.
- SALES, Alberto. *Política Republicana*, 1882 apud PAIM, Paulo. *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasil: Congresso. Câmara dos Deputados, 1981.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.
- SILVA, J.R. Oliveira e. *O desenvolvimento da noção de caráter no pensamento de Reich*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2001.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- SOUZA, Antonio Fernandes de. (1879-1959) *Antonio Paes de Barros e a Política de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 2001.
- SOUZA PINTO, Luis Renato. *Rica/bendita; pobre/mal-dita; as cores da mulher em José de Mesquita. 1919/196*. Cuiabá: dissertação de mestrado, UFMT, 2005.
- STANCIK, M. A. *Os jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na Primeira República*. UEPG Ci. Hum., Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 13 (1) 45-62, jun. 2005.
- SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoneiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- TORRES, Alberto. *A organização Nacional*. 1938. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Ed. da UnB, 1982.
- VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VARGAS, Eduardo Viana. *Antes Tarde do que nunca. Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*, Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2000.

VENTURA, Roberto. *Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa*. Revista de Antropologia. Vol. 40 n. 1. São Paulo 1997.

VIANNA, Oliveira. *Pequenos Estudos da Psicologia Social*. São Paulo: Monteiro Lobato & C. Editores, 1923.

_____. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora. 1956.

_____. *Populações Meridionais do Brasil*. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

VIRGÍLIO DA SILVA, Marcos. *Detritos da civilização: eugenia e as cidades no Brasil*. São Paulo: Vitrovirus, 2004.

VIVEIROS, Rondon conta sua vida. Esther. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

VOLPATO, Luzia Rios Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993

VOLPATO, Luzia Rios Ricci. *Entrada e Bandeiras*. São Paulo: Global, 1997

WHITROW, GJ. *O tempo na história: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

WITE, Hayden, *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

Site com todas as obras de José Barnabé de Mesquita, sócio do IHGMT e da Academia Mato-grossense de Letras: <http://www.jmesquita.brtdata.com.br/bvjmesquita.htm> .